



UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA 1989



INTERVENÇÃO NA SOCIEDADE DE LOURENÇO MARQUES
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA SEC. XIX E SEC. XX

GRÊMIO AFRICANO

Este Grémio, convidado a emitir o seu parecer sobre o estado da agricultura em Angola, não verifica por parte dos produtores, com as mesmas regras de problemas que convêm ao Estado, porque é a ele que cabem as regiões listadas, pois que os produtores agrícolas não têm o item de terra mas a interesses da Província vem o mesmo ao governo do lar, quando o transporte ou fuzila lóra ad...
 Apresenta a consideração das observações que abaixo desenvolvem, sendo de parecer que se deve elaborar um plano de medidas, cuja execução se prolongue por oitenta e cinco dias do ano, para a melhoria do rendimento geral da Província, conciliando os interesses dos produtores e habitantes indígenas, finalmente, o Grémio entende que deve ser aprovado o novo Convénio que se venha a realizar com o Transvaal:

I Governo da terra

Uma remodelação profunda do regime de concessão de terras, feita sob bases que não tenham as mesmas formalidades das leis em vigor e que não tenham caráter inibitório, para nenhum cidadão português, inclusivamente indígenas, é indispensável que se estabeleça uma nova legislação de soberania da Nação, quando se trate de concessões a estrangeiros.

III Agricultura e Viação

Para trabalhos agrícolas em condições de poder, por si próprios, requerer e seguir os trâmites para obter as concessões, a lei que estabelece nos seus procedimentos concessivos, a obrigação de ser possuidor de uma parcela de terra, e de fazer regularmente a cultura intensiva e plantação de arvoredos de fruto, estas condições não devem ser admitidas nos prazos de concessão, e a obrigação de ser possuidor de uma parcela de terra, e de fazer regularmente a cultura intensiva e plantação de arvoredos de fruto, estas condições não devem ser admitidas nos prazos de concessão, e a obrigação de ser possuidor de uma parcela de terra, e de fazer regularmente a cultura intensiva e plantação de arvoredos de fruto, estas condições não devem ser admitidas nos prazos de concessão...

As leis de excepção estabelecidas para o indígena tem traços inconvenientes de varia ordem para o indígena africano, pois que o indígena africano tem o direito de se estabelecer em qualquer local do território, e de trabalhar a terra que lhe for concedida, e de estabelecer a sua família, e de trabalhar a terra que lhe for concedida, e de estabelecer a sua família, e de trabalhar a terra que lhe for concedida, e de estabelecer a sua família...

V Leis de excepção

As leis de excepção estabelecidas para o indígena tem traços inconvenientes de varia ordem para o indígena africano, pois que o indígena africano tem o direito de se estabelecer em qualquer local do território, e de trabalhar a terra que lhe for concedida, e de estabelecer a sua família, e de trabalhar a terra que lhe for concedida, e de estabelecer a sua família...

T5

-R-

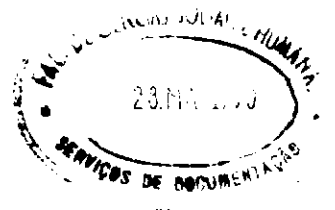
OLGA MARIA LOPES SERRÃO IGLÉSIAS NEVES

EM DEFESA DA CAUSA AFRICANA
INTERVENÇÃO DO GRÉMIO AFRICANO NA
SOCIEDADE DE LOURENÇO MARQUES. 1908-1938.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA DOS SÉC. XIX E XX

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

1989



5 730

CAPA DE
ANTÓNIO IGLÉSIAS

ILUSTRAÇÃO DO TEXTO
ANTÓNIO IGLÉSIAS

COMPOSIÇÃO
OLGA NEVES

Para o António

INDICE

PREFACIO	8
CAPITULO I - TENSÖES SOCIAIS E POLITICAS	17
1. Importância da cidade de Lourengo Marques na economia da Colônia	18
1.1. A Colônia de Moçambique	18
1.2. Lourenço Marques	25
2. A população	34
2.1. Quantitativos da população citadina	34
2.2. Composição da população	40
3. Estrutura social	44
CAPITULO II - O MOVIMENTO ASSOCIATIVO	48
1. Características gerais	48
2. Associações de Classe	56
2.1. Associação dos Funcionários do Comércio e indústria (AFCI)	56
2.2. Câmara do Comércio Indiana de Lourengo Marques (CCILM)	61
2.3. Associação Comercial dos Lojistas (ACL)	63

2.4.	Associação dos Pequenos Agricultores da Província de Moçambique (APAPM)	64
2.5.	Associação do Pessoal do Porto e dos Caminhos de Ferro de LM (APFCFLM)	67
2.6.	Associação das Artes Gráficas de Lourenço Marques (AAGLM)	70
2.7.	Associação dos Funcionários Civis da Província de Moçambique (AFCPM)	72
2.8.	Grémio Telégrafo-Postal (GTP)	77
3.	Instituições de Previdência	79
3.1.	Fundo Geral de Beneficência Pública (FGBF) ...	80
3.2.	Comissão Central de Beneficência Pública (CCBP)	81
3.3.	Comissão de Previdência e Assistência Indígena (CPAI)	84
3.4.	Sociedade de Instrução e Beneficência 19. de Janeiro (SIB 19J)	85
3.5.	Associação dos Velhos Colonos da Província de Moçambique (AVCFM)	87
3.6.	Sociedade Humanitária Portuguesa Cruz do Oriente (SHPCO)	89
3.7.	Cooperativa Operária de Lourenço Marques (COLM)	91
3.8.	Cooperativa Popular da Província de Moçambique (CPFM)	93
3.9.	Associação de Mútuo Auxílio de Operários Indianos (AMADI)	95

3.10. Sociedade de Beneficência "Pagode Chinês" (SBPC)	97
3.11. Montepios e Caixas Económicas	98
3.12. Montepio Ferroviário (MF)	99
4. Sociedades de Defesa, Instrução e Recreio	101
4.1. The Caledonian Society of LM Sociedade Escocesa de LM (SELM)	102
4.2. Associação dos Europeus Chefes de Família (AECF)	103
5. Representações Partidárias	105
6. Conclusões	107
 CAPITULO III - ORGANIZAÇÃO DO GRUPO	 110
3.1. Funcionamento interno	111
3.1.1. Luta pela aprovação dos estatutos	111
3.1.2. Aprovados os estatutos	115
3.1.3. Ambiente nocturno	118
3.1.4. Ambiente diurno	120
3.2. Relacionamento com outras associações	121
3.3. Situação financeira	129
3.4. Conclusões	133

CAPITULO IV - OS MEMBROS	
Os "assimilados", filhos da terra ...	136
4.1. Levantamento quanto ao número, origem social dos sócios	137
4.2. Análise comparativa da composição social dos membros e do corpo directivo	144
4.3. Conclusões	145
 CAPITULO V - O PROGRAMA	
Origem e evolução da estratégia de pressão	147
5.1. Equacionamento dos principais problemas que afectam os africanos	148
5.2. Instrumentos de acção	166
5.3. Areas de intervenção	175
 CAPITULO VI - CONCLUSOES	177
 VII - ANEXOS	
1. Lista de Sócios	182
2. Amostra Temática	215
3. Movimento das Casa Anunciadas	256
 VIII - BIBLIOGRAFIA	307

PREFÁCIO

O prazer de estudar e de fazer história, seguindo interrogações do presente, descobrindo explicações inacabadas e sempre, sempre novas perguntas, em fontes do passado, levou-me a partir em busca de pistas de reflexão, sobre o que escrevem, sentem e pensam, os homens construtores de Moçambique.

O leque de temas a aprofundar foi-se reduzindo, à medida que a investigação bibliográfica, demonstrava a escassez de estudos históricos, de carácter social e político, sobre Lourenço Marques.

A transformação de presídio pestilento em capital próspera, como iremos ver no primeiro capítulo, no triângulo de influências de - Portugal, Transvaal e Grã-Bretanha - para indicar as que parecem ser fundamentais, coloca a questão pertinente, como é que foi possível tal transformação ? E, sobretudo, como interpretá-la ? (1)

Estudos sobre a história de Moçambique, elaborados antes da independência, dão-nos um rol factual e descritivo da acção colonizadora de Portugal. São honrosa excepção, a obra científica de Alexandre Lobato (2), e de Rita Ferreira (3), que procuraram entender a correlação de forças na região e, o proquê, em detalhe do relacionamento dos vários elementos sociais em presença, no espaço colonial - o africano, o asiático e o europeu.

-
1. Veja-se, a este respeito, Eduardo de Noronha, " O Distrito de Lourenço Marques e a África do Sul", p.111-131 ; Augusto de Castilho, "O Distrito de Lourenço Marques, no presente e no futuro", p.97-230 ; cf., com a análise recente de David Hedges, "O Sul e o Trabalho Migratório", p.209-251.
 2. Ver de Alexandre Lobato, "Lourenço Marques, Xilunguine, Biografia da Cidade".
 3. A. Rita Ferreira, "Povos de Moçambique, história e cultura", p.41-112.

Para a compreensão dos interesse económicos em jogo, importa referir os trabalhos realizados no âmbito do Centro de Estudos Africanos em Maputo, sobretudo "O Mineiro Moçambicano" - um estudo sobre a exportação de mão de obra, da autoria de um grupo de investigadores do Centro, dirigidos por Ruth First (4), assim como os textos de Jeanne Penvenne, "Chibalo e Classe Operária" (5), e de Luis de Brito, "Dependência Colonial e Integração Regional" (6).

Desenvolvidos na década de setenta, estes estudos constituem uma rotura radical com a perspectiva factual e descritiva da historiografia colonial. Seguindo tendências inovadoras, dão primazia à história económica, privilegiando a investigação sobre o evoluir do modo de produção capitalista.

Outra tendência, seguem historiadores moçambicanos e não só, ligados ao Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, baseada na investigação frutuosa do Arquivo Histórico da República Popular de Moçambique, descobrindo novos dados, escrevendo sínteses, com uma clara intenção pedagógica e metodológica.

Nesta linha aspiro igualmente a fazer trabalho de história, que contribua para a redescoberta do meu país, demonstrando receptividade ao gigantesco projecto da Unesco, de dar a conhecer a história de África pelos historiadores africanos, conforme defendia Amadou Mahtar M'Bow (7), sonhando com a aproximação de povos e culturas.

Os trabalhos mais recentes concentram-se, como já dissemos, na área económica, deixando muitas vezes de lado, a análise social e política. Ora, sou de opinião, que o contributo da história social e política é relevante para a compreensão da história total.

-
4. Esta pesquisa do Centro de Estudos Africanos, data de 1977, veja-se a bibliografia específica.
 5. De Jeanne Penvenne e Alpheus Manghezi, "Chibalo e Classe Operária", p.9-26.
 6. De Luis de Brito, "Dependência Colonial e Integração Regional", p. 23-32.
 7. Veja-se o Prefácio da "História Geral de África", VIII^o vol., p.11-15.

Pesquisando a formação de partidos políticos e grupos de pressão, deparamo-nos com um mundo complexo, de confrontação (8), na sociedade que nos propoemos investigar, a de Lourenço Marques, onde na trama da vida colonial se movem os homens, os seus interesse e os seus valores.

Entendemos que, a partir do estudo de um caso, é possível aproximarmo-nos da sociedade colonial, sendo o exemplo escolhido, o do Grémio Africano de Lourenço Marques.

Como fazê-lo, então ?

Partimos da ideia de investigar um tema específico - a intervenção do Grémio Africano na sociedade colonial - em balizas cronológicas definidas pela acção do próprio grupo. Trata-se pois, de uma monografia.

Para o enquadramento do tema, socorremo-nos de sínteses já elaboradas, como atesta a bibliografia, procurando expressar a nossa opinião, sempre que os resultados da pesquisa o permitissem.

Temos consciência dos perigos que um investigador enfrenta, quando se debruça sobre um nível micro-social ou micro-regional e, tenta entender a sociedade global, sobretudo , no caso específico da sociedade africana, caracterizada pela sua pluriétnicidade.

A primeira fase consistiu em problematizar a questão das relações sociais no ambiente urbano de Lourenço Marques, inquirindo no quotidiano apenas práticas, exercícios concretos de ideias e comportamentos, dos homens de então.

Em seguida, recolhemos e tratámos o texto, procurado nas fontes, deixando que os vestígios do passado nos sugerissem, descobrir empiricamente, uma intervenção, algo diferente, que irrompendo do universo colonial, nos possibilitasse a entrada no seu imaginário . (9)

8.Sobre partidos políticos e grupos de pressão, ver bibliografia específica.

9.Ver a respeito da metodologia, Michel Foucault, "L'archéologie du savoir", p.61.

Muitas foram as dificuldades, na consulta de fontes primárias, sobretudo, no que se refere ao Arquivo Histórico de Moçambique, pelo facto de estar em fase de organização, o fundo de documentação que mais nos interessava - a Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas - direcção esta que, no regime colonial, controlava a chamada população indígena e mesmo, a pequena faixa de não-indígenas, vulgarmente apelidados de "assimilados".

Todavia, os documentos seleccionados, dos Tribunais Indígenas, desde os requerimentos de alvará da assimilados aos pedidos de captura e intimações, dos milandos-queixas aos processos-crime, passando pelas guias diversas dos desterrados, comprovam o ambiente de conflito reinante.

As fontes estatísticas utilizadas, nomeadamente o Anuário de Moçambique e o de Lourenço Marques, nos números disponíveis, da Biblioteca Nacional de Lisboa, forneceram um manancial inesgotável de informações, proporcionando colecções de dados relevantes para o período estudado.

O estudo das formas de controlo, da população africana, seguindo a par e passo o Boletim Oficial da Província de Moçambique, através da análise de texto, dos decretos e portarias sobre a chapa, o passe, o recrutamento militar, mão de obra para as minas ou trabalho compelido, por exemplo, foi-nos extremamente útil, para medirmos a intensidade das ondas de conflituosidade, denunciadas pela prosa jornalística.

A imprensa local é acutilante na critica politica, à administração no poder e, na critica social, não se calando sobretudo, quando se afloram ou rebentam focos de tensão, na cidade capital ou, em qualquer distrito da colónia.

Não é só na produção de discurso difundido pela imprensa, que há traços de conflituosidade. Podemos descortiná-los, nos testemunhos da época, na memória dos velhos que viveram numa cidade que se compartimentava, segundo preconceitos classistas, raciais e religiosos. (10)

A arqueologia colonial, patente na arquitectura e na urbanização da cidade, aí está ainda hoje, a recordar esse mundo complexo de confrontação.

10.Ver de Raúl Bernardo Honwana, "Memórias", p.21.

Nunca é de mais, falar da razão de ser desta pesquisa, subjectiva na interioridade do projecto. Como estudiosa da história da República Popular de Moçambique, interessa-me conhecer e analisar, a ideia de independência, historicamente no que tem de dinâmico, de mudança, face ao regime colonial.

Como se operou a mudança, em termos de poder político, vivi-a intensamente, mas a minha curiosidade não tem limites, na busca de uma ponte com o passado e, leva-me a pôr a questão da anterioridade da ideia. No passado, quem a sonhou ? A geração de cinquenta, de poetas, de grito silenciado, de Craveirinha (11), de Noémia de Sousa (12).

Mas antes, quem terá sido a primeira voz ?

E, foi assim que descobri o Grémio Africano, entre os seus papéis amarelecidos pelo tempo, no jornal, seu porta-voz, "O Africano" e, mais tarde "O Brado Africano", onde pugnaram jornalistas e poetas, defendendo valores que podem ser considerados, como os primeiros indícios de nacionalismo, paralelamente no sentido de africanidade e de moçambicanidade.

Tal sugere Alfredo Margarido, referindo-se ao papel do "Brado Africano" :

"A imprensa colocará então, o problema da colonização em Moçambique e das suas consequências específicas para o país. Em torno do jornal, "O Brado Africano", de Lourenço Marques, reunir-se-ão com este objectivo, negros, mestiços, às vezes indianos e mesmo raramente, brancos". (13)

-
11. José João Craveirinha, grande poeta moçambicano, nasceu em 1922, em Lourenço Marques, hoje Maputo, autor de "Chigubo", 1964, "Cântico a um rio de Catrame", 1966, "Karingana ua Karingana", 1974, "Cela 1", 1981, "Maria", 1988.
 12. Noémia de Sousa, grande poetisa moçambicana, de seu nome completo, Carolina Noémia Abranches de Sousa, nasceu em Lourenço Marques, Maputo, em 1926, sem livro publicado, a sua obra poética foi escrita entre 1948 e 1951.
 13. De Alfredo Margarido, "Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa", p.67.

Já Ilídio Rocha, assume quanto a nós, uma posição extremamente reducionista, ao referir-se ao ambiente maçónico em Lourenço Marques, que na sua opinião é predominante e subjacente no Grémio Africano :

Todos mulatos e educados nas escolas da Maçonaria, instituição dirigida pelos seus pais brancos, naturais do ultramar, daquele Grémio Africano, onde os negros não podiam entrar". (14)

A posição de Ilídio Rocha, parece-nos ser demasiado categórica e reducionista, pois a sociedade de Lourenço Marques é extremamente complexa e, não pode ser pincelada de uma forma tão ligeira. A investigação que desenvolvemos, sobretudo, no que se refere aos membros do Grémio, mostra outra realidade.

A hipótese que defendemos, na base do estudo da ocupação laboral dos sócios e dos membros da direcção, é da existência de um convívio social multiracial, com um componente forte de classe, da pequena burguesia africana.

Uma pista importante de pesquisa, parece-nos ser a opinião de Eduardo Mondlane, sobre os "antecedentes da luta armada de libertação nacional" :

"Ao abrigo de programas sociais, de entre-ajuda e actividades culturais ou desportivas, todas estas organizações levaram a cabo uma acção política. E, simultâneamente desenvolveram uma imprensa de protesto, concretizada no jornal "O Brado Africano" e dirigido pelos irmãos Albasini. Esta publicação foi extinta em 1935, pelo produto do governo fascista, que é a Censura da Imprensa, mas até então, foi um porta-voz da revolta, bastante eficiente". (15)

-
14. De Ilídio Rocha, "Sobre as origens de uma literatura africana de expressão portuguesa, raízes e consciencialização", p.408.
15. De Eduardo Mondlane, "The Struggle for Mozambique", p.104-107.

Este pequeno trabalho de investigação sobre o Grémio Africano de Lourenço Marques, insere-se numa pesquisa mais vasta, que há bem pouco iniciámos, sobre a história de Moçambique, procurando descobrir a emergência do nacionalismo moçambicano.

Neste sentido, pretendemos desenvolver o tema, como sugere o título :

"Em defesa da causa africana ?
Intervenção do Grémio Africano,
na sociedade de Lourenço Marques
(1908-1938)".

E, objectivamente, porquê estudar a intervenção do Grémio Africano ?

Precisamente, porque as características da composição deste grupo, associando personalidades e, toda uma elite de mulatos, brancos e negros, tal como as da sua actuação, em defesa da maioria da população africana, permite desmontar o pensamento, nas suas diversas clivagens, da inteligência urbana.

Fretende-se pois, fundamentalmente, conhecer, compreender, analisar o papel do Grémio Africano e, demonstrar se é ou não, um grupo de pressão, no contexto do movimento associativo, quadro que iremos traçar no segundo capítulo.

Ao abordarmos a organização do grupo, objecto do terceiro capítulo, focaremos a ideologia como negação das relações coloniais, expressando a visão do colonizado, em oposição à que pretende reproduzir as relações coloniais, visão do colonizador.

No programa e na acção, procuraremos os indícios da emergência da ideologia nacionalista, que poderá ter no Grémio, um embrião.

O que denominámos de nativismo, poderá ser considerado, de proto-nacionalismo ?

Como chegámos a esta classificação ?

Investigando com rigor quem são os homens que fazem o Grémio, no quarto capítulo, os objectivos que percorrem em estratégia de acção limitada pelos parâmetros da administração colonial, analisando os resultados, bem menos ambiciosos do que a tática seguida, tema desenvolvido no quinto capítulo, construi como hipótese de trabalho - a defesa da causa africana - ao que chamarei de nativismo romântico, dos filhos da terra, de Moçambique.

O espaço temporal estudado - 1908-1938, permite apercebermo-nos das nuances da tática deste grupo, em fases de mudança, (Monarquia - 1ª República - Estado Novo). Nas entrelinhas do discurso, transparece uma onda de entusiasmo pelos ideais republicanos, de justiça, fraternidade e de igualdade, que lentamente esmorece em descrença pelo regime de promessas vãs. Na crise do pós-guerra, apontam-se indícios de outros caminhos. No Grémio, membros há que trilham e simpatizam com a ideologia socialista, enquanto outros, são absorvidos pelo fascismo.

Finalmente, no sexto capítulo, concluindo, iremos comprovar as hipóteses apresentadas, verificando até que ponto, o Grémio Africano serviu de intermediário entre dois mundos - o africano e o europeu, tal como sugere o poeta Craveirinha (16), se terá actuado como um grupo de pressão, agindo como corrector da administração colonial, se ponta de lança de um espírito de contestação, afirmando uma revolta, ainda não despoletada.

Dai o interesse da presente investigação, já que permitiu, por um lado, desmontar o percurso do Grémio Africano de Lourenço Marques e, através dele estudar a actuação de uma faixa social - os assimilados e, por outro, contribuir para o estudo de partidos políticos e grupos de pressão, em Moçambique, sob o domínio colonial.

Esperamos ter cumprido com os objectivos a que nos propusemos, sem desmerecer todo o apoio que nos dispensaram os Professores Doutores Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques e Valentim Alexandre, a amizade de trabalhadores de história, dos Arquivos de Moçambique, em particular da Doutora, Inês Nogueira da Costa, do Arquivo Parlamentar de Portugal e o do Ministério dos Negócios Estrangeiros Portugueses, sem esquecer toda a atenção e estima de amigos da Universidade Eduardo Mondlane, da Universidade Nova e da Biblioteca Nacional, em Lisboa, especialmente do sector de micro-formas.

CAPÍTULO I - Tensões sociais e políticas

Uma vez que o tema da nossa pesquisa é o Grémio Africano de Lourenço Marques, pareceu-nos fundamental enquadrá-lo no contexto espaço-temporal, para entendê-lo como um grupo de pressão. Por outras palavras, o conhecimento, o mais detalhado possível, da teia social e política, onde o Grémio ergueu a sua voz, facilitar-nos-ia a análise da estratégia e tática seguida.

Começaremos assim, por examinar o quadro histórico global, observando as manifestações de conflituosidade sócio-política em Moçambique e, em particular, na cidade capital, analisando a expressão ideológica dessa mesma conflituosidade, tanto na visão do colonizador, como na visão do colonizado.

Como pincelar tal quadro sem definir primeiro as características gerais de Moçambique, no âmbito espacial do ultramar português, no último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX ? Só depois, cremos ser possível demonstrar a importância de Lourenço Marques, no desenvolvimento da colónia .

A opção que fizemos de estudar a realidade social e política da textura urbana da capital, implica um exame atento da sua população, na tentativa de caracterizá-la, sem cair em generalizações tantas vezes repetidas. Iremos ver, neste sentido, como evoluiu a população de Lourenço Marques, as razões do seu rápido crescimento, a sua composição em termos étnicos e raciais. Numa primeira abordagem, analisaremos a estrutura social.

1. Importância da cidade de Lourenço Marques na economia da colónia

1.1. A Colónia de Moçambique

Localiza-se Moçambique, hoje República Popular, na costa Sul-Oriental da África entre os paralelos 10°27' e 26°52' de latitude Sul e entre os meridianos 30°12' e 40°51' de longitude Este, cobrindo uma superfície de 799.380 quilómetros quadrados (isto é, 786.380 de terra firme mais 13.000 de águas interiores). Tem como limites, a Norte, a República Unida da Tanzânia, a Oeste, (de Norte para Sul) o Malawi, a Zâmbia, o Zimbábue, a África do Sul (Província do Transvaal) e com o reino da Suazilândia. A Sul, faz fronteira com a África do Sul (Província do Natal) e a Leste, é banhado pelo Oceano Índico.

Mas, nem sempre foi esta a configuração do território, que se tornou independente em 1975.

Colónia portuguesa desde o século XVI, só na última década do século XIX, mais precisamente no ano de 1891, é que se delimita tal como hoje, na sequência de um tratado assinado entre Portugal e a Grã-Bretanha. (1)

Como aliás, sucedeu a todos os outros estados africanos, as suas fronteiras resultaram da partilha definida pelas potências europeias coloniais e da capacidade ou não da administração portuguesa em ocupar de facto, e explorar o território. (2)

Citando Lobato : "...anteriormente ao Liberalismo, não existia a unidade político-administrativa que se chama hoje Moçambique". (3)

1.As modernas fronteiras de Moçambique foram determinadas pelo tratado com a Grã-Bretanha, celebrado em 1891.A este respeito ver Clarence-Smith, "The third Portuguese empire", p.85.

2.Ref. à Conferência de Berlim.

3.Ver Alexandre Lobato, "Economia, Engenharia e História em Moçambique", p.14.

A Constituição de 1822, bem como a Carta Constitucional de 1826, referem como parte integrante da nação portuguesa, na costa Oriental de África, " Moçambique, Rio Sena, Sofala, Inhambane, Quelimane , e as Ilhas de Cabo Delgado", mencionando a Constituição de 1838, para além destas regiões, a " Baía de Lourenço Marques ". (4) Recorde-se que o termo "Moçambique" referido, significava apenas a ilha no distrito do mesmo nome, a primeira capital da colónia até 1898, data em que foi substituída por Lourenço Marques, no Sul do território.

Todavia, os documentos oficiais portugueses, referem-se, do ponto de vista geográfico, à vastidão do seu território, assim como da sua costa. Vejamos então, este aspecto que nos parece ser extremamente útil, já que pretendemos reconstruir a visão do colonizador. (5)

Tendo sempre como medida de comparação, o rectângulo peninsular, Mousinho de Albuquerque, descreve assim o país : "A África Oriental Portuguesa, delimitada hoje pelo tratado de 1891 com a Grã-Bretanha, abrange uma superfície de 780.000 quilómetros quadrados aproximadamente, com uma costa marítima de cerca de 2.300 quilómetros, o que faz uma superfície nove vezes maior que a de Portugal, e uma extensão de costa quase tripla da do nosso país." (6)

Como um eco do que se passava na pequena Metrópole, da discussão no Parlamento, propagada pela imprensa, António Enes, exprime dúvida e cepticismo, sobre o dilema - colonizar ou alienar Moçambique ? "... se tanta terra tão distante não era demasiada esfera de expansão para nós, que ainda não pudemos povoar o Alentejo e esgotamos para o Brasil as nossas energias colonizadoras. Acabrunhou-me tanta grandeza, comparada com todos os nossos apoucamentos, e - perdoem-me as nobres ambições patrióticas ! - lastimei os esforços e sacrificios que temos feito para ainda mais nos dilatarmos naquela imensidade, em que antes deveramos desde muito ter-nos concentrado." (7)

4. Jorge Miranda, "As Constituições Portuguesas...", p.24, 94, e 154.

5. Metodologia proposta por Mário de Andrade e M. do Céu Guerra em "Ideologias da Libertação Nacional", p.2.

6. Mousinho de Albuquerque, "Moçambique", p.25.

7. António Enes, "Moçambique", p.11.

Do ponto de vista social, o foco do discurso colonial, centra-se no "outro", diferente, "o indígena", categoria globalizante da diversidade étnico-linguística, dos habitantes de Moçambique (8), sobre o qual duas teorias se apresentam - a segregação, experimentada na África do Sul e a assimilação, que acabou por ser seguida pelo regime colonial português.

"O trabalho indígena !, exclamava Freire de Andrade. "Problema é este perante o qual toda a África do Sul tem de se unir para resolver se o preto deve ser considerado como um homem de raça igual à nossa, e que devemos elevar até nós, ou como de uma raça inferior que por nós deve ser dominada, e se outra solução ainda se apresenta, essa ponho de parte, apesar de ter já sido posta em prática em condições semelhantes, pois ela seria a exterminação metódica e gradual do negro, como se fez ao índio na América ou ao indígena da Austrália." (9)

A figura do "preto, como uma criança grande", legitima a necessidade de mão de obra, sucessivamente regulada, através de diplomas legais de 1878, 1899, 1909, 1911, 1914 e 1928. Pressupunha dois métodos - o directo e o indirecto - que levassem "o indígena" a trabalhar.

Assim argumentava, Freire de Andrade : "Temos na Província uma população numerosa no meio da qual vivemos; população essa que vive feliz nos seus costumes e nos seus usos, composta de grandes crianças a quem qualquer coisa diverte e qualquer coisa satisfaz : como criança é o preto cruel, se cruel o deixam ser, e como ela é rebelde ao trabalho, mas como ela está satisfeita sempre que a tratam com justiça e equidade e como ela também pode ser compelida ao trabalho por meios suasórios e graduais."

Na subtileza da malha jurídica, aparecem as seguintes formas : (10)

- . trabalho regulamentado;
- . trabalho obrigatório;
- . trabalho correcional;
- . trabalho sentenciado;
- . repressão à vadiagem;
- . pagamento do imposto de palhota.

8. Veja-se o mapa reproduzido de René Pélissier, "História de Moçambique", vol. I, p. 33.

9. Freire de Andrade, "Relatórios sobre Moçambique", vol. II, p. 70-71.

10. A este respeito ver Madureira, ob. cit., p. 81-82.

Todas estas formas de recrutamento de mão de obra, foram geradoras de conflito, manifestando-se desde a acção armada, à greve, à revolta passiva ou mesmo à simples fuga. E, na memória colectiva, ficou a lembrança do sofrimento, pela repressão brutal.

Ao fazer o balanço do que chamou de "resistência inicial" (11), Pélissier esquematizou as "causas essenciais das principais acções militares em Moçambique (1854-1918)", tendo encontrado em 121 causas atestadas, 70 casos onde as causas políticas predominaram, dos quais 28 devido à pressão administrativa, 23 em que essa pressão se traduziu na cobrança de impostos, 12 de repressão (na Zambézia) e 7 devido a banditismo e pilhagem. Em segundo lugar, aponta as causas específicas da colonização portuguesa, com 39 casos dos quais 1 em resultado da "venalidade do pessoal administrativo", 6 intervenções em problemas dinásticos, 21 resultantes de escravidão e trabalho forçado e, 11 devido a abusos dos senhores dos prazos. Quanto às causas económicas, constata 12 casos, 1 na sequência de problemas fundiários e 11 de agressividade comercial.

Sobre a repressão, seleccionámos como amostra, dois processos dos muitos existentes no Arquivo Histórico da República Popular de Moçambique, abrangendo régulos de Inhambane. O primeiro decorre de 1914 a 1916 e, o segundo de 1927 a 1936.

No primeiro caso, a "Relação nominal dos indigenas que seguem no vapor Luabo para Moçambique, onde vão cumprir a pena de dez anos de desterro, que lhe foi imposta por Sua Exca. o Governador Geral da Província", menciona dezassete pessoas, sendo três régulos, um filho de régulo e treze cabos da circunscrição de Vilanculos. Vejamos de que são acusados, conforme comenta o Secretário dos Negócios Indigenas : (12)

" Em 1911 declarava eu numa sessão da Câmara dos Deputados que 90% das revoltas indigenas nas nossas províncias ultramarinas tinham origem na excessiva fraqueza ou nas violências absolutamente desnecessárias e ausência total do mais rudimentar bom senso por parte das autoridades administrativas encarregadas de dirigir a política indigena.

Este caso de Vilanculos vem mais uma vez confirmar o que então disse, onde não se tratou como à primeira vista parece de sufocar uma revolta nascente, mas de provocar uma rebelião se isso fosse possível e outras causas a isso não obstassem".

11. Pélissier, ob.cit., p. 452-458.

12. Ver processo, (AHRPM, SNI, sec.B, cx. 622).

Ora o administrador de Vilanculos acusa a "resistência passiva", que se manifesta por "relutância na venda de mantimentos e dificuldade no pagamento do imposto de palhota". " Só o Snr. Administrador Aroca parece ignorar, que há quatro anos seguidos, o regime de chuvas, ao sul desta provincia, tem sido irregularissimo e que a fome entre os indigenas se tem feito sentir bastante sobretudo na região de Vilanculos já de si paupérrima em relação ao seu sistema hidrográfico. Não é portanto muito difficil explicar a relutância destes indigenas que vivem em geral em pequenas povoações afastadas dias de viagens umas das outras, fornecerem viveres aos numerosos cipaio e carregadores do Snr. Administrador... e da dificuldade, para mim também justificadissima, dos indigenas arranjar dinheiro para pagamento do imposto de palhota, concluiu o mesmo administrador que uma perigosa revolta estava prestes a rebentar..."

Para melhor compreender este caso, aponta o Secretário Cabral, que é necessário ter em consideração alguns antecedentes do administrador :

"... Este Snr. Aroca, sendo administrador da então circunscrição de Chicome, num arrolamento a que ali procedeu (1911-1912) para a cobrança do imposto de palhota, tais violências praticou, arrolando e cobrando palhotas a mais, que aquella circunscrição se despovoou, tendo-se posto em fuga milhares de indigenas".

A mesma pena foi aplicada ao régulo Vundiça do Sabié, por razões politicas, como podemos constatar no seu processo. (13) " O aludido indigena foi, por despacho de Sua Exca. o Governador Geral da Colónia de 4 de Março de 1927, demittido das suas terras e desterrado, pelo periodo de dez anos, para a circunscrição de Vilanculos, onde se encontra acompanhado das suas três mulheres e filhos..."

De que consta o libelo acusatório? " O referido ex-régulo cometeu faltas graves, que se provaram num inquérito a que se procedeu, desrespeitando as autoridades administrativas, não cumprindo as suas ordens e levando os seus indunas a igualmente as não cumprirem ..."

13. Processo crime com pena de desterro. Caso do régulo Vundiça, 1927-1936, (AHRPM, SNI).

Reclamar o número excessivo de xibalos (14), custou-lhe a humilhação de um desterro que apenas terminou com a sua morte, ocorrida a 29 de Dezembro de 1936, faltando-lhe três meses para cumprir tão dolorosa sentença.

Numa tentativa de periodizar a história do sofrimento em Moçambique, avançamos com a seguinte hipótese (15) - a existência de uma primeira fase, de 1886 a 1920, da "pacificação" e ocupação. Recorde-se que, em 1886, os portugueses atacam o Estado Militar de Massangano - é o início das campanhas militares de ocupação sistemática de Moçambique. As operações militares de "ocupação", terminam em 1920. A conquista, reagem os povos africanos, com enfrentamentos, alianças ou mesmo, submissão temporária.

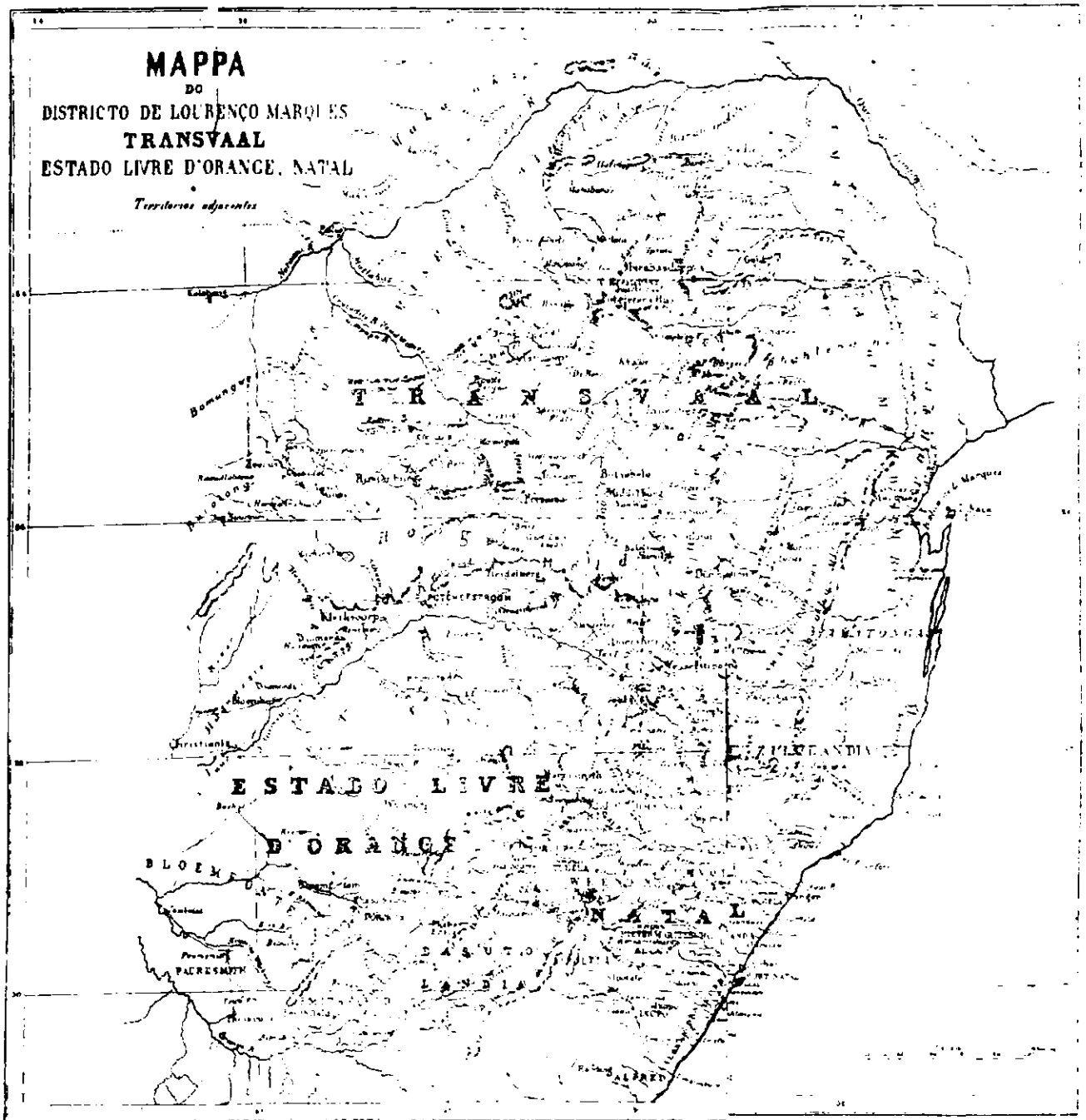
De 1920 a 1935, seria uma outra fase, de adaptação ao poder colonial, em que a estratégia africana desenvolve formas de resistência, de protesto e de revolta. Em Moçambique, esta fase poderá ser conhecida pelos primeiros indícios de nacionalismo, de proto-nacionalismo.

Várias influências, de carácter ideológico e político, a nível internacional, parecem fazer-se sentir, como por exemplo, o apelo de Du Bois para organizar o 19. Congresso Pan-Africano, a revolução de Outubro e o fim da 1.ª Guerra Mundial. Em 1935, um acontecimento sombrio é assinalado, - forças fascistas de Mussolini, invadem e ocupam a Etiópia.

Como afirmava, Eduardo Mondlane, presidente da Frente de Libertação de Moçambique, FRELIMO : " O nacionalismo moçambicano, como praticamente todo o nacionalismo africano, foi fruto directo do colonialismo europeu. A base mais característica da unidade nacional moçambicana é a experiência comum (em sofrer) do povo durante os últimos cem anos de controlo colonial português. Para compreender o desenvolvimento do nacionalismo moçambicano temos que estudar as fases principais do desenvolvimento do colonialismo português no nosso país e registar a consequente reacção do povo."

14. Xibalo, na grafia antiga chibalo, sinónimo de trabalho forçado ou compelido.

15. Ver a este respeito, Eduardo Mondlane, "O Desenvolvimento do Nacionalismo em Moçambique", p. 33-40.



Fonte: Augusto Castilho, ob.cit.p.95.

1.2.Lourenço Marques

Na evolução histórica de Lourenço Marques, hoje Maputo, quais são as fases de desenvolvimento, que podemos distinguir ?

A partida, o momento da fundação de uma minúscula feitoria, em 1782. O seu crescimento global, levará a outros momentos importantes, tais como, a passagem a vila, em 1876, a cidade, em 1887 e, finalmente à categoria de capital, em 1907, substituindo a Ilha de Moçambique.

Quais foram as razões que levaram a potência colonizadora a transferir a capital para o Sul ?

A pesquisa no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, sobre a acção diplomática, enquanto instrumento da política colonial em África, sugere-nos que a questão da ocupação do Sul de Moçambique pela administração portuguesa seja conectada com a expansão britânica na região - começo da colonização britânica na África do Sul e a ocupação da Rodésia - acelerada por razões económicas a que não está alheia a descoberta das minas de diamante em Kimberley (1867), de ouro em Lidemburg (1871-1873) e de carvão, na faixa que vai do Natal a Lidemburg. (16)

O estudo em torno da célebre questão da Baía de Lourenço Marques, leva-nos ao último quartel do século XIX, mais precisamente a 1875, data em que Mac-Mahon confirma o domínio português, contrariando as pretensões inglesas. (17)

é interessante ressaltar, como fez Axelson, que "em Junho de 1875, o Ministério Britânico dos Negócios Estrangeiros, recebeu a informação secreta que a sentença arbitral seria contra a Grã-Bretanha e que Burgers, Presidente do Transvaal, sairia em missão secreta para Portugal a fim de comprar Delagoa Bay e obter garantias da aquisição junto da Alemanha, Estados Unidos e Rússia". (18)

16.Ref. Madureira, ob.cit., p.29.

17.Ver Eric Axelson, "Portugal and the scramble for Africa", p.1 e 14.

18.Idem, p.13 e 14.

Há que considerar o recrudescimento das tensões boers-britânicas, a ameaça constante do Transvaal que culminará na sua anexação, pela Grã-Bretanha em 1877, para entender a importância de uma saída para o mar, por caminho não bloqueado pelos ingleses.

Numa síntese expressiva, Eduardo de Noronha, secretário do distrito de L.M. em 1880, ressalta a importância do caminho de ferro nestes termos :

" ...era uma esperança, que os colonos aflagavam de longe, sem acreditarem na sua realização. Era o pesadelo do governo inglês, o fantasma temeroso da colónia de Natal, o receio longínquo, indefinido do Cabo, um horizonte de emancipação comercial para o Transvaal , para o governo português, uma utopia de expansão colonial, que se estudava como uma teoria mal definida, um abismo devorador para os capitais portugueses, uma tentativa desastrosa, segundo a opinião dos políticos, uma incógnita, uma forma vaga e abstracta para a curiosidade do povo ". (19)

Frequentemente, o caminho de ferro e o porto são referidos nos documentos oficiais, como o pivot do desenvolvimento, quer do distrito quer da colónia.

Presídio pestilento, desde 1782, " data em que ,no sítio da actual Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, ...era uma língua de areia saliente num pântano, ...se construiu, em menos de três meses, o abarracamento de palhotas de pau e capim, e se principiou a implantar a estacada de grossos troncos a servir de muralha ".

Nascia então, uma feitoria e casa forte, o chamado presidio, destinado a proteger o comércio português na baía. (20) É elevada à categoria de vila em 1876, fruto de índices mais elevados nas receitas, provenientes sobretudo do comércio, aumentando assim, cada vez mais o seu peso no orçamento da colónia .

A prosperidade de Lourenço Marques é bem patente, se compararmos as receitas deste distrito, com a de outros distritos da colónia de Moçambique, tal como sugere Axelson:

19. Eduardo de Noronha, "O Distrito de Lourenço Marques e a África do Sul", p.111.

20. A este respeito, ver Alexandre Lobato, "Quatro Estudos E Uma Evocação Para A História de Lourenço Marques", p.147 e "História da Fundação de Lourenço Marques", p.112.

Distribuição de receitas
1875 - 1876
(em mil réis)

Nº	Distrito	Receita	Observação (21)
1	Angoche	85	Fonte : "Boletim Oficial", 25.09.1876,p.262.
2	Sofala	98	
3	Bazaruto	255	
4	Sena	861	
5	Tete	7,786	
6	Cabo Delgado	8,428	
7	Lourenço Marques	24,263	
	Total	41,776	

Confirmando a sua importância estratégica na região, pela consolidação do trânsito mercantil, o decreto real de 10 de Novembro de 1887, criava a cidade de Lourenço Marques :

"Tomando em consideração o notável incremento que tem tomado a vila de Lourenço Marques, capital do distrito do mesmo nome na província de Moçambique em resultado dos melhoramentos materiais ali realizados, e atendendo à excepcional importância que tanto aquela vila como o seu porto hão-de adquirir com a próxima exploração do caminho de ferro que há-de ligar, por uma comunicação fácil e rápida, aquele distrito com a República do Transvaal, importância que já é hoje muito sensível no aumento da navegação e do comércio, e na transformação rápida que se está operando nas condições económicas e sociais daquela povoação..."

21.Axelson, ob.cit., p.16.

Se a posição portuguesa, do ponto de vista comercial, parecia estar assegurada, o mesmo não acontecia no âmbito político-militar, já que as relações com formações políticas vizinhas, no hinterland, nem sempre se desenvolveram amistosamente, como confessam os relatórios dos governadores do distrito.

"Os territórios de Moamba a Leste, do Muzila ao Norte, e de Maputo ao Sul, estão completamente fora da nossa jurisdição e não reconhecem a nossa soberania. Este último apesar da decisão da arbitragem acerca da posse da parte sul da baía que compreende esses territórios, paga tributo ao régulo dos Zulos supondo-se independente da coroa portuguesa".(22)

Importa chamar a atenção para o facto de que , " o pagamento do tributo dependia em grande medida, da vontade dos chamados " régulos avassalados " e não, como podemos verificar, da capacidade de Portugal impôr o seu cumprimento como devia ser ", argumenta Luís Covane, ao referir-se à atitude do Governador de Lourenço Marques nas cerimónias de entrega de tributos : (23)

" Está em uso sempre que os régulos mandam o tributo, dar-se-lhes um pequeno presente de aguardente, genebra ou fazendas sempre inferior ao valor do tributo ; e todas as vezes que algum régulo vem à vila visitar o Governador dá-se-lhe igualmente qualquer coisa para conservar com ele boas relações ".

Na sequência da Conferência de Berlim (1884-1885), a política colonial portuguesa caracteriza-se pela ocupação a ferro e fogo. Em 1886, o exército colonial português ataca o Estado Militar de Massangano, (24) conquista, que só termina na segunda década do século XX, quando em 1920, a Companhia do Niassa lança uma operação militar contra os Macondes. (25)

22.Boletim Oficial, 39, 1877, p.355.

23.Luís Covane,"Considerações sobre o impacto da penetração capitalista no sul de Moçambique", 1850-1876, p.9.

24.Nos finais dos anos 40 , há tentativas da coroa portuguesa em derrubar os senhores dos prazos. Após a Conferência de Berlim, a administração portuguesa iniciou de uma forma sistemática a ocupação militar de Moçambique, com o ataque aos Estados Militares do vale do Zambeze. Ver René Pélissier,"História de Moçambique" ,29vol, p.174 e 454 .

25.Em 1919-20, a Companhia organizou uma expedição contra os Macondes. Ver Eduardo Medeiros,"História de Moçambique", 29vol, p.118.

No Sul de Moçambique, o alvo das metralhadoras portuguesas é o Estado de Gaza, "pacificado" em 1895. Na batalha decisiva, em Coolela, como afirma Douglas Wheeler, "os regimentos dos guerreiros de Gungunhana foram varridos pelo potencial do fogo português, e os africanos sofreram milhares de baixas ..." (26)

Vejamos como Mouzinho de Albuquerque, herói-centurião destas campanhas, assim lhe chama Pélissier, explica a razão de ser da estratégia militar : "...Mostra a experiência que, em África, toda a tentativa de posse que não seja precedida por uma acção de força e seguida de uma ocupação que imponha respeito, ou antes medo, a todos que tentem revoltar-se, é sempre mal sucedida ..." (27)

A fim de atingir a "ocupação efectiva", aplicam-se uma série de medidas de carácter administrativo, das quais se destaca a criação das circunscrições de Lourenço Marques, a criação do distrito militar de Gaza e o corpo de polícia anexo, a reforma das pautas de L.M., decretadas no ano de 1895, pelo comissário régio António Enes.

A conclusão nesse ano da ligação ferroviária Lourenço Marques - Transvaal, mais precisamente a um de Fevereiro de 1895, em que começa o serviço regular entre L.M. e Pretória, contribuiu decisivamente para o arranque da economia moçambicana.

O aparelho administrativo-militar, montado nesta cidade, destinado a controlar a "pacificação" do Sul, terá tido peso na decisão do governador-geral, expressa na circular de 22 de Novembro de 1898, de transferir a sede do governo e secretaria-geral para Lourenço Marques, a partir de 1 de Dezembro desse ano. Todavia, a mudança da capital só se efectiva em 1907, através da "Reorganização Administrativa da Provincia de Moçambique", reforma decretada a 23 de Maio de 1907.

26.Ref.Madureira, ob.cit., p.30.

27.A respeito do alargamento de influência dos portugueses, ver Mouzinho de Albuquerque, "Moçambique", vol. II, p.119.

Ao tomar posse como governador-geral, Freire de Andrade (1906), afirmava sem rodeios as suas prioridades: "...é o seu porto a sua principal fonte de prosperidade e por ele entendo que tudo devemos fazer, bem como pelas linhas férreas que lhe são natural e indispensável complemento ..." (28)

Esta atenção especial a que foi votado o distrito fez aumentar as assimetrias regionais, como constatava o governador:

" Mapa das receitas cobradas na Província ..." (29)

Anos	No distrito de L.M.	Nos outros distritos da Prov.	Total
1896-7	1.880.592\$546	1.053.734\$327	2.934.326\$873
1897-8	1.325.080\$915	1.265.757\$374	2.590.838\$289
1898-9	1.772.939\$137	1.363.457\$785	3.136.396\$922
1899-0	1.527.479\$105	1.314.997\$063	2.842.476\$168
1900-1	1.291.964\$397	1.043.962\$410	2.335.926\$807
1901-2	1.687.017\$163	932.502\$102	2.619.519\$265
1902-3	2.850.099\$957	1.183.117\$061	4.033.217\$018
1903-4	3.016.071\$590	1.357.854\$240	4.373.925\$830
1904-5	3.238.234\$379	1.571.848\$274	4.810.082\$653
1905-6	3.280.382\$183	1.532.650\$429	4.813.032\$612

28.Freire de Andrade, Relatórios sobre Moçambique, 19vol., p.13.
29.Idem, p.118.

O fim da Monarquia a 5 de Outubro de 1910 e a proclamação do regime republicano, recebem honras de primeira página nos jornais locais, ecoando uma onda de entusiasmo, de promessas e utopias, a 8 desse mesmo mês, em Lourenço Marques.

A instabilidade governativa continuou tal como no passado, na direcção de Moçambique, que conheceu de 1910 a 1926, por exemplo 14 governadores, sendo 3 Altos Comissários, 6 governadores-gerais e 5 interinos (30), espelhando a situação na metrópole.

Esta instabilidade teve repercursões na vida económica, política e social, deteriorando-se a capacidade de controlo por parte do governo, sobretudo em épocas mais sensíveis, como foram as que decorreram na duas guerras mundiais.

No primeiro caso, em 1914 é explícito o medo de tudo e todos manifestado pelo governo colonial, face ao clima de "agitação no seio da população indígena" :

"Correndo boatos sobre projectos de agitação nos indígenas incumbe-me Sua Excia. o Governador Geral de dizer a V.Excia. que muito convem prestar ao assunto a maior atenção empregando pessoa ou pessoas de influência para contraditar qualquer propaganda, e exercer a maior vigilância sobre todos os individuos suspeitos, mesmo missionários, de menos amizade para connosco e mais favoráveis à Alemanha ou qualquer das nações suas aliadas..." (31)

Porquê esta atenção permanente dispensada à população ?

A proliferação de decretos e portarias impondo o passe e a chapa aos trabalhadores e a criação de departamentos policiais, trabalhando em estreita ligação com a Secretaria dos Negócios Indígenas, provocam uma viva contestação social, visível na imprensa local. (32)

30.Mário Costa,"Como fizeram os portugueses em Moçambique", p.18.

31.Agitação no seio da população. Ver Circular confidencial da Intendência dos Negócios Indígenas e de Emigração, nº1750, ao governador do distrito, (dirigida a todos os distritos da Província), 25 de Agosto de 1914, (AHRPM, SNI, sec.B, cx.622).

32.Ver a este respeito Aurélio Rocha, "Lourenço Marques:classe e raça na formação da classe trabalhadora do sector ferro-portuário", p.41-42.

Comenta o jornalista que " devido às circunstâncias originadas pela guerra, o desenvolvimento da Província tem sido diminuto ", todavia continuam como sendo as principais fontes de receita - o imposto de palhota, os rendimentos do caminho de ferro, os direitos alfandegários e as taxas cobradas sobre os trabalhadores emigrados, para as quais contribui decisivamente o trânsito por Lourenço Marques.

Analisemos as fontes de receita de Moçambique, estimadas no ano económico de 1916-1917, que o Anuário de Lourenço Marques, de 1917 calcula elevarem-se a 7.507.979\$00: (33)

"Fontes de receita	Total \$
Impostos de palhota	1.170.000\$00
Caminhos de ferro	1.158.000\$00
Direitos aduaneiros.....	1.126.000\$00
Emigração dos indígenas.....	700.000\$00
Contribuição para melhoramentos.....	470.000\$00
Miscelâneas.....	400.000\$00
Contribuição comercial.....	270.000\$00
Contribuição distrital e municipal para o novo serviço de saúde.....	189.000\$00
Rendimento dos Praços.....	170.000\$00
Fundos de reserva para o porto e c.f....	130.000\$00
Correios e Telégrafos	125.000\$00
Imposto de selo.....	120.000\$00
Contribuição do foral.....	100.000\$00
Contribuição industrial.....	100.000\$00
Rendimento do cais.....	100.000\$00"

33. Anuário de Lourenço Marques, p.35-36.

É bem elucidativo o quadro que a seguir transcrevemos do Anuário de Lourenço Marques, de 1923, sobre o valor, em escudos, das importações de produtos do Transvaal e da exportação para o Transvaal de produtos da Província : (34)

Ano	Imp/Transv.	Exp/Transv.	Para menos na Prov.
1916	1.045.541\$	653.599\$	391.942\$
1917	1.254.355\$	1.145.014\$	109.341\$
1918	1.727.627\$	898.764\$	828.863\$
1919	1.377.220\$	432.739\$	944.428\$
1920	2.581.076\$	540.521\$	2.040.550\$
Total	7.985.819\$	3.670.690\$	4.315.129\$

O sector ferro-portuário de Lourenço Marques, tornara-se assim um centro fundamental do movimento para as trocas e comércio do Transvaal, troca desigual para Moçambique, o que acelera a sua dependência económica em relação à União Sul Africana .

Após o estudo deste sector, da sua implantação na rede da zona sul do continente africano, podemos constatar que embora Moçambique tivesse em 1930, um total de cerca de dois mil quilómetros de vias férreas, raras eram as que ligavam regiões diferentes na colónia, não existindo ligação alguma entre o Norte, o Centro e o Sul.

Referindo-se aos resultados de penetração com fins agrícolas, Lobato menciona a construção de pequenas linhas de caminhos de ferro: a de " Goba- 1912, Inhambane -1912, Xinavane - 1914, Gaza-1915, Quelimane-1922, Moçambique-1924, Marracuene- 1924. Os resultados não foram grandes mas foram alguns, os suficientes para se justificar a elaboração de uma política de comunicações e transportes, que se inicia em 1926 com a administração do Eng.Finto Teixeira e dá novo passo em 1930 com a criação da camionagem automóvel." (35)

34. Anuário de Lourenço Marques, 1923, p.27.

35. Sobre o atraso económico, ver Alexandre Lobato, "Economia, Engenharia e História em Moçambique", p.42-43.

2. A população

Como vimos, em torno da história de Lourenço Marques, identificámos quatro momentos - o da sua fundação, como feitoria, em 1782, da passagem a vila, em 1876, da elevação à categoria de cidade, em 1887 e finalmente, a consagração como capital da colónia, em 1907.

Recorrendo à história diplomática, económica e militar, encontram-se diversas razões explicativas para a irrupção de um pólo de desenvolvimento, como tentámos demonstrar. Todavia, é na observação de dados demográficos, onde se pode perceber as nuances desse mesmo desenvolvimento.

2.1. Quantitativos da população citadina

A primeira referência à fundação do presidio, dá conta de um aquartelamento de cento e trinta homens, em 1782, quando Joaquim de Araújo o fundou na margem Norte do Espírito Santo, em terras cedidas pelo régulo de Matola. Segundo Frei Francisco de Santa Teresa, no "Plano e Relação da Baía": "...foi aí que se edificou a povoação para o destacamento de cento e trinta homens que mandou o Governador interino de Moçambique, Vicente Caetano de Maia, segundo as ordens superiores que teve." (36)

Outra informação mais detalhada mostra, como quarenta e sete anos depois, a situação no presidio não tinha sido muito alterada. Estamos em Abril de 1829, pela mão de Fortunato Soares, feitor da Real Fazenda, entremos no presidio para conhecer a vida da sua população.

A partir dos dados mencionados, estima-se a população, sem contar com os trabalhadores africanos, livres ou escravos, que seriam certamente a maioria, em noventa e quatro pessoas. No topo da pirâmide está o governador, às suas ordens, quatro oficiais, dois funcionários da fazenda, três comerciantes, sete empregados de uma companhia comercial, dois moradores europeus e setenta e cinco praças, sendo alguns "filhos do país".

36. Alexandre Lobato, "História da Fundação de Lourenço Marques", p.112.

" Este território terá, entrando a fortaleza que está ainda em princípio, e tudo, um quarto de milha de comprimento de NO a SE e oitenta braças de largo de NE a SO, situado numa baixa e cercado de imensos pântanos de NO até SE motivo por que quase ninguém goza de saúde. A sua povoação é o Governador, uma Companhia de guarnição (que tem hoje em dia setenta e cinco praças entre soldados e inferiores), três alferes e um capitão comandante e ajudante da praça, feitor e escrivão da Real Fazenda, a Companhia Comercial de Santos & Baptista (que tem sete empregados), dois moradores europeus (um homem e outra mulher) e mais três indivíduos que estão cá a bem dos seus negócios. Os filhos do país livres, entram no número das setenta e cinco praças e todos os outros negros forros que cá servem não têm território certo. Não se pode calcular o número dos escravos visto que varia consideravelmente todos os dias por ser este o género de comércio ora dominante na terra. Uma pequena capela que cá havia já veio abaixo, e não há também capelão. Não existe cá estrangeiro algum. O temperamento, carácter e génio destes habitantes negros é tal e qual como dos de Moçambique, tem uma grande inacção para tudo, não estendendo a sua habilidade senão para comer e furtar. Os seus costumes se parecem quase com o primitivo estado da natureza ..." (37)

O início do povoamento civil parece acontecer em 1830, com a vinda de sete degredados, que aqui se estabelecem, "deixados livres em palhotas, recebendo o vencimento de soldados, sementes e ferramentas." (38)

Em 1850 seriam já seiscentas pessoas, conforme se refere Sousa Monteiro, citado pelo visconde de Paiva Manso, (na sua maioria certamente africana), para na década seguinte, nos finais do ano de 1861, serem novecentas e trinta e seis pessoas . (39)

Destas , segundo Noronha, noventa e dois são militares, cinquenta e cinco negociantes, seis pescadores, cinco vendedores ambulantes, três funcionários e cento e oitenta "sem emprego fixo", num sub-total de trezentos e quarenta e dois . Na estimativa, da população masculina, setenta e oito são europeus (sessenta militares e dezoito civis), quarenta e nove asiáticos e dois americanos. Da população africana, dozentos e três, libertos, e igual número de escravos.

37.Alexandre Lobato,"Lourenço Marques", 1830, p.22-23.

38.Idem, "Economia,Engenharia e História ...", p.27.

39.Eduardo de Noronha, "O Distrito de Lourenço Marques e a África do Sul", p.71.

A estimativa do número de escravos registados, de acordo com o decreto de 14 de Dezembro de 1854, era de dozentos e sete, em 20 de Maio de 1865. (40)

Parece-nos que, é a partir da década de 70, que se dá o primeiro salto de desenvolvimento urbano. Segundo Augusto Castilho, em 1877, já com a categoria de vila, L.M. teria um total de mil quatrocentas e dezassete pessoas, das quais trezentos e quatro brancos, dividindo-se em dozentos e trinta e um homens, vinte e quatro mulheres e quarenta e nove crianças, sendo apenas oitenta e três portugueses e dozentos e vinte e um estrangeiros. Oitenta e seis por cento da restante população, era constituída por indianos. (41)

De acordo com a primeira planta conhecida da vila, datada de 1876, " o pequeno aglomerado estava organizado em torno da Praça da Fricota (Praça Sete de Março / Praça Vinte e Cinco de Junho), da qual partiam quatro ruas, sendo a parte ocidental a mais ocupada. A norte corria a linha de defesa e este pequeno povoado estava separado do continente por um pântano, atravessado pela mais importante via de penetração para o interior - a estrada de Lidemburgo. (42)

O primeiro plano de urbanização da cidade data de 1887, de autoria de uma expedição das Obras Públicas de Lisboa, chefiada pelo notável engenheiro Joaquim Machado, teve de obedecer não só a critérios topográficos, mas também aos compromissos assumidos com o Transvaal, segundo os quais a "cidade de Lourenço Marques deveria ter uma base económica de natureza portuária". (43)

Apresenta Maria Clara Mendes, a estimativa de mil quatrocentos e treze, para " Maputo Antes da Independência", em 1887, número total de população não - africana, o que Noronha tinha já apresentado: "compunha-se a população de quinhentos e cinquenta europeus estrangeiros, quinze mulheres, dez crianças de ambos os sexos; portugueses europeus setenta homens e nove mulheres; asiáticos, trinta e cinco estrangeiros, setecentos e vinte portugueses e quatro mulheres". (44) Quanto à população do distrito, pertencente aos régulos avassalados, foi arrolada (em 1885) em vinte mil e doze almas".

40. Noronha, ob.cit., p.72.

41. Maria Clara Mendes, "Maputo Antes da Independência", p.82.

42. Idem, ob.cit., p.81-82.

43. Idem, ob.cit., p.86.

44. Noronha, ob.cit., p.72 e 73.

Vejamos como evoluiu a população de Lourenço Marques, a partir de 1894, data em que foi feito o primeiro recenseamento, digno desse nome. Trata-se de um registo manuscrito de toda a população feito, casa a casa e rua por rua.

" População de L.M. em 1894 "
(Segundo Reis) (45)

Arruamentos	Fop.total	Europeus	Asiáticos	Afric.
Rua D.Luis.....	170	61	98	11
Avenida Central.....	134	102	17	4
Rua da Gávea.....	112	5	95	12
Avenida D.Manuel.....	91	72	16	3
Avenida D. Carlos.....	84	54	18	-
Fraça Sete de Março....	55	38	-	-
Travessa de S.Pedro....	38	19	-	-
Rua Nã da Conceição....	19	-	-	-
Rua Lapa.....	16	13	-	-
Travessa do Baluarte...	13	10	-	-
Avenida Andrade Corvo..	10	38	-	-
Largo Serpa Pinto.....	38	-	-	-
Avenida Paiva Manso....	34	30	-	-
Bairro Indígena.....	30	-	-	-
Avenida Francisco Costa	23	22	-	-
Avenida Castilho.....	22	19	-	-
Avenida Pinheiro Chagas	19	15	-	-
Alto Maxaquene.....	15	15	-	-
Avenida Machado.....	15	14	-	-
Avenida Tito de Carvalho	14	13	-	-
Avenida Aguiar.....	13	12	-	-
Ponta Vermelha.....	12	11	-	-
Av.Afonso de Albuquerque	11	9	-	-
Alto Mãe.....	9	6	-	-
Avenida Luciano Cordeiro	6	4	-	-
Estrada das Mahotas.....	4	-	-	-
Travessa da Palmeira....	12	-	-	-
Trav. da Linha da Porta.	8	8	-	-
Travessa da Laranjeira..	6	6	-	-
Travessa da Fonte.....	3	-	-	-
Travessa da Catembe.....	-	-	-	-
Bairro Caminho de Ferro	-	-	-	-

45.Maria Clara Mendes, ob.cit., p.87.

A partir de 1895, a cidade expande-se em direcção à Ponta Vermelha. Três anos mais tarde, em 1898, a capital da colónia tinha um total de duas mil e quatrocentas e uma pessoas, das quais trinta e quatro, quatro % de estrangeiros, sendo vinte, nove % de ingleses oriundos da Índia, vinte e três, um % de indianos e dez, oito % de negros. (46)

Parece-nos que, este crescimento está relacionado com as ligações ferroviárias entre Lourenço Marques e Pretória e por conseguinte, com o desenvolvimento do sector terciário.

Entre 1900 e 1912, verifica-se " um crescimento de 40,2% ", na faixa da população branca, na opinião de Maria Clara Mendes, que citando Lobato "refere que 19% eram estrangeiros, registando-se ainda a existência de mil setecentas e dezassete mulheres brancas, e os chineses eram em número de trezentos e setenta e três ". (47)

Quanto aos números relativos aos outros grupos - indianos, mistos e negros só há informações em obras da década de trinta.

46.Mendes, ob.cit., p.88.

47.Idem, p.89.

Em 1930, estima Zilhão a existência de vinte mil seiscentos e quarenta e dois habitantes, distribuindo-se da seguinte forma pelos vários bairros da cidade : (48)

População de Lourenço Marques
1930

Total	Ponta Ver.%	Polana %	Alto M.%	Baixa %	Subúrbio Ocid.%	Subúrbio Orien.%
TOTAL 20.642						
Europ. 8.304	89	88,2	73	45	48	41
In-For 1.459	6	5,2	11	22	9,5	6,5
In-Br. 1.164	1	0,3	2	19	5	5
Amarel 270	1	0,5	-	7	1,5	3
Ms/Neg 9.445	3	5,8	14	7	36	44,5

Dos nove mil quatrocentos e quarenta e cinco habitantes, mistos e negros, estima-se em mil e noventa e três os mestiços. Continuando a citar Maria Clara Mendes, " os bairros da Polana e Ponta Vermelha eram essencialmente ocupados por estrangeiros, pois correspondiam as melhores áreas da cidade, mais arejadas, com melhor exposição ao sol e sobranceiro à baía...

Tal como hoje, o bairro Central fazia a transição entre a zona rica e europeia e a dos negros, mais pobre. A data comportava a maior percentagem de asiáticos e de habitações de madeira e zinco. Era contudo a zona mais viva da cidade, com grande abundância de lojas e de casas de bebidas.

O Alto Maé apresentava habitações cuidadas, de madeira e zinco, e tinha uma população essencialmente mestiça". (49)

Os bairros dos subúrbios, na zona de " caniço ", o de Xipamanine - que se desenvolve em função da estrada de Lidemburgo, já referida, e o da Munhuana e Lagoas com casas de caniço e zinco e palhotas maticadas, alojavam a maioria da população negra.

48. Mendes, ob.cit., p.89.

49. Idem, p.94-95.

2.2. Composição da população

Observámos a evolução dos quantitativos da população, desde que Lourenço Marques foi um pequeno povoado até se transformar em cidade, capital da colónia de Moçambique. Interessa-nos agora analisá-la do ponto de vista da sua composição, contornando a sua face cosmopolita, de feitiço e boémia.

Retratando a cidade, nos finais do século XIX, António Enes, refere-se ao ambiente social que circundava na Baixa: "... na Praça Sete de Março, então Praça da Picota, instalavam-se as repartições públicas, encontrando-se aqui a residência do Governo, a Secretaria Geral e a Repartição da Fazenda. Os mouros e baneanes vendiam algodões e avelórios ao longo das ruas compreendidas entre a Avenida da República e a Rua Major Araújo, os hotéis empilhavam ingleses e os caixeiros dos Bancos contavam as libras".(50)

O movimento comercial que anima o burgo traz à administração portuguesa o problema de controlo da população, que segundo Mousinho de Albuquerque devia ser classificada em três classes de indivíduos - " europeus e seus descendentes brancos - mestiços africanos, asiáticos e indígenas dessas proveniências assimilados aos europeus - e indígenas africanos e asiáticos não assimilados".(51)

Claro está que o controlo abrange igualmente os estrangeiros, em grande número aliás em 1898, que se estima em trinta e quatro, quatro % da população de L.M., dos quais vinte, nove % de ingleses oriundos da Índia.

Por outro lado, a indústria mineira do Transvaal, levou ao recrutamento de centenas de milhares de camponeses do Sul do Save, que emigravam em busca de melhor sorte." ...Apesar destas grandes dificuldades e da falta de comodidades ao longo do caminho, ainda por Lourenço Marques subiram para os Campos de Ouro, muitos mineiros e desceram outros. A maior parte destes, pertencentes às mais baixas classes da sociedade". (52)

50.Ref.de Enes, ob.cit., 1895, p.31; cf.Mendes, ob.cit., p.86.

51.Mousinho de Albuquerque, "Moçambique", p.244.

52.Augusto de Castilho,"O Distrito de Lourenço Marques, no presente e no futuro", p.56-57.

Paralelamente ao trabalho migratório, a administração colonial promoveu o recrutamento forçado, para resolver o problema da falta de mão de obra na cidade, onde o ritmo de construção era cada vez mais intenso e assegurar a utilização de uma força de trabalho barata, sobretudo no sector do porto e dos caminhos de ferro.

O recenseamento de 1904, apresenta uma estimativa de sete mil cento e noventa e cinco habitantes, de nacionalidade portuguesa, sendo o número total nove mil oitocentos e quarenta e nove. Seguindo o critério de prática religiosa, o "Anuário de Moçambique"(1908), discrimina os indivíduos portugueses : "católicos 3.773 ; fetichistas 1.651; protestantes 145 ; maometanos 190 ; hindus 263; budistas 13; isrealitas 19; parses 14 ; livres-pensadores 11; desconhecidos 1.116 .

O "Anuário de Moçambique"(1917), referindo-se ao recenseamento de 1912 , menciona em Lourenço Marques a existência de duas zonas , a da cidade, onde vivem treze mil, trezentos e cinquenta e três habitantes, e a dos subúrbios que aloja doze mil, setecentos e vinte e seis pessoas assim distribuídas : " 236 brancos, 69 amarelos, 771 pardos e 11.650 negros".

Em 1930, segundo o "Boletim Económico E Estatístico", a "população indígena em trinta e um de Outubro", no Concelho de L.M., seria de vinte e oito mil, trezentos e setenta e oito pessoas, nem todas provenientes do distrito de L.M., como se pode observar no seguinte quadro, (reproduzido da p.30-31) :

" População Indígena de facto, por sexos e naturalidade e por concelhos e circunscrições "

" Concelho de Lourenço Marques "

	Total	Total por sexos	
		Varões	Fêmeas
	28.378	18.746	9.632
Dist.de L.M.	14.951	8.551	
Dist.de Inh.	2.141	731	
Dist.de Quel.	571	46	
Dist. de Tete	158	20	
Dist.de Moç.	456	171	
Dist.de C.D.e Nias.	34	2	
Territ.de Man.e Sof.	221	17	
De out.proced.	214	94	

Ainda que a maioria da população africana de L.M. fosse de origem Tsonga, etnia que ocupou quase toda a região do Sul do Save, há que considerar os Angunes (Gaza), os Bitongas (Inhambane), os Macuas (Nampula) e um pequeno número de Macondes (Cabo Delgado).

Segundo o "Anuário de Lourenço Marques"(1928), a terminologia aplicada aos povos de Moçambique é a seguinte: "Os povos que habitam esta Colónia ,pertencem à raça Bantu. A raça Bantu divide-se em vários grupos a saber:

Rongas ou Landins	(Lourenço Marques)
Tongas	(idem)
Chopes	(Gaza e Inhambane)
Sengas	(Companhia de Moçambique)
Angonis	(Tete)
Macuas	(Quelimane, Moçambique, Comp.do Niassa)
Yaus ou Ajaus	(Companhia do Niassa)

Estes grupos dividem-se em tribos, como os Tembes, Cossas, Chenganes, Machenguas, Tauaras, Manicos, Massingires, Borores, Maganjas, Macondes, etc.

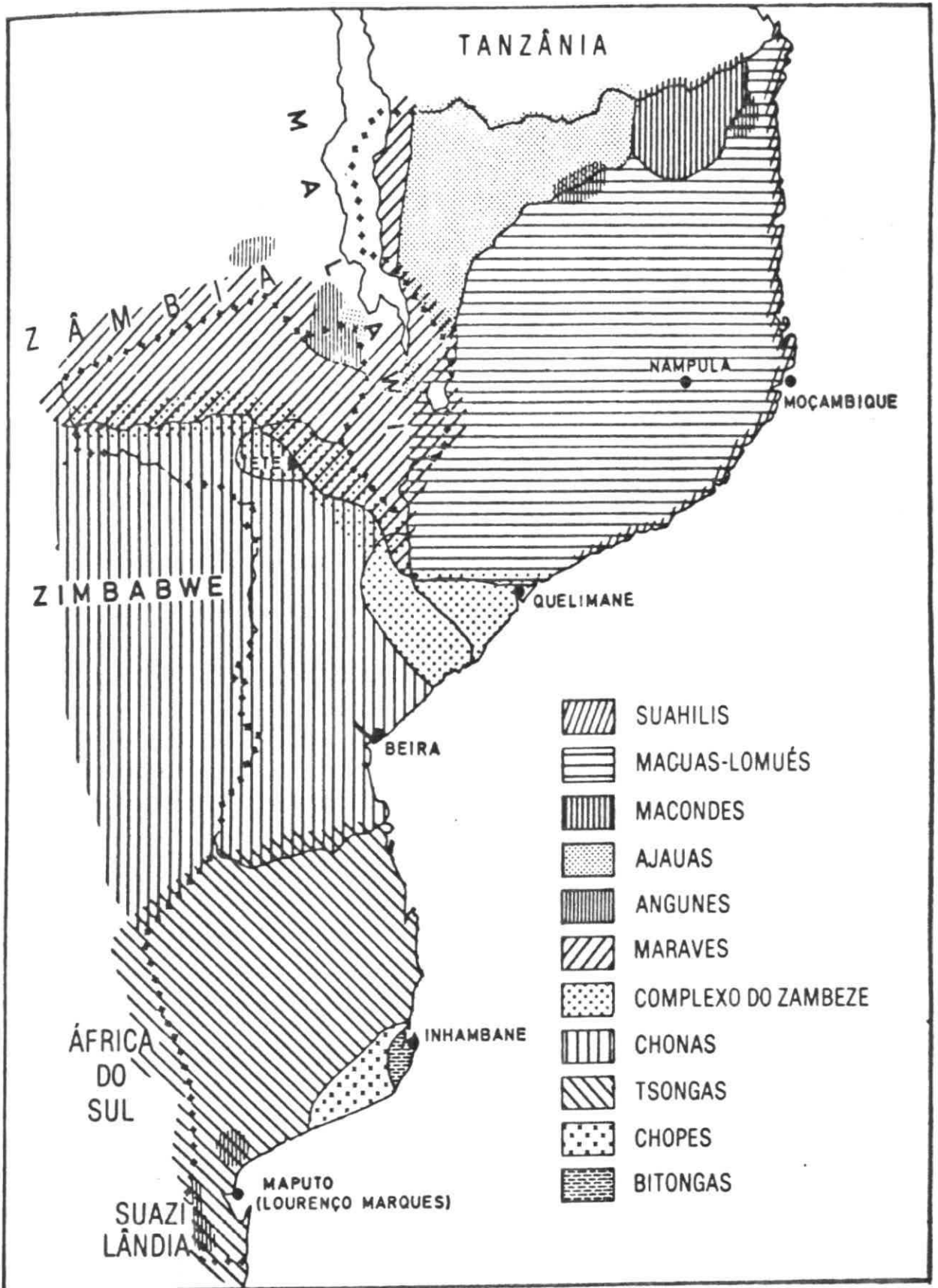
A raça mais dominante é a raça vátua ou landina, oriunda da raça zulu. Os povos que os vátuas conquistaram são chamados Machangana...

A raça mais inferior parece ser a bitonga ou tonga (Inhambane) e a superior , a raça vátua..." (53)

Em termos somáticos e étnicos há pois uma diversidade de elementos, que sob um regime colonial vivem separadamente e em tão raros momentos se encontram ...

53. Anuário de Lourenço Marques, 1928, p.71-72.

MAPA II. Mapa etnográfico simplificado (século XX)



Fontes: Segundo Allison Butler Herrick et al., *Area Handbook for Mozambique*, Washington, 1969, p. 60 e António Rita-Ferreira, *Agrupamento...*, op. cit., p. 16 & *Povos...*, op. cit., p. 11.

Mapa II. Reprodução do mapa inserido na obra de René Pélissier "História de Moçambique" volume I, pag.33.

3..Estrutura social

Numa primeira abordagem à estrutura social, levantámos as seguintes questões preliminares :

- . Quem habita e trabalha na cidade de Lourenço Marques (no centro e na periferia) ?
- . Quais são as principais forças em presença na sociedade urbana, quer do ponto de vista do colonizador, quer do ponto de vista do colonizado ?
- . Qual é a sua base material ?
- . Que interesses defendem, do ponto de vista político, económico, ideológico e cultural ?
- . Que tipo de características tem a cidade, face à actuação da população que nela habita ou trabalha ?

Ocupada desde 1782, a feitoria de Lourenço Marques alberga na sua maioria militares, um destacamento de cento e trinta homens, que resolvem problemas administrativos e de comércio. Em 1826, instala-se uma firma de Lisboa, a Companhia comercial de Santos & Baptista, de Vicente Tomás dos Santos e Carlos João Baptista, com sete empregados, que se dedica ao tráfico de escravos e marfim.

Como era L.M., diz-nos Roberto Teodorico da Costa e Silva, capitão de fragata, quando em 6 de Junho de 1854 participava para o ministério da marinha, que ao chegar à feitoria em 19 de Março desse ano considerava-a: "muito inferior a qualquer aldeia de pescadores, não havendo nem um prego nem uma tábu, nem quem dela faça uso." (60)

A 31 de Dezembro de 1861, conforme estima Eduardo Noronha, num total de 341 indivíduos activos, 92 são militares, 55 negociantes, 3 funcionários, 6 pescadores, 5 vendedores ambulantes e 180 sem emprego fixo. Os escravos eram 207 em 20 de Maio de 1865. (61)

Nessa fase de ocupação militar, Mousinho de Albuquerque critica o sistema de administração, detalhando os problemas existentes:

"Vastíssimos territórios convencionalmente nossos onde não exercíamos influência alguma; régulos poderosos ligados à corôa portuguesa por vassalagens fictícias; um sistema de governo convencionalmente liberal em que cidadãos improvisados elegiam, num fingimento de votação, um deputado fictício de antemão designado pelo ministério e tão desconhecido no círculo quanto desconhecedor do país que representava; municípios de convenção onde nem havia vereadores decentemente elegíveis nem eleitores que soubessem que o eram, nem mesmo receita municipal que administrar; oficiais de segunda linha sem segunda linha, batalhões e companhias de primeira linha sem oficiais nem soldados; professores sem escolas e escolas sem discípulos; missões sem missionários, padres sem igrejas, igrejas sem fiéis; até um serviço de saúde quase sem médicos; pois que tal nome não merecem os curandeiros da escola de Goa que pululam por lá."

61. Eduardo Noronha, ob.cit., p.72.

" E nas notícias que vinham para a Europa não poucas vezes se falava em vitórias gloriosíssimas em que não havia tomado parte um único soldado português, em auxiliares duma dedicação inabalável que no dia seguinte eram rebeldes declarados, em patriotas beneméritos, almas de antigos heróis em corpos tismados de bandidos pretos e mulatos, enfim os fumos da índia de que falava Afonso de Albuquerque..." (62)

Um outro alvo predilecto o " indígena " e claro está o seu trabalho !

Sobre a força do trabalho assalariado, apenas temos dados disponíveis no censo da população de 1930, em que pela primeira vez se apresenta uma estimativa da distribuição por sexos e profissões, como se pode constatar no quadro seguinte:

População Indígena de facto, por sexos e profissões, e por concelhos e circunscrições. Concelho de Lourenço Marques : (63)

	Total	Total por sexos	
		Varões	Fêmeas
	28.378	18.746	9.632
Administração Púb.		571	-
Agricultura		67	-
Comércio		223	-
Força Pública		1.009	-
Indústria		1.526	27
Minas		5	-
Navegação		95	-
Trabalhos Dom.		9.845	9.477
Transportes		2.645	-
Outros		2.669	32
Improdutivos		91	95

62. Mousinho de Albuquerque, ob.cit., p.17-18.

63. Boletim Económico e Estatístico, p.38-39.

No " Boletim Económico e Estatístico" (1932), onde o "Relatório sobre o censo da população indígena de Moçambique em 31 de Outubro de 1930" foi publicado, podemos acompanhar as dificuldades inerentes a esta estimativa. Um dos problemas apontados, a mudança constante de actividade, "o indígena pode estar um dia empregado nas minas e no outro empregado na agricultura ou outra ocupação diferente". (64)

Apesar de nos ser dito na introdução que foram recenseados os trabalhadores "que temporariamente se encontravam ausentes em serviço militar, ou por efeitos de contracto de trabalho por período curto de tempo, nos países vizinhos e nas colónias portuguesas de S.Tomé e Príncipe, Macau e Timor", o facto de não serem apresentados estes quantitativos, torna a realidade deturpada, dificultando o estudo do trabalho migratório e o de inúmeros casos de desterro.

64.Boletim Económico e Estatístico, p. 38-39.

CAPÍTULO II - O MOVIMENTO ASSOCIATIVO

1. Características gerais

Percorremos, no primeiro capítulo, a história da cidade, em época de mudança e crise, inserida num triângulo de influências de cultura e mentalidades - da Índia, da África do Sul e de Portugal, para citar as que parecem ser predominantes, no impacto da textura urbana na sociedade tradicional africana.

Um dos aspectos que mais nos chamou a atenção, nesse impacto, foi o do convívio social, nos seus múltiplos cambiantes - de lazer, de trabalho, de estudo e de desporto, que animou o movimento associativo, sobretudo, após a implantação do regime republicano, como iremos verificar no desdobramento de iniciativas práticas, tais como - associações de classe, instituições de previdência, de defesa e instrução, sociedades de recreio, representações de partidos políticos, grupos secretos e missões religiosas, procurando resolver problemas concretos do quotidiano.

Procurámos nos vestígios da sua existência, jornal, estatutos, alianças, moções, as características gerais do movimento associativo que nos permitissem um conhecimento detalhado do ambiente urbano, para localizarmos um grupo, objecto da nossa pesquisa, nele inserido, o Grémio Africano de Lourenço Marques.

Em primeiro lugar listámos os grupos existentes e os respectivos corpos gerentes, com referência, sempre que possível à ocupação laboral, apoiando-nos em dois grandes estudiosos da história de Moçambique, José Capela (1) e Jeanne Marie Penvenne (2), recorrendo a Ilídio Rocha (3) e a David Hedges (4), confrontando a nossa pesquisa com a de Aurélio Rocha (5).

1. José Capela, "O Movimento Operário Em Lourenço Marques", 1898-1927.

2. Jeanne Penvenne, "A History of African Labor in LM, Mozambique", 1877-1950.

3. Ilídio Rocha, "Catálogo dos Periódicos..." (1854-1975).

4. David Hedges, "O Movimento Associativo e Político".

5. Aurélio Rocha, "LM: Classe e Raça..." 1900-1926.

Por outro lado, tentámos compreender o fenómeno associativo em toda a sua dimensão, isto é, abrangendo grupos sociais, possíveis de identificar, uma vez que parece nítida a participação compartimentada de - patrões, proprietários, agricultores, funcionários, comerciantes, operários, etc - e, grupos constituídos numa base racial, espelhando um relacionamento segregado.

A perspectiva de aprofundar a dinâmica do movimento, levou-nos a investigar os pontos de contacto das instituições identificadas, para avaliar a sua capacidade de actuação unitária e analisar o peso das várias correntes de opinião, expressas na imprensa local. (6)

Encontrámos grupos de pressão económica, política, cultural e mesmo, de natureza religiosa. (7) Curiosamente, apresentam-se pequenas seitas, de cariz religioso, onde a tradição africana parece ser predominante, perseguidas pela autoridade colonial ou, sem descanso controladas. (8)

Eis pois, os principais tópicos desenvolvidos neste segundo capítulo, onde se pretende traçar o quadro global das diversas formações sociais em presença na sociedade de Lourenço Marques.

6.Ver a este respeito, a bibliografia seleccionada; destacam-se Os Simples, "Jornal operário destinado a defesa de todos aqueles que, usurpados dos seus direitos, tenham fome e sede de justiça", 1911-1913; O Incondicional, "Bi-semanário republicano evolucionista", 1910-1918; Emancipador, "Semanário socialista/Semanário operário", 1919-1924.

7.Exemplos de grupos de pressão económica, apontam-se a Câmara de Comércio de Lourenço Marques, criada em 1905 e a Câmara do Comércio Indiana, com estatutos aprovados em 1922; de natureza política, o Centro Socialista, organizado em 1911 por trabalhadores europeus, contra republicanos locais; de pressão cultural, a "Acção Africana", núcleo saído do Grémio Africano, em 1926, como iremos demonstrar mais adiante.

8.Ver a este respeito, a Igreja Episcopal Luso-Africana.

Da observação do fenómeno associativo, depreende-se em primeiro lugar, a existência de um número elevado de associações com fins distintos, a saber:

1. de classe - agrupando elementos, geralmente do mesmo ramo e defendendo os seus interesses profissionais. Exemplificando os vários tipos, aponta-se:

- 1.1. de operários
 - Associação de Classe dos Emp. de Tracção dos CFLM / 1906.
 - Associação do Pessoal do Porto e dos CFLM / 1910 - 1933.
 - As.Cl.Condutores,Guarda-Freios dos Eléctricos de LM /1911-12.
 - As.Cl.Op.Constr.Civ./1911-27.
 - As.das Artes Gráficas/1911-22.
 - Sindicato do Pessoal da Repartição Eléct.do Porto / 1915.
 - As.Cl.Op.Metalúrgicos/1919-20;
- 1.2. de funcionários
 - Associação do Pessoal Administrativo e Auxiliar do Porto e dos C.F.L.M. / 1911
 - Associação dos Funcionários Civ.da Prov.de Moç./1915-1927.
 - Grémio Telég.-Postal/1920-29;
- 1.3. de comerciantes
 - Associação dos Empregados do Comérc.e Indústria /1898-1943.
 - Assoc. Comercial de LM /1900?
 - Ateneu Comérc.e Indúst./1900?
 - Câmara do Comércio /1905.
 - As.dos Proprietários / 1905.
 - Associação Comercial dos Lojistas / 1913?-1931?
 - Associação de Comércio de Moçambique / 1921 .
 - Câmara do Com.Indiana /1922;
- 1.4. de agricultores
 - As.Fequeños Agr.P.Moç./1915-17
 - As.de Fomento Agrícola /1918?
 - Liga dos Cultiv.Algodão/1925.
- 1.5. de pescadores
 - As. Marítima / 1911-1920.
- 1.6. de motoristas
 - As.Cl.dos Chauffers /1920-1926
- 1.7. de médicos
 - As.dos Médicos Col.Moç./1928.

2. de previdência - servindo a comunidade em geral ou os pequenos grupos sociais que as constituem. Há, as de beneficência, de carácter oficial, sob a direcção do estado e, as particulares, onde actua, de forma relevante, a Maçonaria; as cooperativas, resultantes da actividade militante de destacados trabalhadores e, as caixas de previdência e as associações de socorros mútuos, organizadas geralmente por uma associação de classe :

- 2.1. de beneficência - Comissão de Beneficência/1914?
 - Comissão Central Benefic/1914?
 - Fundo Geral de Benef.Púb/1915.
 - Comis.de Prev.e As.Indíg/1925.
 - Soc.de Benef. Portuguesa/1904.
 - British Relief Fund /1914?
 - Sociedade de Instrução e Ben.
 19 de Janeiro / 1898.
 - Grémio Lusitano Benefic./1928.
 - Grémio Português / 1929.
- 2.2. cooperativas - Coop.Operária de L.M./1911-20.
 - Cooperativa Popular da Prov.
 de Moçambique /1920-1927.
- 2.3.de socorros mút. - As.dos Velhos Colonos / 1919.
 - Sociedade Humanitária Portug.
 Cruz do Oriente / 1924.
 - Caixa de Aux.dos Pobres/1921.
 - Associação do Bem / 1922.
 - Associação Filantrópica- Aca-
 dêmica de L.M. / 1919.
 - União Indiana / 1924.
 - Nova As.Hindu de LM / 1925.
 - Associação Maometana LM /1914.
 - Anjuman Anuaril Issilamo/1925.
 - Associação de Mútuo Auxílio
 de Operários Indianos /1921.
 - Associação de Beneficência
 Israelita Honen Dalim /1921.
 - Sociedade de Socorros Mútuos e
 B.La Mutuelle Mauricienne/1923
 - Fagode Chinês / 1924.
 - Associação Chinesa / 1911.
 - Soc.Helénica de Benefic./1928.

- 2.4. Montepios - Montepio Ferroviário / 1914.
 - Montepio Oficial / 1916.
- 2.5. Caixas Económicas.- Caixa de Socorros da Direcção do Porto CFLM / 1892-1914.
 - Secção de Soc.M.da As.Pes.do Porto CFLM / 1912- 1914.
 - Caixa de Socorros do Pessoal da Imprensa Nacional /1918.
 - Caixa de Auxílio dos Empregad. dos Correios e Telégrafos/1913
 - Caixa de Ap.Pens.Emp.do Quadro Int.Alfândegas / 1919.
 - Caixa de Aposentações e Pensões dos Emp.da Fazenda/1929.
 - Caixa de Aposentac.e Pensões dos Funcionários do Quadro Administ.da Col.de Moç./1929.
 - A Lutuosa / 1929.

3. de defesa, instrução e recreio - clubes, privilegiando o encontro de pessoas da mesma comunidade organizando festas características, frequentemente com fins altruístas, revertendo os lucros para instituições de beneficência. Exemplos destas instituições:

- 3.1. clubes de recreio - Deutscher Verein (cl.alemão)
 - English Club
 - British Club
 - Societ. Escocesa de LM/1919.
 - Corporation
 - Clube Transmontano
 - Grémio de LM / 1924.
 - Clube Internacional
- 3.2. sociedades mistas de recreio e beneficência - As.Chinesa Che Kung Tong/1926.
 - Instituto Goano
 - A.Europeus Chefes Família/1926
 - Grémio Fraternal de LM /1927.
 - Cl. Recr.Sá da Bandeira/1927.
 - C.Carn.Varões Assinalados/1928
 - Cl.Recreativo Indo-Português
 * - Grémio Africano / 1908.
 - Conselho Nac.Africano / 1921.
 - União Africana / 1916.
 - Academia Recr.Mocidade /1923.
 - Liga Mocidade Africana /1930.
 - Instituto Negrófilo /1933

- 3.3. instituições de estudo - Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique /1931?
- 3.4. de defesa - Grémio Militar / 1907.
- Sociedade de Instrução Militar Preparatória / 1916.
- Associação dos Escuteiros de Portugal / 1926.
- 3.5. outras - Liga Anti-Alcoólica / 1920.
- Liga Nac.Def.dos Animais/1926

4. de religião - coexistindo na mesma cidade, grandes e pequenas igrejas, ocupando espaços espirituais, de acordo com a divisão étnica e social:

- igreja católica (Comunidade Portuguesa)
- igrejas protestantes, como
- a Wesleyan Methodist Church;
- Church of England (I. Anglicana - L.M. era a sede de uma das doze dioceses do Sinodo Provincial da África do Sul);
- Presbyterian Church (Missão Suíça)/1895?
- Igreja católica ortodoxa(Comunidade Grega)
- Mesquita (Comunidade Maometana Paquist.)/1890.
- Pagode Chinês
- Templo Maçónico do Oriente / 1930.

Sem existência legal, mas de facto, importa referir pequenas seitas religiosas, que se implantam nos subúrbios da cidade, tal como a - Igreja Episcopal Luso-Africana e a Igreja da Congregação dos Africanos . Apesar do estado, no seu discurso legal, reconhecer a igualdade civil e política de todos os cultos, na prática, tal não acontecia, já que há casos de perseguição por motivos religiosos . (9)

9.Ver Ofício nº 2421/36 do Curador dos Indígenas Portugueses na União da África do Sul ao Chefe da Repartição Central dos Neg.Indígenas, segundo queixa de José Mansidão, superior da Igreja da Congregação dos Africanos

5. de partidos políticos - transplantando da metrópole para a colónia, representações partidárias, da pequena e média burguesia, assim como organizações unitárias de luta do operariado :

5.1. repr. partidárias- Centro Republicano Couceiro da Costa / 1908.

- Centro Rep. Evolucionista/1910?
- União Republicana/1915?
- Centro Socialista /1911-20.
- Grupo Libertário Francisco Ferrer / 1911-1915.
- Sociedade de Propaganda Colonial Pró-Pátria
- Centro de Esquerda Democ./1925
- Liga de Defesa e Propaganda da Província de Moçambique /1928.

5.2. org. unitárias - União Operária /1901-1906.
- Confederação Operária /1910.
- Sind. Geral do Trabalho/1915.
- Casa dos Trabalhadores/1921.
- União dos Trab. Afric./1911-13.

5.3. org. secretas - Maçonaria, com as respectivas Lojas- "Cruzeiro do Sul"/1900, "Primeiro de Janeiro"/1903-1935
- Carbonária /1910.

Como podemos observar, o movimento associativo, concentra-se no espaço urbano, na época imediata à implantação da República, mas parece-nos, longamente preparado, desde os finais do século XIX, testemunho da capacidade organizadora dos homens de então.

Descrevendo este interessante fenómeno, Quintinha afirmava, categoricamente :

" Lourenço Marques é a nossa cidade colonial onde os trabalhadores tem melhor organização, devendo registar-se com o maior aplauso, o espírito associativo que ali predomina e que já deu de prático, a magnífica instituição do Montepio Ferroviário, a Casa dos Trabalhadores, a Associação dos Empregados do Comércio e muitos outros úteis organismos..."

" O movimento associativo en<con>trou a criar forma em Lourenço Marques aí por 1910 aparecendo nesta data a Confederação Operária que era composta por diversas classes, principalmente pela classe dos trabalhadores do Porto e Caminhos de Ferro, que depois organizaram a sua associação que ainda hoje existe.

Em 1915 esboçou-se mas com pouca vida, o "Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras", que durou três anos. Depois apareceu a actual "Casa dos Trabalhadores" com edifício próprio tendo sido lançada a primeira pedra em 19 de Maio de 1921.

Actualmente existem mais os seguintes organismos: Associação de classe dos Funcionários Civis da Província de Moçambique, Associação dos Empregados do Comércio e Indústria, Associação dos Chauffers, Associação do Porto e C.F.L.M., e Associação de Construção Civil, devendo toda esta organização contar cerca de 2.000 indivíduos, incluindo alguns nativos, mauricianos e naturais da Índia Portuguesa. Há ainda cerca de 200 gráficos alguns filiados na Associação Gráfica da África do Sul e uns 100 indivíduos do pessoal de Viação Eléctrica.

A Casa dos Trabalhadores sustenta uma escola de instrução primária; é sede da redacção do " Emancipador " e os trabalhadores do Porto e C.F. e da Construção Civil fazem ali a sua vida associativa.

Também os trabalhadores têm a sua imprensa, havendo existido diversos jornais operários : Em 1911, publicou-se "Os Simples", de 1914 a 1919 "O Germinal", em 1919 "O Ferroviário", e de 1919 a 1926 "O Emancipador". Além destes jornais, em todas as classes era bastante lida "A Batalha" e outros jornais operários de Lisboa.

Os principais movimentos foram as greves de 1917, 1920 e 1925 do Pessoal do Porto e do C.F. sempre para conquista ou defesa de regalias..." (10)

Analisemos então, alguns exemplos significativos de cada um dos tipos de organismos atrás mencionados, de forma a traçarmos um quadro global explicativo e compreensível do fenómeno associativo .

10.Extracto do artigo de Julião Quintinha, "As Associações", in "O Emancipador", 06.02.1928, 2ªp., 3-4ªcol.

2. Associações de Classe

2.1. Associação dos Funcionários do Comércio e Indústria.

Um dos primeiros sindicatos de África, já que em 1881 constituiu-se um, na África do Sul, em 1895, na Argélia, e este em Moçambique, a 1 de Agosto de 1898, com estatutos aprovados, conforme a Portaria 514-A de 31 de Dezembro do mesmo ano. De novo, os seus estatutos foram aprovados, segundo um alvará ministerial de 27 de Abril de 1903.

Quais eram os objectivos desta associação ? Seria, na verdade um sindicato ?

Propunha-se, segundo os seus estatutos, a realizar "o estudo e defesa comum dos interesses económicos da classe; a utilização de todos os meios conducentes ao melhoramento e desenvolvimento das condições morais e sociais dos seus associados; o incitamento da instrução e auxilio fraterno entre os sócios, procurando conseguir-lhes colocações quando desempregados; dispensa aos socios de recursos "quando alguma fatalidade não desonrosa os leve à cadeia"; promover e subsidiar a repatriação dos sócios, "quando a sua vida perigues sob este clima"; subsidiar funerais de indigentes; recrear os associados com jogos licitos e divertimentos; representar perante o Governo sobre qualquer assunto que diga respeito ao desenvolvimento não só da associação como também da instrução, comércio e industria da cidade" (11) .

11. José Capela, ob. cit., p.107.

Os primeiros corpos directivos eleitos, em assembleia geral de 4 de Agosto de 1898, foram os seguintes:

Presidente da Ass.Geral- Rodrigo de Abreu;
1º Sec.-António José Rodrigues de Moura;
2º Sec.-Álvaro Raul dos Santos Monteiro;
Presidente da Direcção-José Benigno Ribeiro Garrido;
1º Sec.-Augusto Joaquim Guimarães;
2º Sec.-António Tavares Fonseca;
Vogal- António Marques da Silva;
Tesour.-Manuel Vasco Girão;
Conselho Fiscal- António Cardoso, Vitorino José
Pereira e Joaquim Guedes de Pinho.

Nesta direcção, diz-nos Capela, "não aparece nenhum dos sindicalistas que vieram a distinguir-se na acção operária desenvolvida em Moçambique duas décadas após". A composição, se seguirmos o percurso deste grupo, está mais próxima do meio capitalista.

O Anuário Comercial de 1903, (12) menciona como corpos gerentes :

Presidente da direcção - David Malhoa (negociante) (13)
Tesoreroiro - António Marques da Silva(proprietário)
1º Sec.- Guilherme Policarpo Lobo (empregado comer)
2º Sec.- Miguel Leitão (negociante)
Vogal - João António de Carvalho (empr.comercial)

Em 1904, a mesma fonte indica que se mantem a direcção, exceptuando o tesoureiro, já que o vogal exerce essas funções. (14) Como 1º presidente da Assembleia Geral, encontra-se Rodrigo de Abreu, negociante, "...que viria a tornar-se um dos capitalistas locais a partir de 1905..." (15)

12.Anuário Comercial, Lisboa, 1903, p.1643.

13.Recenseamento eleitoral de 1906, (AHP, AEM, cx.2.207)

14.Ob.cit., p.1741.

15.José Capela, "O Movimento Operário...", p.107.

Continuando a citar Capela, o senhor Rodrigo de Abreu, " era ele comerciante e entrava como accionista em várias companhias, assim como foi um dos fundadores da Câmara de Comércio "... E da comissão fundadora consta Clemente Nunes Carvalho e Silva que, também em 1908, foi vogal da 1ª direcção do Centro Republicano Couceiro da Costa, onde se associou a pequena burguesia republicana de Lourenço Marques e que viria a ser outro dos primeiros capitalistas locais, um dos fundadores da Associação dos Proprietários em 1905 e accionista maioritário da Empresa do jornal " O Português ".

A ascensão social destes personagens é comentada por Capela, " são exemplos acabados dos self-made men que iniciaram a sua vida na colónia como assalariados de serviços e se guindaram, em tempo relativamente curto, à situação de empresários, dominando a economia local e interferindo activamente na área politica ".

O jornal "O Português", considerado por Ilídio Rocha (16), como o primeiro jornal republicano da Colónia, foi publicado pela primeira vez, em 20 de Outubro de 1900, tendo como directores - Clemente Nunes de Carvalho e Silva, Manuel Morais dos Santos e José Benigno Ribeiro Garrido.

Outros títulos defenderão os interesses desta classe, tais como "O Ideal", com dois números únicos, o primeiro de 1 de Agosto de 1901, comemorando o aniversário da fundação da Associação e o de 1 de Agosto de 1902 (17).

A implantação da República, trouxe novo alento a uma direcção que mal funcionava e um discurso novo, algo inconformista e reivindicativo, apresentado no número-programa do jornal, "A Voz do Caixeiro", publicado a 1 de Julho de 1911, que pretende ser "órgão defensor dos empregados do comércio e indústria e dos interesses da Província", sob a palavra de ordem de "Razão, Fraternidade, Justiça" (18).

16. Ilídio Rocha, ob.cit., p.112.

17. José Capela, ob.cit., p.53.

18. Não é conhecido outro nº., segundo Rocha, ver p.141.

Em 1914, o Anuário de Lourenço Marques, indica apenas dois nomes, não completos, o que dificulta o conhecimento da respectiva ocupação laboral (19) :

Presidente - Rosa Cabral;
Secretário - Saldanha de Lima Paula.

Seguindo a mesma fonte, vejamos a mudança nos corpos gerentes desta associação (20) :

Cargo	1915	1916	1917	1918
Presidente	Firmino João L. Sarmento	Profirio Augusto Fonseca	Valente Perfeito	A. Moreira Feio
	Oc. Lab. Emp. Com.	Emp. Com.		Emp. Púb.
Vice-Pres.	Manuel António Coelho e Castro	Carlos Duarte Santos	A. Moreira Feio	
	Oc. Lab.	Emp. Com.	Emp. Público	
Secretário	Luciano Pinto	José Gandra	Gaspar Fajardo	Gaspar Fajardo
	Oc. Lab.		Emp. Com.	Emp. Com.
Tesoureiro	Joaquim da Graça Neves	Artur António Sarpa	José Marques	José Marques
	Oc. Lab. Emp. Com.	Emp. Com.	Emp. Com.	Emp. Com.
Vogal	Gaspar Fajardo	António Dias Margarido	M. (Manuel?) Arnaldo da Silva	M. Arnaldo da Silva
	Oc. Lab. Emp. Com.		Tipógrafo	Tipógrafo
		António Amadeu Vilano	António Amadeu Vilano	António Amadeu Vilano
	Oc. Lab.	Emp. Com.	Emp. Com.	Emp. Com.

19. Anuário de Lourenço Marques, 1914, p.81.

20. Sobre a composição, ver Anuário de L.M., 1915, p.87; 1916, p.101; 1917, p.112; 1918, p.107. Os dados relativos à ocupação laboral foram colhidos nos cadernos de recenseamento eleitoral em 1915, 1917 e 1919.

Cargo	1915	1916	1917	1918
Vogal		António Miguel Ramos Capataz	E.Hugo	Manuel Curto e Silva
Oc.Lab.			António Furtado Emp.Públ.	António Furtado Emp.Com.
Suplente			A.Pereira	Alberto Costa
			T.da Silva Guimarães	José da Silva M.Guimarães
Oc.Lab.			António Rodrigues	Júlio Nogueira Lima Barbeiro
Oc.Lab.			António de Sá Pinheiro	Júlio Pereira Nogueira
			Emp.Com.	

Poderíamos continuar a dissecar a associação, mas a sua composição manter-se-ia inalterável, recheada de elementos da burguesia local emergente, mais preocupada com propósitos eleitoralistas do que manter viva a sua capacidade de intervenção, como se constatará mais adiante, no tratamento dos partidos políticos .

No Boletim Oficial da Província de Moçambique, de Outubro de 1925, é publicado um " Aviso ", de 29 de Setembro desse ano, onde se anuncia a alteração de estatutos. Passa a denominar-se " Associação dos Empregados do Comércio e Indústria de Lourenço Marques (Associação de Classe e Beneficência) ". Terá existido até 1943, sucedendo-lhe um " sindicato " corporativo.

2.2.Câmara do Comércio Indiana de L.M.

" A Câmara do Comércio Indiana de Lourenço Marques (associação de classe) é a reunião dos comerciantes indianos, portugueses e estrangeiros, do distrito de L.M....Esta associação tem por fim o estudo e defesa dos interesses comerciais dos associados, investigando as necessidades do comércio, não só no distrito de L.M., mas em toda a Província de Moçambique, procurando os meios para as satisfazer, e promovendo a expansão e desenvolvimento do mesmo comércio ". (21)

Vejamos um exemplo dos seus corpos gerentes :

Orgão	Cargo	Nome	Oc.Lab.
Ass.Geral	Presidente	Bhanguandas Vithaldas	
	Vic.Pres.	Furshottandas Amerchand	
	Secretário	Natwarlal Harilal	
	Sec.-Subst.	Ardeshir Hormasji	
Direcção	Presidente	Furshottam Geraj	
	Secretário	Ardeshir Hormasji	
	Tesoureiro	Jackaria Haji Sidik	
Vogais		Bhanji Sundarji	Import-export
		Abdulla Osman	
		Hajee Esmael Aboo	Cambista
		Govind Damadar	
		Ebrahim Mahomed Sivanı	
		Bhimbai Savaram	Import-export
		Ratilal Kakubhai	
		Suleiman Adam	

21.B.O., nº50, 1ª série, 16.12.1922, p.508-510.

Conselho Fiscal

Ebrahim Tarmahomed

Mahomed Mussa

Negociante

Esmael Begmahomed

Abdool Karim Ayob

Noormahomed Ebrahim

Nas fontes manuseadas, nomeadamente nos Anuários, é vulgar a designação de negociantes asiáticos, englobando os originários da Índia. Através do estudo do movimento associativo, constata-se que o convívio se desenrola de uma forma discriminatória, atendendo ao lugar de origem - Goa, Damão ou Diu (22), à religião e à posição social, como aliás, sucede com outros grupos sociais, o que não quer dizer que não tenham surgido iniciativas unitárias, como iremos observar mais adiante.

22. Esta associação era composta por comerciantes diuenses. Ver Anuário de LM, 1928, p.424. Sobre a ocupação laboral, ver Anuário, 1921, p.112, 116, 125 e 130.

2.3.Associação Comercial dos Lojistas

Porta-voz da associação, o " Jornal do Comércio ", surgiu a 3 de Dezembro de 1913 e suspenso a 1 de Fevereiro de 1924, pelo Alto Comissário Brito Camacho, sendo condenado a pena de prisão o seu director Luciano Inácio Felix (23). Procurámo-lo nos corpos gerentes, onde militou em 1921, juntamente com outros comerciantes (24):

Orgão	Cargo	Nome	Oc.Lab.
Direcção	Presidente	Paulino S.Gil	Comerciante
	Vice-Pres.	José Fernandes Cardoso	Comerciante
	Secretário	Herculano da Costa Branco	Comerciante
	Tesoureiro	Martinho da Silva	Empr.Comerc.
Vogais	Efectivos	José Gonçalves	Empr.Público
		*Luciano Inácio Felix	Proprietario
	Suplentes	João Augusto Go(u)llão	Empr.Comercial
		Abílio de Carvalho	
		Alberto AOBaptista	Caixeiro
	A2Joaquim de Moura	Negociante	
	Manuel da Silva Coelho e Castro Cândido David e Silva; Júlio Pereira Nogueira		

23. Ilidio Rocha, ob.cit., p.93.

24. Anuário de Lourenço Marques, 1921, p.96. Ver os dados recolhidos sobre a ocupação laboral nos cadernos de recenseamento eleitoral, 1921 e 1925.

2.4. Associação dos Pequenos Agricultores da Província de Moçambique

Segundo Capela, o percurso desta associação ajuda-nos a compreender " as formações sociais nesta época em Moçambique " .(25)

Fois, " não só operários militantes tentaram obter a aliança dos pequenos agricultores (todos europeus, evidentemente), como os mais que escassos dados que permitem reconstruir a história da Associação (tão frágil como a da generalidade das restantes) registam as contradições incipientes que, tão cedo como na segunda década do século, surgiam entre estratos da casta europeia em Moçambique, a saber : de uma parte entre os pequenos e os grandes agricultores que na altura se reduziam às grandes companhias de plantação; de outra parte entre os assalariados que procuravam a aliança dos pequenos agricultores e estes mesmos e de ambos com os grandes agricultores ".

Comprovando a sua tese, Capela aponta vários factos. começando pela própria ideia da criação de uma associação de pequenos agricultores, surgida no Congresso Operário de Maio de 1915, bem como a primeira reunião, realizada a 19 de Setembro do mesmo ano, na Associação dos Operários da Construção Civil e em que participaram, segundo o jornal operário, " Germinal " (26), proprietários rurais, agricultores e " outros elementos interessados no desenvolvimento agrícola da Província ".

O Anuário de Lourenço Marques, de 1917 e o de 1918, informam-nos da composição dos corpos gerentes. Vejamos então, quem eram os pequenos agricultores ? (27)

25. José Capela, ob.cit., p.133.

26. Ref. ao jornal de 28 de Setembro de 1915 ; cf. Ilídio Rocha, ob.cit., p.82.

27. Sobre a composição dos corpos gerentes, ver Anuário de Lourenço Marques, 1917, p.110 e 1918, p.105-6; as ref. à ocupação laboral foram colhidas na Cópia do Recenseamento Eleitoral, LM, 1917, (AHF, AER, sec.IX, cx.240); cf. Capela ob.cit., p.135-7.

Cargo	Nome	1916 Oc.Lab.	Nome	1917 Oc.Lab.
As.Geral :				
Pres.	Tomás Domingos de Oliveira	Operário Sindicato Geral	Victor dos Santos Barbosa	Agrimensor
Vic-Pres.			Silvério Jorge dos Santos	Industrial
Secr.	Francisco Lopes Tropa	As.dos Operários da Const.Civil e Sindicato Geral	19 Jorge de Figueiredo (João Jorge Negoci.? de Figueiredo?)	
			29 Domingos Lopes dos Santos	Emp.Comerc.
Vogais	Joaquim da Graça Neves	Empr. Comer.		
	João Francisco Pessoa			
Direcção :				
Pres.	Francisco Augusto de Oliveira	Cabo dos pilotos	Dr.Sousa e Costa (Adriano)	Notário V.Pr.(1924) Ass.Fom.Ag.
Vic-Pres.			Zózimo Bettencourt	Professor; Sind.G.
19Secr.	Zózimo Bettencourt	Professor	Alfredo V.Rodrigues	Empr.CFLM
29Secr.	Victor Manuel Azevedo	Factor	Manuel C. Guarda (Correia) da Silva	Fiscal

Cargo	Nome	1916	1917
		Oc.Lab.	Oc.Lab.
Tesour.	Manuel J.R. Namora	Barbeiro; Sind.Geral; Coop.Oper.	Francisco Cabo dos Augusto Filotos de Oliveira
1ºSupl.	Francisco Maria Freire	Condutor	Silvério Carpinteiro Vicente Serra
2ºSupl.	Luis Nunes de Faria	Carpinteiro	Francisco Emp.Público R.Rojais
Conselho Fiscal :			
Presid.	Patrício L. Ferreira Leão	Apontador; Editor, ad. e prop. do jorn.republ. Vida Nova; Centro Republ. Couceiro da Costa	João Correia Borges
Rel-Sec.	AlvVieira Lima	Carpinteiro As.Op.Cons. Civil	Alvaro Vigia-sema_ dos S. fórico Monteiro
1ºSupl.	João Mª Borges	Pintor/CFLM	Luis N. Carpinteiro de Faria
2ºSupl.	Silvério J.dos Santos	Industrial	Manuel F. Maquinista de Sá

Nada mais se sabe desta associação, que parece ter existido num curto espaço de dois anos. Terá sucumbido a que pressões ?

A análise da composição dos seus corpos gerentes, sugere-nos, em primeiro lugar, a existência de um núcleo de operários dos CFLM, e por outro lado, de elementos activistas no movimento sindical. Onde estão os agricultores? Apenas um, segundo os dados apurados é mencionado, como agrimensor.

2.5. Associação do Pessoal do Porto e Caminhos de Ferro de L.M.

Com um percurso de 1910 a 1933, esta foi sem dúvida a associação que galvanizou os trabalhadores do porto e caminhos de ferro, logo após a proclamação da República, começando por afirmar-se de um republicanismo e patriotismo acentuados, junto das autoridades coloniais. Os seus estatutos, aprovados por Alvará de 18 de Setembro de 1911, mencionavam os seguintes objectivos:

"1º O estudo e defesa dos interesses económicos dos indivíduos nela filiados;

2º A utilização de todos os meios conducentes ao melhoramento e desenvolvimento das condições morais, sociais e socorros mutuos que seriam estabelecidos em regulamentos especiais para esse fim criados, em harmonia com os recursos da colectividade;

3º O incitamento à instrução moral, cívica e colectiva, bem como à criação de bibliotecas, enfermarias, caixas de auxílio e cooperativas" (28)

Na verdade, a associação manteve uma extraordinária vitalidade, como comprova a constituição de uma secção de socorros, anunciada pelo periódico Os Simples, de 20 de Dezembro de 1912, a publicação de um jornal da classe, O Boletim (Mensal) da Associação do Pessoal do Porto e CF, tendo sido publicado o primeiro número em Setembro de 1919 (29), a organização das greves ferroviárias, de 1917, 1920 e 1925, assim como a existência do Sindicato Geral, onde a secção ferroviária foi determinante.

Na Assembleia Geral de 6 de Junho de 1926, são tomadas posições que revelam simpatia pela C.G.T. portuguesa, o jornal Batalha, a Federação Ferroviária de Portugal e a sul-africana, o que demonstra a inserção no movimento operário mundial. (30)

O jornal O Emancipador, de 26 de Abril de 1937, noticia que este grupo foi dissolvido em 1933, devido à proibição imposta pelo Estado Novo, do direito de associação de funcionários estatais.

28. Ver Capela, ob.cit., p.114.

29. Ilídio Rocha, ob.cit., p.39.

30. "Notícias", 8 de Junho de 1926.

Através da composição dos corpos directivos deste grupo, procurámos encontrar figuras conhecidas, pela militância em várias associações do movimento operário e activistas que se tenham destacado nas representações partidárias : (31)

Cargo	1913	1917	1923	1928
Assembleia Geral:				
Presidente	Ezequiel Roque de Feitas	António Fortunato Rego		Duarte Ferreira Dias
Oc.Lab.	Factor	Condutor Pres.As.G. ACEmpr.Tr. CFLM(1906) Dir.do jornal O Ferroviário (1915-1916) Sindicato Geral Candid. Centro Soc. (1921)		
1ºSecr.	Antero Rodrigues	Jose da Conceição Teixeira		Henrique dos Sant. Coelho Maquinista
Oc.Lab.				
2ºSecr.	Joaquim Teixeira	João Borges (João Maria Borges)		Belmiro
Oc.Lab.	de Vasconcelos Factor	Fintor Cons.Fisc. As.Pequen.Agr. (1917) Sindicato Geral		Rodrigues Bras
Direcção:				
Presidente	Herminio d'Oliveira de Sousa	Francisco José		Ag Marcelino Viana
Oc.Lab.	Desenhador			Empr.Fúb.ap.

31. Ref.Capela, p.114-5; Anuário de LM, 1917, p.113, 1928, p.426; Recenseamento eleitoral de LM, 1915, 1917 e 1925.

Cargo	1913	1917	1928
199Secr.	Balbino dos A. Lourinho	Manuel Alves Cardiga	Joaquim da Silva Vieira
Oc.Lab.	Amanuense	Factor Redactor dos jornais, O Ferroviário, O Emancipador	
299Secr.	Urbano de C. Fernandes	Nuno Pedro Serralheiro	Simplicio Pinto de Castro
Oc.Lab.	Factor		Condutor
Tesoureiro	José dos A.Lourinho	Manuel da Silva	José Faria de Freitas Júnior
Oc.Lab.	Maquinista		
Vogal	Anastácio Pires	Joaquim Ferreira dos Santos	Hernani Lourenço Fogueiro
Oc.Lab.	Maquinista		
Conselho Fiscal:			
Presidente	Jaime Celestino da Cunha e Silva	Manuel Ferreira	Joaquim Vaz Perdiz
Oc.Lab.	Fiel	Condutor Administrador do jor.O Ferroviário	Maquinista
Secretário		Manuel Francisco da Costa	
Vogal	Caetano Mourao Garcez Palha	AgFrancisco de Almeida	Caetano da Cunha
Oc.Lab.	Empr.Públ.		
	José de Seixas Fidalgo		José Luciano (de Almeida)
Oc.Lab.			Fogueiro

2.6.Associação das Artes Gráficas de LM

A Associação das Artes Gráficas ou Associação Gráfica, reunia operários da Imprensa Nacional, com passado de luta em Lisboa, Goa e Moçambique, manter-se-á destacadamente activa, no movimento sindical, desde 1911 até 1922, ano em que se extinguiu, segundo informa O Emancipador (32).

São conhecidos os membros directivos, entre os quais se encontram militantes que fizeram nascer O Gráfico e O Germinal (33), preponderaram na Cooperativa Operária e no Grémio Africano, grupo-objecto da nossa pesquisa : (34)

Cargo	1913	1915	1917
Assembleia Geral:			
Presidente	Francisco M.Feijão		
1ºSecr.	Manuel Gomes dos Santos		
Oc.L.	Tipógrafo		
2ºSecr.	Manuel Arnaldo da Silva		
Oc.L.	Tipógrafo; Dir.do Germinal; Pres.do Centro Socialista (1915-1918)		
Direcção:			
Presidente	* Hamilton de Araújo Vasques	Manuel A. da Silva	
Oc.L.	Tipógrafo Pr.Acad.Recreat.Mocidade(1921) Part.no Grémio Africano (1921)	Tipógrafo	
Vice-Pres.	Pedro de Melo 2ºsec.C.Republ.(1919)		

32."O Emancipador", 26.04.1937.

33.Ver Ilídio Rocha, ob.cit., p.82, ("O Gráfico", 1911; "O Germinal", 1914-1918).

34.Capela, ob.cit., p.128; cf.Anuário de LM, 1915. p.87; 1916, p.101; 1917,p.113; 1918, p.107; Recenseamento eleitoral do ano de 1915, (AHF, AER, sec.IX, cx.516).

Cargo	1913	1915	1917
1º Secr.	Manuel C. Júnior Escriturário	Manuel de S. Amorim Tipógrafo ; Dir. Germinal; Vog. Centro Rep. (1914-1918)	Manuel G. dos Santos Tipógrafo
2º Secr.	Fulgêncio Paixão Dias Impressor Assina artigo no Gráfico	Manuel Arnaldo da Silva Tipógrafo	
Tesoureiro	Adriano Moraes de Castro		Lourenço de Sousa Tipógrafo
	Oc.L. Impressor		
Vogal	* Francisco	Pedro Madjaneuse	Bemfica
	Oc.L. Tipógrafo; Dir. Grémio Africano desde 1916		
			Luis Vaz D. Júnior; Manuel de B. Argente Impressor
	Oc.L.		
Conselho Fiscal:			
Presidente		Ag Santos	Manuel R. dos Santos Tipógrafo
	Oc.L.	Encadernador	
		B. da Rocha	Adriano M. de Castro Impressor
	Oc.L.		
		Norberto Dias	Valdomiro da Rocha Tipógrafo
	Oc.L.		
		Luis Vaz; S. Escogido	F. de Melo; S. Andrade; A. de Melo Tipógrafo
	Oc.L.		

2.7. Associação dos Funcionários Civis da Província de Moçambique

No movimento sindical, verificámos como foi determinante a acção de militantes ferroviários e gráficos, iremos acompanhar agora a trajectória do pequeno funcionalismo, de que a Associação dos Funcionários Civis da Província de Moçambique, parece ser expressão representativa da pequena-burguesia.

Terá surgido, segundo Capela, " como resposta ao facto de aos funcionários públicos não ter sido atribuída representação no Conselho do Governo " (35), ao contrário de outros grupos sociais, que tinham o direito de eleger, de acordo com o decreto de 23 de Maio de 1907, sete membros, representando as corporações comerciais, os proprietários e os maiores contribuintes da capital e dos distritos de Inhambane, Tete, Quelimane e Moçambique.

Segundo O Germinal, na origem da ideia associativa, estiveram militantes, já nossos conhecidos, que dirigiram um encontro de funcionários públicos, em fins de Março de 1915. tais como :

. Manuel Simões da Silva, (presidente da mesa), funcionário das Finanças , director do jornal, O Incondicional e vice-presidente do Centro Republicano Evolucionista (1918) ;

. Fortunato do Rego, condutor nos CFLM, presidente da assembleia geral da Associação dos Empregados de Tracção dos CFLM (1906), director do jornal, O Ferroviário (1915-1916), presidente da assembleia geral da Associação do Pessoal do Porto e dos CFLM (1917), activista do Sindicato Geral, do Congresso Operário e do Centro Socialista ;

. Manuel José de Sousa Amorim (secretário da mesa), tipógrafo, da direcção do jornal, O Germinal, vogal do Centro Republicano Couceiro da Costa (1914-1917).

35. Capela, ob.cit., p. 129; cf. Anuário de LM, 1914, p.81, 1918, p.108-109.

Os seus estatutos só serão aprovados em 25 de Agosto de 1919, o que nos leva a pensar no tipo de problemas que se levantaram à sua legalização, pela autoridade colonial, a ponto de tornar este grupo de pressão numa associação de socorros mútuos, conforme explicita o artigo 39, que detalha os seus fins :

- " a) Socorrer os sócios doentes ou impossibilitados temporariamente de trabalhar ;
- b) Prestar auxílio aos filhos menores e às viúvas dos sócios falecidos ;
- c) Estabelecer cooperativas para os sócios ;
- d) Fugnar por todos os interesses legítimos dos sócios ;
- e) Realizar excursões científicas, desportivas e recreativas..." (36)

Como podemos constatar, as alíneas a), b) e c) consagram um fim mutualista, sobretudo a aspiração em criar um Montepio Geral, a e) um objectivo recreativo e a d) engloba uma velha questão, salarial, de equiparação de vencimentos.

Capela refere-se ao dinamismo dos elementos directivos, em 1921, " que não obtiveram correspondência da parte da classe . Em Janeiro, os corpos gerentes tentaram activa-la. O Emancipador votava pelo êxito da iniciativa numa classe que devia ser " a mais poderosa e aquela que com mais facilidade se podia fazer ouvir, fazendo vingar todas as suas reclamações, desde que a justiça lhes assistisse ". (37)

Todavia, " a assembleia convocada para 29 de Janeiro não se realizou por falta do número estatutário de sócios e o mesmo jornal não os poupa, sobretudo " os indianos, então, esses que são a maioria do funcionalismo, nunca aparecem, salvo excepções, dando razão ao comentário mordaz de que chegando o ordenado para o caril tudo está certo, mas revelando um zelo fervoroso em reivindicar o que os outros conseguiram..."

36.B.O. nº35, 1ª série, 30.08.1919, ver Alvará que aprova os estatutos da Associação dos Funcionários Cíveis da Província de Moçambique, p.510-514.

37.Capela, ob.cit., p.130-131; cf.O Emancipador, 02.08.1920.

Seguindo a imprensa local, acompanha-se o dinamismo da associação, no ano de 1921, que reúne em Maio, uma assembleia de 120 funcionários, para tratar de problemas específicos da classe, tais como vencimentos de categoria, redução de quadros, horas de serviço e habitação. (38)

Vejamos quem se encontra à frente deste grupo, segundo o Anuário de Lourenço Marques, de 1921 : (39)

Cargo	Nome	Ocupação Laboral
Assembleia Geral:		
Presidente	Dr.Serafim Gomes de Seiza	Advogado Pres.Dir.Centro Rep.Evol./1918 e C.R.Couc.C./1919
Vice-Pres.	Adolfo Augusto Rodrigues	Agrimensor Pr.Comis.Municipal de LM.
Secret.	* Marciano Nicanor da Silva	Emp.Público Supl.As.G.Grémio Telégr.-Postal Colab. OPA/1918 Memb.Grémio Afr. Pr.As.Fil.Académ
	Luis Carlos Lopes da Cruz	Emp.Público
Vice-Secr.	António Nunes de Sousa	Emp.Municipal
	Valente da Silva Torres Dias	Emp.Público
Direcção:		
Presidente	Francisco Paulo Menano	Emp.Público Pr.Dir.Gr.Tel-P. Sec.Dir.C.Repub. Evoluc./1918 e Vog.PRP/1931

38."O Emancipador", 23.05.1921.

39.Anuario de LM., 1918, p.108-109; 1921, p.97; 1931, p.343; cf. Cópia do recenseamento eleitoral do ano de 1921.

Cargo	Nome	Ocupação Laboral
Vice-Pres.	Valentim Ferreira da Silva	Emp.Público
Secr.	Álvaro Diniz Leite Pinheiro	Emp.Público
	Aristides Paulo Festana dos Santos	Emp.Público 19S.Gr.Tel-Post. Sec.C.R.Ev/1918
Vice-Secr.	Joaquim Teixeira de Vasconcelos	Emp.Público
	José Carlos Sequeira	Emp.Público V-P.Gr.Tel-Post.
Tesoureiro	Armando de Oliveira Caldas	Emp.Municipal
Vice-Tes.	Jerónimo Ferreira da Conceição	Emp.Público Tes.Gr.Tel-Post.
Vogal Efec.	Albano Simões de Melo	Emp.Público
	João Esteves de Sousa	Emp.Publico Pr.Cons.Fisc.Gr. Telégrafo-Postal
	Tomás da Costa Santos	Emp.Público
	José Simões da Silva	Emp. Público 29Sec.AG.C.R.Ev.
	José Estevão	Revisor
	* Hamilton de Araújo Vasques	Tipógrafo Pres.As.Gráfica (1913-1916); Pres.Ac.Rec.Moc. (1921); Part.Grém.Afric. (1921)
Vogal Supl.*	Francisco de Haan	Emp.Publico/CFLM Sec.Grém.Africa. desde 1920 (40)

40.OBA, 07.05.1921, ver a acta nº1, 27.04.1920.

Cargo	Nome	Ocupação Laboral
Vogal Sup.	Secundino de Carvalho Perdigão	Emp.Público Vog.CF.Mon.Fer. (1917) (41)
	Afonso Maia de Loureiro	Emp.Público
	António Vieira	Litógrafo
	José Aleixo Dias Gomes	Emp.Público
	José Maria Fuga	Amanuense
Cons.Fisc.	Átila Dias de Carvalho	Emp.Público Mem.Dir.Mon.Fer (1916-1921) (42)
	António Dias de Oliveira	
	Manuel José de Sousa Amorim	Compositor Sec.da mesa/1ª reunião/funcion. Sec.As.Gr./1915 Dir.O Germinal Vog.C.R.Couceiro da Costa/1914-17

Cinco anos mais tarde, em 15 de Setembro de 1926, sai o primeiro número do jornal, "O Funcionário, "Boletim da Associação dos Funcionários Civis da Província de Moçambique, organização filiada na Associação dos Funcionários Coloniais de Lisboa", tendo como directores Aníbal Duarte Silva e Raul Neves Dias e o último, em 31 de Dezembro desse mesmo ano. A Associação foi dissolvida por portaria provincial de 13 de Agosto de 1927, "por não ter cumprido o disposto no artigo 32 dos seus estatutos...deixando assim de preencher o fim para que foi criada ." (43)

41. Anuário de Lourenço Marques, 1917, p.111-112.

42. Anuário de LM., 1914, p.81. 1915, p.88, 1916, p.105, 1917, p.113-114.

43. B.O.nº33, 1ª série, 13.08.1927, ver portaria nº559, 13.08.1927, p.236.

2.8.Grémio Telégrafo-Postal

Segundo os estatutos, aprovados a 24 de Agosto de 1920, o Grémio definia-se como uma "associação de classe, formada por individuos de ambos os sexos, funcionários dos Correios e Telégrafos da Província de Moçambique," cujos fins seriam : (44)

- "1º Defender os interesses dos seus associados pertencentes ao quadro dos Correios e Telégrafos;
- 2º Difundir a instrução pelos seus associados, criando para esse efeito, diversas aulas;
- 3º Cultivar todos os géneros de sport tendentes ao desenvolvimento e educação física;
- 4º Organizar festas e outras diversoes, incluindo jogos lícitos."

Os corpos gerentes em 1921, eram constituídos pelos seguintes elementos : (45)

Cargo	Nome	Ocupação Laboral

Assembleia Geral:		
Presidente	Lino Moreira Pinto	Emp.Público Vog.AG.C.R.Evol. (1918)

Vice-Pres.	José Aniceto da Silva	Emp.Público Sec.Dir.CAECT (1921)

1ºSecr.	Mário Gualberto dos Santos Rodrigues	Emp.Público

2ºSecr.	Francisco de Paula Pereira de Lima	Emp.Público

Suplentes	Francisco Fernandes da Silva	
	* Marciano Nicanor da Silva	Emp.Público Sec.AG.AFP/L/1921 Pr.AFil.Ac./1919 Mem.Gr.Afr./1918

44.B.O.nº37, Iªsérie, 11.09.1920, ver alvará que aprova os estatutos do Grémio Telégrafo-Postal, p.328-332.

45.Anuário de LM., p.101-102.

Cargo	Nome	Ocupação Laboral
Direcção:		
Presidente	Francisco Paulo Menano	Emp.Público Sec.CREv/1918 Pr.D.AFC/1921 Pr.D.CAECT/23 Vog.PRP/1931
Vice-Pres.	José Carlos Sequeira	Emp.Público Vic-Sec.AFC/1921 Vic-Pr.CAECT/31
1ºSecr.	Aristides Paulo Pestana dos Santos	Emp.Público Sec.CREv./1918 Sec.AFC./1921
2ºSecr.	Herbert<O> Edgar Dias da Fonseca	Emp.Público Sec.CAECT/1931
Tesoureiro	Jerónimo Ferreira da Conceição	Emp.Público Vic-Tes.AFC/1921 Tes.CAECT/1931
Vogais		
	José Bernardo da Ponte	Emp.Publico
	António Augusto de Andrade Rainha	Emp.Público
Cons.Fiscal		
Presidente	João Esteves de Sousa	Emp.Publico Vog.AFC./1921
Secr.	José Francisco Cerqueira Afonso	Emp.Público
Relator	Elias Tomás Terreiro	Emp.Publico
Vogai		
	Manuel António Meirim	Emp.Público
	António Augusto Dias Granha	Emp.Público

Referindo-se ao facto de o Grémio " ter saído fora dos estatutos ", a autoridade colonial, através da portaria nº934, manda encerrar a sua sede.(46)

46.B.O.nº33, Iªserie, 17.08.1929, p.341.

3. Instituições de Previdência

Como vimos no ponto anterior, as associações de classe, ocupavam-se da defesa de interesses de profissionais, enquanto trabalhadores. Na continuidade da sua acção, surgem organismos, que mais tarde serão chamados, de previdência social, " tendentes a defender o trabalhador na doença, na invalidez e no desemprego involuntário, e também a garantir-lhe pensões de reforma ". (47)

Analisando os dados de que dispomos, sobre a cidade de Lourenço Marques, constata-se a existência de vários tipos de instituições, tais como a caixa de socorros mútuos, dispondo de um médico na própria sede, com o seu consultório, prevenindo e tratando doentes, participando nos medicamentos; a cooperativa, abrangendo fundamentalmente a área do consumo, da habitação e do ensino; a lutuosa, ocupando-se do funeral e finalmente, o montepio, instituição de socorros mútuos em que cada sócio, mediante uma prestação mensal, adquiria o direito de uma pensão na invalidez, ou de, por morte, deixar um subsídio à família.

Segundo Capela, as " associações cooperativas e mutualistas foram, também elas, objecto da militância dos trabalhadores portugueses em Moçambique ", concretizando o pensamento de António Sérgio, republicanos, socialistas e anarco-sindicalistas. (48)

Respondendo à situação de crise do pós-guerra, funcionaram comissões de beneficência, importante campo de acção da Maçonaria, a fim de " auxiliar todos os empregados e operários que ficarem sem ocupação ", como mencionava o Anuário de Lourenço Marques de 1915, referindo-se ao Fundo Geral de Beneficência Pública. (49)

47. Decreto-lei nº 23.09.1933, art.48.

48. Capela, ob.cit., p.143.

49. Anuário de Lourenço Marques, 1915, p.49.

3.1.Fundo Geral de Beneficência Pública

" Devido à crise provocada pela guerra europeia, criou-se provisoriamente uma grande Comissão de que fazem parte todas as colectividades e imprensa de Lourenço Marques, sob o título Fundo Geral de Beneficência Pública, a fim de auxiliar todos os empregados e operários que ficarem sem ocupação."

O Fundo era constituído, em 1915 pelos seguintes membros : (50)

Comissão Executiva :

Presidente honorário - o governador-geral, Joaquim José Machado.

Presidente - Dr. Carlos Temudo.

1º Secretário - A. Magno Rodrigues Júnior.

2º Secretário - M. Arnaldo da Silva.

Vogais - Francisco L. da Silva e João A. de Carvalho.

Tesoureiro - Francisco Cardoso.

Delegados :

1.Pela Câmara Municipal - Carlos Temudo.

2.Pela Sociedade Portuguesa de Beneficência - A. Serafim Gomes de Seça.

3.Pela Sociedade de Beneficência e Instrução 1º de Janeiro - Francisco Cardoso.

4.Pela Associação dos Proprietários - Francisco Xavier da Silva.

5.Pela Câmara de Comércio - Adriano Maia.

6.Pela Associação Comercial dos Lojistas - Alfredo de Mourao.

7.Pela Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria - Rosa Cabral.

8.Pela Associação do Pessoal do Porto e C.F.L.M. - Carreira de Moura.

9.Pela Confederação Operária - Tropa.

10.Pela Associação dos Operários de Construção Civil - João Borges.

11.Pela Associação de Artes Gráficas - Manuel de Sousa Amorim.

12.Pelo Instituto Goano - Piedade da Costa.

13.Pelo Centro Republicano Couceiro da Costa - Paulino Santos Gil.

14.Pelo Centro Republicano Evolucionista - João Ag de Carvalho.

15.Pela União Republicana - Capitão Almeida Matos.

16.Pelo Centro Socialista - Manuel Arnaldo da Silva.

17.Pelo Grémio de L.M. - E. E. Gois Pinto.

50.Anuário de L.M., 1915, p.49 e 90.

3.2. Comissão Central de Beneficência Pública

As primeiras informações sobre a Comissão Central de Beneficência Pública, encontrámo-las no Anuário de L.M., para o ano de 1916, com a referência à sua direcção. Todavia, deve ter existido desde 1914, já que nessa data lhe fora concedida a emissão de seis lotarias por ano. (51) "Mas, tendo-se reconhecido que não convem à Comissão Central de Beneficência Pública explorar por conta própria a concessão de emissão de lotarias na Província ...

...Fica autorizada ... a transferir para outrem durante dez anos a concessão de emissão de lotarias, que fica elevada a doze lotarias por ano ." A quem convinha essa exploração ? Importa continuar a pesquisar sobre esta matéria, conhecendo para quem teria ido a tal concessão, uma vez que as receitas deviam ser consideráveis.

Sabemos que a primeira extracção terá tido lugar a 17 de Fevereiro de 1915, " revertendo os lucros que ela tiver em repatriar os portugueses que não tenham economias para o fazer e dar assistência pública àqueles que verdadeiramente necessitam dela ". (52)

O que era esta Comissão, esclarece-nos a Portaria nº 737, de 12 de Janeiro de 1918, " compilando num só diploma algumas disposições sobre a Beneficência Pública da Província de Moçambique ", (53) onde se pode ler que era "composta de sete membros, sendo três de cada uma das Sociedades Portuguesa de Beneficência e Instrução e Beneficência 19 de Janeiro, por elas eleitos, bem como os respectivos suplentes, anualmente, no mês de Junho, até ao dia 10."

Teria a " seu cargo a administração do Instituto João de Deus, colégio para raparigas indígenas, casas de educação, escolas-oficinas, hospedarias-oficinas e asilos, as quais estão destinadas a recolher e a educar na proporção das suas forças as classes desvalidas." (54)

51. Ref. Portaria Provincial nº2.105, de 8 de Outubro de 1914, ver B.O., nº6, I.ª série, 10.02.1917, p.74.

52. Anuário de L.M., 1915, p.49.

53. B.O., nº2, I.ª série, 12.01.1918, p.4-6 e nº3, 19.01.1918, p.12-13, ver Portaria nº737, 12.01.1918.

54. Sobre o Instituto João de Deus, ver a posição defendida por João Albasini, presidente do Gremio Africano, contra a direcção da referida escola, acusando-a de estar conectada com a Maçonaria, cf. "O Africano", 31.10.1914.

Estabelecida por Portaria Provincial nº1.339, de 15 de Novembro de 1919, foi a Comissão Central de Assistência Social, tendo " a seu cargo prestar auxílio a todos os portugueses que dele careçam, dando-lhes dinheiro, alimentação, medicamentos, assistência médica e passagens gratuitas para a terra da sua naturalidade". (55)

Pela mesma fonte, ficámos a saber que esta Comissão, dirige " o Instituto João de Deus, provisoriamente mudado para a Namaacha, que é um estabelecimento de internato para crianças pobres do sexo feminino."

No ano de 1927, em Diploma Legislativo da Colónia, é dissolvida, sendo criada em seu lugar, a Comissão de Beneficência e Assistência Pública, " composta de um provedor, que será o presidente, um representante da Câmara Municipal de L.M., um médico do quadro de saúde, um funcionário da Fazenda e dois representantes das sociedades de beneficência com sede em Lourenço Marques...Ficam sob a administração da Assistência os Institutos femininos João de Deus e Elias Garcia e um instituto para internato de indivíduos do sexo masculino que será criado desde já." (56)

Vejamos então, quem estava na direcção desta comissão de carácter oficial. Escolhemos como amostra : (57)

Cargo	1918	1928
Presidente	João Baptista Botelho Capitão-Veterinário Pr.Soc.Ben.Port/1916	Dr.António Esquivel
Vogais	Firmino João Lopes Sarmento Emp.Comercial Pr.A.E.C.I./1915; Pr.AG.A.E.C.I./28	Francisco F. Menano Emp.Publico Sec.C.R.Ev./1918; Vog.P.R.F./1931; Pr.D.A.F.C./1921; Pr.D.Gr.T.P./1921; Pr.D.C.A.E.C.T./23
	José Joaquim Nunes de Sousa 1º oficial	Dr.Luis Ribeiro de Almeida

55.Anuário de L.M., 1923, p.70.

56.B.O., nº42, 1ªserie, 15.10.1927, p.338-339.

57.Anuário de L.M., 1918, p.110; 1928, p.422; cf. Cópia do recenseamento eleitoral de L.M., 1917, 1925 (AHP, AER, sec.IX, cx.240 e 461).

Cargo	1918	1928
Vogais	José Aq. dos Reis Capitão Pr. Soc. I. B. 19J. / 1918 Pr. AG. C. R. Evol. / 1918	João de Araújo Guarda-Fiscal
	João Aq. de Carvalho Comerciante Membro da Maçonaria Vog. A. E. C. I. / 1903 Del. C. R. Ev. / F. G. B. P. / 1915 Vog. S. I. B. 19J. / 1923-1931	A. M. Gomes de Abreu
		* F. Roque de Aguiar Tenente-coronel Finan. e col. OA / Gr. Af Membro da Maçonaria "Velho Colono" Com. Benef. Púb. / 1914 Com. Prev. Ass. Ind. / 25 Pr. S. I. B. 19J. / 1928-31
		José da Costa Fialho Almoxarife Pr. Soc. Ben. Port / 1916
Sec.-Tesour.	Adriano Moreira Feio Emp. Público V-P. A. E. C. I. / 1917	Anselmo M. Cordeiro Emp. Público

Será que todas estas iniciativas de previdência, tomadas a nível oficial, exprimem a necessidade de coordenar esforços que, de outra maneira se diversificavam, pelas associações, desenvolvidos à sua maneira e disponibilidade? Em Lourenço Marques, faziam assistência - as associações de classe, os clubes de recreio e instituições, designadas de "defesa e instrução", multiplicando acções de solidariedade, dirigidas a minorias carenciadas. (58)

E, em relação à maioria da população africana, que tipo de assistência lhe era dispensada?

58. António Pacheco, "Lourenço Marques...", p.49.

3.3. Comissão de Previdência e Assistência Indígena

Também de carácter oficial, foi constituída a Comissão de Previdência e Assistência Indígena, "para organizar em bases de utilidade prática e de imediata aplicação o estudo da questão social indígena nos seus aspectos mais importantes, rever a legislação vigente e reunir num só diploma todas as disposições legais, de forma a poder organizar-se um estatuto de trabalho mais adequado ao modo de ser actual do colono indígena desta Província." (59)

Ao analisar os objectivos deste organismo oficial, expressos no diploma legal que o cria, apercebemo-nos que se centram nos seguintes aspectos : "a justiça, o regime de trabalho, reserva e parcelamento de terras, fomento de produção, condições de higiene, assistência e instrução," devendo "estudar a forma de dar pronta execução ao pensamento social do Governo". Compunha a Comissão, em 1925 :

Cargo	Nome	Ocupação Laboral
Presidente	Dr.A.E.Lencastre da Veiga	Procur.da Repub.
Membros	Dr.F.Ferreira dos Santos	Dir.Serv.Saú.Hig
	Ag.Jaime Teixeira	Dir.Serv.Neg.Ind VP.C.R.Ev./1918
	P.A.Viana Rodrigues	Repr.As.Fom.Agrí
	* F.Roque de Aguiar	Tenente-Coronel ex-gov.dis.Moça. * financ.col.OA/GA Membro Maçonaria " Velho Colono " Com.Ben.Pub/1914 C.B.A.Púb./1928 Pr.S.I.B.19J. (1928-1931)

59.B.O., nº33, 1ª série, 15.08.1925, p.284. (Portaria nº176, " Constituindo a Comissão de Previdência e Assistência Indígena...").

3.4.Sociedade de Instrução e Beneficência 19. de Janeiro

O Anuário de Lourenço Marques, refere-se a esta instituição, como " maçónica " e benemérita, fundada " em 1 de Janeiro de 1898, que mantém um fundo exclusivamente destinado a actos de beneficência. Foi esta benemérita instituição que abriu a primeira escola primária diurna e nocturna particular nesta cidade " (60), onde estudaram, segundo testemunho oral (61), crianças filhas de membros das lojas maçónicas da zona sul.

A principal actividade, parece-nos que terá sido educacional, já que após a proclamação da República, por portaria de 24 de Outubro de 1910, foi extinto o Instituto Rainha D.Amélia, e entregue a célebre casa de ferro e anexos à Sociedade de Instrução e Beneficência 19 de Janeiro, passando o novo instituto a denominar-se "João de Deus"(62). Por outro lado, a Escola 19 de Janeiro passa a ser oficial, em Dezembro de 1918 (63).

Vejamos agora, uma amostra do corpo directivo :

Cargo	1918	1928
Assembleia Geral:		
Presidente		* F.Roque de Aguiar Tenente-coronel financ.e col.OA/GA Membro Maçonaria "Velho Colono" Com.Ben.Pub./1914 Com.Pr.As.Ind./1925 Com.Ben.As.Pub/1928
Secretário		Ernesto F. Magalhães Emp.Público

60.Anuário de Lourenço Marques, 1921, p.42, ("A Sociedade de Instrução e Beneficência 19 de Janeiro, instituição maçónica..."); 1923, p.70.

61.Testemunho oral de D.Amélia Rua Malta de Matos Pacheco, aluna da Escola 19 de Janeiro, filha de Manuel dos Santos Malta, amanuense da Emigração de Ressano Garcia, membro da Maçonaria.

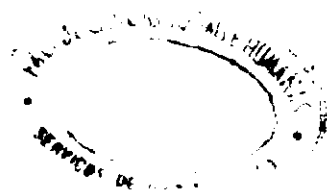
62.Alfredo Pereira de Lima, Edifícios Históricos de L.M., p.65.

63.B.O., nº16, 1ª série, 21.04.1923, p.105-106, ref.à portaria provincial nº1003, 07.12.1918.

Cargo	1918 (64)	1928 (65)
Direcção:		
Presidente	José Ag dos Reis Capitão Pr.AG.C.R.Ev./1918	F.Roque de Aguiar Tenente-coronel
Tesoureiro	Ilídio Pereira Negociante	Joaquim J.Garcia Barbeiro
Secretário	Ernesto Pinto de Empregado Público	Magalhães
Vogais	Luciano I.Felix Proprietário Vog.As.Loij./1921	Herculano C.Branco Comerciante Pr.As.Loij./1929 Com.Mun.P.R.P./1929
	João António de Carvalho Comerciante Membro da Maçonaria Centro Republicano Evolucionista Vogal do Fundo Geral de Benef. Publica/1915 Vogal da Comissão Central de Benef.Pub/1916	
Conselho Fiscal:		
Presidente	José F. Cardoso Comerciante Pr.As.C.Loij./1928 Vog.Liga Def.Prop./1931	Abel Leite Pacheco
Vogal	* Eduardo J.dos Santos Escrivão Part.Grém.Afric./1921	Ag Tavares Fonseca
Relator	Adriano de Carvalho	Martinho da Silva Emp.Comercial Tes.As.Loij./1921

64. Anuário de Lourenço Marques, 1918, p.109; cf. Cópia do recenseamento eleitoral, L.M., 1917, (AHP, AER, sec.IX, cx.240).

65. Anuário de LM, 1928, p.437; cf. Cópia do recenseamento eleitoral, LM, 1925. (AHP, AER, sec.IX, cx.461).



3.5.Associação dos Velhos Colonos da Província de Moçambique

O Alvará aprovando os estatutos da Associação os Velhos Colonos é outorgado aos 22 de Novembro de 1919, pelo governador-geral interino, Manuel Moreira da Fonseca (66), após intensa campanha preparatória, a julgar pelos ecos na imprensa local (67).

Quem eram, afinal os velhos colonos ?

Segundo os estatutos, "são considerados velhos colonos os indivíduos nascidos fora de Moçambique, mas com residência nela por mais de vinte e um anos". Todavia, podia também "ser admitido como sócio o indivíduo nascido na Província de Moçambique, nela residente, que tenha mais de vinte anos de idade e seja proprietário, negociante, industrial, funcionário público empregado no comércio ou indústria, que saiba ler e escrever, que seja proposto por um ou mais sócios".

Fossuimos, desse ano de 1919, uma lista de cem nomes, dos sócios desta associação de socorros mútuos, sendo curioso assinalar a ligação de dois elementos ao Grémio Africano de Lourenço Marques (68) :

- * Albano de Mendonça - natural da Figueira da Foz, vivendo em Moçambique, desde Junho de 1892, 29 oficial, empregado municipal, participa no Grémio Africano desde 1921.
- * António da Silva Marques - natural de Cabo Verde, proprietário, presidente da Assembleia Geral do Grémio Africano, nas eleições de 23.12.1921.

Em 1924, deviam os sócios pagar "a jóia de 6\$75, ouro, ou libra 1-10-0, a carteira de identidade e distintivo de sócio, estatutos e a cota mensal de 1\$12, 5, ouro, ou 5-, por quadrimestre" (69).

66.B.O., nº48, I série, 29.11.1919, p.592-598.

67."O Brado Africano", 31.05.1919.

68.A lista ref., vem publicada no B.O..cit.,p.597-598.

69.B.O.. nº24, I série, 14.06.1924.

Segundo o historiador Oliveira Marques, a Associação dos Velhos Colonos teve uma forte influência da Maçonaria, onde actuaram membros activos, de que é exemplo, o tenente-coronel, Francisco Roque de Aguiar, figura proeminente nas comissões de beneficência, já referidas.

Seleccionámos entre os cem elementos que em 1919, assinaram como sócios, uma amostra de dez membros, procurando observar este grupo : (70)

Nome	Natural	Ocupação Laboral
Albano de Mendonça	Figueira da Foz	2ºofic./emp.muni
Adolfo L. Santos	Lisboa	Capitão
Firmo dos Santos	Abrantes	Maquinista
Manuel L.A.Gomes	Porto	Comerciante
Sebastião Alves	India	Proprietário
Domingos M.L.Cardoso	Goa	Proprietário
António S. Marques	Cabo Verde	Proprietário
Francisco A.Oliveira	Coimbra	Cabo de Pilotos
Manuel Pedro	Lisboa	Fiscal das luzes
Pedro Chichorro	Lisboa	1ºofic./S.N.Ind.

Provenientes das mais diversas regiões e raças, esta associação apenas distinguia estatutariamente, os velhos colonos, " os indivíduos nascidos fora da Província de Moçambique, mas que nela tenham desembarcado, fixando residência e modo de vida, há mais de vinte e um anos ". (71) Repare-se nos elementos indianos, o que poderá sugerir a presença da Maçonaria em Goa, Damão e Diu.

Por outro lado, as áreas de ocupação laboral - exército, caminhos de ferro, comércio, etc - parecem indicar-nos zonas de influência maçónica, o que só uma investigação posterior poderá comprovar.

- 70.B.O., nº48, 1ª série, 29.11.1919, p.597-598;
 cf.recenseamento eleitoral, LM, 1906, (ver naturalidade) e 1925, (ver ocupação laboral), (AHP, AEM, cx.2.207 e AER, sec.IX, cx.461).
- 71.B.O., nº8, 1ª série, 20.02.1926, p.48-52, (ver Alvará, aprovando os novos estatutos da Associação dos Velhos Colonos da Província de Moçambique, de 12.02.1926).

3.6.Sociedade Humanitária Portuguesa Cruz do Oriente

Inaugurada a 1 de Dezembro de 1924, tem como objectivos, segundo os seus estatutos : (72)

"Art.19...A criação de um ou mais postos de socorros na cidade de Lourenço Marques e nos distritos da Província, os quais não só prestarão pronto socorro, como ainda assistência aos indígenas.

Mais tarde, quando os seus fundos permitirem, serão fundadas creches para crianças de ambos os sexos sem distinção de raças, prestando também auxilio à maternidade na medida do possível.

Art.29...tem por fim principal prestar todos os socorros a feridos e doentes, militares e civis, sem distinção de raças, cultos ou ideais políticos ".

Objectivos iniciados, mercê de entusiasmo e trabalho, de membros elogiosamente referidos no discurso inaugural, como " modestos filhos do povo, uns empregados públicos e outros do comércio, que em Novembro do ano findo, lançavam as bases para a criação da Sociedade H.P.Cruz do Oriente " : (73)

Nome	Ocupação Laboral
Graciano F.de Almeida	Chefe da 1ªesqu.Corpo Pol.
Alfredo Francisco Costa	1ºsargento enfermeiro
José Fernandes da Silva	Func.Correios e Telégrafos
Eugénio Rodrigues	1ºsargento enfermeiro Arm.
Victor Boaventura Real	Empregado do Comercio
José M.Alves Fuga	Func.Câmara Municip.LM.
Manuel Pereira da Silva	Cirurgião dentista
Jacob Abraão Wahanon	Func.dos C.F.L.M.
José Maria Lopes	Enfermeiro/H.M.Bombarda
Alberto Figueiredo da Silva	Enfermeiro/H.M.Bombarda
Francisco de Deus Fonseca	Comerciante
Dr.Abel de Carvalho	Médico (74)

72.B.O., nº2, 1ª série, 12.01.1924, p.6-9, ver Alvará aprovando os estatutos da Sociedade H.P.Cruz do Oriente, de 11.01.1924.

73."O Brado Africano", 20.12.1924.

74.Idem, ref.como "principal organizador" e "chefe".

Do ponto de vista estatístico, o número de sócios duplicou no ano de 1924, de 800 em Março para 1.600 no final do ano, o que é destacado no discurso, anteriormente referido num tom vitorioso :

"Lançada a ideia desta Sociedade Humanitária nesta cidade, temos a satisfação de dizer-vos que foi grandioso e muito superior à nossa expectativa o número de sócios de todas as classes que acorreram a inscrever-se nos nossos registos, atingindo em pouco tempo o elevado número de 1.600 que contribuíram, até hoje, com a importância aproximada de L. 1.900-00-00".

Sobre a actividade realizada, encontramos a seguinte referência no Anuário de Lourenço Marques de 1929, que mostra bem o movimento de pessoas, tanto no posto principal, como no sub-posto do Alto-Maé, fundado em 31 de Janeiro de 1928 : (75)

	Total	Branços	Pardos	Amarelos	Pretos
Posto:					
19socosros	1.521 <1.451>	425	109	29	888
Curat.Diár.	17.069 <17.071>	4.572	2.438	163	9.898
Sub-Posto:					
19socosros	2.552	376	134	77	1.965
Cur.Diár	20.939	3.470	2.924	19	14.526

Segundo o historiador Oliveira Marques, a Sociedade Humanitária Portuguesa Cruz do Oriente, foi fundada pela loja maçónica local, "Cruzeiro do Sul, nº 211 ..." Reconhecida desde logo como de interesse público, recebeu isenção de franquia para a correspondência que dirigisse no interior da colónia, bem como as receitas de um selo de imposto postal obrigatório ..." (76)

75. Anuário de L.M., 1929, p.155.

76. A.H.Oliveira Marques, "Dicionário...."

3.7.Cooperativa Operária de Lourenço Marques

Estudámos alguns grupos, oficiais e privados, que desenvolveram acções de beneficência, vejamos agora outro tipo de iniciativas, que agregando esforços de trabalhadores, tomaram a forma de cooperativas, como são exemplos a Cooperativa Operária de Lourenço Marques e a Cooperativa Popular da Província de Moçambique.

Criada a 13 de Junho de 1914, a Cooperativa Operária de Lourenço Marques, pretendia em termos gerais : "Criar escolas, bibliotecas, auxiliar a formação e desenvolvimento das associações de classe e outras colectividades em que sejam reconhecidos os interesses colectivos do operariado ". (77)

Todavia, parece ter sido a ideia de formar uma cooperativa de consumo, que assegurasse o abastecimento em géneros de primeira necessidade, que mobilizou um número considerável de trabalhadores. A iniciativa terá partido da Confederação Operária (78), a quando de um inquérito à cerca da importância média mensal da despesa dispendida na alimentação, argumentando desejar "esta Confederação tratar da fundação de uma cooperativa de consumo anexa, a fim de minorar a situação da classe e proporcionar-lhe géneros alimentares de boa qualidade, em condições mais económicas e vantajosas ." (79)

De facto, a Cooperativa foi inaugurada oficialmente em Janeiro de 1915, na sede da Confederação Operária, oito meses após a escritura publica . Diz-nos Capela quem eram os subscritores desta associação de consumidores : " 13 carpinteiros, 1 jardineiro, 1 impressor, 1 professor particular, 2 cantoneiros, 2 electricistas, 1 mergulhador, 1 guarda-freio, 1 sota-bombeiro, 1 barbeiro, 1 revisor, 1 agricultor, 1 tipógrafo, 1 apontador, 1 maquinista e 1 condutor de eléctricos ", bem como os "nomes de alguns dos militantes crónicos, como os de Adriano Morais de Castro, Manuel de Sousa Amorim e Eduardo Franco Martins." (80)

77.B.O., nº31, 1ª série, 01.08.1914.

78.Organização unitária de trabalhadores, existente desde 1911. Dela terá partido a mobilização para o Sindicato Geral e a Cooperativa Operária.

79."Os Simples", 30.07.1911.

80.Capela, ob. cit., p.145.

O Anuário de 1915, menciona a constituição dos seus corpos gerentes. Procurámos completar esse quadro, com informações sobre a ocupação laboral e a participação em outras actividades sindicais e políticas : (81)

Cargo	Nome	Ocupação Laboral
Assembleia Geral:		
Presidente	Alfredo Pinto de Almeida	Mestre de obras
1º Secret.	Alberto Armindo de Almeida	Profes. Primário
2º Secret.	Adriano Morais de Castro	Impressor
Suplentes	Adelino Pereira	Empreg. Car. Eléc.
	Manuel de Sousa Amorim	Tipógrafo
		Dir. O Germinal
		Vog. Centro Rep.
		Couc. da Costa/ 1914-1918
Direcção:		
Presidente	Francisco da Silva Bota	Carpinteiro
1º Secret.	Silverio Vicente Serra	Carpinteiro
		Vg. A. F. Ag/1917-8
		Fr. A. Op. C. C/1911
2º Secret.	Pedro Vicente Serra	
Tesoureiro	Manuel J. Rodrigues Namora	Barbeiro
		Sindicato Geral
		Tes. A. F. Ag./1916
Vogal	Afonso Duarte	Pedreiro
Substitutos	João Ribeiro Ferreira	Carpinteiro
	João dos Santos Valentim	Pedreiro
Conselho Fiscal:		
Presidente	Artur Francisco Cardoso	Cantoneiro
Secret.	Francisco R. de Carvalho	Mergulhador
Relator	Eduardo Franco Martins	Emp. C. F. L. M.
		Pr. Conf. Op./1916
Vogais	A2 dos Santos Peceg(ueir)do	Cantoneiro
	Manuel Joaquim Mourão	Carpinteiro

B1. Anuário de Lourenço Marques, 1915, p.88; cf. recenseamento eleitoral, 1915. (AHP, AER, sec. IX, cx.516).

3.8.Cooperativa Popular da Província de Moçambique

Da Cooperativa Operária nada se sabe, a partir de 1920, mais precisamente em Março desse ano, quando uma convocatória do presidente da direcção anunciava uma assembleia, a fim de ser eleita uma comissão liquidatória. (82)

Quais as razões do seu desaparecimento ?

A organização nesse ano de uma outra cooperativa, a Cooperativa Popular da Província de Moçambique, constituída no mês de Março e mobilizando operários e funcionários, parece ser um demonstração clara de que o espirito cooperativista não tinha morrido, mas não tinha eco apenas no operariado, como podemos observar na constituição dos seus corpos gerentes, dada a presença significativa de funcionários públicos e de " velhos colonos ".

A Cooperativa pretendia ser de produção, consumo e de crédito, tal como mencionava o Anuário de Lourenço Marques:(83) " Tem por objectivo o fornecimento de géneros, calçado e vestuário aos sócios e, quando as circunstâncias o permitirem, médico, farmácia e funeral. Podem ser sócias todas as pessoas, com excepção das que forem comerciantes. As suas acções são de 50\$00 e de L.1-0-0 e podem ser pagas em prestações. Em 30 de Outubro de 1922, tinha inscritos 782 associados."

Os seus estatutos foram alterados em 15 de Maio de 1922, (84) passando a ser uma sociedade anónima de responsabilidade limitada. Referindo-se aos subscritores, Capela regista : "3 tipógrafos, 1 encadernador, 1 mecânico, 1 casquilheiro, 1 funcionário municipal e 2 funcionários públicos. O casquilheiro era Joaquim Faustino da Silva. Com ele morreu a cooperativa, em 1927." (85)

Curiosamente entre os membros da direcção, em 1921 e 1923, conforma refere o Anuário já citado, encontramos elementos que colaboraram no Grémio Africano, tais como, em 1921, Albano de Mendonça, "velho colono", empregado municipal, Rufino dos Santos Oliveira, também "velho colono", empregado aposentado e, em 1923, Hamilton de Araújo Vasques, tipógrafo .

82."O Emancipador", 13.03.1920.

83.Anuário de LM., p.72.

84.B.O., nº30, IIIª série, 29.07.1922.

85.Capela, ob.cit., p.147.

Vejamos, então quem são os dezoito membros, que compõem a direcção da Cooperativa, em 1921 : (86)

Cargo	Nome	Ocupação Laboral
Direcção:		
Secret.Árquiv.	Luis C. Lopes da Cruz	Emp. Público
Secret.Corres.	Ernesto E.A.de Sousa	Arquivista Sec.Ateneu C.I.
Secret.Relator	Eduardo A.Sousa Dias	Tenente
Tesoureiro	Manuel J. Gouveia	
Vogais	José J.Nunes de Sousa	Emp. Municipal Vog.C.C.Ben.Púb.
	António dos Santos	Encadernador Pr.CF.As.A.Gráf.
	Carlos A.G.Quinhones	Emp.Comercial
Suplentes	Joaquim da Silva	Operário
	* Rufino dos S.Oliveira	Emp.aposentado (Escrivão/Admin) "velho colono" CF.Ateneu C.I. Colab.OBA/GA Resp.Caixa Aux. dos Pobres/1921- Guarda
	Ilidio Baptista	
	Luis Augusto de Carvalho	Oficial exercito
	José Miguel Ferreira	Enfermeiro
Conselho Fiscal:		
Efectivos	João Esteves de Sousa	Emp.Público CF.Gr.Tel-Postal
	* Albano de Mendonça	Emp.Municipal "velho colono" Fart.Grémio Afr.
	António Soeiro	Carpinteiro Pr.AG.As.Op.Con.
Suplentes	Aníbal Valente	Emp.Público
	José da Costa Baiaia	Cond.Car.Electr
	José M.Almeida e Silva	Emp.Car.Eléctri.

86. Anuário de Lourenço Marques, 1921, p.100; cf.cópia do recenseamento eleitoral de L.M., 1921, (AHP, AER, sec.IX, cx. 395) e 1925, cx. 461.

3.9 .Associação de Mútuo Auxílio de Operários Indianos

No seio da população de origem indiana, iremos encontrar iniciativas de defesa dos seus associados, seguindo clivagens sociais e religiosas, inerentes à própria sociedade indiana transplantada para Moçambique. Assim, operários goeses constituem uma associação de socorros mútuos, denominada Associação de Mútuo Auxílio de Operários Indianos, trabalhadores indo-portugueses, promovem a "União Indiana", Hindus, a "Nova Associação Hindu de Lourenço Marques", Maometanos, "The L.M. Mahomedan Association" ou a Associação Maometana e africanos maometanos, a "Anjuman Anuaril Issilamo". (87) Estudemos, como exemplo, o primeiro grupo.

Com os estatutos aprovados a 19 de Outubro de 1921, a Associação de Mútuo Auxílio de Operários Indianos, tinha como objectivos :

- a) A defesa de operários indianos na Província de Moçambique, dando-lhes o conforto por meio de auxílio pecuniário ou socorros médicos e medicamentos no caso de necessidade e pobreza de qualquer dos sócios.
- b) A protecção, auxílio, instrução e repatriação dos associados e suas famílias.
- c) Auxiliar e proteger qualquer membro da família dos associados no caso de ele se encontrar desempregado, procurando por todos os meios a sua colocação.
- d) Proporcionar aos associados diversões, tais como, gabinete de leitura, jogos desportivos e outros passatempos não contrários a lei e bons costumes.
- e) Desviar os associados do mau caminho, como é a embriaguez e o jogo." (88)

Os primeiros dados obtidos sobre os corpos gerentes de 1923, apresentam uma direcção constituída maioritariamente por operários, sendo 2 alfaiates, mas com a presença de 1 empregado comercial e de 1 capataz.

87.A respeito das associações citadas, ver Boletins Oficiais da Província de Moçambique, nº 44, 1ª série, 29.10.1921, p.379-382, (A.M.A.O.I.); nº 3, 1ª série, 17.01.1925, p.13-18, (U.I.); nº 8, 1ª série, 21.12.1925, p.60-63, (N.A.H.L.M.); nº 5, 1ª série, 03.02.1917, p.68, (A.M.); nº 23, 1ª série, 06.06.1925, p.216-218, (A.A.I.).

88.Objectivos discriminados no artigo 3º.

Detalhando a composição dos corpos gerentes , em 1923, teremos o quadro seguinte : (89)

Cargo	Nome	Ocupação Laboral
Assembleia Geral:		
Presidente	Natividade L.M.Dias	
1º Secret.	Mariano Francisco Monteiro	Operário
2º Secret.	Roldão Francisco P.Colaço	Operário
	<Francisco Roldão>	
Direcção:		
Presidente	Manuel José da Silva	Operário
Vice-Pres.	Francisco X.C. Fernandes	Alfaiate
Secret.	Nicolau D.A.Lourenço	
Tesour.	Pedro N.Domingos de Sousa	Revisor
Vogais	Hipólito F.Mendes	
	João Carlos Barreto	Capataz
Conselho Fiscal:		
Presidente	Domingos Júlio Pereira	
1º Secret.	Francisco Xavier Bragança	Emp.Comercial
2º Secret.	Agostinho Fonseca	Serralheiro
Comissão de Investigação e Defesa:		
	Camilo Antão	Alfaiate
	Caetano Fernandes	Serralheiro
	Diogo M.G.Carvalho	Serralheiro
	Tito Fernandes	
	Caetano Mascarenhas	
	Damasceno Rodrigues	(90)
	Baltazar Gonçalves	
	Benedito Lobo	
	AQ Maria Alves	

89. Anuário de Lourenço Marques, 1923, p.107-108; cf. cópia do recenseamento eleitoral, 1921, (AHP, AER, sec.IX, cx.39a).

90. No recenseamento eleitoral de 1906, Damasceno Rodrigues figura como industrial, não sendo mais o seu nome registado.

3.10. Sociedade de Beneficência " Pagode Chinês "

Outro exemplo de associações de beneficência, defensoras de minorias, de estrangeiros residentes em Lourenço Marques, são constituídas durante a década de vinte, procurando resolver questões, que se alargavam de acordo com as possibilidades financeiras, desde a assistência médica à repatriação, tais como a Associação de Beneficência Israelita "Honen Dalim", a Sociedade de Socorros Mútuos e de Beneficência " La Mutuelle Mauricienne", "Pagode Chinês" e a Sociedade Helénica de Beneficência. (91)

Escolhemos como amostra , a sociedade "Pagode Chinês", onde podemos verificar que eram abrangidos como objecto de assistência, não só residentes chineses, mas também os seus descendentes. Os fins desta sociedade eram :

"a) Estabelecer ou subsidiar escolas de instrução para os seus associados ou para o público, conforme as necessidades locais :

b) Auxiliar pecuniariamente a repatriação de qualquer associado ou estrangeiro, de nacionalidade portuguesa ou chinesa;

c) Contribuir com donativos de qualquer espécie para bazares, récitas ou outros divertimentos públicos cujo produto se destine a obras de caridade;

d) Socorrer na doença e na adversidade os seus associados e em geral todos os portugueses ou chineses que se encontrem em precárias circunstâncias, conforme os recursos do cofre da Associação;

e) Proporcionar aos associados e suas famílias quaisquer distrações instrutivas civilizadoras ou meramente recreativas, como saraus, conferências, passeios ou outras que as leis e regulamentos portugueses permitam."

Verificámos, em referências pontuais, que no seio da comunidade chinesa existiram anteriormente outras iniciativas de associação, como a dos Operários Chineses Beneficente Boa União, aprovada oficialmente por alvará de 18 de Maio de 1911, (92) e que se designou em 1914, de "Chinese Republic Association Lourenço Marques" .

91.P.O., nº23, 04.06.1921, (A.B.I.H.D.); nº21, 26.05.1923, (S.S.M.B.M.M.); nº9, 01.03.1924, (E.B.P.C.), ver art.29; nº51, 22.12.1928, (S.H.B.).
92.Capela, ob.cit., p.154.

3.11. Montepios e Caixas Económicas

A primeira associação mutualista em Moçambique, encontrámo-la no seio do pessoal ferroviário e portuário, a Caixa de Socorros da Direcção do Porto e dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, criada por portaria provincial de 20 de Junho de 1892 (93) e extinta em Março de 1914, a quando da constituição do Montepio Ferroviário.

Ambas as iniciativas são de carácter oficial, pois surgem a partir de regulamentos oficiais, exprimindo mais a atenção especial que as autoridades dispensavam ao sector ferro-portuário, do que uma acção concertada dos trabalhadores. Destes é sim, a ideia e a concretização da Secção de Socorros Mútuos, da Associação do Pessoal do Porto e dos Caminhos de Ferro, em 1912.

Existiam em Moçambique dois Montepios, tendo cada um a sua Caixa Económica. Um deles era o Montepio Oficial da Provincia de Moçambique, para o funcionalismo da colónia e o outro, o Montepio Ferroviário, apenas para os empregados dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques.

O Montepio Oficial foi inaugurado em Abril de 1916. Não era subsidiado pelo estado, mas no seu regulamento este tinha o encargo de financiá-lo quando tal fosse necessário. A inscrição obrigatória dos funcionários públicos, de nomeação definitiva ou interina, e facultativa aos funcionários da metrópole, em comissão de serviço na colónia, contractados, municipais, oficiais militares, sargentos e equiparados, mostra bem o carácter oficial, que o próprio nome da instituição evidencia.

As "vantagens", expressas na portaria provincial, (94) que cria este organismo, parecem dar-lhe a forma de instituição bancária: "que terá por fim garantir aos associados ...a) Pensão de reforma especial por incapacidade permanente; b) Empréstimos de fundos aos associados; c) Subsídio para o funeral dos sócios; d) Pensões às famílias no caso de falecimento dos sócios."

93. Referido por Capela, ob.cit., p.147-148.

94. B.O., nº 15, 1ª série, 08.04.1916, p.90-92, (art.19).
Ver Alvará aprovando os estatutos in B.O., nº 26,
14.05.1916.

3.12. Montepio Ferroviário

Inaugurado a 6 de Maio de 1914, tinha como objecto de previdência os empregados e operários dos portos e caminhos de ferro da colónia, podendo ser admitidos os funcionários do Departamento Marítimo, da Capitania dos Portos e do pessoal do quadro marítimo das alfândegas. Era pois, de carácter oficial, sendo mesmo subsidiado pelo Conselho de Administração do Porto e dos C.F.L.M.

No preâmbulo do Regulamento Orgânico desta instituição, publicado em 30 de Julho de 1921, pode-se constatar o peso da autoridade governamental: (95)

"Competindo ao Governo ir ao encontro das dificuldades que porventura venham a surgir para a vida, até agora florescente, do Montepio Ferroviário, eliminando a causa que possa dar-lhes alento, o que se conseguirá, tirando-lhe o carácter de associação de socorros mútuos, sem prejudicar os seus fins e seu progresso e fazendo predominar na sua administração indivíduos, que pelo seu discernimento e grau de cultura, estabeleçam um justo equilíbrio nas decisões..."

Quais eram então, os objectivos deste grupo ?

Descrevendo-os, o Anuário de Lourenço Marques, refere em tom minucioso que : (96)

"Estabelece pensões de inabilidade aos sócios e, por morte dos sócios às suas famílias. Também subsidia, por uma só vez, os sócios licenciados na metrópole, ou na índia, e paga a despesa do seu funeral. Tem um depósito de géneros e artigos de vestuário para abastecimento dos seus associados. Este depósito, de harmonia com uma combinação feita com o Governo, fornece actualmente a grande maioria dos funcionários e operários do Estado.

O movimento mensal deste Depósito atinge em média o valor de L. 3.500-0-0 e Esc. 80.000\$00. O capital deste Montepio, em 30 de Setembro de 1922, era de L. 5.009-17-7 e Esc. 241.111\$57."

95.B.O., nº32, 1ª série, 06.08.1921, p.291-293.

96.Anuário de Lourenço Marques, 1923, p.71.

As relações entre as autoridades coloniais e o pessoal do Porto e dos C.F.L.M., no que se refere ao Montepio, nem sempre foram amistosas, a julgar pela imprensa local, que denuncia com toda a veemência, as arbitrariedades do poder, acusando-o de pretender apoderar-se desta instituição. A prová-lo, veja-se a composição do Conselho de Administração composto por cinco delegados governamentais e quatro dos ferroviários. (97)

Segundo Capela, "o pomo da discórdia deveria situar-se, de facto, no Depósito de Géneros e não propriamente no Montepio. Em Fevereiro do mesmo ano (1922), por portaria, o Governo Geral atribuía poderes discricionários ao seu delegado junto do mesmo Depósito, que podia intervir drasticamente na marcação de preços e em todo o seu funcionamento administrativo. O governo atribuía-se o direito de demitir os corpos gerentes eleitos". (98)

A força ferroviária manifestou-se mais uma vez, na assembleia geral para eleger a direcção do Montepio, em Setembro de 1926, saindo vitoriosa a sua lista, por 165 votos contra 21, dos pró-governamentais.

"Instituição modelar de alto crédito" (99), assim se referia em 1928, Juliano Quintinha ao Montepio, "uma afirmação da vitalidade dos organismos operários", que "conta hoje 952 sócios" e "dispoe de um capital de 40.000 libras." Um ano mais tarde, surge um novo organismo anexo, A Lutuosa, cujo objectivo era de apoiar as crianças e viúvas dos seus associados mortos e que passará a ser designado em 1930, de Caixa de Previdência de Moçambique. (100)

é possível reconhecer-se um espírito de amadurecer, no seio da população trabalhadora, pela existência de "três caixas de poupança - a Caixa Económica Postal, a Caixa Económica do Montepio Ferroviário e a Caixa Económica do Montepio Oficial, mais ainda cinco caixas de reformas e pensões para os funcionários públicos, todas tendo a sua sede em Lourenço Marques." (101)

97."O Emancipador", 03.01.1921.

98.Capela, ob.cit., p.151.

99."O Emancipador", 06.02.1928.

100.B.O., nº18, 1ª série, 04.05.1929, p.211-214 e
B.O., nº46, 1ª série, 15.11.1930, p.558-562.

101.Figueiredo, A.dos Santos, "A Vida Social...", p.13.

4.Sociedades de Defesa, Instrução e Recreio

Um sem número de assembleias de carácter social, político ou desportivo animavam a cidade, partindo da iniciativa de associações, sociedades e clubes, muito ao gosto da sociedade inglesa e transvaliana.

Outros lugares comuns porém, intensificavam a vida social, tais como - a Praça 7 de Março e os seus quiosques, o bazar (mercado municipal), as Igrejas, a rede imensa de cantinas e bares, os hotéis, a praia da Polana. E, as casas, sobretudo as de famílias ilustres da terra, onde de tudo se discutia, como recorda Noémia de Sousa, (102) os jardins, as ruas e os quintais das cabanas de caniço, palco de tantas histórias, magistralmente contadas por escritores moçambicanos, de que Dalane da Silva (103) é exemplo.

Como seria então, o convívio social urbano ?

Retratado já na época da ocupação militar, por um dos seus heróis, Mousinho de Albuquerque, apresenta a face da cidade cosmopolita e os seus deliciosos vícios :

"...Não receava que Lourenço Marques se tornasse uma espécie de Monte Carlo ou Ostende, unicamente votado ao prazer. Era já e tem de ser cada vez mais, uma cidade de trabalho, um centro de colonização, mas dessa feição, que ali atrai as mais variadas raças de especuladores e aventureiros, resulta a necessidade de regularizar, policiando-os e levantando-lhes o nível, os divertimentos e os prazeres, para evitar, quanto possível, as abjecções que surgem espontaneamente nestas cidades de população cosmopolita. Opondo assim o clube ao bar e o jogo policiado às espeluncas de batota, contribuía-se para o levantamento não só da civilização mas da moralidade dos habitantes..." (104)

102.Conversa com a célebre poetisa moçambicana, sobre as famílias ilustres da terra, os Bruheim, os Fornasini, os Albasini, entre outras, a propósito de uma senhora D.Carlotia Fernandes, membro destacado do Grémio Africano de Lourenço Marques.

103.Ref.às histórias insertas em " Xicandarinha na Lenha do Mundo".

104.Mousinho de Albuquerque, ob.cit., p.302-303.

4.1.The Caledonian Society of LM Sociedade Escocesa de LM

" Vê-se destas associações por toda a colónia, todas tendo um grande espírito associativo e onde há frequentemente reuniões de todo o tipo, às quais a população europeia geralmente acorre.

Os indianos, os mistos e os amarelos têm, da mesma forma os seus clubes geralmente instalados nos seus próprios edifícios, onde dão festas características, frequentemente com fins altruístas e cujos lucros são utilizados por instituições de beneficência.

As instituições deste género, mais importantes são: o "Grémio de LM", o "Grémio Telégrafo-Postal", o "Clube Inglês", o "Clube Britânico", o "Instituto Goês", a "Academia Recreativa Mocidade" e o "Grémio Africano", em Lourenço Marques..." (105)

Vejamos então, como e que estas instituições se propunham a defender minorias, preservando a sua identidade cultural, face a outras, satisfazendo a necessidade de assistência, de convívio e de cultura.

No caso concreto da Sociedade Escocesa, a finalidade bipolarizada de beneficência-recreio aparece claramente expressa no artigo 29 dos seus estatutos, onde se pode ler -" Os principais fins e objectivos da sociedade são: (106)

- a) Promover reuniões sociais da comunidade escocesa e fraternização geral com os escoceses da África;
- b) Preservação da literatura escocesa, jogos (excluindo os chamados jogos de azar), tradições e aniversários;
- c) Receber e auxiliar todos os escoceses que chegarem de fora;
- d) Dar assistência aos escoceses em todas as circunstâncias em que tal assistência for necessária;
- e) Contribuir para os fundos de hospitais locais, quando a Sociedade julgar que tal contribuição é necessária;
- f) A formação de um clube social."

105.Figueiredo, ob.cit., p.15.

106.B.O., nº14, 1ª serie, 05.04.1919, p.270-271, ver Alvará aprovando os seus estatutos, de 20.03.1919.

4.2.Associação dos Europeus Chefes de Família

Com estatutos aprovados a 10 de Junho de 1926, a Associação dos Europeus Chefes de Família, é um exemplo de uma sociedade mista de beneficência e educação e formação de novas gerações, parecendo-nos tratar-se de mais uma das iniciativas da Maçonaria, pelos objectivos defendidos.

Na verdade, os fins expressos da associação são os seguintes, a julgar pelos seus estatutos : (107)

Art.39 - " O fim da Associação é promover a cultura intelectual e física das crianças, filhas de pai e mãe europeus, e o aperfeiçoamento da sua educação moral."

Art.49 - " Para alcançar este fim, poderá escolher os meios que julgar mais adequados. e especialmente fundar e subsidiar escolas, internatos ou institutos de educação e ensino; alugar, adquirir ou construir prédios ou edifícios e promover tudo quanto for necessário, para a instalação dessas instituições, podendo contrair empréstimos e prestar a caução respectiva."

É curiosa a especificação, de quem podia ser sócio desta instituição. Assim, podemos ler no artigo 59 - " Só podem ser sócios desta Associação, os europeus chefes de família, sem distinção de sexo". Um parágrafo único acrescenta - " Para efeitos deste artigo, são também considerados europeus, os descendentes de pais europeus, seja qual for o lugar de nascimento."

Quem eram os chefes de família, com tão nobres intenções ? As únicas referências de que dispomos, são dos corpos gerentes, relativos ao primeiro exercício de direcção, que se supunha actuar até 1 de Dezembro de 1929 : (108)

Assembleia Geral :		
Efectivos- Presid.	Dr.Angelo Ferreira	Advogado
19Secr.	Dr.Adriano de S.Costa	Notário
29Secr.	Francisco Cabral	
Substitut.-Presid.	Adriano Maia	Comerciante
19Secr.	Pedro Gaivão	
29Secr.	Dr.Francisco Veloso	

107.B.O., nº25, Iésérie, 19.06.1926, p.169-171.

108.Sobre a ocupação laboral, ver cópia de recenseamento eleitoral, 1921 e 1925, (AHP, AER, sec.IX, cx.396 e 461.

Direcção :			
Efectivos-	Presid.	Dr.Júlio de G.Osório	
	Secret.	Dr.José N.N.Oliveira	
	Tesour.	Paulino dos S.Gil	Comerciante
	Vogais	Dr.Fausto R.Donato	
		Dr.Alfredo Reis	
Substitut.-	Presid.	Dr.Francisco F. Santos	Médico
	Secret.	Duarte Belo	
	Tesour.	AQ.Martins Azevedo	Gerente
	Vogais	Cap.Vasco da G.Rodrigues	Capitão
		Dr.Bernardino F.Cabral	Conservador
Consel.Fisc.:			
Efectivos		Com. José Cardoso	Comandante
		Com. AQ.da Silva Pais	Comandante
Substitutos		Dr.Albano Monteiro	Advogado
		José Guedes da Silva	

Se, na comunidade branca há várias iniciativas de agregação, mesmo com carácter regional, como o Clube Transmontano, igualmente no seio da comunidade negra manifestam-se tendências idênticas, seguindo divisões étnicas e regionais, de que os clubes desportivos são um bom exemplo.(109)

Todavia, encontrámos referências que parecem quebrar a divisão existente. Em primeiro lugar assinala-se, o Grémio Africano de Lourenço Marques, fundado em 1908, tema central da nossa investigação e, por isso será especialmente tratado a partir do terceiro capítulo. Iremos constatar aí um convívio moderno, que ultrapassa as fronteiras étnicas, raciais e religiosas, atraindo a nossa atenção pela diferença.

Outro exemplo, mas agregando apenas africanos, a União Africana, surgirá em 1916, conforme notícia O Africano:(110)

" Com este nome organizou-se há dias um grupo, composto de africanos, que tem por fim promover excursões, divertimentos desportivos e outros.

Segundo informações, o grupo União Africana, organizará brevemente um passeio em caminho de ferro, só para os seus associados".

109.O Clube Gazense ...

110."O Africano", 02.08.1916.

5.Representações Partidárias

O levantamento da composição dos corpos directivos, que, por amostra, apresentámos nos pontos anteriores, permitiu-nos conhecer alguns dos membros activos do movimento associativo, que se destacaram como militantes de organizações políticas.

A partir destes dados, tentámos definir o espaço de formações partidárias, referidas pela imprensa local, e conhecer as mais variadas tendências (aspecto que pretendemos aprofundar numa próxima investigação), que a nível político e ideológico, influenciaram a "inteligência" citadina.

Sistematizando a colecção de informações mencionada, deparamos com três representações partidárias a saber:

1. o Centro Socialista - agregando operários e propagando a ideologia do socialismo, dentro dos parâmetros do Partido Socialista Português, o sindicalismo e aceitando, no seu seio os "socialistas comunistas";

2. o Centro Republicano Couceiro da Costa - onde se associou a pequena burguesia republicana da capital, com uma forte camada de comerciantes, em rápida ascensão social;

3. o Centro Republicano Evolucionista - composto maioritariamente, por funcionários públicos.

É de notar, que na direcção de ambos os centros republicanos, encontramos quadros da Maçonaria, que igualmente militavam em associações de classe e de beneficência, tais como por exemplo, na Associação dos Lojistas, na dos Funcionários Civis do Estado da Provincia de Moçambique, na Associação dos Velhos Colonos, na Sociedade Humanitária Portuguesa Cruz do Oriente, etc.

Referindo-se a tal facto, Ilídio Rocha comenta: "Dando largas à sua capacidade de associativismo e procurando através dele concretizar, na prática, os seus ideais, esses homens foram sucessivamente criando... agremiações onde um grupo não muito grande de maçons republicanos asseguravam a direcção e as mais importantes tarefas." (111)

111. Ilídio Rocha, "A Maçonaria em Moçambique", p.4.

Outro aspecto a assinalar, parece-nos ser a extrema versatilidade de certos trabalhadores e intelectuais, que participam em duas ou mais associações, de tal forma que quase lhes poderíamos apelidar de "militantes crónicos". É o caso de António Fortunato do Rego, de profissão condutor nos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, que actuou entusiásticamente numa série de agremiações, como militante socialista.

Sucessivamente foi, presidente da Assembleia Geral da Associação dos Empregados de Tracção dos CFLM, em 1906; 1º Secretário da primeira direcção eleita do Centro Socialista, em 1912; activista do Sindicato Geral e do Congresso Operário; director do jornal, O Ferroviário, de 1915 a 1916; presidente da Assembleia Geral da Associação do Pessoal do Porto e dos CFLM, em 1917.

Com uma matriz metropolitana, seguindo o programa traçado pelo Partido Socialista Português e com um discurso igualmente europeu, o Centro Socialista, apresentou todavia, em relação às outras formações partidárias, tendências que, no meio local, aparecem como inéditas.

Assim, na festa comemorativa do 38º aniversário da fundação do Partido Socialista, uma mulher, Florinda Gonçalves Rego, fez uma intervenção memorável, evocando Fontana e Antero de Quental e investindo contra o triste fenómeno da prostituição. (112) Nesse ano de 1913, o 19 de Maio foi comemorado, como jornada de luta, por iniciativa do Centro. (113) Em Fevereiro de 1914, mais força organizativa foi desencadeada, pelo surgimento da Juventude Socialista Antero de Quental. (114) Por outro lado, o jornal seu porta-voz, O Emancipador, fundado em 1919, teimou em existir, "até serem presos os tipógrafos", em 1937. (115)

E, a batalha dos jornais, lançando farpas em todas as direcções, devia ser bem acesa, como dizia Lobato, em tom conciliatório: "...Todos se conheciam, e no fundo todos se estimavam, muito embora a politica local os dividisse profundamente, porque a batalha dos jornais não era para graças." (116)

112. "Os Simples", 15.01.1913.

113. "O Incondicional", 03.05.1913.

114. "O Africano", 18.02.1914.

115. Ilídio Rocha, "Catalogo dos Periódicos...", p.70.

116. Alexandre Lobato, "Quatro Estudos e Uma Evocação para a História de Lourenço Marques", p.152.

6. Conclusões

Como hipótese de trabalho, construimos um quadro, onde colocámos na coluna dos dados invariáveis - a raça e a classe, uma vez que o convívio social parece desenrolar-se numa base racial e classista, e na coluna das variáveis os resultados da acção desenvolvida.

Grupo Soc.	Ass.Cl.	Soc.Rec.	Inst.Prev.	Part.Pol.
Pequena Burguesia Branca	dos Emp. do Com. e Ind.			Centro Republic. Couceiro da Costa.
	dos Funcion. Civis		Montepio Oficial	Centro Republicano Evolucionis.
Pequena Burguesia Goesa	Instituto Goano			
Pequena Burguesia Indiana	Câmara de Comércio Indiana			
Pequena Burguesia Mulata		Grémio Africano		Simpatia pelo Centro Socialista
		Instituto Negrofilo		
Operariado Africano	União dos Trabalh. Africanos.			Centro Socialista
Operariado Branco	Ass.do Pessoal do Porto e Cam.Fer.		Montepio Ferroviário	Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras
Operariado Indiano			Ass.de mutuo auxilio de Operários Indianos .	

Este quadro, tipifica as formações sociais mais importantes, (indicadas nas colunas verticais), pela sua dinâmica e capacidade organizativa expressa, (no espaço horizontal), através de múltiplas sociedades criadas. Regra geral, a sua atitude perante o poder caracterizou-se pela reivindicação e conflito. Podemos dar alguns exemplos do tipo de pressão exercida, desde o lugar no Conselho de Governo, tal como exigiu a Associação dos Funcionários Cívicos, à criação de um tribunal de árbitros, que resolvesse problemas de trabalho, querido pelos operários de construção civil, através da sua associação, a minimização da falta de mão-de-obra, necessária segundo a Associação de Fomento Agrícola.

A luta pela diminuição de horas de trabalho e melhores salários, enveredada pelos grupos operários, que culminará nas greves, sobretudo nas dos ferroviários, mostra um certo crescimento do movimento operário. Todavia, os trabalhadores portugueses na colónia, não englobaram na sua luta, a maioria africana, que se que a ignoraram. Experiência de luta operária tiveram os mineiros moçambicanos, mas na África do Sul, onde participaram em comícios e greves. (117)

Foucos são os indícios de uma aproximação, na luta operária. Ensaída, no seio dos tipógrafos, com a União dos Trabalhadores Africanos, em 1911, parece-nos que qualquer tentativa nesse sentido teria sido perseguida, a julgar pela documentação relativa à Internacional apreendida pelas autoridades coloniais, em 1920. (118)

Uma outra pista de investigação, interessante de assinalar, é a primeira reivindicação de autonomia, que a burguesia colonial local aflora, em 1919, em relação ao governo da metrópole, tentando talvez modificar a crise estrutural da economia da colónia, agravada na capital, não só pelo pós-guerra, mas também pelo sector macrocéfalo do porto e dos caminhos de ferro, que fez crescer desproporcionalmente o sector de serviços, sem os restantes sectores - da agricultura e da indústria.

117. Sobre a participação de mineiros moçambicanos em acções de luta, ver a documentação relativa ao comício de Cleveland, (perto de Johannesburg), 11.05.1919, (AHRPM, SNI, sec.B, cx.622).

118. Ver documentação relativa à Internacional, Cópia de "um artigo da Internacional. - Pertence você à União Operária? Mensagem aos operários brancos e pretos", 1920, (AHRPM, SNI, sec.B, cx.112e).

Demos alguns exemplos de actuação de grupos sociais. Constatámos como a actividade militante, no caso específico do operariado branco, seguiu as experiências metropolitanas e como foram significantes as formas de luta, na África do Sul, para os camponeses-mineiros moçambicanos. Até mesmo sociedades secretas foram transplantadas, quer do Ocidente como do Oriente, defendendo minorias em terras estranhas.

Capítulo III - Organização do Grupo

Numa cidade onde se convive separadamente, como constatámos no segundo capítulo, surge o Grémio Africano de Lourenço Marques, em 1908, associando personalidades e toda uma elite de mulatos, negros e brancos, inicialmente sob o pivot de uma ideia fundamental - a educação dos "indígenas", a maioria da população.

E, como de uma onda se tratasse, a essa nobre ideia, do direito à educação, outras mais se juntaram, com o triunfo da República, atomizando um conjunto a que deram o nome de "causa africana". (1)

Do ponto de vista legal, o Grémio existiu até 1938, data em que passa a ser designado por Associação Africana, mantendo-se até à independência de Moçambique, em 1975, com as características, que sempre teve, de sociedade mista de defesa e beneficência, de uma camada abrangente de trabalhadores moçambicanos e, por outro lado, de recreio para uma faixa da pequena burguesia local, sobretudo mulata.

Felos resultados da acção conseguida, defendemos a hipótese de ser entendido, como um grupo de pressão, do ponto de vista político, social e cultural, referenciado já na época em que actuou, como um importante clube nativo, (2) onde emerge uma intelectualidade jovem, a "Acção Cultural", (3) e, porventura o ensaio de um Partido Nativista. (4)

Parece ser um grupo não homogéneo, percorrido por várias correntes de opinião, expressas no jornal, seu porta-voz, de 1908 a 1918, "O Africano" e, a partir dessa data, "O Brado Africano". O apelo, insistentemente lançado à unidade, leva-nos a procurar os factores de divisão interna, que aliás deram origem a novos grupos, tais como o Conselho Nacional Africano e o Instituto Negrófilo, mais tarde Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique. Terá sido apenas, a questão racial ?

Eis pois, em sumário o que iremos desenvolver neste terceiro capítulo.

-
- 1.Trata-se da defesa, em alcance pan-africano, da população negra, do gesto profundo de "levantante e caminha!". Ver o tratamento deste aspecto, no cap. V.
 - 2.Ref. OBA, 20.01.1923.
 - 3.Ref. OBI, 03.07.1926.
 - 4.Capela, ob.cit., p.274.

3.1. Funcionamento interno

3.1.1. Luta pela aprovação dos estatutos (1908 - 1920)

No "Número de propaganda a favor da instrução", (5) O Africano, era anunciada a criação do Grémio Africano :

"Um grupo humilde - da triste humildade dos homens de cor - pretende, anseia, quer fundar, nesta cidade, uma escola de instrução primária...

Esse grupo fundou um Grémio Africano composto, unicamente de elementos africanos, - podendo fazer parte dessa agremiação, como sócios protectores, todos os homens doutros países que desejem concorrer para fim tão moralizador como é a Escola..."

Este grupo era constituído, em 1908, por 142 elementos, tal como podemos constatar, na "Lista de Sócios, transcrita na 38.ª página do jornal, já referido, "O Africano", como que a legitimar, com a sua presença, tão justas exigências.

Três anos mais tarde, na proclamação de uma organização unitária, a União dos Trabalhadores Africanos, é mencionado como um facto a extinção do Grémio Africano. Assinada por Alfredo de Oliveira Guimarães, apela à unidade de todos os operários africanos, nestes termos : (6)

"No momento em que os srs. patrões se preparam para nos explorarem, apesar de estarmos num regimen de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, nós devemos preparar-nos também para o ataque, associando-nos.

Uma comissão de rapazes africanos, da qual eu faço parte, resolveram fazer propaganda entre a gente da sua raça e cor para se fundar uma associação de classe onde todos os trabalhadores africanos se possam instruir para poderem reclamar as suas reivindicações...Que todos nos unamos, pois ; que não aconteça a esta nova associação o mesmo que aconteceu ao extinto Grémio Africano..."

5.04. 25.12.1908.

6. "Os Simples", 13.07.1911.

Após um longo interregno, voltamos a encontrar referenciado o Grémio Africano, em 1916, quando tem como corpo directivo : (7) João Albasini, presidente, encarregado do pessoal indígena, nos C.F.L.M., Vicente Xavier Lobo, vice-presidente, 1º official da Secretaria Geral, Francisco Bemfica, tesoureiro, tipógrafo, Paulo Bruheim, secretário, empregado de escritório dos advogados Mourate Grave e Carlos Finto e como vogais, António Albasini, amanuense da Intendência dos Negócios Indígenas e de Emigração e Alfredo Guimarães, official de diligências no Tribunal de Lourenço Marques.

Em vez, a direcção do Grémio luta pela aprovação dos seus estatutos : (8)

"A Direcção deste Grémio, oficiou ao Governo pedindo a aprovação dos seus estatutos que foram entregues em Dezembro de 1916, por necessitar, para regularidade da sua vida, da existência legal que só os estatutos lhe pode dar. Mais, resolveu convocar a Assembleia Geral do mesmo Grémio para resolver a atitude a tomar quanto ao cerceamento de liberdades e regalias que veem sendo "decretadas", sem respeito pela Constituição da República e mais legislação applicável ..."

Parece-nos que é credível o facto de, ter navido um certo compasso de espera, em vez de ter sido realmente extinto o grupo. Espera, que não deve ter sido de braços cruzados, pela constante insistência junto das autoridades coloniais, para a aprovação dos seus estatutos, assim como pela acção desenvolvida no seio da comunidade cidadina, a julgar pelas comemorações do 12 de Maio, em 1913, e a petição contra a venda do vinho "para preto", em 1914, para citar as mais significativas.

A projecção que o jornal, "O Africano" dá à figura do seu director, João Albasini, leva-nos a supor que o Grémio funcionaria como "um grupo de patrao", girando em torno de uma personalidade carismática. Terá sido realmente assim ? A investigação sobre os membros do Grémio poderá levantar novas pistas, incidindo a nossa atenção mais para a correlação de forças, no seio das classes sociais, das famílias "da terra", como iremos aprofundar no próximo capítulo.

7.OA, 14.10.1916.

8.OA, 29.09.1917.

A Acta nº 1, datada de 27 de Abril de 1920, relata a fundação provisória do Grémio Africano de Lourenço Marques. Nela se regista a decisão de se nomear (9):

"uma comissão provisória, para até à aprovação dos Estatutos pelo Governo, administrar e elaborar os Estatutos do Grémio.

Mais ficou resolvido, que à falta de casas, que se escolhesse a casa do consócio Guilherme Bruheim, para as reuniões que deverão ser as quartas-feiras de cada semana, pelas vinte horas e meia.

Ficou resolvido que se nomeasse uma comissão de Senhoras e ficou designado o dia da convocação a quarta-feira da próxima semana ..."

Ainda que não tivesse existência legal, a voz do Grémio sou, pressionando a autoridade colonial a propósito da portaria dos assimilados, criticando em "Deus e o Meu Direito", "Memorial dirigido ao Governador Geral da Província pelos Delegados do Grémio Africano", a portaria que estabelece uma categoria discriminatória e humilhante - os assimilados. (10)

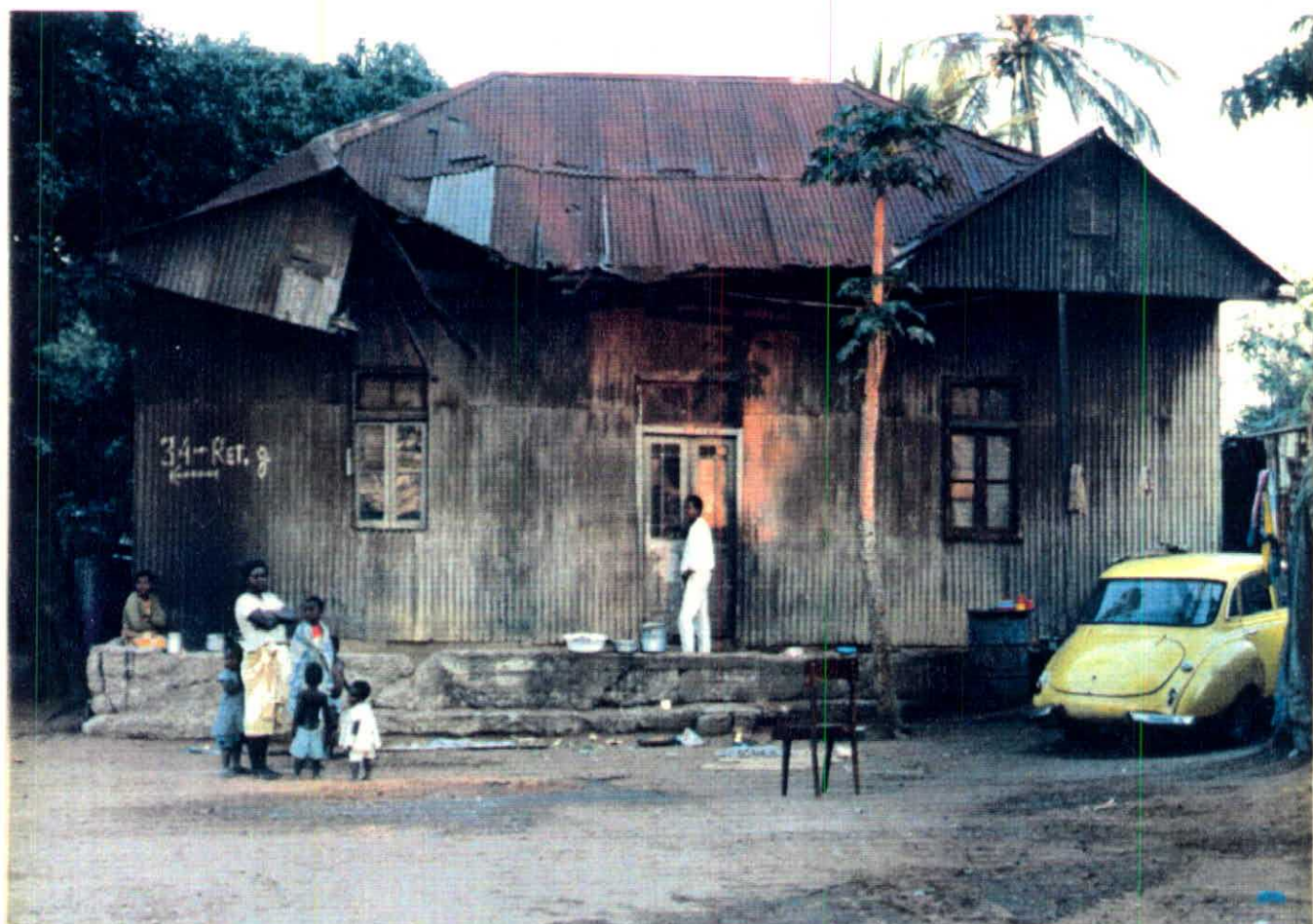
E, das colunas do jornal, "O Brado Africano", não sairá mais essa luta pela eliminação da leis de excepção, como leit-motiv de uma causa, a causa africana.

Não seria fácil, para a administração colonial, ignorar este grupo, que parece expressar aspirações compreensíveis para a época, tais como o direito à cidadania, a ascensão social, através da instrução e do trabalho e, pelo facto de se aproximar de ideais maçónicos e cristãos, contou com fortes apoios, não só em Lourenço Marques, como no exterior da cidade e mesmo, da colónia.

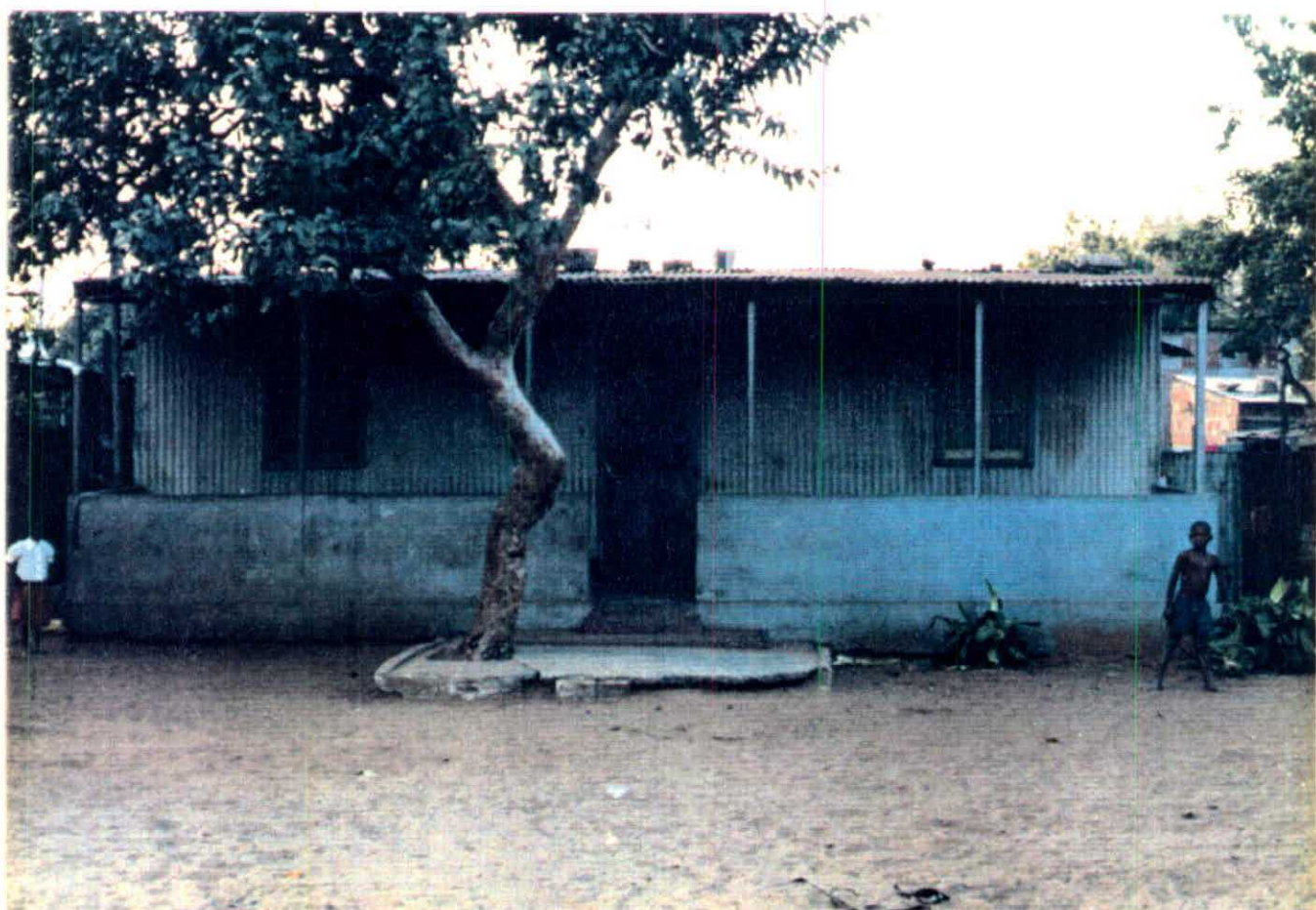
Para tal, deve ter contribuído, de forma decisiva, o funcionamento do jornal, seu porta-voz, com a sua rede de correspondentes, o seu serviço telegrafico, que difundia noticiário regional e internacional.

9.OBA, 07.05.1921.

10.B.O., nº 2, Iª série, 13.01.1917.



Mesquita. Casa de culto de pessoas de origem macua.



Casa da família Bruheim, no bairro da Malanga.

3.1.2. Aprovados os Estatutos (1920)

Só a 7 de Julho de 1920 é que serão aprovados os Estatutos, por Alvará assinado por Manuel Moreira da Fonseca, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra e governador geral, interino, de Moçambique. Dai, o reconhecimento do Grémio manifestado publicamente. (11)

Sob o lema "Fé e União", os seus fins eram : (12)

- 1º Promover o desenvolvimento moral e intelectual dos seus associados;
- 2º Defender solidariamente os direitos e interesses que de justiça e por lei lhes pertençam como cidadãos portugueses, fundando ou subsidiando para isso um jornal, revista ou qualquer outro meio de publicação;
- 3º Difundir a instrução por meio de escolas, conferências, reuniões e propaganda literária;
- 4º Subsidiar os alunos filhos de sócios que estejam nas condições estatuidas no parágrafo unico do artigo 5º destes estatutos, que desse auxílio careçam para os seus estudos;
- 5º Dispensar protecção, auxílio, assistência e repatriação aos associados e sua familia, quando não tenham meios para isso, bem como a qualquer individuo africano que deles careça;
- 6º Estabelecer gabinete de leitura e organizar uma biblioteca, proporcionando aos socios e suas familias todas as diversões compatíveis com as circunstâncias financeiras do Grémio, tais como : jogos desportivos ou outros passatempos não contrários ás leis e bons costumes."

11.OBA, 31.12.1921.

12.Ver cap.I, art.2º , p. 9.

Segundo o artigo 49 , do capítulo III :

"Haverá quatro classes de sócios :

- 19 Fundadores
- 29 Ordinários
- 39 Auxiliares
- 49 Extraordinários

- # 19 São sócios fundadores os indivíduos de ambos os sexos que se inscreverem até à data da aprovação dos estatutos pelo Governo .
- # 29 Sócios ordinários, são os africanos que forem admitidos posteriormente à data da aprovação destes estatutos pelo Governo.
- # 39 Auxiliares são os socios que residindo fora da capital contribuam com importância superior a 1\$12,5 ouro, duma só vez.
- # 49 Sócios extraordinários são todos os indivíduos de ambos os sexos que não estando compreendidos nos # 19, 29 e 39 deste artigo, saibam ler e escrever e exerçam profissão, comércio ou indústria de que se possam manter.
- # 59 Só os cidadãos africanos de maior idade, poderão ser admitidos como sócios ordinários.
- # Único Para os efeitos deste artigo, são considerados africanos os indivíduos de nacionalidade portuguesa pertencentes às raças aborígenes da África, e seus descendentes, ainda que procedentes de outras raças, que sabendo ler e escrever regularmente adoptem os usos e costumes europeus e exerçam profissão, comércio ou indústria de que se possam manter."

...

"Art. 7º Além das classes de socios de que trata o artigo 4º, podem ser admitidos socios de merito, sob proposta da Direcção, devendo ser aclamados, na primeira Assembleia Geral, todos os individuos que tenham prestado à Causa da civilização e instrucção serviços relevantes, ou contribuam de qualquer forma para o desenvolvimento e progresso do Gremio."

No artigo 41º, do capitulo IX, consta a forma de eleição :

"As eleições para os corpos gerentes serão feitas por escrutínio secreto."

No artigo seguinte, encontramos indicada a composição de cada lista a eleger :

"Os nomes dos individuos propostos para a Direcção (seis membros), Conselho Fiscal (três membros) e respectivos suplentes e para a mesa da Assembleia Geral (três membros) serão indicados numa só lista e designados pela ordem de cada corpo gerente."

3.1.3. Ambiente Nocturno

Como se constituiu e desenvolveu o Grémio Africano em "Clube nativo", (13) podemos constatar nas páginas do jornal, "O Brado Africano", que regista com todo o detalhe, as actividades de carácter social dos seus associados. E, na memória de boémia de Lourenço Marques, permanece ainda a lembrança : (14)

... "Passa gente na rua e pára á porta
Á ver a vida que baila estonteante,
E tu nem olhas essa gente, absorta
Curvas e bailas e passas adiante"...

Fara além do êco dos bailes e das comemorações festivas e solenes de aniversário da fundação, ou melhor diríamos, da aprovação dos estatutos, o Grémio desenvolve uma intensa vida desportiva e cultural, na qual se destaca a "Acção Africana", composta de "sócios desta agremiação", que organizam conferências e debates. Encontrámos referências a sessões, (15) onde foi debatido o tema da importância do desporto e outra sobre o "proteccionismo aos animais", de propaganda à Liga de Defesa aos Animais.

É curioso, como Ilídio Rocha resume o ambiente social que enchia os salões do Grémio Africano, "onde os negros não podiam entrar. "élite de mulatos", que "tinha o estatuto dos pais - de brancos, portanto - e destacando-se entre estes pelas suas proezas nos desportos, na dança e no amor". (16)

Bem animados foram os "tea-meetings", como recorda Raul Bernardo Honwana: "A prática dos "timité"...começou na África do Sul. Na entao Lourenço Marques foi introduzida em 1919, mais ou menos...Era uma espécie de convivio em que um grupo de pessoas se exhibia em diferentes manifestações, cantando, dançando, fazendo mímica, tocando piano ou outro instrumento qualquer".

13. Designação que aparece num recorte do jornal do Rand, "Daily Mail", transcrito pelo OBA, 20.01.1923.

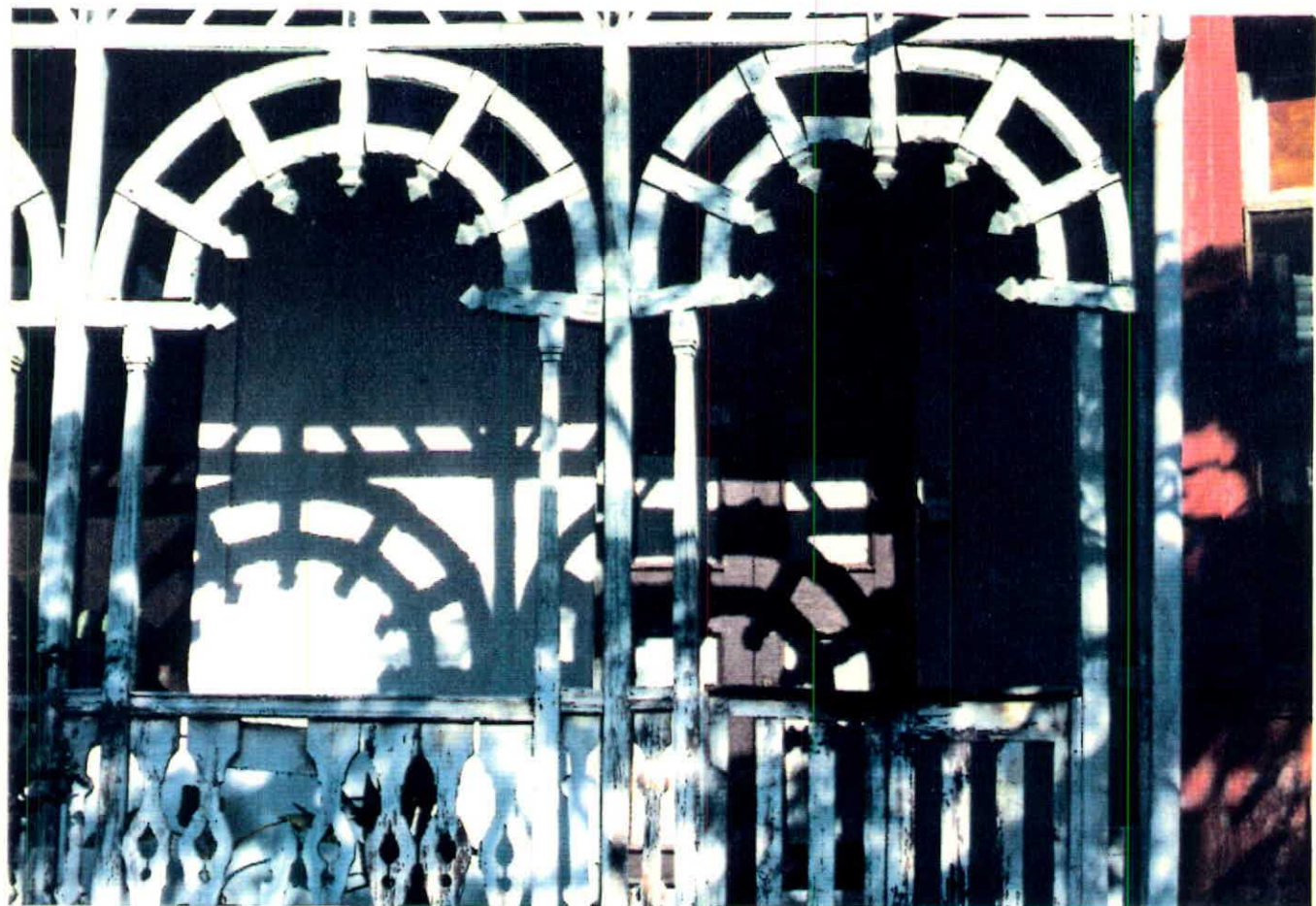
14. Poema "Dança", de Rui de Noronha, dedicado "às gentis dançarinas do Grémio Africano que assistirão ao baile de hoje", in OBA, 11.06.1932.

15. OBA, 06.03.1926, OBI, 03.07.1926.

16. Ver Ilídio Rocha, "Sobre as Origens de uma Literatura Africana de Expressão Portuguesa : Raízes e Consciencialização ...", p. 408.



Uma das primeiras sedes do Grémio Africano, segundo o poeta Craveirinha.



Prômenor da varanda principal do Grémio Africano.

3.1.4. Ambiente Diurno

Mas deixemos a imagem de prazer da marrabenta, (17) mencionando outras actividades, que decorrem nas salas do Grémio Africano. A que mantém uma atenção especial, a julgar pelo numero elevado de referências, é a Escola Indígena do sexo feminino, denominada "João Albasini", em honra do fundador do Grémio, "com uma média diaria de 60" crianças, segundo o mapa de frequência escolar do mês de Agosto de 1923.

Funcionou igualmente, desde Fevereiro desse mesmo ano, uma aula de Inglês para os sócios.

Diariamente, segundo avisa o jornal, O Brado Africano, o Dr. Romão Zuzarte : "Faz consultas gratuitas aos pobres, no Grémio Africano, das duas às três da tarde..." (18)

E, para os desempregados, há o seguinte aviso :

"São convidados, por este meio, todos os socios e não sócios, africanos, que se acham desempregados a comparecerem na Secretaria do Grémio Africano, todos os dias úteis, das 6 às 7 <horas> da tarde, a fim de declarerem quais as habilitações que possuem, e ha quanto tempo estão desempregados". (19)

Qual seria a ligação da Secretaria, ou melhor do Grémio com o recrutamento de mão-de-obra ? Será que esteve articulado com sectores da administração colonial ? O facto de, um grande numero dos seus membros directivos, estar ligado à burocracia estatal, pode ser uma boa pista de aproximação à realidade.

Fora das salas do Grémio, muitas outras actividades se desenvolveram, sendo as mais famosas as excursões em que participavam famílias completas dos seus membros e que coincidiam regra geral, com a época do caju e do cambano. "Havia petiscos vários, actividades culturais e passavase um dia muito agradável, convivendo", recorda Honwana.

17. Dança criada nos anos trinta, pelo mulato Jaime da Graça Faixão.

18. DBA, 31.12.1928.

19. DBA, 16.04.1927.

3.2.Relacionamento com outras associações

é possível identificar seis zonas de relacionamento, a saber :

- . Lourenço Marques;
- . Outros distritos na Colónia;
- . Transvaal;
- . Lisboa;
- . Angola;
- . S.Tomé.

Vejamos com mais detalhe, na amostra de duas zonas, quais são as associações com quem o Grémio Africano mantém contactos, referenciando nas fontes, sobretudo no jornal, seu porta-voz, "O Brado Africano", a finalidade desses mesmos contactos .

Fressupondo que Lourenço Marques teria sido a 1ª zona e Lisboa, a 2ª, seguiremos os contactos mantidos pelo Grémio, por ordem cronológica :

a) LOURENÇO MARQUES :

A primeira associação referenciada pelo jornal, parece ter sido a do Pessoal Administrativo e Auxiliar do Porto e dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, a quem o Grémio Africano manifestou todo o seu apoio e incentivo. Assim, considerava que :(20)

..."Justo é que os empregados do Movimento e Secretaria se unam para que a Associação, que tem o seu nome, siga avante pugnando pelos seus direitos e semeando a instrução aos menos habilitados".

20.0A, 01.08.1911.

Em acção conjunta, no 19 Maio de 1913 (21), dirigida pelo Centro Socialista, com o apoio de algumas associações, tais como - a dos Operários de Construção Civil, a de Artes Gráficas, do Pessoal dos Electricos, a Associação Marítima, a Confederação Operária e o próprio Grémio, pela presença da redacção do jornal, "O Africano", reclamam à Câmara Municipal de Lourenço Marques para:

"O povo trabalhador":

- .o "pagamento dos feriados da República aos vossos operários";
- .a "criação de estabelecimentos balneares públicos e saneamento da cidade";
- .a "remoção da biblioteca municipal para local mais central e higiénico" e
- .a "construção de marcos fontenários e de casas baratas para as classes pobres".

Nesta fase, aparece-nos o Grémio conectado ao Centro Socialista, dando o seu apoio à iniciativa deste Centro, em realizar uma "Conferência do Trabalho":

"em que tomem parte todos os elementos da classe trabalhadora desta cidade...terá como fim único discutir e resolver a tese seguinte : (22)

Qual deve ser a melhor forma de conseguir-se a unificação de todos os elementos da classe trabalhadora em Lourenço Marques" ?

21."O Incondicional", 21.05.1913.
22."O Incondicional", 05.06.1913.

Num comício realizado no Teatro Gil Vicente, a 13 de Fevereiro de 1915 (23), as representações partidárias locais, o Centro Socialista, o Centro Republicano Couceiro da Costa e o Centro Evolucionista, bem como a Associação Comercial dos Lojistas e o Grémio Africano, apresentam um Manifesto, dirigido ao povo e, em especial às "classes operárias" e aos "pequenos funcionários".

Neste comício, "se vai pronunciar contra a retrogradação das influências, que pretendem usurpar a função dos direitos públicos, conferidos à representação democrática, pela Constituição da República e pelas novas Bases Orgânicas das colónias".

Isto porque, segundo a Carta Orgânica, foi retirada a participação no Conselho de Governo, ao operariado e ao pequeno funcionalismo, sendo assegurada a de classes com uma expressão numérica, muito inferior, como a dos médicos e dos advogados.

Mas, não é apenas com objectivos de luta política, que o Grémio estabelece os seus contactos. O lazer, aparece de igual forma privilegiado nas relações com sociedades perto do grupo, como se pode observar na atitude incentivadora do jornal *A União Africana*, organismo "composto de africanos", que tem por fim "promover excursões, divertimentos desportivos e outros". (24)

A luta sindical ocupa igualmente um espaço destacado. As informações sobre a greve geral (25) dos ferroviários, sob a direcção da Associação do Pessoal do Porto e dos Caminhos de Ferro, deixam transparecer o seu apoio a uma luta justa, que reivindica entre outros pontos, a questão fundamental das oito horas de trabalho e as cedências que a administração colonial foi obrigada a fazer: "Após vinte e dois dias de protesto, o Governo fez algumas concessões, pelo que os ferroviários retomaram ontem o trabalho".

23.OA, 13.02.1915.

24.OA, 02.08.1916.

25.OA, 02.06.1917; 06.06.1917; 20.06.1917; 23.06.1917 e 27.06.1917.

Como sociedade de recreio e beneficência, o Grémio através do seu porta-voz, "O Brado Africano", anuncia todo o seu apoio à Associação dos Velhos Colonos, prestando homenagem e, manifestando a sua estima a certos "colonos", (26) que vivem em Moçambique há mais de vinte e cinco anos. É curioso notar, que no seio desses ilustres personagens, encontram-se membros do Grémio, que pertencem a Maçonaria.

Vinculada a esta importante instituição, encontrámos recebendo tons de elogio pela acção conseguida, fruto do dinamismo da sua direcção e de oitocentos sócios, a Sociedade Humanitária Portuguesa Cruz do Oriente. (27)

Reconhecido, pelo apoio financeiro, do Centro Republicano Couceiro da Costa, ao Grémio Africano, são referidas as suas actividades e o elevado número de aderentes: (28)

"Desta colectividade, recebeu o Grémio Africano a importância de Libras 2.00.0 e 1.200\$00 para a escola que funciona nesta associação". (29)

Observámos ainda, a existência de contactos com organismos religiosos, nomeadamente a Igreja Episcopal Luso-Africana, dando "O Brado Africano" relevo à realização da Conferência Anual desta igreja. (30)

Por outro lado, faz-se sentir a vertente católica, pelo empolgamento de que se rodeia a visita do Bispo de Moçambique, D.Rafael Maria da Assunção ao Grémio Africano. (31)

26.OBA, 31.05.1919.

27.OBA, 29.03.1924.

28.OBA, 23.02.1924.

29.OBA, 11.04.1924.

30.OBA, 23.01.1926. Verifica-se que um dos padres desta igreja, Rev. Jack Hassan Tajú, professor da Escola da Malanga, é um dos sócios do Grémio Africano.

31.OBA, 30.01.1926.

A componente cultural, fez aproximar o Grémio de outras associações, com fins idênticos e, onde o convívio privilegiou a intelectualidade africana, tais como a Associação Académica, presidida por Marciano Nicanor da Silva (32), e a Liga da Mocidade Africana, organização que actuou nos subúrbios da cidade . (33)

Como podemos constatar, a penetração do Grémio Africano, na cidade de Lourenço Marques, não se situa apenas no discurso, propagado pela imprensa local. Acções conjuntas de luta e propaganda, onde aparece destacado o Centro Socialista, na senda da concertação social, constituíram tentativas importantes, não só de despertar os trabalhadores africanos, como de afirmação de uma força africana , que pretendendo defender a maioria, seria de diálogo com o poder.

Do ponto de vista social, solidariedade com grupos de natureza idêntica e intercâmbio cultural e desportivo marcam a linha de alianças seguido, animando o ambiente urbano. Numa sociedade, onde o convívio se desenrola, segregado e classista, assinalámos pontos de contacto que parecem querer quebrar essa tendência.

Porquê essa aproximação ? O ambiente quente de boémia, de procura do "Harlem", nos subúrbios de Lourenço Marques ? cremos que sim, a julgar pela intensidade da vida nocturna. Mas, há que considerar o facto de ser uma sociedade, em constante movimento, com um forte fluxo migratório, de vai e vem de mineiros, de comerciantes e de minorias desenraizadas.

32.OBA, 03.04.1926. Note-se que este senhor, é um membro influente no Grémio Africano.

33.OBA, 18.10.1930.

b) LISBOA :

Na capital do império, intelectuais negros associam-se, seguindo perspectivas ainda que distintas, de pan-africanismo e de nacionalismo africano, mas com uma finalidade - a defesa da raça negra, criando na imprensa local, espaços notáveis de informação e propaganda, jornais transparentes das suas convicções.

Em traços gerais indicamos, em primeiro lugar, "O Negro", (1911), órgão dos estudantes negros, propriedade de Alberto José da Costa, onde colabora um colectivo de intelectuais S.Tomenses e, cuja figura principal é Ayres de Menezes, o "Homem" de S.Tomé, que aparece igualmente ligado à fundação da Junta de Defesa dos Direitos dos Africanos, cujo órgão será "A Voz d'África", (1912-1930) e "Tribuna d'África", (1913), Junta referida elogiosamente pelo "O Brado Africano" (34). O presidente do Grémio Africano, João Albasini, participa pelo Comité Provincial de Moçambique, uma vez que "esta federação é formada de todas as agremiações fundadas na África Portuguesa pelos seus naturais."

Ao lado dos jornais publicados em África, na década de vinte, parece ser "O Correio de África", (1921-1924), "quinzenário defensor dos interesses de África", órgão da Liga Africana (35), que ocupa um lugar de destaque na cena política portuguesa, com o seu programa de regionalismo africano - apelo às urnas, despertando a consciência nacional africana, elabora um programa mínimo, em que é realçado o progresso físico, mental, económico da raça africana; revogação das leis de excepção; acesso dos africanos a todos os cargos; relação mais equitativa entre brancos e negros.

Vejamos como é afirmada a defesa dos "naturais da África portuguesa" : (36)

"Artigo 12 A Liga Africana é uma agremiação de carácter civil, com sede em Lisboa, constituída por indivíduos de raça africana e agremiações aderentes".

34.OBA, 17.02.1915.

35.OBA, 30.04.1921, (ref. a João Albasini, como delegado da Liga, por LM).

36.Estatutos da Liga Africana, cap.I, cf. Texto de Apoio in "Ideologias da Libertação Nacional", curso orientado por Mário de Andrade e Maria do Céu Reis, ver bibliografia.

"Artigo 2º Os fins desta associação são:

- 1) Promover o progresso moral e social da raça africana;
- 2) Defender os direitos e legítimos interesses dos indígenas da África Portuguesa;
- 3) Federar todas as agremiações de africanos existentes nas colónias portuguesas, servindo de laço fraternal à uniao de todos os seus naturais;
- 4) Promover a revogação de todas as leis de excepção na África Portuguesa e a promulgação de outras leis tutelares dos direitos de propriedade dos indígenas, não só contra a sua própria imprevidência, como também, contra a avidez dos elementos colonizadores, nacionais e estrangeiros;
- 5) Conseguir que cada província envie a estudar na metrópole, um determinado número dos seus naturais, e que em todas sejam criadas e difundidas escolas de artes e ofícios, de comércio, de indústria, de agricultura, de belas-arts e náutica;
- 6) Manter relações com as sociedades similares do estrangeiro e com elas cooperar na realização de fins comuns".

A Liga denuncia o Partido Nacional Africano, (37) já que se considera a única agremiação legalmente constituída para defender os interesses gerais dos naturais da África Portuguesa". Este Partido, constituído em 1921, desenvolveu uma intensa actividade editorial, publicando "O Protesto Indígena", (nº.único, de 04.11.1921), "A Voz d'África", (1927-1930) e "A Tribuna d'África", (1931-1932).

37.OBA, 18.06.1921.

Não chegara João Albasini, a ser o delegado do Grémio, sendo substituído pelo tenente-coronel, Carrazeda de Andrade. Na Liga, parecem ser determinantes as posições do Dr. José de Magalhães, que defende para África, o que Portugal fez no Brasil, devendo abandonar a ideia de inferioridade da raça negra. "O Brado", referencia-o como presidente da Liga, representante da Liga de S.Tomé e do Grémio Africano de L.M. (38) é interessante notar, como ao nível inter-partidário, o pan-africanismo parece ser integrador das correntes libertadoras, tal como veiculava o jornal, "O Brado Africano", a propósito do Congresso Pan-Africano :

"...confirma a tenacidade, a fé no empreendimento, e alenta, porque é-nos grato saber que não somos sos no mundo, que a Causa Africana tem adeptos e que caminha a passos agigantados para a conquista do seu lugar.

Avante pois, e nada de medos às prepotências, nada de cobardias que aviltam. Unidos, sempre unidos querendo pela consciência, pelo trabalho marcar o seu lugar.

Fé e União".

Finalmente, não podemos deixar de referir o Movimento Nacionalista Africano e, o seu porta-voz, "África", (1931-1932), bem como a "Geração de 30", e os seus jornais, e revistas, como "A Mocidade Africana", (1930-1932), que se movimentam numa fase mais contraditória, ensaiando "o nacionalismo africano", em tempo de Estado Novo, e, influenciaram no Grémio, o que denominámos de proto-nacionalismo, como iremos demonstrar no capítulo V, que trata da questão da ideologia construída no seio deste grupo de pressão.

38.08A, 03.09.1921.

3.3.Situação Financeira

As inúmeras actividades que decorriam nas salas do Grémio Africano, de carácter político, social, cultural e desportivo, que o transformaram num importante espaço de convívio dos "filhos da terra", despertam agora o nosso interesse do ponto de vista da capacidade financeira da sua realização.

Que força económica tem o Grémio, em si ? Derivada de que factores ? Internos ? Externos ?

Por outro lado , parece-nos, que não podemos ver nas realizações do Grémio, apenas a face das despesas, já que, há acções que geram lucros ou que, possivelmente foram organizadas com a finalidade de gerá-los, como o caso do "Suplemento" do jornal, "O Africano", a partir de 1912, ou da secção em língua ronga e zulo. (40)

Pesquisando sobre as fontes de receitas, procurámos nos textos disponíveis, nas folhas dos jornais, "O Africano" e "O Brado Africano" e nos "Estatutos do Grémio Africano de Lourenço Marques", indícios directos e indirectos, que nos levassem a um cálculo estimado, já que as referências escasseiam e os dados pontuais pouco nos ajudam.

Sobre a colecção de dados referentes a :

- . Nº de membros (300 em 1923); (41)
- . Nº de leitores (1200 em 1923); (42)
- . Nº de casas anunciadoras (68 em 1919, (43)

chegámos à identificação dos possíveis componentes económicos. Teríamos assim, por hipótese , as seguintes parcelas : a quotização dos sócios, a venda do jornal e os anúncios nele inseridos, as receitas de actividades recreativas, culturais e desportivas, doações de sócios e outros subsídios.

40. Ilídio Rocha, autor do Catálogo dos Periódicos..., é de opinião, que estas secções, do jornal, O Africano, eram muito lidas pelos mineiros moçambicanos no Transvaal, pelo facto, entre outras razões, de indicar o número premiado da lotaria, extraído em LM, lotaria essa, proibida no Traansvaal.

41.OBA, 01.01.1923.

42.OBA, 25.08.1923.

43.OBA, 24.12.1918 a 24.12.1919 (amostra / 13 meses)

Quadro : As Fontes de Receita
do Grémio Africano

Nº	Parcela	Observações
1.	Quotização dos sócios : <ul style="list-style-type: none"> . Fundadores . Ordinários . Auxiliares . Extraordinários 	500 réis mensais (44) O valor da jóia para os sócios ordinários era igual a 4\$50, ouro, sendo a quota mensal \$60, ouro. (45)
2.	% das receitas do jornal, sobre as . vendas : <ul style="list-style-type: none"> - avulso - assinaturas . anúncios. 	
3.	% das receitas de actividades recreativas, culturais e desportivas	Exs. bailes, quermesses, tómbolas, jogos, etc.
4.	Doações de sócios	Apoio da Maçonaria ? Comprovado, segundo Ilídio Rocha. Indícios no OBA.
5.	Outros	Subsídios estatais ?

44.DA, 25.12.1908.

45.Ver Estatutos do Grémio Africano, cap.IV, "Do pagamento da jóia e quotas", art. 159, p.12.

Para além dos dados pontuais, sobre o valor da jóia e da quota, do preço das assinaturas e anúncios e do preço da venda avulso do jornal e de referências dispersas de propaganda ou de lamentação sobre as dificuldades económicas, os dados mais disponíveis dizem respeito ao movimento das casas anunciadoras.

O levantamento dos anúncios, pode nos dar a imagem de uma fonte de receita e, por outro lado, numa visão mais ampla, o suporte material do grupo de pressão, que é o objecto da nossa pesquisa.

Seleccionámos para amostra, os anos de :

- . 1919,
- . 1924,
- . 1929.

Porque é que iniciámos este levantamento em 1919 e não em 1908 ou 1909, quando surge o Grémio Africano ?

Tivemos em conta, duas razões fundamentais :

1ª Considera-se, 1919, uma data mais próxima da legalização do Grémio ;

2ª Considera-se esta segunda fase, de 24.12.1918 em diante, mais afastada do apoio da Maçonaria, que parece ter sido fundamental na 1ª fase. (24.12.1908 a 30.11.1918). (46)

As casas que, pelos seus anúncios, parecem ter apoiado mais o Grémio Africano, situam-se na área das empresas de importação e exportação, dos transportes e, da banca e seguros, regra geral, agentes de outras empresas do Transvaal. (47)

46.Cf. Ilídio Rocha, Sobre as Origens de uma Literatura Africana de Expressão Portuguesa..., p. 408.

47.Ver em anexo o movimento das casas anunciadas no OBA.



Edifício comercial do Alto Maé.



Casa de zinco onde esteve instalado o Instituto Negrófilo no bairro do Xipamanine.

3.4. Conclusões

Sistematizando os dados obtidos, sobre a organização do grupo, parece-nos importante referir que os "africanos assimilados" ensaiaram, por diversas vezes, construir e manter um bloco unido, capaz de aglutinar toda a sua energia política e social, em defesa de um grande ideal - a causa africana.

Todavia, problemas de ordem interna, criaram divisões profundas, na base da cor, originando a saída de membros proeminentes. Assim, do Grémio outros núcleos nasceram - como o Congresso Nacional Africano e o Instituto Negrófilo.

Felo que conhecemos da sociedade moçambicana, um verdadeiro arco-íris de mentalidades, parecem-nos significativas as contradições tribais e raciais, entre o preto e o misto, na tentativa subjectiva de liderar a defesa da causa africana.

Uma pista que seguimos, pelos dados relativos à ocupação laboral dos sócios e, ao clima de divisão, no seio do Grémio, consistiu em aprofundar as contradições existentes entre os trabalhadores e os burocratas, os assalariados e os, do quadro administrativo, os comerciantes e os empregados comerciais. Verificámos que, apesar de todos terem uma grande preocupação em defender o seu estatuto social e, sentirem para tal a necessidade de unir esforços, as barreiras sociais - de tribo, de raça, de classe e, mesmo de religião - bem como as pressões externas, sobretudo das autoridades coloniais, geraram situações de conflito interno e desencontros.

Em vão, o grande poeta Rui de Noronha, apelava à solidariedade, como forma de atingir "aquele fim que constitui a Causa Africana". "Se, em vez de termos, numa cidade que é tão pequena, um Instituto Negrófilo, um Grémio Africano, uma Liga da Mocidade Africana e outras associações, porventura, tivéssemos, por exemplo, uma Casa Africana, onde nos reuníssemos, trabalhássemos, procurássemos elevar-nos pela educação e cultura, a ninguém reste dúvida de que em dez vezes menos tempo do que isoladamente, conseguiríamos atingir aquele fim ..." (48)

48.OBA, 18.04.1936. Este parece-nos ser o último artigo de Rui de Noronha, publicado no OBA. Sobre o impacto deste texto, cf. OBA, 22.08.1936.

"SAMBA" (1)

"No ôco salão de baile
cheio de luzes fictícias da civilização
dos risos amarelos
dos vestidos pintados
das carapinhas desfrizadas da civilização,
o súbito bater da bateria de jazz
soou como um grito de libertação,
como uma lança rasgando o papel celofane
das composturas forçadas.

Depois,
veio o som grave do violão
a juntar-lhe o quente latejar das noites
de mil ânsias de Mãe-África,
e veio o saxofone
e o piano
e as maracas matraqueando ritmos de batuque
e todo o salão deixou a hipocrisia das
composturas encomendadas
e vibrou.
Vibrou !
... "

1. "Samba", de Noémia de Sousa. Membro da Associação Africana, ex-Grémio Africano de Lourenço Marques, na década de 50.



Casa do poeta Rui de Noronha, no bairro da Malanga.



Casa da poetisa Noémia de Sousa, no bairro da Malanga.

Capítulo IV - Os Membros.
Os "assimilados",
filhos da terra...

Neste quarto capítulo, propomo-nos a pesquisar sobre os homens, actores de um processo socio-político-cultural, numa faixa caracterizante da capital da Colónia de Moçambique - os "filhos da terra", como a si se chamam. (2)

Que trajectória seguiram ? Quem a traçou ? Entre o discurso, o programa e a prática política quotidiana espelhada nos velhos jornais, O Africano e O Brado Africano, que dados podemos descobrir que permitam traçar o perfil da camada social que envolve o ambiente do Grémio ?

O Africano, porta-voz do Grémio Africano, apenas nos proporciona uma única lista de sócios, em 1908, (3) não deixando transparecer o movimento de adesões, o que dificulta a pesquisa sobre o pulsar da vida desta colectividade.

Quais as razões para um silêncio tão prolongado ? Serão de natureza política ? organizativa ? administrativa ? Terão existido complexos subjectivos na afirmação de uma consciência, que emergia no seio dos "filhos da terra" ?

Sem pretender nesta fase da investigação, responder a todas estas questões, parece-nos contudo, importante, seguir a pista que nos sugere O Brado Africano, de pressão (4), a fim de ver os estatutos do Grémio Africano aprovados, tentando através de uma via legalista, ocupar o espaço de defesa "dos indígenas".

2.Cf. Ilídio Rocha, "Catálogo dos Periódicos ...", ref. aos "mulatos de lourenço Marques, então faixa social importante da população da cidade", (ver ref.ao jornal, O Brado Africano).

3.Ver cópia reproduzida do jornal, "O Africano", 25.12.1908.

4.OBA, 01.12.1919.

4.1. Levantamento quanto ao número, origem social e ocupação laboral dos sócios.

Fartimos em primeiro lugar, em busca da dimensão do grupo, a fim de avaliar o peso social, em termos numéricos, aspecto a considerar numa sociedade decalcada da metrópole, onde o número de eleitores seria um indicador importante.

As referências encontradas, quanto ao número de membros, sistematizámo-las num quadro que, com pontos mínimos e máximos, apresenta um perfil evolutivo, de um grupo, que terá vivido fortes crises internas, mas sobrevivente como sabemos, até à independência de Moçambique.

Quadro Evolutivo do Grémio Africano

Anos	Nº Membros	Observações
1908	142	1ª e única lista de sócios. (5)
1920	16	Acta nº 1, de 27.04.1920. (6)
1921	27	Presenças na Assembleia Geral de 19.02.1921. (7)
1923	300	Total divulgado. (8)

5.OA, 25.12.1908.
6.OBA, 07.05.1921
7.OBA, 26.02.1921.
8.OBA, 20.01.1923.

LOURENÇO MARQUES

Tiko dya Baronga

Hi tiko dya baronga ledy hi bitaniwaka fya dyone.

Lourenço Marques, hi tiko ledy binga munyamani, binga ku hlophakeni, binga ku dybeleni.

Baronga a hi pfuleni amahlo a hi don-dyeni psangi hi manwata amatiko yaba afrikana bayentshika pnone.

Kuene ku ndlela ley hi khom'ki yode hi khomi a ndlela yabo singe, hi khomi a ndlela yabu hlophaka, a hi ndyulukeni hi djula a yowana a ndlela, a hi pfuleni amahlo hi bona lepsaku biha nile psaku sbon-ga.

Shana baronga sku ndyuluka ku ndlela ley none shana psi djuleka loko hi yeotsha yoi?

Labisani baronga a ndlela ley ynene, a hi thangani a mbango munwe, a mbango lowo hile. Nhlengeletano waba afrikana lu ha loko hinkweru hi thanga-mle binga yngelansa ha rito dyowe, hikusa loko binga na mbango wabu nhlengeletano a hina ku yngelana.

Baronga kunene psabonekana lepsaku ku tiko dyale kweru hi le munyamani psidene, hi kuba a hina midondyo sku lana ni manwata amatiko yaba afrikana hinkwabo baci mihlengletano ba yngelana ha rito dyowe ba bona psinene, ba psikota sku plwana a makhombo bapsikota a ku yangula ati hosi tabu, bapsikota sku yala antshumo lowo waku biha, ba psikota sku pfumela antshumo lowo wu shogiki.

Shana hine baronga hi dyi a siko ledy hylaka yeitsha psangi hi lepsi?

Shana baronga hi rindyeli yini sku ymisa a nhlengletano?

Baronga a hi tireni hinstamo hinkwawu hi tyelisa a nhlengletano lowo hi djulaka wone hi kusa loko ku tiya a nhlengletano hita kuma amidondyo abu thari.

Banekweru a hi bekiseni a tiko dyeru dya baronga, a hi tireleni abana beru ni batukulu beru.

Nwapstiba lepsaku hinkwapso psi tiriwa hi mali, loko nwinga na mali nwinga ka nwinga kumi setamo, ahi nhlengletano amali mbango munwe hita kuma setamo waku tira a mintshumo ley tyaka hi humelela, hitaka kota a ku pfunana a makhombo lewa mastaka hi humelela.

Baronga a hi djeleni abu thari a hi djuleni a midondyo.

Labisani bamakweru lweyi anga djuliki sku yogela a mbaka leyi hi djulaka sku tira yone na muhla adyiwana a siko loko akuma hi khombo snga hlaye lepsaku hine a hi djula a ku mupfuna, hikusa loko na yone anga ngingeni a nhlengletanini waba afrikana na hine a hina ku mupfuna ntshumo.

Hiku gama ka rito dyanga.

Lourenço Marques, 25-12-1908.

Rodrigo J. da Cunha Amaral (NYIWANA)

Lista de socios

A mabito ya psi-ro-psi nhlengletano

- Marcos Muzambane Mpfema
- G. H. Morgan
- Joaquim Swral
- Guilherme V. Just Bruheim
- J. T. Chembezi
- Thomas

- Estevao Carmo Dias
- Gabriel Alpoim
- João Albasini
- José Albasini
- Francisco Bantre
- Jorge Antonio Maia Junior
- Ernesto d'Almeida
- Samuel M. Mashaba
- Samuel Chembezi
- Francisco Mendonça
- Constantino do Coscoiço
- Francisco Campos
- Rodrigo José da Cunha Amaral
- Luiz Augusto Guimarães
- Luiz Paulo Frechaat
- Luiz Amaral
- Vicente Xavier Lobo
- B. Liblax-na
- Alfredo Guimarães
- Pedro Dias Salimane
- Jack Hamas
- Marcelino de Costa Correia
- Ernesto Lavangeira
- Edmond Simpson
- Antonio Albasini
- Jorge Khabanyana Manyasa
- Samano C. Chumbala
- Luke Mate
- Francisco Pass
- Cypriano Pass
- Dak Nyokwana.
- M. Shisangwana.
- Filippe dos Santos.
- Petro Nyika
- Johannis Mabika
- Antonio da Silva Carvalho
- Antonio Xavier
- Nicolas Pinheiro
- Pedro Passahal
- Vicente Abrachos
- Helodoro Jaime Baptista
- Francisco Cesario Bupe
- Sebastião Xavier
- Arthur M. dos Santos
- Joaquim Amaral de Conceição
- Sebastião Tavares da Fonseca
- Joaquim Francisco Pereira
- Alberto da Conceição
- Pedro Barosa
- Gabriel Rego da Silva
- Isaiah M. Tembe
- Ernest Chumbala
- Mugumbani Tabangula
- Ndabale Mhangwana
- Amos Roberts Mpfema
- Joseph Ntshela
- Dumbusa Mhlangwana
- Aaron Mpfema
- Stephan Mhangeni
- Johanna Mabika
- Adam Tshwuka
- Manoel Nenes de Silveira
- Castano Alexandre Gazarreiro
- Francisco Alexandre Gazarreiro
- Tito Pedro Abrachos
- Antonio Marcel
- Francisco Pass Fallen
- Simão Muzi
- Henrique de Jesus Junior
- Davis S. Cabel
- Galvano Casiano
- João Lopes Teixeira
- José da Cruz
- Augusto Rodrigues
- Ludistroom Matite
- Shidzedze Mpfema
- J. Durumana
- Merck Halari
- Filippe M. Tembe
- Antonio Paulo Machado
- Silvestre José Makulo
- Casimiro Francisco Soares
- João Pacheco
- Mathias Jorge
- João Loforte
- Joaquim José da Silva
- Alexo Samuel
- Francisco Maria da Silva Silveira
- Vicente Sama
- Gil Vicente
- B. N. Tembe
- Deval B. Shirinda
- Jack Mpfema
- Jeremias Mabyhaya
- Stick Mngana
- Shadreck Tembe
- Christmas Luciano
- Simon Hlabisa
- João Khombasa
- Isaiah T. Mpfema

- João Apolinário Correia
- Isaías Jamé
- Antonio da Silva Marques
- Shikwambo Poloni Halari
- Gimu Boy
- Paulo Nwadike Shisangwana
- Mugih- Mhangeni
- Titus Numbana
- Richard Shilba
- Antonio Nbelobhaya Nbelobhaya Tembe
- Elias Mkwana
- Macko Mathoin
- Japhet W-y-lula
- Kwala Mkwana
- Nwameru- Kamba
- Thomson Mashaba
- Peaco Nwphangwana
- Robert Mpfema
- J. Carlos
- João Chembezi
- David Ngomana
- Polycarp Ernesto da Conceição Mpfema
- Augusto Ntshela
- Petro Mhlangwana
- Alva S. Madumbeni
- Halizo P. Mhlangwana
- Raphael Mathias Amaral
- Manoel Antonio d'Amaral
- Henrique José da Conceição
- Antonio José Muzana
- Augusto Fidelix Xavier
- Lucas d'Oliveira
- Luiz N. Mashaba
- Morris Ny-gkasa
- Antonio d'Abreu Sibandhile
- Stefan Mathole

A GRENIO AFRICANO dy nyika Bona festas hi akwena ha Afrikano.

TI MASHAKA

A shikole sha Grenio Africano shita pfu-liwa ha 1.º de Fevereiro ha 1909, ku indibu leyi khale afaka ku ni «Club do Alto Mahés» a ku subu ni Quartel da policia.

D. Manoel hosi ya Portugal i ta ya ku wheti le y-hingonaka i ya dungu Guilherme II hosi ya ha Jarnana, a bu hosini ba hlava lepsi psaku. D. Manoel a djula ku tshata nwlana Guilherme.

Nwamhata, hosi ya le ka Mabeta, a filo.

Hi yingeli lepsi psaku, pakalopi Johan Mabika a ta hatla a tshatana ni wa nhwanyana wa ku shonga ngopfu, wa ko bala kwabu.

A Bristol, (Inglaterra) ku na 600 ba nhwanyana la ba tungiki lepsaku ba ngu tshatana ni ba ba nuna lu ba ku dyaha fole. Ba nhwanyana ba ka Mpfema ba yetisani.

Ha psi tiba lepsi psaku, sr. Ernest Torre do Valle, (Mavulunganga) a tshikehi ha 12 dya yoleyi wheti, a Madeira, loda ba mu ruseliki kone, hi ku babya.

A Gremio Africano dy mi tibisa lepsi psaku, a Caixa Postal dya dyone hi n.º 62; laba ba psi dyulaka a ba buyisa a ma pe-pela yabu ha dyone.

A TI MBONGOLO

A shikhati leshi ba nyingi bhano, ba ka-ratekaka hi ku pfola a shikole sha ku don-dya hi ya a mahlwani, ku ni bhano ba kolomu ba hi kokelaka a nthaku. Hi yingela lepsaku ka-Mashakeni, kuta kiniwa a shindeka-ndeka, kuba ku hlahlubiwa ni bala.

Hi tyala a mabito ya ba sambisi wa minkino leyo bata hlekiwa:

Antonio da Silva Mahagana, João Nwabithlana, Lucas Ndukwana.

A muhlahlubi wa bula hi Nsw-gwini.

Mune wati mbongole!!!

ASSOCIAÇÃO AFRICANA DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE
SEDE NA AV. 24 DE JULHO N.º 315



CARTÃO DE IDENTIDADE

do Sócio

Ex.º Sr.

N.º

10051

Ano

19601

Laurenço Marques, 30 de

O Secretário da Direcção,

Ordinário
Abel Jorge Albasini
Dezembro de 1960.

O Presidente da Direcção,

NOTA: — Este cartão de identidade é pessoal, intransmissível, e deverá ser apresentado sempre que for exigido, devendo para fazer valer ao portador todos os direitos e regalias que por lei lhe são conferidos e deve ser entregue na Secretaria da Associação, na quinzena de Janeiro de cada ano, para revalidação.



No quadro seguinte, tentámos quantificar a acção do Grémio, a partir dos dados fornecidos pelo jornal, O Brado Africano, enumerando o envolvimento dos sócios e simpatizantes.

Apresenta-se um corte no tempo, 1921-1923, pelo facto da fonte nos proporcionar mais dados, cobrindo um conjunto, o mais amplo possível de actividades.

Seleccionámos como indicadores do envolvimento dos sócios : a participação em acto eleitoral, a leitura do jornal, O Brado Africano, a frequência escolar da Escola Indígena do Sexo Feminino, que funcionava na sede do Grémio, a participação em excursões e "soirés" dançantes.

Quadro para uma estimativa do envolvimento dos Membros

Actividade	Nº Participante	Observações
Eleições Agosto /1921 Senad. e Dep.	310 (9)	Nºde votos alcançados pelo candidato regio- nal proposto pelo GA.
Leitores do OBA	1200 (10)	Passa o limite de LM.
Escola Indígena do Sexo Femin.	70 (11)	Mapa de freq.escolar do mês de Agosto.
Soirée Dançante	78 (12)	Festa em honra do Delegado de Quelimane
Excursão	250 (13)	Viagem ao Entreposto da Matola.

9.OBA, 27.08.1921.
10.OBA, 25.08.1923.
11.OBA, 08.09.1923.
12.OBA, 14.07.1923.
13.OBA, 29.07.1922.

O número de leitores - 1.200, bem como o número estimado de participantes no funeral do fundador e presidente da direcção do Grémio, o jornalista João Albasini, que o jornal, "O Brado Africano", calculou em 5.000 pessoas, dão-nos uma imagem do peso que teria tido o Grémio Africano, o seu impacto político e social.

A recolha sistemática no jornal, "O Brado Africano", complementada no Anuário de Lourenço Marques e nos cadernos de recenseamento eleitoral da cidade, de dados sobre os membros, quanto à origem social e ocupação laboral, permitiu-nos identificar 372 membros, dos quais 55 são mulheres.

É interessante destacar, a existência de elementos ligados à aristocracia local, como é o caso dos Albasini, dos Tembes, dos Mpfumu, etc. Ponto que gostaríamos de desenvolver, como pista de investigação, dada a importância que tais elementos assumiram como condutores.

A ligação com as linhagens africanas, contrariando a tese de destribalização dos dirigentes do Grémio é uma nova perspectiva a aprofundar.

Tendo em conta este novo aspecto, tentámos encontrar referências, quanto à proveniência dos sócios, mas as fontes pouco nos ajudam. Todavia, os dados disponíveis, apontam que as zonas de origem circunscrevem-se aos distritos de Lourenço Marques, Chai-Chai e Inhambane.

Não podemos contudo, permanecer em generalizações, pois os estudos demográficos, relativos à cidade de Lourenço Marques, sugerem-nos a existência de uma população em constante movimento, pelo que o detalhe e o rigor, no ponto relativo à proveniência regional, mantêm-se, como objectivos a atingir.

Tendo em conta a estimativa de 300 membros do Grémio Africano, apresentamos uma amostra de 372 elementos, na sua maioria integrados na função pública e no comércio.

A partir da lista de sócios, (14) elaborámos o quadro que se segue, sobre a composição social dos membros e do corpo directivo.

14.Ver Anexo 1.

COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS MEMBROS E DO CORPO DIRECTIVO
DO GRÊMIO AFRICANO DE LOURENÇO MARQUES

	1908-1916	1920-1925	1926-1935	TOTAL
	Sócios-Dir.	Sócios-Dir.	Sócios-Dir.	
1. Administrador		1		1
2. Adm.-Secretário			1	1
3. Advogado		1	1	2
4. Amaruense		4	4	8
5. Apontador			1	1
6. Auxiliar de Missão Religiosa			1	1
7. Caixaero 1				1
8. Caldeireiro		1		1
9. Chefe de compound		1		1
10. Cocheiro			1	1
11. Comerciante 2		2	1	5
12. Condutor			1	1
13. Despachante Oficial		1	2	3
14. Director			1	1
15. Distribuidor 1				1
16. Empregado Com. 1 1		6	2	10
17. Emp. Consulado			1	1
18. Emp. Correios		2	1	5
19. Emp. Escritório 1				1
20. Emp. Municipal		3		3
21. Emp. Público 3 2		10	7	29
22. Emp. Superior		1		1
23. Encadernador 2		1		3
24. Enfermeiro			1	1
25. Escrivão		2		2
26. Factor 1				1
27. Faroleiro 1		1		2
28. Ferreiro		1		1
29. Guarda 1			1	2
30. Guarda-Fisc. 1			1	2
31. Jornalista			1	5
32. Maquinista		1		1
33. Medico			1	1
34. Musico		1		1
35. Of. Diligências 2 1			3	6
36. Of. Exército 2				2
37. Operário 3		2		5
38. Padre 2		1		3
39. Pintor		1		1
40. Polícia 1				1

	1908-1916		1920-1925		1926-1935	Total	
	Sócios-Dir.		Sócios-Dir.		Sócios-Dir.		
41. Proprietário	6		4	5		15	
42. Sargento				1		1	
43. Secret. Admin.			1	1		2	
44. Serralheiro	1		1	1		3	
45. Servente	1				1	2	
46. Tipógrafo	5	1	3	3		12	
47. Torneiro	1					1	
SUB-TOTAL							
Com dados	38	6	53	36	4	19	156
Sem dados	88		78	33	5	12	216
TOTAL	126	6	131	69	9	31	372

O leque de profissões foi definido pelos parâmetros dos Cadernos de Recenseamento Eleitoral, mantendo as designações utilizadas então, confrontando a informação seleccionada, sempre que possível, com os registos do Anuário de Lourenço Marques e as referências repescadas na imprensa local.

As coordenadas de tempo, em que se insere este quadro, foram determinadas, pelo início da actividade do Grémio Africano, isto é, em 1908 e, pelas primeiras informações acerca dos seus corpos gerentes, em 1916, período que corresponderia à 1ª fase deste grupo; a 2ª seria, após a aprovação dos seus estatutos, em 1920, e que parece ter sido a mais brilhante, sob a direcção do seu presidente João Albasini, falecido em Agosto de 1922 e, continuando nos anos seguintes à sombra do seu prestígio. Segundo os dados disponíveis, uma 3ª fase, a partir de 1926, daria a conhecer um conjunto de jovens personalidades, ligadas ao meio jornalístico e, ao teatro, operando numa época complexa para as aspirações de concertação social idealizadas na "Causa Africana".

4.2. Análise comparativa da composição social dos membros e do corpo directivo

Como podemos constatar, apenas apurámos até este momento, dados sobre a ocupação laboral de 156 membros, dos 372 identificados, o que representa 41,9 %. Destes sócios, sabemos que seriam, no cômputo geral :

- . 18,5 % empregados públicos ;
- . 9,6 % proprietários ;
- . 7,6 % tipógrafos ;
- . 6,4 % empregados de comércio ;
- . 5,1 % amanuenses ;
- . 3,8 % oficiais de diligências ;
- . 3,2 % empregados dos correios ;
- . 3,2 % comerciantes ;
- . 3,2 % operários .

O maior grupo, é sem dúvida, o dos funcionários públicos, como se constata, quando somamos o número de empregados publicos, amanuenses, empregados dos correios, empregados municipais, oficiais de diligências e guardas fiscais, obtem-se 53 elementos, portanto 33,9 %

Se partirmos da única lista de sócios publicada, em 1908, chegamos a idênticas conclusões . Assim, dos 142 elementos encontrámos informações sobre 54 sócios, o que representa 38%. Destes 54 membros, 31,4% seriam funcionários públicos, 18,5 % comerciantes e proprietários, 14,8 % tipógrafos e encadernadores, 12,9 % operários e 9,2 % empregados de comércio.

Tratando as primeiras informações que dispomos sobre a direcção, em 1916, verifica-se que dos 6 elementos, 4 trabalham para o estado e os dois restantes são empregados, um, numa casa comercial e o outro, num escritório.

4.3. Conclusões

A partir da sistematização das referências à participação nas actividades do Grémio Africano, dos sócios e dos membros eleitos para preencher os corpos gerentes, referências essas, colhidas nos jornais, O Africano e O Brado Africano, apercebemo-nos, em primeiro lugar, do mosaico representativo, da sociedade urbana de Lourenço Marques - aí estão os burocratas, os pequenos comerciantes, os empregados comerciais, os tipógrafos, representando a população dita activa.

Todavia, por detras da designação sonante de "proprietário", aparece por vezes, um tipo social, que designaremos de "biscateiro", indivíduo que lança a mão a qualquer possibilidade de negócio, valendo-se dos seus conhecimentos sociais, de relações de compadrio ou mesmo, de um certo grau de instrução.

Importa destacar, que a maioria do corpo directivo, é constituído por funcionários públicos, sendo os sectores do aparelho de estado, com mais elementos - os Caminhos de Ferro e o Porto de Lourenço Marques, a Imprensa Nacional, os Tribunais, o Serviço dos Negócios Indígenas, os Correios, a Alfândega, a Fazenda, as Obras Públicas e a Curadoria dos Indígenas Portugueses na União Sul-Africana.

Característica interessante a apontar à elite directiva do Grémio é o facto de, funcionários públicos, importantes membros, serem proprietários, dedicando-se alguns à venda de terrenos, como se pode constatar nos anúncios do jornal, O Brado Africano e nos registos do Anuário de Lourenço Marques.

Os dados recolhidos, quanto aos sócios e aos membros da direcção, sugerem-nos um envolvimento social intenso na vida política de Lourenço Marques. Renegando o papel de "assimilados", que as autoridades coloniais lhes tentaram impôr, "os filhos da terra", empenharam-se na defesa da Causa Africana, como iremos ver no capítulo seguinte.

"SONETO"

" Eu tenho a pagar 10 e na carteira
Apenas tenho 8, eis a arrelia.
Eis-me buscando em mente uma maneira
De pagar o que devo em demasia.

E fico às vezes nisto todo um dia,
Um dia inteiro em estúpida canseira,
Se busco distrair-me, de vigia,
Olha-me a dívida grosseira.

E entretanto na rua vão passando
Carros de luxo, altivos salpicando
O lodaçal dos trilhos sobre mim ...

E sinto, na revolta, o algarismo,
Do trono do brutal capitalismo,
A rir de nós, os bobos do festim ! "

Rui de Noronha (1)

1.OBA, 15.02.1926,(Rui de Noronha, redactor do jornal).

CAPÍTULO V - O PROGRAMA

Origem e evolução da estratégia de pressão

Analisemos a trajectória colectiva do Grémio Africano, focalizando o plano ideológico, o que nos permitirá compreender os seguintes pontos, que parecem ser fundamentais :

. Como eram equacionados os principais problemas que, segundo o Grémio, afectavam os africanos na sociedade colonial ?

. Que instrumentos de acção possuía o Grémio Africano, para pressionar o regime ?

. Em que áreas intervinha ?

. Com que resultados ?

Isto significa, partir da definição do conjunto de princípios, que para o Grémio, constituíam a sua linha de actuação política, que se fundamentavam não só na experiência do grupo, como na experiência de outros grupos e, verificar como era construída essa linha, no quotidiano social.

A reconstrução de uma trajectória colectiva em balizas cronológicas - de 1908 a 1938 - portanto, num espaço temporal de trinta anos exigiu uma boa colecção de dados, obtida a partir da selecção de texto nos jornais, "O Africano" e "O Brado Africano", da identificação dos temas principais da prosa jornalística, do registo da variação do tratamento desses mesmos temas, do registo das actividades desenvolvidas, focando com especial atenção, a propaganda eleitoral, as conferências, sobretudo da "Acção Africana" e do Nucleo Cultural dos Novos" e a participação com outros grupos ou partidos políticos em comícios, manifestações e reuniões conjuntas e de polémicas célebres entre a autoridade colonial e o Grémio.

Debrucemo-nos então, a partir dos textos seleccionados, sobre a ideologia que o Grémio Africano irá construindo, intervindo directamente como força viva, de um mundo complexo, de confrontação.

5.1. Equacionamento dos principais problemas que afectam os africanos

O primeiro programa legitimador do grupo, foi publicado no jornal, O Africano, em 1908, no "Número de Propaganda a Favor da Instrução", manifestando em artigo de fundo, a intenção de desenvolver a instrução e educação da raça negra, fundando para tal, uma escola onde fosse ensinada a língua portuguesa.

Transcrevemos na íntegra este brilhante manifesto, actualizando a ortografia :

" Ano Novo - Era Nova "

" Torna-se necessária uma explicação clara para que o terror invada as criaturas moralmente sãs assustando-as, e muito principalmente para que às almas biliosas carregadas quase sempre de autoritarismo, os homens do poder não se agarrem à negra ideia das represálias e despotismos que é remédio muito recomendado cá pelas terras d'áfrica - manancial fecundo onde medram as nulidades ...

Não é preciso ir aos velhos arquivos da história buscar o Caviant Consules dos Romanos ; este papel, este jornalzinho, não vem irritar vaidades e muito menos demolir o existente ! Pretende, (se nos permitem o termo), sómente, com muita urbanidade, - e algum receio do fiasco, - lembrar às negras gentes deste vasto território africano, que somos chegados ao fim do ano da graça de 1908 e que precisamos de seguir outro rumo.

Neste fim de ano em que se afundam fortunas tidas até aqui como sólidas ; em que a propriedade desceu tão baixo - que quase se agradece ao Banco, o empenho doloroso de executar e arrematar por dez réis de mel coado, o que constituia a riqueza - um triste diabo ; este fim do ano que mais parece o fim de um mundo, - que lição cruel à desmedida ambição de muitos que sem escrúpulos, e calcando aos pés a consciência, extorquindo terrenos a pretos embasbacados de tanta vilania, empalmaram com subtileza e engenho, áreas pavorosas, blocados de terrenos, uma nesga improdutiva de terra, escorraçando para lá, muito para lá, o negro vil que emporcalhava a nossa civilização !

Como Deus escreve direito por linhas tortas!"

"Vamos, porém ao que importa, e deixemos esta triste história da duração efêmera dos bens humanos :

Um grupo humilde - da triste humildade dos homens de cor - pretende, anseia, quer fundar, nesta cidade, uma escola de instrução primária, ministrando também, conforme as posses, alguns conhecimentos úteis aos alunos. Para este fim apela, esse grupo, para o coração dos que querem a instrução espalhada pelo continente. Para esse fim como manifesto, se publica este número único.

Nada de sustos ...

Esse grupo fundou um Grémio Africano composto, unicamente de elementos africanos, - podendo fazer parte dessa agremiação, como sócios protectores, todos os homens doutros países que desejam concorrer para fim tao moralizador como é a Escola.

Por que se fundou esta Sociedade ?

O motivo é longo de explicação, mas vamos tentar resumir-lo :

Há muitos centos de anos já que aceitamos um jugo dos que julgávamos civilizadores, e, milindres à parte, não temos sacudido esse jugo senão quando a boa razão a isso aconselha. Temos reagido contra os abusos nada mais, - é verdade que um pouco violentamente, mas escudados sempre pela razão.

O Mundo inteiro é testemunha de que só muito cheios de razão temos ousado dizer à onda corrupta : basta !

Em troca desta submissão, que causa pasmo no estrangeiro, que temos nós ? Nada !

Nem estradas, nem fontes, nem oficinas, nem escolas !

Temos - para que a raça mais depressa pereça, se desfaça no esquecimento do túmulo - o vinho branco para pretos e liberdade plena, plenissima, incontestável, de tomarmos bebedeiras abomináveis irmãs da demência, com essa infamissima mixórdia que todos os paquetes despejam nesta desgraçada terra esquecida de Deus !

Ora nós queremos chamar o preto ao bom caminho, tirá-lo da bebedeira, fazer-lhe compreender que nem só de zurrapa vive o homem."

"Para todo este vasto programa não basta a eloquência verbosa de meia dúzia de homens bem intencionados: é preciso uma escola onde se ensine às crianças, - os homens d'amanha, - a verdade e o horror ao vício.

Mas, para persuadir - interessar o espírito rebelde do preto - obsecado pela ideia das religiões e convencê-lo de que a humanidade não está para rezas e que o próprio Deus já muito envergonhado da fama que <Lhe> criaram cá em baixo os homens, decidiu recolher-se à privada, que dolorosa tragédia, que de paciência a despende ! ...

O preto não duvida da excelência da nossa escola, ponto é que a gente o convença.

É agora, aqui neste ponto que convidamos os civilizadores a reverem-se na sua obra ... Os súbditos de S.M. o Rei de Portugal não falam o português ! - E dura este domínio há 400 anos ! ...

Graças às muitas missões espalhadas por este território, já muito preto sabe ler o quê ? Landim !!!

Somos portanto, obrigados a escrever em landim para sermos compreendidos.

E aqui está o outro mal que pretendemos combater :

Os dialectos cafres.

Pode parecer uma parvoíce - e talvez seja -mas compreendemos muito bem que não é landim que nós precisamos de saber - queremos falar e escrever português, o melhor que poder ser.

Somos portugueses.

A ideia desta escola, pode dizer-se que é um protesto à orientação seguida ultimamente pelos nossos pais da pátria.

Todo o seu empenho deles, com o Sr. Bispo de Siena à frente, é que os missionários só falem landim.

O que pretendem ? Ignoramo-lo. Coisa boa não é, por certo."

" Para opôr uma forte barreira à tolice, pretendemos pois, fundar uma escola para o ensino do português e, juramos, dentro da nossa escola não se falará noutra língua. Assim nós que não somos pioneiros da civilização daremos um cheque em ordem a essa criminosa deliberação dos homens do poder.

Contamos - lealdade acima de tudo - com este programa, desviar a corrente dos adeptos das missões, o que não é difícil, porque a verdade está connosco, porque nós vamos educar e não continuar a embrutecer com o landim as pobres crianças que têm direito aos nossos cuidados. É este o nosso fim.

Com infinita mágoa somos forçados a descer ao campo raso, chato e prosaico da pecúnia. No fundo todos os grandes ideais humanos bebidos em longos sorvos têm um amargo aborrecido, sabem a fel - pois para tudo é preciso, sempre, o metal vil dos poetas.

O ideal é sonhar, mas o útil e proveitoso demanda trabalho e dispêndio de dinheiro. Assim nós, que vogamos sonhando, no doce rio da quimera acordámos com um gosto amargo na boca ao pensarmos que para todos esses cometimentos não temos uma<s> quinhentas.

Mundo torto, muito torto !

Enfim, bem ou mal está lançada a ideia. Realizá-la é o nosso fim - para levarmos a bom porto o salvamento do nosso sonho precisamos da coadjuvação de todos. A quota é insignificante : 500 réis mensais.

Se encalhamos neste tempestuoso mar de egoísmo, ao menos que nos seja levada sem desconto dos nossos pecados, a nossa reconhecida boa vontade.

Festeja-se hoje o nascimento de Jesus Cristo, um amigo dos humildes. é hoje um dia em que se devem esquecer os agravos, perdoar faltas. Que nos perdoem - como nós perdoamos - os que possam ver neste ligeiro artigo alguma ofensa, uma frase menos inconveniente.

Este artigo é escrito para ser lido sem oculos - dispensa a dupla vista - e se não vai bem vasado nos moldes jornalísticos tomem isso à conta de sermos leigos na matéria, obscuros obreiros da legião do futuro...(sem piada), muito embora esta verdade dêa aos homens do vinho, e a S.S.Exês os senhores cantineiros.

Boas festas cristãs !..." (2)

2.0A, 25.12.1908, p.1-2.

4

O AFRICANO

NUMERO DE PROPAGANDA A FAVOR DA INSTRUCCÃO

A papela dha timhaka edhi bulabulaka hi ndondho

DO «GREMIO AFRICANO» DE LOURENÇO MARQUES

Dhi yentsywi hi GREMIO AFRIKANO dha ka Mpfumu

CAIXA POSTAL N. 62

Anno novo -- Era nova

Torna-se necessaria uma explicação clara ara que o terror não jovada as criaturas moralmente sãs assustando-as, e muito principalmente para que as almas billiosas carregadas quasi sempre de auctoritarismo) os homens do poder não se agarre a nera idéa das repressias e despotismos que remedio muito recommendado cá pelas arras d'África. — manancial fecundo onde vedram as nullidades...

Não é preciso ir aos velhos archivos da historia buscar o *Caviani Consul* dos Romanos; este papel, este jornalzinho, não em irritar vaidades e muito menos demor o existente! Pretende, (se nos permitim o termo), sómente, com muita urbanidade, — e algum racão do fiavel, — lembrar, a negras gentes deste vasto territorio africano, que somos chegados ao fim do anno a graça de 1908 e que precisamos de seguir outro rumo.

N'este fim de anno em que se afun-tam ortunas tidas até aqui como solidas; em que a propriedade desceu tão baixo — que quasi se agradece ao Banco, o empenho doloroso de executar e arrematar por *deus de mel coado*, o que constituia a riqueza l'um triste diabo —; este fim do anno que mais parece o fim de um mundo, — que lição cruel é desmedida ambição de muitos que, sem escrupulos, e calcando aos pés a consciencia, extorquiram terrenos a pretos empobrecidos de tanta vilania, empalmaram com subtilidade e engenho, areas pavorosas, tocadas de terrenos, uma nesga improduttiva de terra, escurraçando para lá, muito para lá, o negro vil que emporalhava a nossa civilização!

Como Deus escreve direito por linhas tortas!

Vamos, porem ao que importa, e deixemos esta triste historia da duração ephamera dos bens humanos:

Um grupo humilde — da tristes humidade dos *homens de cor* — pretende, accois, quer fundar, n'esta cidade, uma escola de instrucção primaria ministrando tambem, conforme-se posses, alguns conhecimentos uteis aos alumnos. Para este fim appella, esse grupo, para o coração dos que querem a instrucção espalhada pelo continente. Para esse fim como manifesto, se publica este numero unico.

Nada de sustos... Esse grupo fundou um **Gremio Africano** composto, unicamente, de elementos africanos, — podendo fazer parte d'essa agremiação, como socios protectores, todos os homens d'outros paizes que desejem concorrer para fim tão moralizador como é a Escola.

Por que se fundou esta Sociedade?

O motivo é longo de explicar: mas vamos tentar resumil-o:

Ha muitos centos d'annos já, que accitamos em jugo dos que julgavamos civilisadores; e, milindres á parte, não temos sacudido esse jugo senão quando a boa razão e isso aconselha. Temos reagido contra os abusos nada mais. — E' verdade que um pouco violentamente, mas escudados sempre pela razão.

O Mundo inteiro é testemunha de que só muito cheios de razão temos ousado dizer á onda corrupta: **BASTA!**

Em troca d'esta submissão, que causa pasmo no estrangeiro; que temos-nós? Nada!

Nem estradas, nem fontes, nem officinas, nem escolas!

Temos — para que a raça mais depressa pereça, se de-faça no esquecimento do tumulo — o vinho branco para pretos e liberdade plena, plenissima, incontestavel, de tomarmos bebedeiras abominaveis irmãs da demencia, com essa infamissima mixordia que todos os paquetes despejam n'esta desgraçada terra esquecida de Deus!

Orá nós queremos chamar o preto ao bom caminho; tiral-o da bebedeira; fazelhe comprehender que nem só de zurraps vive o homem.

Para todo este vasto programma não basta a eloquencia verbosa de meia duzia de homens bem intencionados: é precisa uma escola onde se ensine ás creanças, — os homens d'amanhã, — a verdade e o horror ao vicio.

Mas, para persuadir — interessar o espirito rebelde do preto — obcecado pela idéa das religiões e convenceo de que a humanidade não está para rezas e que o proprio Deus já muito envergonhado da fama que lhe lhe criaram cá em baixo os homens, decidiu recolher-se á privada, que dolorosa tragedia, que de paciencia a despende!

O preto não duvida da excellencia da nossa escola, ponto é que a gente o convença.

E' agora, aqui neste ponto que convidamos os *civilisadores* a reverem-se na sua obra... Os subditos de S. M. o Rei de Portugal não fallam o portuguez! — E dura este dominio ha 400 annos!...

Graças ás muitas missões espalhadas

por este territorio já muito preto sabe lêr; mas sabe lêr o que? *Landim!!!*

Somos portanto, obrigados a escrever em *landim* para sermos comprehendidos.

E aqui está o outro mal que pretendemos combater:

Os dialectos cafres.

Pode parecer uma parvoice — e talvez seja — mas comprehendemos muito bem que não é *landim* que nós precisamos de saber — queremos fallar e escrever portuguez, o melhor que poder ser.

Somos portuguezes.

A idéia d'esta escola, pode dizer-se que é um protesto á orientação seguida ultimamente pelos nossos paes da patria.

Todo o seu empenho d'alles, com o sr. Bispo de Siene á frente, é que os missionarios e *missionados* só fallem *landim*.

O que pretendem? Ignoramos-lo. Coiza boa não é, por certo.

Para oppôr uma forte barreira á tolice pretendemos pois, fundar uma escola para ensino do portuguez e, jurámos: — dentro da nossa escola não se fallará noutra lingua. Assim nós que não somos pioneiros da civilização daremos um cheque em ordem á essa criminosa deliberação dos homens do poder.

Contamos — lealdade acima de tudo — com este programma, desviar a corrente dos adeptos das missões, o que não é difficil, por que a verdade está conhecida, por que nós vamos educar e não continuar a embrutecer com o *landim* as pobres creanças que tem direito aos nossos cuidados. E' este o nosso fim.

Com infinita magos somos forçados a descer ao campo raso, chato e prosaico da *pecunia*. No fundo todos os grandes ideaes humanos bebidos em longos surtos tem um amargo aborrecido, sabem a fet — pois para tudo é preciso, sempre, o *metal vil* dos poetas.

O ideal é sonhar, mas o util e proveitoso demanda trabalho e dispendio de dinheiro. Assim nós, que vogavámos sonhando, no doce rio da chimera acordámos com um gosto amargo na bocca ao pensarmos que para todos esses cometimentos não temos uma *quinhetas*.

Mundo torto, muito torto!

Emfim, bem ou mal está lançada a idéa. Realisa-a é o nosso fim — para levarmos a bom porto e salvamento o nosso sonho precisamos da coadjuvção de todos. A quota é insignificante: 300 reis mensaes.

Se encaharmos n'este tempestuos mar de egoismos, ao menos que nos seja levada.

Apesar deste brilhante artigo não estar assinado, parece-nos ser da autoria de João Albasini, a personalidade à volta da qual gira o grupo, então nascido (3), pelo estilo irónico e acutilante, pelo conteúdo da intervenção, marcadamente humana, cristã, de um crítico social, por excelência, que deixa transparecer todo o ambiente de esperança pelo regime de futuro - a República.

O Manifesto transcrito, de "propaganda a favor da instrução", explica as razões de tão vasto "programa", decorrentes da estratégia do Grémio Africano, de defesa da raça negra. O projecto da escola, concretizador do Grupo, parece-nos que representa um tempo de viragem, já que a uma fase de "submissão", de "reação contra abusos e nada mais", segue-se uma nova fase, de "protesto à orientação seguida", pela Monarquia.

Pela negativa, é abordada a situação de não-desenvolvimento da colónia - "nem estradas, nem fontes, nem oficinas, nem escolas", em contrapartida, multiplicam-se as cantinas, onde jorra o vinho branco para pretos - abordagem que sugere uma perspectiva de desenvolvimento, que passa, de imediato, pelo combate ao alcoolismo (porque faz perecer a raça) e, tem por finalidade, a educação, entendida num sentido moderno, de formação "dos homens d'ámanha".

A defesa da língua portuguesa, em oposição aos "dialectos cafres", deve ser compreendida, na nossa opinião, como instrumento de civilização e, no âmbito do ataque às missões religiosas estrangeiras, movido por personalidades influentes no grupo, ligadas à Igreja Católica.

Veja-se ainda no texto, a campanha de angariação de fundos para o projecto da escola - a quotização de "500 reis mensais", quantia a ser paga pelos sócios do Grémio. Claro está, que não fica excluída a possibilidade de elementos beneméritos contribuírem "para fim tão moralizador como é a Escola".

"Ano Novo. Era Nova". Eis, o grito de vida, de um grupo que nasce, propondo-se a intervir na sociedade, numa vertente basilar - a educação das crianças, a geração vindoura.

Seguindo a Amostra dos temas desenvolvidos pela imprensa, porta-voz do Grémio Africano, (4) apercebemo-nos da intensidade com que são tratados os problemas relativos à educação e à justiça. Com toda a clareza, "O Africano", expõe os objectivos fundamentais do jornal : "tratar dos indígenas, nos seus interesses, educação e administração da Justiça..." (5)

E, na "mesma senda que encetamos ao fundar "O Africano", em 1908, prossegue "O Brado Africano", pugnando pela Justiça, Verdade, Igualdade". (6) O pivot do discurso, desloca-se para a questão do direito à cidadania, "protestamos contra as leis de excepção ", bradam os dirigentes do Grémio no "Memorial dirigido ao Governador da Província, Massano de Amorim, em Janeiro de 1919, criticando duramente a célebre portaria "dos assimilados". (7)

A discriminação racial legalizada, respondem os Delegados do Grémio, com um memorando -"Deus e o Meu Direito", em que começando por recordar a memória de Sidónio Pais, apresentam a razão, que os leva a sentirem a sua dignidade social ferida, decorrente da promulgação da portaria provincial nº. 1.041, de 18 de Janeiro de 1919, assinada por Álvaro de Castro.

Por detrás do discurso, apercebemo-nos que a "questão dos assimilados", transporta no seu âmago, uma forte concorrência laboral, entre trabalhadores negros e emigrantes brancos metropolitanos, cujo fluxo migratório aumentou, como observámos no primeiro capítulo. Não é só o direito de ser cidadão, que é reivindicado, mas sobretudo, o direito ao trabalho, pelos que mais sentem essa concorrência - os trabalhadores negros cultos : "É agradecer pouco, é uma flagrante injustiça, Ex.Sr., retribuir ao gigantesco esforço que a meia dúzia de nativos faz para sair da chata rotina...É assimilado aquele que fôr eleitor. E eleitor aquele que estiver nas condições exigidas pela lei. Não se nomeiam funcionários, nem têm subvenção, quem não estiver nos termos prescritos. Pronto!"

3. Ver Trabalho Prático, realizado no âmbito do Mestrado, orientado pelo Professor Doutor Joel Serrão, intitulado "João Albasini, uma personalidade de excepção, na sociedade de Lourenço Marques, (1876-1922).

4. Ver Anexo II. (Amostra I, 1908-1914, Am. II, 1919-1923), Am. III, 1923-1926, AM. IV, (1926-1930).

5. OA, 12.09.1912.

6. OBA, 24.12.1918.

7. OBA, 18.01.1919.

Qual é a posição assumida pelos Delegados do Grémio? "...Era preciso distinguir o indígena comum da sua raça daquele que pela sua ilustração e costumes está fora daquele meio, naturalmente para, ao selvagem inculto, ser aplicada outra legislação..." Concordam, pois nesse ponto com a intenção do legislador, em estabelecer um código específico para o "indígena" e, propõem-se mesmo a dar a sua contribuição, colaborando para se alcançar esse objectivo.

Atacam, com toda a violência discursiva, a medida legislada, do Alvará de assimilado, que atenta, humilha e discrimina quem pretenda ser, um cidadão. Vejamos como é afluada, pela primeira vez, a conflituosidade racial e classista :

"Porque o lado melindroso desta abominável portaria está justamente no facto, indecoroso e aviltante, de se distinguir uns determinados cidadãos para serem marcados, para andarem munidos de um papel, o tal alvará ... Não é preciso Exmo.Snr. andar com alvarás, tirar alvarás aviltantes para mostrar a padeiros analfabetos que são brancos, mas que brancos como são, por culpa sua ou dos pais ou do Estado, não têm o papel e seguem adiante tocando no burro !..."

Um programa de acção do Grémio, é exposto em 1920, (8) defendendo a candidatura de João Albasini como deputado, por Moçambique, em que "os problemas que mais o haveriam de ocupar", seriam :

."Educação do indígena e nacionalização das colónias, estabelecendo uma forte propaganda no sentido de desviar a emigração da América para as nossas colónias tanto quanto possível.
Criação de escolas de artes e ofícios, em todas as capitais dos distritos da provincia e conseguir que a educação elementar seja organizada conforme o sistema moderno, em edificios próprios onde as regras de hygiene fossem observadas com escrupulo, constituindo nelas a obrigatoriedade da educação física em campos próprios."

8.OBA, 29.05.1920.

- . "Intensificação dos trabalhos de agricultura, tornando-se obrigatória a criação de granjas em todas as edilidades tendo anexas escolas práticas de agricultura e criação de gado.
- . A eliminação das leis de excepção e codificação das leis respeitantes a indígenas em bases compatíveis com os bons costumes.
- . Trabalhar para que se estabeleçam as vias de comunicação com o interior, por meio de boas estradas e linhas férreas.
- . Proporia também a introdução nas leis sobre a concessão de terrenos, de disposições que tornassem dificultoso o açambarcamento de terrenos por indivíduos de nacionalidade estrangeira e a proibição de venda dos mesmos pelos nacionais a estrangeiros sem expressa autorização do Governo ..."

Estes mesmos pontos voltam a ser expressos, quando convidado a pronunciar-se sobre "o estudo de problemas que convem aos interesses da Província", a direcção do Grémio Africano, apresenta em 1922, (9) um extenso plano de medidas, "traduzindo unicamente o desejo de ver esta Colónia em pleno desenvolvimento das suas riquezas, com a sua situação económica desafogada, enfileirando-se ao par de outras colónias florescente<e>s pelo esforço nacional, que coloque em linha ascendente o seu comércio, as suas indústrias, os seus costumes, a sua língua, em concorrência com aqueles que se encontram empregando também as suas faculdades produtivas e os seus elementos assimiladores".

Transcrevemos extractos deste documento, actualizando a ortografia, já que representa "o modo de ver do Grémio Africano", sobre o conjunto de problemas que, no seu entender deviam ser resolvidos, em ambiente de concertação social, numa visão moderada, da pequena burguesia africana, consciente do seu papel histórico.

9.OBA, 11.08.1922, (documento com data de 4 de Agosto de 1922 e assinado pela direcção, Estácio Dias, José Albasini, Joaquim Swart, Eugénio da Silva Júnior e Francisco de Haan). Ver fotocópia .

"GRÊMIO AFRICANO DE LOURENÇO MARQUES"

"Este Grémio, convidado a pronunciar-se sobre o estudo de problemas que convem aos interesses da Província, vem apresentar à consideração das forças vivas, em síntese, as observações que abaixo se desenvolvem, sendo de parecer que se deve elaborar um plano de medidas, cuja execução se não deve prolongar, para o fomento geral da Província, conciliando os interesses de todos os seus habitantes, indistintamente, medidas que o Grémio entende devem ser adoptadas sem embargo de um novo Convénio que se venha a realizar com o Transvaal :

I

Concessão de terrenos

Uma remodelação profunda do regime de concessão de terrenos, feita sob bases que afastem as peias formalistas das leis em vigor e não contenha condições inibitivas, para nenhum cidadão português, inclusivamente indígenas, é indispensável que se faça, como regra geral, acautelando-se os interesses da Soberania da Nação, quando se trate de concessões a estrangeiros.

Como medida de excepção protectora, deve-se, porém, considerar o seguinte :

Em geral o indígena não está em condições de poder, por si próprio, requerer e seguir todos os trâmites para obter um terreno, e, nestas condições, conviria que a lei lhe estabelecesse maiores facilidades nos seus processos concessionários, indo até a obrigação de ser possuidor de uma parcela de terreno, e de nele fazer regularmente as suas culturas intensivas e plantação de árvores de fruto, cujas sementes e árvores deveriam ser fornecidas nos primeiros anos, pelo menos, gratuitamente, pelas câmaras e pelo Estado.

Procura-se por esta medida prender o indígena às suas terras e provar-lhe, com a garantia da sua concessão, o valor das nossas leis e a confiança que lhe devem merecer, evitando-se, deste modo, o seu êxodo emigratório para o Rand.

Pela lei actualmente em vigor, sobre concessões de terrenos, o indígena não pode contar com a posse definitiva de um terreno, não tem a posse das suas plantações segura, não tem, portanto, nada que o prenda à terra; ficando reduzido quase à condição de antiga escravatura, não pode ter amor à terra, preferindo emigrar, ainda mesmo que reconheça intimamente as contrariedades físicas que isto lhe traz."

"Entende este Grémio que se deve promover todas as facilidades à pequena agricultura como princípio apropriado para a nacionalização da Colónia e, por isso, se deve restringir as grandes concessões que de ordinário se conservam sem aproveitamento ou são objecto de negócio com as empresas estrangeiras.

Não quer isto dizer que se deve fechar as portas a quem queira trabalhar, concorrendo com os seus capitais para o desenvolvimento da Província, mas as prosperidades desta, devemos atender às conveniências morais e materiais da nacionalidade portuguesa.

II Escolas

Esta Colónia padece de uma grande falta de escolas, necessárias para que a sua nacionalização seja efectiva.

Há que montar escolas por todas as regiões, onde se ministre o ensino prático de agricultura e artes e ofícios, além da instrução primária, para rapazes e escolas de ensino doméstico, compreendendo a habilitação para os trabalhos adequados aos serviços agrários, para raparigas, sendo a leccionação dos dois sexos feita em internatos.

A educação da mulher indígena é de uma grande necessidade, porque é a ela que está cometida o governo do lar, quem orienta os filhos e quem por isso mesmo dá o exemplo para que o marido que tenha adquirido umas pequenas noções de educação as conserve por forma que não se dê o caso geralmente citado de que o preto não aproveita a educação, cabalmente, porque, regressado à sua palhota, prende-se novamente aos seus costumes primitivos.

Dão-se estes casos exactamente porque o indígena com uma pequena cultura, tendo assimilado já os costumes europeus, voltando ao seu lar, encontra como companheira da sua vida um ente que em coisa nenhuma o incita a manter esses costumes, antes o olha como um marido viciado pelo contacto da gente civilizada e qua<se> <se>pode dizer, o repele.

Com a educação da mulher se conseguiria também em grande parte acabar com certos preconceitos, que ainda mantêm, como, por exemplo, o lobolo, pois que não permitiria que fosse vendida nem tão pouco lhe não fosse reconhecido, pelo marido, o direito que tem no lar."

III "Agricultura e Viação"

"Para trabalhos agrícolas deve-se adoptar o regime de culturas intensivas, feitas por pequenos agricultores, instituindo-se para a sua efectivação o crédito agrícola numa sociedade colectiva, administrada por pessoal interessado nesse regime, sob a fiscalização do Estado. Este crédito agrícola destinaria-se a emprestar com um juro módico aos seus associados e o seu pagamento seria facultativo, isto é, poderia ser feito em produtos dos seus respectivos terrenos ou em dinheiro, em prestações anuais, compatíveis com o estado progressivo das culturas.

O crédito agrícola é um dos factores para o auxílio da pequena agricultura, mas como um elemento de valor há a tecnologia agrícola e outros elementos indispensáveis para o seu desenvolvimento.

Nesta ordem de ideias, entende o Grémio que se deve montar em cada distrito ou em cada núcleo considerável de colonos e indígenas que se dediquem à agricultura e criação de gado, uma secção de repartição da Agricultura e Veterinária, mantida pelo Estado e pelas edilidades, com quinta experimental e gado padreador, que servindo de estudo da composição química do terreno, exposição e clima, sirva de orientação à agricultura particular, e dispondo o gado para cruzar com o indígena, melhorando-o, sirva também o seu pessoal para inspeccionar as culturas e dar indicações sobre a sementeira, estações convenientes para cada classe de cereais ou plantas como também sobre o tratamento de gado, etc.

O primeiro caso é de muita importância, como já demonstrámos no Capítulo I - Concessões de terrenos - o segundo - Crédito agrícola - não constitui novidade, pois que em países progressivos se adopta e tem tido resultados consideráveis. O terceiro é também de muita utilidade pois que não é raro ver-se nas pequenas tentativas que tem havido em agricultura, perderem-se todas as culturas por falta de conhecimentos da técnica agrícola, e a criação destes lugares viriam preencher uma lacuna muito sensível hoje, para aqueles que à agricultura se dedicam."

"Para a agricultura prosperar, evidentemente precisa também deste coeficiente : Viação ...

IV Mão de obra

É este um dos problemas constantemente citado e de cuja solução se não chegou a uma conclusão que interesse o colono e o indígena, em campo justo e de equidade, para ambas as partes.

Para se obter trabalho profícuo, preciso é que além de um pagamento justo se observe religiosamente a questão de bom tratamento, como alimentação boa, alojamento higiênico e seriedade no pagamento de salários, casos que em grande maioria se não verificam por parte daqueles que têm empregado trabalhadores indígenas.

Entendemos que seria conveniente que o Governo por intermédio de funcionário idóneo, que não estivesse dependente da autoridade administrativa do mato e que fosse condignamente pago, por forma que esteja a coberto de qualquer subornos tivesse o encargo de fiscalizar a forma como é tratado o trabalhador indígena, sob todas as condições, indagando-o sobre o número dos dias do seu trabalho em confronto com a contagem dada na sua tiqueta, assistindo pessoalmente aos pagamentos e indagando directamente deles sobre as suas relações com o patrão.

Têm dito que o indígena é refratário ao serviço, mas nós julgamos que isto só se deve à falta de honestidade por parte de muitos agricultores e daqueles que empregam o indígena noutros trabalhos, fazendo com que este não tenha confiança nos patrões.

Por isso, é conveniente, com já se disse, a nomeação em cada área que se fixasse, de um fiscal, nas condições apontadas.

Uma das obrigações que convem sejam impostas aos patrões é a assistência médica para todos os indígenas que forem empregados nos trabalhos agrícolas ou industriais e a aplicação da lei em vigor, dos acidentes, estabelecida para todos os trabalhadores".

...

"Mais uma vez frisamos que desde que não se falte com o pagamento estipulado, que o tratamento não seja mau, em todos os sentidos, o preto será o primeiro a procurar voluntariamente trabalho, seja ele da agricultura ou qualquer indústria, sem ser preciso que seja compelido como se faz agora, e que é inconveniente pois o trabalho para ser bem executado deve ser feito por quem livremente se ofereça, devendo, por isso, acabar-se com o serviço obrigatório a que chamam shibalo.

É também preciso tomar em consideração os salários hoje estipulados para o indígena, que em muitos pontos se pode dizer irrisórios, e nada tentadores, como por exemplo os que são pagos na Zambézia e Moçambique...

Os salários devem obedecer a uma tabela geral para os indígenas que trabalham na Província, atendendo-se ao meio em que se encontram, às distâncias das suas terras e à natureza do serviço que prestam...

Que a duração do contracto não vá além dos seis meses.

Que as importâncias daqueles que abandonaram o serviço e não se conhece o paradeiro deles, revertam para um fundo destinado à manutenção de Escolas Agrícolas e Profissionais ...

V

Leis de excepção

As leis de excepção estabelecidas para o indígena tem trazido inconvenientes de vária ordem para o bem da Província, pois que o indígena nunca recebeu com agrado qualquer lei que ele sabe que só a ele é aplicada.

Por isso a portaria que obriga a munir-se da chapa, deve ser revogada, não só pelas razões acima ditas como porque não traz vantagem para o fim que se teve em vista, antes pelo contrário, muitos dos indígenas, aqui residentes, retraem-se e é com repugnância, só forçados por uma violência, que tiram a chapa, fazendo que muitos do interior não venham para <a> cidade em procura de serviço, para não se sujeitarem ao que acham deprimente: a chapa.

Esta medida, cremos nós, é uma imitação da que se adopta no Transvaal, mas lá as circunstâncias são diferentes porque existe um serviço completo sobre a lei da chapa com os respectivos compounds estabelecidos e outras leis correlativas, impondo deveres, sim, mas dando também direitos, que não se regateiam..."

VI "Serviço Militar"

"...Para que possa trazer as vantagens que dele se requer, como a um dos serviços mais importantes para a soberania portuguesa, deve organizar-se o exército colonial, como deve ser e não companhias de guerra, procedendo-se ao recrutamento dos indivíduos válidos, em condições de formar o contingente militar voluntário, remodelando-se o plano de uniforme actual, que faça o indígena um militar decente, com apresentação condigna, calçando-o e fornecendo-lhe boa alimentação.

Estabelecer para todos direitos e regalias iguais de reforma, pensão, por serviços relevantes prestados e outros prémios de incitamento pelo bom comportamento e para os que possuam habilitações literárias, acesso a todos os postos em igualdade de condições com os europeus, como era antes da organização das companhias de guerra..."

VII "Emigração"

A emigração para o Transvaal e Rodésia, tem inconvenientes, é certo, mas também oferece grandes vantagens que, por enquanto, nada há feito que a possa suprir.

Emigram para o Transvaal cerca de 80 mil indígenas anualmente do sul do Save e, na melhor das hipóteses, as necessidades para o trabalho agrícola e industrial atingem a cifra de 20 mil indígenas o máximo, dando um excedente de 60 mil que ficaria sem ocupação, vindo a afectar economicamente, não só os interesses do Estado, como o comércio e todas as indústrias que dependem em parte dos dinheiros vindos da Emigração, para viver.

Tanto para o Transvaal como para a Rodésia a emigração deve continuar e só com o desenvolvimento da Província, tendo o próprio preto adquirido, também, meios de viver que o prendam à terra, sem se limitar à condição de trabalhador, tão sómente, é que irá, por uma forma evolutiva, sem medidas repressivas, acabando o êxodo para fora da Província.

Nestes termos, nós somos de opinião que se deve manter o acordo com as companhias de emigração, embora sob novas condições que melhor acautelem os interesses de parte a parte ..."

VIII "Regime monetário"

"Este problema tem preocupado grandemente os elementos de vitalidade da Colónia e constitui na verdade um problema de momentosa solução, mas circunstânciadamente estudada por individualidades competentes, cada um apontando remédio diverso para obstar a subida constante da libra que torna a situação angustiosa, não chegaram até agora a um acordo de vistas, a uma medida fixa, enfim, que acabe com a desvalorização da nossa moeda.

O regime de moeda privativa da Colónia, acabando-se com os câmbios cambiais dadas pela Metrópole seria um paliativo que de algum modo tornaria a nossa vida financeira e económica regular, mas o verdadeiro remédio está no desenvolvimento das riquezas da Província, no equilíbrio, pela exportação, dos nossos pagamentos externos, estamos disso convencidos.

Salvo condições estipuladas em contrário, a obrigação de as grandes empresas açucareiras, existentes nesta Província, efectuarem as suas transações aqui em moeda nacional, com todos os países importadores, atenuaria bastante a crise que atravessamos, desde já..."

As medidas propostas, visando o desenvolvimento de Moçambique, na sua globalidade, parecem representar a perspectiva da pequena burguesia africana, querendo assegurar a sua própria base material, o que passa pela detenção de terras, pelo acesso a lugares compatíveis no funcionalismo e no exército, em pé de igualdade com os "europeus", acesso possível através de oportunidades dadas pela educação e garantidas pelo trabalho.

Esta leitura, não elimina a preocupação que transparece, dos problemas da maioria da população africana - realçados no ponto relativo a mão-de-obra e à emigração. Todavia, a posição de defesa do "indígena", desenvolve-se num tom conciliatório, procurando conciliar interesses, que nos parecem irreconciliáveis - do colono e do indígena.

Infelizmente, não encontramos documentos posteriores, que analisassem, de uma forma tão completa, a situação global em Moçambique. Questões pontuais, denúncia e crítica de problemas do quotidiano, parecem ser objecto de acção do Grémio, mantendo-se contudo, subjacente uma visão de conjunto, apelidada com toda a solenidade de "Causa Africana", como iremos ver mais adiante.

Vejamos agora, que instrumentos de acção dispunha o Grémio Africano, para intervir na sociedade de Lourenço Marques.

5.2. Instrumentos de acção

Ao focar as actividades do Grémio Africano, apercebemo-nos da existência de vários instrumentos de acção, que vão sendo organizados, à medida que este grupo penetra não só na "high-life" de Lourenço Marques, como no seio dos "indígenas", que afirma defender.

Sem dúvida, que o jornal foi o meio mais eficaz de propaganda, de onde partiam as farpas aguçadas da crítica que o grupo lançava, "aos mandões", denunciando situações obscuras, formando a opinião pública, consciente de que "a missão da Imprensa ...é sagrada" (10).

Porque, na opinião do Grémio, "é preciso não tolher a crítica, a liberdade de dizer francamente o que se sente acerca de qualquer assunto que interesse à terra ou à sua comunidade". Todavia, a autoridade colonial, "por parte daqueles a quem convem, a continuação de desmandos e falcatruas", tem "tido uma oposição sistemática servindo-se de perseguições odiosas e de força brutal que não honra, antes faz retrogradar por animalidade e indigna a sociedade que se tem na conta de culta".

Numa atitude construtiva e de grande alcance, muitos esforços foram canalizados para a educação e formação das novas gerações, tendo sido dado lugar de destaque à mulher africana, pelo que funcionava na sede do Grémio, uma escola feminina, honrando o nome de João Albasini, "paladino" dessa luta.

A sede parece ter sido, um palco importante na vida da organização, com os seus sectores próprios de administração, redacção do jornal, sala de aulas, consultório médico, ginásio, onde o boxe e a dança são ensaiados e o salão deslumbrante, nos dias de baile ..., como recorda o poeta Craveirinha, quando ainda moleque, espiava as belas damas . (11)

10.OBA, 23.07.1921, 1ª.p., 6ª.col., (ref. à repressão da imprensa na pessoa de Libério Pereira, director e editor do jornal, A Terra, periódico que se publicava na Índia).

11.Recordações de Craveirinha, quando era menino. O termo moleque, ou mufana, significa menino, criança.

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO

E OFFICINAS

AVENIDA CENTRAL, 51

DE APOCALIPSE 62

TELEFONES

Telegrapho "AFRICANO"

O AFRICANO

JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO NA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Publicação semanal — 5 de Maio e 5 de Junho

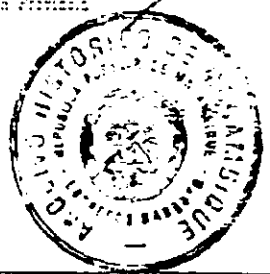
SERVICHO TELEGRÁFICO DIRECTO DE LISBOA E OUTRAS CIDADES NA EUROPA

Noticiário completo sobre o comércio local e da Província

INFORMAÇÕES MUNDIAIS

Europa, África, Ásia, etc.

Ex.º Semanal



DIRETOR

João Albazini

REDATOR

P. Vicente do Sacramento

ADMINISTRADOR-SECRETÁRIO

João dos Santos Rufino

EDITORA

João Albazini

PREÇOS D'ANÚNCIOS

(Por linha de 10 cm. 10)

Ocasional 100

Comercial 100

COMUNICAÇÕES

Assistência jurídica

Comunicações económicas

PUBLICAÇÕES LITERÁRIAS

Artigos, estudos, etc. em
coluna especial

ASSINATURAS

Em Lourenço Marques

Mês 100

Provincia

48 números 1200

Estrangeiro

48 números 1800

OPINIONES

CORRESPONDENTES

Assinatura e endereço em qual-
quer parte da Província de MOÇAMBIQUE
os nomes e endereços a ad-
ministração do jornal.

TELEGRAMAS

Forma e endereços tele-
gráficos para a Província de
Moçambique e para o estrangeiro.
Dados e endereços tele-
gráficos.

umas coisas lá e por isso
me lembrei de V.ª que
pode muito bem como
Serviço de Intendência pedir
ao Sr. Governador para
me dar essa licença
ordenando ao Sr. Intendente
que me dispensar por
uma semana.
Não quero submeter
apenas ~~isto~~ para transpor
a Circumscrição.
A volta direi a V.ª
o que eu desejo agora.
Quando V.ª obtiver
a licença espere de ver
seis o favor de me
comunicar

João Albazini



João dos Santos Albasini

O Livro da Dor

À 1 hora da manhã de 14 de Maio de 1917. Após o primeiro sono intermitente, agitado de sonhos doces, presúgios de tormenta e irremediáveis desgraças.

M...

MENHO de mim para mim, muito no íntimo do meu peito, que te perdi para sempre, que nunca mais me farás a esmola de me olhar e muito menos a caridade de me ouvir a defesa; mas também creio, piamente, como Cristão, como homem lial e sincero que sempre fui, que um dia farás justiça a este desgraçado que, perante a calúnia, a intriga, o Destino inclemente se confessa vencido e te pede perdão sem ter de quê. O Destino das criaturas!

Moralmente morri. Mataste-me.

Não podendo justificar-me; recusando-te tu a se-



GRÉMIO AFRICANO
DE
LOURENÇO MARQUES

Avenida 5 de Outubro, 94
Caixa Postal, 1991

26 Outubro 6
5928

Exm^a. Senhor

97.º 112/938.

O Grémio Africano de Lourenço Marques, representado pela sua Direcção, em 23 de Maio finda dirigiu um requerimento à Sua Ex^a.o Governador Geral pedindo o devido seguimento a uma exposição que correu seus termos pela Repartição Central e Negocios Indígenas em que este Grémio solicitava um subsídio de 50.000\$00 para auxiliar a construção da sua sede. Porém até a data não teve conhecimento de qualquer resolução em face da discussão e aprovação do orçamento da Colonia.

Neste sentido vem rogar a V.Ex^a. se digne mandar informar o despacho que obteve o referido requerimento.

Subcrevendo-me com os agradecimentos desta Direcção

A BEM DA NAÇÃO.

Gabinete da Direcção do Grémio Africano de Lourenço Marques,
23 de Outubro de 1938.-

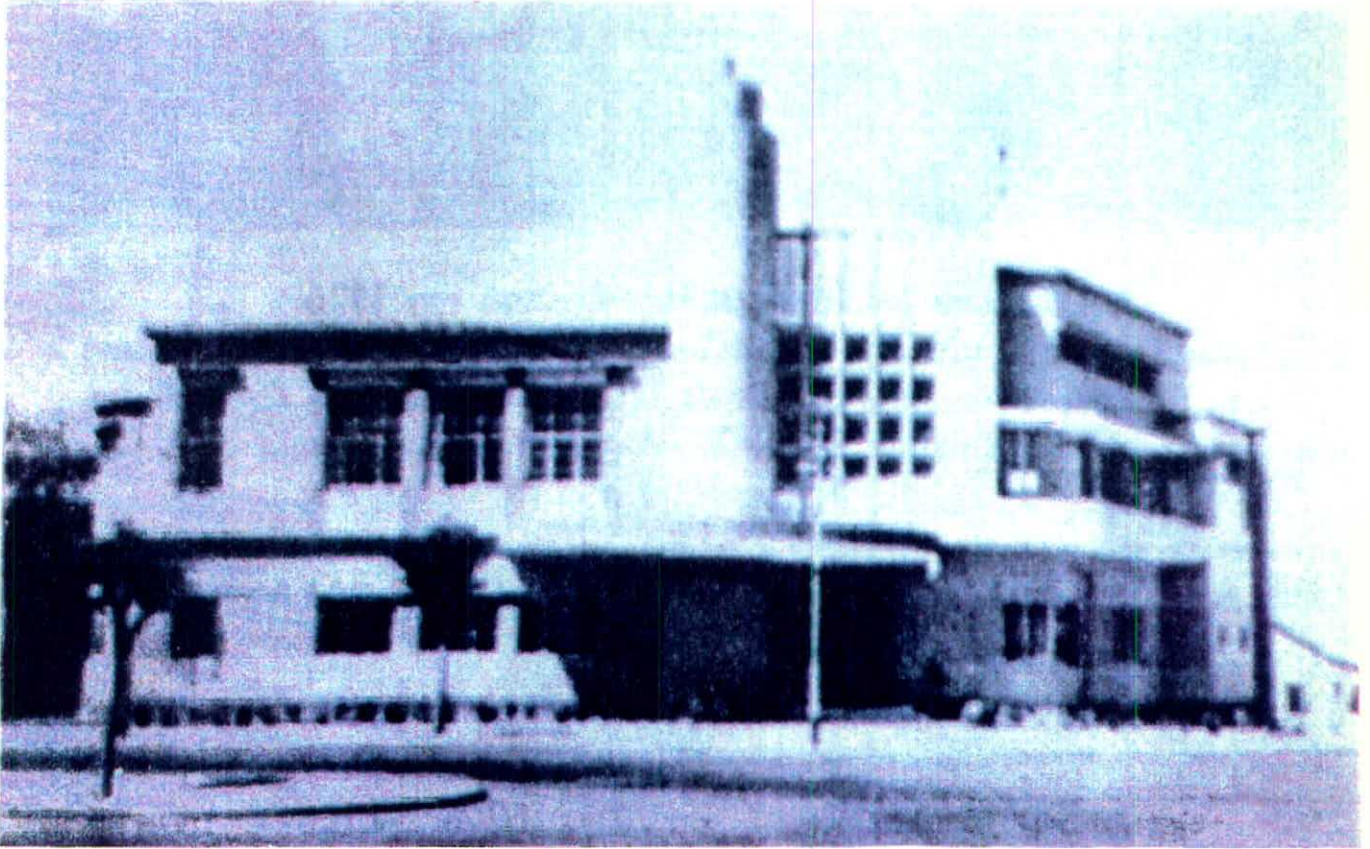
Lourenço Marques.

Exm^a. Sr. Director dos Serviços de Administração Civil.

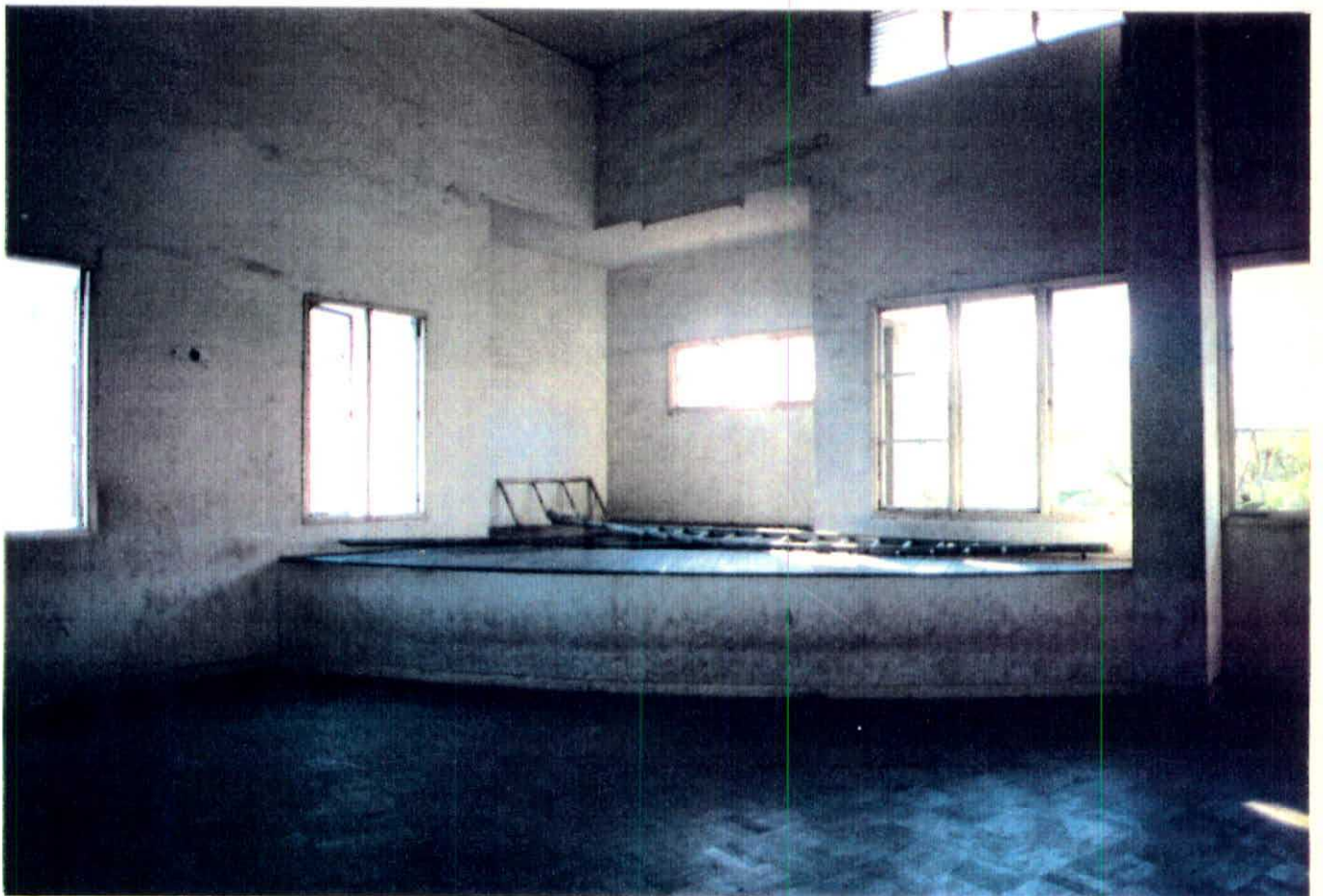
Nesta.

O Presidente da Direcção,





Sede definitiva do Grémio Africano, no Alto Maé.



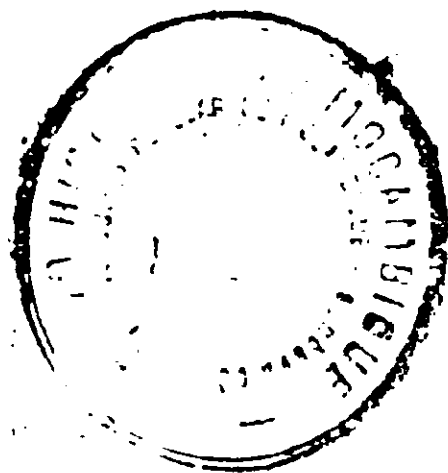
Promenor do palco no salão principal.

ESTATUTOS

DO

CLUBE DESPORTIVO JOÃO ALBASINI, DE LOURENÇO MARQUES

Aprovados por portaria n.º 3:016, de 21 de Abril de 1937



1937

IMPRESA NACIONAL

LOURENÇO MARQUES

De forma esquemática, aponta-se:

QUADRO DOS INSTRUMENTOS DE ACÇÃO

Nível	Tipo	Características	Observações
Ideológico	1. Jornal: O Africano	Porta-voz, "Número de Propaganda a favor da Instrução"	OA, 25.12.1908, 1ª.p., 1ª.col., "Para esse fim, se publica este número único".
	O Africano,	"Mais um jornal propriedade do Grémio Afric."	OA, 01.03.1909, 1ª.p., 2ª.col., "seremos tolerantes, no que puder ser, mas muito duros na apreciação das várias patifarias de que os pobres filhos do Ultramar são vítimas e, sobretudo pugnamos pela instrução."
	O Brado Africano	"Em prol dos interesses dos naturais das Colónias Port."	OBA, 24.12.1918 1ª.p., "que o Brado Africano penetre por todas as frinchas das portas dos poderosos a gritar pela Santa causa da Justiça; que nas mansardas dos pobres e palhotas desmanteladas dos contribuintes do Estado dê notícias suas..."

Nível	Tipo	Característica	Observações
Beneficência	2. Escola Antônio Enes	Masculina "no edifício ocupado por esta agremiação"	OA, 01.03.1909, 1ª.p., 1-4ª.col, "Foi aberta na 4ª f., 24.02, a 1ª escola do Grémio Afric."
	3. Escola Indígena "João Albasini"	Feminina Frequência de 70 alunos	OBA, 30.12.1922, 1ª.p., 1-7ª.col. OBA, 08.09.1923, 1ª.p., 3ª.col.
Recreio	4. Sede "Na Av. Diogo Cão de frente do Quartel da Polícia, no Alto Mahé".	Convívio social Bailes (19)	OA, 16.08.1909, 1ª.p., 4ª.col, OBA, 19.05.1922, 1ª.p., 3ª.col.,
		Conferências da "Acção Africana"	OBJ, 03.07.1926, 1ª.p., 3ª.col,
	n.º.27, C.F.62	Sessões Literárias do Centro Cultural dos Novos (1ª.)	OBA, 07.03.1936, 2ª.p., 5ª.col.
	5. Grupo Desportivo "João Albasini"	Comissão de Desporto	OBA, 29.12.1923, 1ª.p., 2ª.col., Clamor Africano, 28.11. 1933, 2ª.p., 5ª.col.

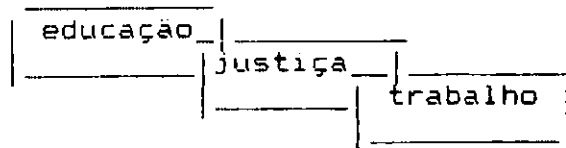
Analisemos então, em que pontos foi o regime colonial pressionado e, com que graus de eficácia.

5.3. áreas de intervenção

Na comemoração festiva do segundo aniversário da aprovação dos seus estatutos, (12) o Grémio Africano apresenta os resultados atingidos, focando as zonas privilegiadas de acção, até 1922 :

"Conseguiu que fosse revogada a lei dos assimilados; ... que o ilustre Ministro das Colónias, Ferreira da Rocha, por intermédio da Liga Africana, decretasse a Lei 7.151. (13) Que fosse criada a escola agrícola do Umbeluzi (14). Que fosse criada a escola indígena deste Grémio, finalmente que os nossos direitos como cidadãos livres não fossem postos de parte ".

Se quisermos representar simbolicamente estas áreas, teremos :



três zonas de pressão, que interpenetradas, constituem justamente, o que o Grémio entende por defesa da "Causa Africana".

Isto significa na linguagem do Brado : (15)

"... pugnar pela causa dos nativos, pela civilização dos indígenas, pelo direito dos fracos e dos oprimidos", daí o apelo, "este brado a todos os africanos, levantem-se e caminhem.

Levantem-se da apatia em que se conservam, da atitude desconfiada perante os povos civilizados, da ignorância, das trevas.

Caminhem para o trabalho, para a instrução, para a luz, para a maioria política, para a posse dos seus destinos ..."

12.OBA, 30.12.1922, (ver discurso de Francisco de Haan).

13.Ref. à lei que anulou a portaria dos assimilados.

14.Ver processo 1914-1922, (AHRPM, SNI, sec.D, cx.1329), não se encontrou documentação comprovativa.

15.OBA, 24.12.1927.

... Surge et ambula

*Dormes! e o mundo marcha, ó pátria do mistério.
Dormes! e o mundo rola, o mundo vai seguindo...
O Progresso caminha ao alto de um hemisfério
E tu dormes no outro o sono teu infundo...*

//

*A selva faz de ti sinistro ornatório
Onde sózinha, à noite, a terra anda rugindo...
Lança-te o Tempo ao rosto estranho vituperio
E tu, ao Tempo alheia, ó África, dormindo...*

//

*Desperta. Já no arto ad-jam negros cervos
Ansiosos de cair e de beber aos sorvos
Teu sangue ainda quente em carne de sonâmbulo.*

//

*Desperta. O teu dormir já foi mais que terreno.
Ouve a voz do Progresso, este outro nazareno,
Que a mão te estenda e diz-te: — África, surge et ambula!*



RUI DE NORONHA

CAPÍTULO VI - CONCLUSÕES

Apesar da investigação inacabada, pois pretendemos continuá-la na senda dos partidos políticos e grupos de pressão de Moçambique, é possível sistematizar algumas ideias e apresentar novas pistas para trabalhos futuros, na área por nós privilegiada, da história política e social.

Em primeiro lugar, constatámos a existência de uma actividade organizada, levada a cabo por uma elite intelectual, que se manifesta num jornalismo de opinião, que reage ao regime colonial.

Estudámos o percurso de trinta anos (1908 - 1938), do Grémio Africano de Lourenço Marques, analisando as vicissitudes por que passou o "Grupo de homens de côr", que queria inicialmente fundar uma escola, em defesa da língua portuguesa, no seio da maioria da população, os "indígenas".

Em breve, ao projecto da escola, outros se seguiram, sendo o mais relevante a manutenção de um órgão de imprensa semanal - "O Africano" e "O Brado Africano", porta-voz dos ideais difundidos pelos republicanos, de "justiça, igualdade e fraternidade" e, ecoando as aspirações do pan-africanismo, de elevação da "Raça Negra".

A síntese conseguida, no embrião de um novo ideário - o nativismo, norteia a actuação crítica, acutilante, de denúncia dos desmandos a que são submetidos os "naturais do ultramar", veiculando assim uma determinada imagem-opinião da colonização portuguesa.

A denúncia de casos de injustiça, parece ser uma das vertentes mais sólidas da actuação do Grémio, e a que permite visualizar a sua estratégia, como um grupo de pressão. O debate mais caloroso, centrou-se na questão dos assimilados. Nos casos mais gravosos, em que a pena do desterro foi aplicada, não deixou o Grémio de fazer ouvir a sua voz.

Redacção e administração:
RUA CORREIOZES, 100 - LISBOA

O Brado Africano

EM PRÓ DOS INTERESSES DAS NAÇÕES NATURAIS DA GUINÉA PORTUGUEZA

O JORNAL DE MAIOR TIRAGEM NA PROVINCIA DE GUINÉA PORTUGUEZA

Propriedade de Augusto de Jesus
O BRADO AFRICANO

Proprietario: Augusto de Jesus
Director: João Alvim

Director: João Alvim

Editor: Eugénio de Sá e Almeida

PUBLICAÇÃO SEMANAL

Assinaturas e publicações:
Assinatura mensal: 100 réis

Africanos, organizai-vos!

Pelo direito e pela justiça

O nosso colega "O Combate", sempre pronto a defender a causa dos oprimidos, transcreve no seu numero 24-18-1930 um interessante artigo...

Na zona, na massa brava de queiro de Outubro e pouco partilhado das lutas e das esperanças...

Na hora benévola de transição, mas só com a preparação adequada...

Principalmente para nós, africanos, a malícia africana não está de pé...

Quando se trata de africanos, não se trata de africanos, mas de africanos...

Quando se trata de africanos, não se trata de africanos, mas de africanos...

Quando se trata de africanos, não se trata de africanos, mas de africanos...

Quando se trata de africanos, não se trata de africanos, mas de africanos...

Quando se trata de africanos, não se trata de africanos, mas de africanos...

Quando se trata de africanos, não se trata de africanos, mas de africanos...

Quando se trata de africanos, não se trata de africanos, mas de africanos...

Quando se trata de africanos, não se trata de africanos, mas de africanos...

Cartas de Lisboa

Aspectos da cidade

Para os estudantes de economia social, Lisboa sempre foi uma cidade de interesse...

Imagina-se que se fosse possível, a cidade de Lisboa seria uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Horario das repartições

O Governo não tem ainda a honradez precisa para alterar os horarios das repartições...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

O P. S. Português e os Indígenas d'África

O "Combate", através do seu órgão, apresenta pelo nome do Sr. Heitor Monteiro de Castro...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

Com o tempo, Lisboa vai tornando-se uma cidade de estudantes...

LIYROS NOYOS

LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS

LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS

LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS

LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS

LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS

LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS

LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS

LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS

LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS

LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS

LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS

LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS

Justiça antiga

Justiça antiga
Justiça antiga
Justiça antiga

Justiça antiga
Justiça antiga
Justiça antiga

Justiça antiga
Justiça antiga
Justiça antiga

Justiça antiga
Justiça antiga
Justiça antiga

Justiça antiga
Justiça antiga
Justiça antiga

Justiça antiga
Justiça antiga
Justiça antiga

Justiça antiga
Justiça antiga
Justiça antiga

Justiça antiga
Justiça antiga
Justiça antiga

Justiça antiga
Justiça antiga
Justiça antiga

Justiça antiga
Justiça antiga
Justiça antiga

Justiça antiga
Justiça antiga
Justiça antiga

Justiça antiga
Justiça antiga
Justiça antiga

CONKLIN'S
A marca registrada
LANTOS NUYOS, Lda

LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS

LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS
LIYROS NOYOS

Como componentes do nativismo romântico, construído pelos seus membros, encontramos a defesa dos direitos dos "indígenas", tais como a educação, o trabalho, a saúde e a habitação; a defesa da liberdade de expressão e a crítica à administração colonial, com especial incidência à cantina, ao vinho colonial, às leis de excepção humilhantes, o alvará de assimilado, a chapa e o passe, aos impostos sugadores, sobretudo o da palhota, ao trabalho forçado, à actuação do aparelho de Estado, em especial a Secretaria dos Negócios Indígenas, pela "justiça" que pratica, à distribuição da terra e à forma como funciona o crédito agrícola.

Felas posições que assume, vivendo e defendendo os problemas da maioria da população na colónia de Moçambique, a sua luta tenaz pelo fim do trabalho forçado, da discriminação racial, da expropriação das terras, pela educação e, sobretudo, pela educação da mulher "indígena", podemos considerá-lo um grupo de pressão, na sociedade colonial.

Como tal, reivindica fundamentalmente :

- . o papel dos filhos da terra, como cidadãos, com a vantagem de serem intermediários, entre a administração colonial e os "indígenas" ; entre dois mundos, como dizia o poeta Craveirinha.
- . a posse da terra, através de incentivos financeiros aos pequenos agricultores, defendendo o seu poder económico. Recordemo-nos que um núcleo importante no Grémio, para além do cargo no funcionalismo público, possuía terrenos ;
- . o acesso a lugares "compatíveis", na administração - no funcionalismo e no exército, tal como os portugueses da Metrópole ;
- . o acesso ao conselho legislativo, já que se consideram conhecedores da situação do "indígena", e se identificam com as preocupações da maioria da população.

Como assinalámos na análise do seu programa, a atitude colectiva perante o poder, parece caracterizar-se pelo tom reivindicativo, a denúncia, a crítica e o protesto, assinalando o conflito.

Parece-nos que tais reivindicações, tiveram algum êxito, pelo facto de o Grémio ter ocupado um lugar de relevo no convívio social da época, unindo a intelectualidade africana e mercê de uma política sábia de alianças com as principais forças, a que não esteve alheia a Maçonaria.

Senão vejamos, a criação do jornal, "O Africano", com o seu apoio financeiro determinante e o próprio convívio multiracial no Grémio, seguindo as regras maçónicas, pois "sendo universais os fins da Maçonaria, os maçons de todos os países formam uma só família, dando-se entre si o tratamento de irmãos, sendo iguais perante a lei, sem nenhuma distinção de raça, nacionalidade, classe, sexo ou idade."

Todavia, parece-nos errado querer explicar a força do Grémio, apenas pelo peso dos membros ou simpatizantes da Maçonaria. Seria importante aprofundar o relacionamento com associações congêneres, existentes nas outras colónias portuguesas - como por exemplo, o Grémio de S. Tomé, a Liga Angolana, a Liga Guineense - ou mesmo na metrópole - a Liga Africana e o Partido Nacional Africano.

Neste sentido, se abriria uma pista de investigação, aprofundando os caminhos do pan-africanismo - África, América e Europa - e, a sua difusão no império colonial português.

Por outro lado, há que considerar a interacção, no ambiente urbano, com outras associações de carácter político, recreativo e de beneficência, que se manifestou através de acções conjuntas de luta, ainda que raras, deixando vislumbrar um trilho de concertação social, tentativas de despertar os trabalhadores africanos para a força da unidade sindical.

Mas, se a actividade militante do operariado branco seguiu as pisadas metropolitanas, esquecendo a realidade colonial e, não se revelou significativa para a resistência africana, esta ganhou com as experiências e contactos dos camponeses-mineiros moçambicanos na África do Sul.

A primeira leitura, pode parecer contraditório e forçado, que queiramos encontrar vestígios de nacionalismo, num discurso jornalístico, onde o sujeito colectivo da acção, se auto-define como "negro", africano português", defensor da língua portuguesa, crítico dos "dialectos cafres" !

Importa, contudo desmontar tal discurso e, procurar apercebermo-nos da subtilidade das afirmações, socorrendo-nos do estudo da mentalidade de quem as produziu. Estudámos a fundo, dois dos seus mais ilustres cridores de opinião pública - João Albasini, representativo do Grémio na década de 10-20 e, Rui de Noronha, na década seguinte, bem como os magníficos editoriais do jornal, "O Brado Africano".

Da análise de texto, constata-se a permanência de dois elementos básicos do proto-nacionalismo - o negro, (a ele associada a imagem da raça, com toda a sua força, beleza, tradição) e o africano português, (associado à ideia de civilização e de cidadão, sob soberania portuguesa). A atomização destes dois elementos numa reacção ao regime, dará a categoria conhecida na época por nativismo.

Por detrás do discurso de um nativismo romântico, há indícios de uma revolta não despoletada, de uma oposição moderada, que pretende mais corrigir do que anular o regime colonial, mais preocupada em preservar as migalhas do poder, do que a destruí-lo.

Compreendendo a natureza e a razão de ser das pressões exercidas, bem como os interesses dos seus agentes - os filhos da terra, que em "assimilados" se irao transformar, (mercê de uma acção lenta e subtil, de divisão e absorção, no tempo do Estado Novo), parece-nos que, fica assim desmistificada a tão propagada defesa da "Causa Africana".

Muito havia a dizer sobre o Grémio Africano, sobretudo quando refletimos na sua intervenção, na vida social e politica de Lourenço Marques, e descobrimos o impacto que perdura até aos nossos dias - de mito ? ou de realidade ?

VII - A N E X O S

. LISTA DE SÓCIOS

. AMOSTRA TEMÁTICA

. MOVIMENTO DAS CASAS

ANUNCIADAS

ANEXO 1.

Lista de Sócios

Nº.DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SJCIO DATA
1.	Aaron Mpfuau	Operário	1916	-----	----	1908
2.	Abdul Aziza Nemane Tajú	-----	----	-----	----	1921
3.	Abdul Gafur	-----	----	-----	----	1923
4.	Abdul Mutwalby/ Abdul Mutualibo Abutcahama (1)	-----	----	Supl.da Direcção	1926 1928	1923
5.	Adaa Tshawuke	-----	----	-----	----	1908
6.	Adão Dias	-----	----	-----	----	1923
7.	Adelaide Mª.Amaral	-----	----	-----	----	1921
8.	Adelaide de Sousa	-----	----	-----	----	1921
9.	Aires dos Passos	-----	----	-----	----	1921
10.	Albano de Mendonça	Amanuense 2º.oficial Empregado Municipal Colono	1915 1916 1917 1919 1920 1921 1925 1925	-----	----	1921
11.	Alberto da Conceição	-----	----	-----	----	1908
12.	Alberto Ferreira	Administrador do DBA Proprietário 2º.Aspirante na Curadoria dos Indiq.Ports. na União Sul- -Africana.	1922 a 1924 1925 1930	Tesoureiro Vogal Supl. Direcção Membro do CF 1º.Secret.Direcção Tesoureiro	1922 1923 1926 1929 1932 1933	1920
13.	Alberto Gouveia	Ferreiro	1921 1925	-----	----	1923
14.	Aleixo Samuel	Empregado Comercial	1925	-----	----	1908
15.	Alexandre H.de Ataíde	-----	----	Delegado, suplente na Beira, p/a elei- ção a deputado	1921	1921

1. DBA, 14.07.1923; 09.01.1926 e 28.=1.1928 (nome citado nos corpos gerentes. parece tratar-se da mesma pessoa).

Nº.DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SFCIO DATA
16.	Alfredo Amadane	-----	----	Membro do CF	1933	1921
17.	Alfredo Guimarães Alfredo d'Oliveira Guimarães (2)	Oficial de Diligên- cias no Trib.Crimi- nal de L. Marques	1915 1916	Vogal Membro de uma Comis- são organizadora de um "tea-meeting"	1916 1921	1908
18.	Alice Carvalho Alice Vitória (carvalho) (3)	-----	----	Membro de uma Comis- organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
19.	Alice Correia	-----	----	Membro de uma Comis- organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
20.	Alvaro Coelho dos Santos	-----	----	-----	----	1923
21.	Alva(ro) S.Madumbeni	-----	----	-----	----	1908
22.	Aly Hagy Tajú	-----	----	-----	----	1921
23.	Amad Micidade	Empregado Municipal	1919 a 1923	-----	-----	1923
24.	Amâncio Noronha	Func.Públ.nos C.F.L.M.		1º.Secret.AG.	1933	1932
25.	Amarchand Dhamaracy	-----	----	-----	----	1923
26.	Amos Robert Mfumao	-----	----	-----	----	1908
27.	Ana Chichouro	-----	----	-----	----	1921
28.	Anibal Mota	-----	----	-----	----	1921
29.	Anselmo Rodrigues	Serralheiro Torneiro	1906 1915 a 1920	-----	----	1908

2. OA, 25.12.1908, (259. nome da "Lista de Sócios"); subscreve uma proclamação que anuncia a União Africana ou a União dos Trabalhadores Africanos, (1911); ver a ocupação laboral citada no Caderno de Recenseamento Eleitoral de L.M. para o ano de 1915;

OBA, 26.02.1921. Parece tratar-se da mesma pessoa.

3. OBA, 26.02.1921; 09.04.1921 e 25.06.1921. Parece tratar-se da mesma pessoa.

Nº. DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SÍCIO DATA
30.	Antônio d'Abreu Shikundhile Antonio Abreu (4)	-----	----	-----	----	1908
31.	Antônio d'Almeida Coeilho	Ajudante do Secr. da Relação Empregado Público	1915 a 1920 1921	-----	----	1921
32.	Antonio do Amaral	-----	----	-----	----	1922
33.	Antônio Augusto de Barros Leite	Funcionário Municipal	1911 a 1921	-----	----	1922
34.	Antonio Caetano Gomes	Factor Empregado Público	1906 a 1920 1921 1925	Vogal Sup.Dir. Administrador Secretário do OBA membro do CF	1923 1924 1926	1921
35.	Antonio Dique	-----	----	-----	----	1923
36.	Antonio Faria	Maquinista	1921	-----	----	1921
37.	Antonio José Mazana	-----	----	-----	----	1908
38.	Antonio José Pereira	Condutor	1917	Membro Supl. Direcção	1933	1932
39.	Antonio Marçal	Faroleiro Jornalista colabo- rador do OBA	1906 1925	-----	----	1908
40.	Antonio Maria da Silveira	Empregado Público 19. Aspirante nos Correios	1925 1931	Sec. Direcção Presidente AB	1929 1930	1928

4. OA, 25.12.1908, 1419. nome da "Lista de Sócios"); serão a mesma pessoa? Sobre este ultimo, sabe-se que é natural e residente em L.M., obtem o Alvará de isenção, como associacao a 18 de Dez. de 1917, (AHRPM, SNI, sec.M., c. 1631).

Nº.DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÉMIO	DATA	SJCIO DATA
41.	António Mota Marques	Amanuense Adjto.Fiscaliz. da Emigração Empregado Público Inspector, 19.of. da Curadoria dos Ind. na U.S.A.	1912 1919 1921 1925 1931	-----	----	1919
42.	António Nhelebyana Mahlazana Tembe	-----	----	-----	----	1908
43.	António Nobre de Melo	Advogado Colaborador no OBA	1915 1922 1919	-----	----	1919
44.	António Paulino Albasini	Empregado Comercial Amanuense interino/SMI Empregado Comercial	1906 1915 1916 1915 1925	Vogal Suplente Direcção	1916 1922	1908
45.	António Paulo Machado	Tipógrafo	1915 1925	-----	----	1908
46.	António Pereira da Cunha	Oficial de Dilig. no sector da Justiça	1911 a 1920	Delegado em Inambane para a eleição a deputado	1921	1921
47.	António Rui de Noronha	Empregado público nos C.F.L.M. Secret.da Red. do OBA	1930 1932 a 1935	2º.Secretário Dir. Supl. Direcção	1932 1933	1932
48.	António da Silva Carvalho	Empregado Comercial	1906 a 1925	-----	----	1908
49.	António da Silva Marques	Negociante Proprietário, Sócio da firma Silva de Brito no Inhaca	1906 1915	pres. AG	1922	1908

Nº.DE ORDEM	NOME	Ocupação LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SfCIO DATA
50.	António de Vasconcelos Júnior	Presid. da Liga Nac. de Defesa dos Animais Director da revista "A Africana"	1926 1938	Colaborador da "Acção Africana"	1926	1926
51.	António Xavier	Factor Chefe de Estação Fiel do 2º. Empregado Público	1906 1919 1915 a 1920 1921 1925	Vogal supl. Direcção	1922 1933	1908
52.	António Xavier Vaz	Empregado Comercial Agricultor	1911 1919 1921	-----	----	1922
53.	Armando Correia	Emp.Comércio	1925	2º.Secret.Direcção Vogal Supl.Direcção Tesoureiro	1922 1923 1926	1921
54.	Armando Passos	Funcio.Público (Escrevente)	1919 a 1925	-----	----	1922
55.	Armando Sousa Vaz	-----	----	-----	----	1921
56.	Armando Torre do Vale	Despachante Chefe do Compound da WNCA (Chai-Chai) "Engajados de Indigenas" da WNCA	1906 1921 1923	-----	----	1921
57.	Arnaldo Aguiar	-----	----	-----	----	1921
58.	Arnaldo Carneiro d'Alcaçova de Sousa Coutinho Chichorro	Empregado Correios Fogueiro	1919 1920 1921 1925	-----	----	1919
59.	Artur M. Santos	-----	----	-----	----	1908
60.	Artur Potevia	-----	----	-----	----	1923

Nº.DE ORDEM	NOME	Ocupação LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SfCIO DATA
61.	Artur de Sousa Gomes	-----	----	-----	----	1923
62.	Asaph Ntimula	-----	----	-----	----	1908
63.	Augusto Fidelix Xavier	Operário	1925	-----	----	1908
64.	Augusto Frederico	-----	----	Vogal Supl. CF 2º.Secrt.AG	1926 1929 1930	1926
65.	Augusto Honguana	-----	----	Vogal Supl. CF	1933	1932
66.	Augusto ntumbana	-----	----	-----	----	1908
67.	Bandeira de Castro	Membro do corpo redactorial e administ. do OBA	1935	-----	----	1935
68.	Beatriz Leite Reis	-----	----	-----	----	1921
69.	Beatriz Possolo	-----	----	Membro de uma comis- são organizadora de "tea-meeting"	1921	1921
70.	Benjamin da Costa	Caldeireiro	1925	-----	----	1923
71.	Bento Mesquita	Serralheiro	1925	1º.Secrt. AG Membro CF	1929 1930 1933	1923
72.	Bernardo Pedro Francisco	-----	----	-----	----	1921
73.	B. Lihlazana	-----	----	-----	----	1908
74.	B.S.Tembe	-----	----	-----	----	1908
75.	Caetano Alexandre Guerreiro	-----	----	-----	----	1908
76.	Caetano de Betten- court de Câmara	Amanuense da Fisc. da Emigração na Zambézia 2º. Of. do Quadro Adm., Secr. da Cir- cunscrição de Zavala	1913	-----	----	1921

NO. DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÉMIO	DATA	SfCIO DATA
77.	Caetano da Cunha	-----	----	-----	----	1921
78.	Caetano Gomes	-----	----	Membro de uma comissão organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
79.	Caetano da Silva	Serralheiro	1925	-----	----	1921
80.	Cândida da Conceição Gomes	-----	----	-----	----	1921
81.	Carlos Albasini	Amanuense da Inten- dência de Emigração Editor do OBA	1916 1926	Membro de uma comissão organizadora de um "tea-meeting" Vice-Pres.Direcção	1921 1926	1920
82.	Carlos Humberto da Graça	Amanuense nos C.F.L.M.1921	1906	-----	----	1921
83.	Carlos Shirley d'Oliveira	Oficial das Alfân- degas (reformado)		-----	----	1920
84.	Carlota Fernandes	-----	----	Membro de uma Comissão organizadora de um "tea-meeting", preside à sessão comemorativa do 39.aniv. da aprovação dos Estatutos do Grémio.	1921 1923	1920
85.	Carlota Simões	-----	----	-----	----	1923
86.	Casimiro Francisco Soares	Tipógrafo	----	-----	----	1908
87.	Cecilia d'Oliveira	-----	----	Membro de uma comissão organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
88.	Cecilia da Silveira	-----	----	-----	----	1921

Nº.DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SfCIO DATA
89.	César A.do R. Napoleão	Secret. da Administ. do conc.de Quelimane	1923	Delegado do GA, para a eleição a deputado	1921	1921
90.	César Leitão de Brito	Negociante Proprietário	1906 1921	-----	----	1921
91.	Christoas Luciano	-----	----	-----	----	1908
92.	Claudina Gomes	-----	----	-----	----	1923
93.	Cosntantino da Con- ceição	-----	----	-----	----	1908
94.	Constantino Dulbá	-----	----	Delegado do GA, no Ibo, p/a eleição a deputado	1921	1921
95.	Constantino de Sá	-----	----	Delegado do GA, em Porto Amélia, p/a eleição a deputado	1921	1921
96.	Cutolino Campos	-----	----	-----	----	1921
97.	Cypriano Paes	-----	----	-----	----	1921
98.	Dack Nyokwana	-----	----	-----	----	1908
99.	David Ngomana	-----	----	-----	----	1908
100.	David Rafael de Sousa	Proprietário	1918	-----	----	1921
101.	Davis S. Cabel	-----	----	-----	----	1908
102.	Deval B.Shirinda	-----	----	-----	----	1908
103.	Dumbuza Mablangana	-----	----	-----	----	1908
104.	Edmund Simpson	-----	----	-----	----	1908
105.	Edmundo Benedito da Cruz	Jornalista	1932	Membro do CF	1929	1928

NO. DE ORDEN	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SfCIO DATA
106.	Eduardo Bandeira de Lima Júnior/ Bandeira de Lima (5)	Tenente Administrador da circunsc. de Nam- pula	1906 1921	-----	----	1921
107.	Eduardo Carvalho	-----	-----	-----	----	1923
108.	Eduardo dos Santos Eduardo José dos Santos (6)	Escrivão	1915 1917	-----	----	1921
109.	Elias Miwana	-----	----	-----	----	1908
110.	Elisa Ferreira	-----	----	-----	----	1921
111.	Elisa do Rosario Fernandes Ferreira	-----	----	-----	----	1921
112.	Elisa Vasquesrio	-----	----	-----	----	1921
113.	Elvino Costa/ Antônio <u>Alvino</u> dos <u>Remédios Gomes</u> da <u>Costa</u> (7)	Empregado Público Colaborador do OBA	1925 1920	-----	----	1919
114.	Ema de Melo	-----	----	-----	----	1921

5. Cadernos de Recenseamento Eleitoral, LM, 1906 (ref. como sendo natural de Cabo Verde); OBA, 01.10.1921. Parece tratar-se da mesma pessoa.

6. Caderno de Recenseamento Eleitoral, LM, 1915 e 1917; vogal da Sociedade de Instrução e Benefic. 19. de Janeiro, 1918; OBA, 09.04.1921. Parece tratar-se da mesma pessoa.

7. OBA; 16.08.1919; 28.02.1920; Cad.Recens.Eleito.LM, 1925. Parece tratar-se da mesma pessoa.

Nº.DE ORDEM	NOME	Ocupação LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SfC10 DATA
115.	Ernesto d'Almeida Ernesto Tavares d'Almeida (8)	19.Tenente	1906	-----	----	1908
116.	Ernesto Chambala	-----	----	-----	----	1908
117.	Ernesto da Cruz Ringle	-----	----	-----	----	1921
118.	Ernesto Laranjeira	Servente na SNI	1909	-----	----	1908
119.	Ernesto Mascarenhas	Encadernador	1915 1920	-----	----	1923
120.	Estácio Bernardo Dias	Recebedor da Fazenda e pagador dos C.F. Gaza Empregado Público a 1925 Jornalista do OBA Director do OBA	1916 a 1920 1920 a 1925 1935	Pres.Comis.Prov. Delegado supl., LM p/a eleição a deputado Pres.Dir. Pres. A.G.	1920 1921 1923 1932	1920
121.	Estevão Cursino Dias	-----	----	-----	----	1908
122.	Estevão Duarte/ Nho(c)uana Estevão Duarte Nicuana (9)	Amanuense Empregado consular	1917 1925	Vogal Supl. CF	1923	1922
123.	Eugénio da Silva Jr.	Tipógrafo Compositor de 3ª. cl., assal. na Imprensa Nacional Editor do OBA	1915 a 1925 1929 1930 1935	Membro de uma comis- são organizadora de um "tea-meeting" Vogal Sup.Dir. CF Vogal Supl.Dir.	1921 1922 1923 a 1929 1933	1920

8. OA, 25.12.1908, (189. nome da "Lista de Sócios"); caderno de Recenseamento Eleitoral de LM, 1906. Parece tratar-se da mesma pessoa.

9. Natural e resid. em LM, amanuense, é-lhe concedido o Alvará de isenção, como assimilado a 11.06.1917, (A.H.R.P.M., SNI, sec. M., c 631); OBA, 23.12.1922; Caderno de Recenseamento Eleitoral, LM, 1925). Parece tratar-se da mesma pessoa.

Nº.DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SFCIO DATA
124.	Eurico Swart	-----	----	-----	----	1921
125.	Fátima Melo	-----	----	-----	----	1923
126.	Faustino dos Santos	-----	----	-----	----	1921
127.	Felicidade Fornasini	-----	----	-----	----	1923
128.	Ferdinand Bruheia	Editor OBA Proprietário	1918 1924	-----	----	1918
129.	Filipe Cabral/ Filipe Rodrigues Cabral (10)	Comerciante	1911	-----	----	1920
130.	Filipe dos Santos	-----	----	-----	----	1908
131.	Filipe M. Teóbe	-----	----	-----	----	1908
132.	Flora	-----	----	-----	----	1923
133.	Fortunato Castelo Branco	-----	----	-----	----	1923
134.	Francisco Mourão/ Fortunato Francisco Joaquim Mourão (11)	Aspirante Empregado correios Empregado Público	1915 1917 1920 1921 1925	19.Sec.A6	1932	1931
135.	Francisco Alexandre Guerreiro	Proprietário	1906	-----	----	1908

10. OBA, 10.01.1920 (referido como proprietário em Novungueni (Gaza); Cad. Recens.El. do Chai-Chai; 1911-1925 (referido como natural de Cabo Verde, Comerciante). Parece tratar-se da mesma pessoa.

11. Caderno de recenseamento eleitoral, LM, 1915-1925 (ref. Fortunato Francisco Joaquim Mourão); cf. anuário de LM, 1931, p. 347 (ref. Francisco Mourão). parece tratar-se da mesma pessoa.

Nº. DE ORDEN	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SfCIO DATA
136.	Francisco Campos/ Francisco Domingos Campos (12)	Tipógraforio	1906 a 1921	-----	----	1908
137.	Francisco Cesário Bispo	Compositor	1906	-----	----	1908
138.	Francisco Correia/ Francisco da Con- ceição Correia (13)	Caixeiro Tipógrafo Compositor assa- lariado na Im- prensa Nacional	1906 1919 1925 1930	-----	----	1921
139.	Francisco Dias Morgado	Jornalista OBA	1932	2º.Secret.	1933	1932
140.	Francisco Eduardo dos Santos	Oficial de Dilig. no juizo criminal	1907 a 1925	Vogal supl.CF	1923	1919
141.	Francisco de Haan	Func.Público CF Gaza CF LM Jornalista Membro do centr.redat. e administ. do OBA	1915 1921 1921 1925 1935	Secr.Comis.Provis. Secr.Direcção	1920 1922 1923 1929 1930 1932	1920

12. OA, 25.12.1908 (189 nome da "Lista de Sócios"); natural e residente em LM, compositor de 2ª classe da Imprensa Nacional é-lhe concedido o Alvará de isenção, como assimilado, a 11.09.1917, (AHRPM, SMI, sec.M. c 1651); cad. recenseamento eleitoral, LM. 1906-1921. (ref. Francisco Domingos Campos, natural de Moçambique, residente em L.M.). Parece tratar-se da mesma pessoa; faz parte de uma comissão encarregada de elaborar os estatutos da União Africana ou União dos Trabalhadores Africanos, em 1911.

13. Cade. Recenseamento Eleitoral L.M., 1906 (ref. como caixeiro); 1925 (ref. como tipógrafo; cf. Anuário de L.M., 1931. p.318 (ref. tb. como tipógrafo, compositor, assalariado na imprensa nacional; natural de L.M., residente em Banhine Chongoene (Gaza), tipógrafo, é-lhe concedido o Alvará de isenção, como assimilado, a 17.04.1919 (ref. Francisco da Conceição Correia). parece tratar-se da mesma pessoa.

Nº.DE ORDEM	NOME	Ocupação Laboral	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	Sfício DATA
142.	Francisco Maria da Silva Silveira	Tipógrafo Compositor na Im- presa Nacional	1915 1920 1921 1925	-----	----	1908
143.	Francisco Mendonça/ Francisco Inácio de Mendonça (14)	Proprietário	1906	-----	----	1908
144.	Francisco Paes	Distribuidor	1906	-----	----	1908
145.	Francisco Paes Fallar	-----	----	-----	----	1908
146.	Francisco Pedro Nadjaneu de Beafica	Tipógrafo	1915 a 1925	Tesoureiro Vogal Com.Prov.CF Vogal. Direcção Supl.Dir. C.F. Vogal da Direcção	1916 1920 1922 1923 1926 1928 1929 1931	1908
147.	Francisco Pinto de Moraes Calado	-----	----	-----	----	1921
148.	Francisco Roque de Aguiar (Nwadambo)	Capitão Tenente-Coronel	1906 1915 a 1925	Sócio fundador	1908	1908
149.	Francisco Xavier d'Oliveira Pegado/ Francisco Xavier/ d'Oliveira (15)	Empregado Publi 19.Aspirante Empreg.das Alf. Continuo da Insp. Sup.Fazenda	1906 1915-17 1919-25 1917 1930	Membro de uma comis- são orga. de um "tea-meeting"	1921	1921

14. OA, 25.12.1908, (169 nome da "Lista de Socios"); cad. recenseamento eleitoral, L.M., 1906, (ref., Francisco Inácio de Mendonça, como proprietário). Parece tratar-se da mesma pessoa.

15. Caderno Recenseamento Eleitoral, L.M., 1906-1925, (natural de Goa); OBA, 17.01.1920; 26.02.1921; 09.04.1921; 25.06.1921; 14.07.1923. Parece ser este o membro do Grémio Africano. Francisco Xavier de oliveira, natural e residente em L.M. continuo da inspecção Superior da Fazenda, e-lhe concedido o Alvará de isenção, como assimilado a 24.08.1917 (AHRPM, SNI, sec. M. c. 1639). Pela informação relativa ao lugar de nascimento, parece não ser a mesma pessoa.

NO. DE ORDEN	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SÍCIO DATA
150.	Francisco Eduardo dos Santos	-----	----	29.Secret.A6-	1933	1923
151.	Gabriel Fonseca Rego da Silva	Caixeiro Proprietário	1906 1915 1920	-----	----	1908
152.	Gabriel Maria de Melo e Sousa	Distribuidor Pintor Emp. Público	1906 1915-21 1921-25	-----	----	1919
153.	Gabriel Pedro dos Santos Alpoim	Intérprete 29.Aspirante da Intendência de Emigração na Dir.Serv.Neg. Indig. (SNI)	1909-25 1929	-----	----	1908
154.	Gabriel da veiga Malta	-----	----	Colaborador da "Acção Africana"	1926	1926
155.	Gastão Estanislau	-----	----	Presidente da Comissão de desporto 29.Sec.A6. Pres. da A6. Colaborador da "Acção Africana"	1923 1926 1929 1926	1923
156.	Georgina Antunes	-----	----	Membro de uma comissão organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
157.	Gerard Pott	-----	----	Vogal CF	1933	1932
158.	Eil Vicente	-----	----	-----	----	1908
159.	Gimo Bay (chiamungano)	Proprietário	1906 a 1920	-----	----	1908

Nº.DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SFCIO DATA
160.	Gregório de Melo	Empregado Comercial	1915 a 1921	-----	----	1921
161.	Guilherme Victor Just.Benheim	Proprietário Despachante da Delangoa Bay Agency	1915-21 1917 1922	Vogal da Com.Prov. Delegado em LM p/ a eleição a deputado	1920	1908
162.	Guilhermina	-----	----	Membro de uma comis- são organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
163.	Guilame Cassano	Proprietário	1915 1919	-----	----	1908
164.	G.H.Morgan	-----	----	-----	----	1908
165.	Halizo P.Mahangwana	-----	----	-----	----	1908
166.	Hamilton de Araújo Vasques	Tipógrafo Chefe de Oficinas	1915 1921 1925	-----	----	1921
167.	Helena da Conceição	-----	----	Membro de uma comis- são organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
168.	Heliodoro Jaime Batista	Guarda	1906	-----	----	1908
169.	Henrique de Jesus Júnior/Henrique de Jesus Mascaren- has (16)	Oficial de Dilig. Emp. Comercial	1906 1917	-----	----	1908
170.	Henrique José da Conceição	-----	----	-----	----	1908

16. OA, 25.12.1908, (759 nome da "lista de Sócios"); cadernos de Recenseamento Eleitoral, LM, 1906 e 1917, (ref. henrique de Jesus Mascarenhas). Será a mesma pessoa ?

Nº.DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SÍCIO DATA
171.	Henry Parizot	-----	----	-----	----	1921
172.	Hermengardo Torre do Vale Bruheim	-----	----	-----	----	1919
173.	Hipólito Raposo	-----	----	Delegado do GA, supl. em Tete, p/a eleição a deputado	1921	1919
174.	Ibrahim Dande Cassano	Negociante	1906	Vogal Dir.o GA, supl. Vogal Supl.	1922 1923	1919
175.	Inácio Guimarães de Magaia	-----	----	Vogal supl. CF	1928	1928
176.	Inácio Montia/ Inácio Monteiro (17)	Empregado Comercial	1915 1920	-----	----	1923
177.	Isabel (Shimunga)	-----	----	Membro de uma comis- são organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
178.	Isaiah M. Tebe	-----	----	-----	----	1908
179.	Isaian T. Mpfuu	-----	----	-----	----	1908
180.	Isaias L. pereira de Lima	Empregado superior da Companhia Boros (Chinde)	1922	-----	----	1922
181.	Isaltina Wilson	-----	----	-----	----	1921
182.	Isilda Gomes	-----	----	-----	----	1923
183.	Issufo Jamú	Proprietário	1926 1925	-----	----	1908

17. OBA, 14.07.1923; Caderno de Recenseamento Eleitoral LM, 1915-1920, (ref. Inácio Monteiro). Será a mesma pessoa ?

NO. DE ORDEN	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SÍCIO DATA
184.	Jacinta Sequeira	-----	----	Membro de uma comissão organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
185.	Jack Hassan Tajú	Professor da Escola da Malanga e Padre da Igreja Episcopal Luso-Africana	1926	-----	----	1908
186.	Jack Mpfumu	-----	----	-----	----	1908
187.	Jaenitha Ernestina	-----	----	-----	----	1921
188.	Jaime Comiche	-----	----	Vogal supl.CF	1933	1932
189.	Jaime Torcato Quaresma D.Lobo	Empregado Público	1925	-----	----	1919
190.	Japhat Mayelula	-----	----	-----	----	1908
191.	Jeremia Mabyahaya	-----	----	-----	----	1908
192.	João Albasini	-----	----	-----	----	1921
193.	J. Carlos	-----	----	-----	----	1908
194.	João Carlos Santos	Jornalista Membro do corpo redact. e Adm. do OBA	1935	Vogal Supl.Dir.	1933	1923
195.	João Chambani	-----	----	-----	----	1908
196.	João Fernandes	Polícia Guarda	1919 1920 1921 1925	-----	----	1927
197.	João Florentino	Músico	1921	-----	----	1908
198.	João Khumbano	-----	----	-----	----	1908
199.	João Luforte	Serralheiro	1906	-----	----	1908
200.	João Lopes Soverano Júnior	-----	----	2º, Secr.A6	1932	1931

NO. DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÉMIO	DATA	SÍCIO DATA
201.	João Lopes Teixeira	-----	----	-----	----	1908
202.	João Pacheco	Operário	1919 1925	-----	----	1908
203.	João dos Santos Albasini	Encarregado de in- dígenas Empregado Público	1915 1919 1920 1921	Presidente GA Presidente Dir.	1916 1921 1922	1908
204.	Joaquim Amaral da Conceição/ Joaquim da Con- ceição (18)	Faroleiro	1919	-----	----	1908
205.	Joaquim António Sibanhana	Oficial de Dilig. na Adm.Cons.de LM	1915 1925 1931	Vogal Supl.Dir.	1928	1921
206.	Joaquim Ferreira Rodrigues Cavaco	Factor Apontador das Obras públicas (Quelimane) Apontador de 1ª.cla. (Tete) Proprietário	1906 1916 1919 1915 1925	Delegado de GA, efectivo no Chinde para a eleição a deputado	1921	1919
207.	Joaquim Francisco Pereira	Sargento	1921 1923	Vogal CF	1922	1908
208.	Joaquim José Silva	Guarda Fiscal	1915 1920	-----	----	1908
209.	Joaquim Manuel Dourado	Compositor na Imp. Nac. Jornalista do OBA	1931 1935	Vice-Sec.Dir. Colaborador da "Acção Africana"	1929 1926	1926
210.	Joaquim Simões	Escrivão-Intérprete	1921	-----	----	1928

18. OA, 25.12.1908, (519. nome da "Lista de Sócios"); natural de LM, residente em Inharrine (Inhambane), faroleiro de 1ª. classe, é-lhe concedido o Alvará de isenção, como assimilado a 29.08.1919, (AHRPM, SNI, sec. M. c.1632). Será a mesma pessoa ?

Nº. DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SFCIO DATA
211.	Joaquim Swart	Administ.Secr. OBA Propagandista do SNI	1921 1934	Vogal Supl.Dir. Pres. AG Secr.Dir.	1922 1923 1926	1908
212.	Joaquim Parisot	-----	----	-----	----	1921
213.	Joaquina Veiga	-----	----	-----	----	1921
214.	Johanis Mabika	-----	----	-----	----	1908
215.	John Mabika	-----	----	-----	----	1908
216.	Johnston Sazuze/ Johnston Bisset Sazuze (19)	Empregado no Consulado Geral da Grã-Bre- tanha	1908 1922	Vogal CF-	1926	1926
217.	Jorge António Maior Júnior	-----	----	-----	----	1908
218.	Jorge Khabanyana Manyasa	-----	----	-----	----	1908
219.	Jorge Marçalyana	-----	----	-----	----	1921
220.	Jorge Monteiro	-----	----	-----	----	1923
221.	Jorge Ridgway	-----	----	-----	----	1921

19. OBA, 09.01.1926; Ofício nº. 1859 /6/22 do Consul Geral Britânico ao Alto Comissário, (ref. como empregado no Consulado da Grã-Bretanha, em LM, "...named Johnston Bisset Sazuze, who has been in the employ of previous British Consul Generals here since 1908...", (AHRPM, SNI, sec. c. c.:237). Parece tratar-se da mesma pessoa.

Nº.DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SfCIO DATA
222.	Jorge Vidal Sousa	19. Oficial dos Serv. da Fazenda	1921	-----	----	1921
223.	Jorgina Carvalho	-----	----	-----	----	1921
224.	José Antunes	Empregado Correios	1906 1920	Vogal Sup. CF 2º. Sec. A6 Vog. Sup. Dir	1921 1923 1933	1921
225.	José Apolónio Correia	Comerciante	1906	-----	----	1908
226.	José Cautine	-----	----	Cobrador da "Acção Africana"	1926	1926
227.	José António da Cruz/José da Cruz	Amanuense Guarda 2º. Asp. da 4ª. sec. (Telégrafo) da Es- tação Central na Dir. dos Correios e Telég.	1906 1915 1920 1930	Vogal CF Tesoureiro Vogal CF	1926 1928 1929	1908
228.	José Francisco Albasini	Emp. Comercial Despachante Agricultores Mahota Editor Revista "A Africana"	1906 1915 1921 1929 1933	Vogal Com. prov. Vogal Dir. Pres. Dir.	1921 1922 1923 1926 1928 1929 1931	1908
229.	José F. da Gama Gonç.	-----	----	Delegado do GA supl., em Moç, p/a eleição a deputado	1921	1921

20. OA, 25.12.1908 (79º nome da "Lista de Sócios"; OBA, 09.01.1926; 28.01.1928; Anuário de LM, 1929, p.401; cf. Caderno de Recenseamento Eleitoral da LM, 1906, 1915 e Anuário de LM, 1931, p.331. parece tratar-se da mesma pessoa.

Nº.DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SfCIO DATA
230.	José Francisco Salvador de Noronha	Amanuense 3º.ofic,vogal sup. Adm.do Montep.Ferr. Escriturário de 1ª.Ci. do pessoal de Escrit. da Dir.Porto e CFLM	1915 1925 1919 1929	Delegado do GA sup.no Chai-Chai, p/a eleição a	1921	1921
231.	José Huber	-----	----	Delegado do GA supl.no lbo p/a eleição a deputado	1921	1921
232.	José Joaquim Carvalho	Amanuense da Câmara Municip.de Inhambane	1915 1929	Delegado do GA supl.no lbo p/a eleição a deputado	1921	1921
233.	José Maria Amaral	-----	----	-----	----	1921
234.	José Maria Possolo	-----	----	-----	----	1921
235.	José Mendes Figueiredo	2º.Asp.na Curado- ria dos indigenas port. na U.S.A.	1930	-----	----	1923
236.	José Ménia	-----	----	-----	----	1921
237.	José de Oliveira Calado	Compositor 2º.Asp.na Imp.Nac. 1º.Asp.	1921 1925 1927 1930	1º.Sec.dir.	1933	1921
238.	José Pascoal dos Santos	-----	----	-----	----	1923
239.	José Roque de Aguias	-----	----	-----	----	1921
240.	José dos Santos Rufino	Amanuense nos CFLM Comerciante Administ.do DBA	1917 1920 1921 1923 1909 a 1919	-----	----	1908

Nº. DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SFCIO DATA
241.	Jose da Silva	Tipógrafo	1915 1925	Membro de uma comissão organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
242.	José Hiliotrope	-----	----	-----	----	1923
243.	Josephina de Sousa	-----	----	Membro de uma comissão organizadora de um "tea-Meeting"	1921	1921
244.	Josya Wilson	Enfermeiro	1919	Membro de uma comissão organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
245.	Julio de Sousa Finto Jose Julio Luis de Sousa Finto (21)	Empregado Público	1920 1925	-----	----	1921
246.	J. Surumana	-----	----	-----	----	1908
247.	J.T.Chambeni/ João Tomás chambeni (22)	Empregado Comerc.	1917	-----	----	1908
248.	J.X. Gomes	-----	----	-----	----	1923
249.	Karel Pott	Advogado	1931	Pres.Dirc.	1933	1923
250.	Kwata Mulwana	-----	----	-----	----	1908

21. OBA, 09.04.1912; Membro do Instituto Goano (1921); caderno de Recenseamento Eleitoral, LM, 1920-1025. parece tratar-se da mesma pessoa.

22. OA, 25.12.1908, (59. nome da "Lista de Sócios"); OBA, 07.10.1922; João Tomás Chambeni, natural e residente em LM; empregado comercial é-lhe concedido o Alvará de isenção, como assalariado, a 27.03.1917, (AHRPM, SNI, sec.M.c.1631)

Nº.DE ORDEN	NOME	Ocupação LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SfCIO DATA
251.	Laura de Haan	-----	----	-----	----	1920
252.	Leonor Bianchi	-----	----	-----	----	1923
253.	Leopoldo Adão	-----	----	Pres. AG do Grupo Desp. João Albasini	1938	1923
254.	Lidia	-----	----	-----	----	1921
255.	Lindistroom Macite	-----	----	-----	----	1908
256.	Lobato de Farza	-----	----	Delegado do GA, efectivo na Beira p/a eleição a de- putado	1921	1921
257.	Lucas d'Oliveira	-----	----	-----	----	1908
258.	Lúcia Swart	-----	----	-----	----	1921
259.	Luis Amaral	-----	----	-----	----	1908
260.	Luis Augusto Guimarães	Encadernador	1906 1915	-----	----	1908
261.	Luis Bernardo de Oliveira Pegado	2º.Aspirante Director da Alf (Tete) (Inhambane)	1906 1919 1929	Delegado do GA efectivo em Tete, p/a eleição e de- putado	1921	1919
262.	Luis Garrucho	-----	----	Vogal CF	1932	1931
263.	Luis N. Nashaba	-----	----	-----	----	1908
264.	Luis Manuel Ferreira	-----	----	-----	----	1921
265.	Luis Paulo Frechaut	-----	----	-----	----	1908
266.	Luis Pimentel	-----	----	-----	----	1923

Nº.DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SfCIO DATA
267.	Luis V.Alvares/Luis Luis Vicente?) Rosário Francisco Alvares (23)	proprietário Director do Jornal O Oriente	1921 1925 1919	-----	----	1919
268.	Luisa Wilson	-----	----	Membro de uma comis- são organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
269.	Luke Mate	Operário	1916	-----	----	1908
270.	Macks Matholo	-----	----	-----	----	1908
271.	Magumbeni Tshagula	-----	----	-----	----	1908
272.	Manuel António d'Amaral	-----	----	-----	----	1908
273.	Manuel Arnaldo Mont. de Barros	19.asp.Aif. Chefe de Deleg. Aduan. (Chai-Chai) Func.Público	1916 1919 1921 1925	Delegado do GA efectivo no chai- -chai, p/a eleição a deputado	1921	1919
274.	Manuel Francisco de	Membro do Corao Redact.e Adm.:OBA	1935	-----	----	1935
275.	Manuel Nunes da Sil- veira Manuel Nunes (24)	Encadernador Chefe de Secção da Nacional	1915 1917 1929	-----	----	1908
276.	Marcelino da Costa Correia	Oficial de Dilig.	1906 1915	-----	----	1908

23. OBA, 05.04.1919, 26.04.1919, 17.05.1919, 01.08.1919, (ref como "colaborador" do OBA, desde 1908); 20.12.1919; caderno de Recenseamento Eleitoral, LM, 1921-1925. Parece tratar-se da mesma pessoa.

24. GA, 25.12.1908, (689 nome da "Lista de Sócios"); Caderno de Recenseamento Eleitoral LM, 1915, 1917; Anuario de LM, 1928, p.403. parece tratar-se da mesma pessoa.

NO. DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GREMIO	DATA	SÍCIO DATA
277.	Marciano Nicanor da Silva	Sub-Chefe interino oficial da 2ª. sec- ção (exploração postal) 2ª. divisão da Dir. dos Correios e Telégrafos	1929	-----	----	1918
278.	Marcos Mazaebana Mpfumu	-----	----	-----	----	1908
279.	Margarida	-----	----	Membro de uma comis- são organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
280.	Margarida Correia de Brito	-----	----	Membro de uma comis- são organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
281.	Margarida Wilson	-----	----	-----	----	1923
282.	Maria do Carmo Torre do Vale	-----	----	Membro de uma comis- são organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
283.	Maria da Conceição Vasques	-----	----	-----	----	1921
284.	Maria Évora	-----	----	-----	----	1921
285.	Maria Gomes	-----	----	-----	----	1923
286.	Maria Mendonça	-----	----	-----	----	1921
287.	Maria Rita	-----	----	Membro de uma comis- são organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
288.	Maria> Silveira	-----	----	-----	----	1921
289.	Mário António Pereira	-----	----	Vogal Dir.	1933	1932
290.	Mário Ferreira	Jornalista	1929	19. Sec. AG 29. Sec. Dir.	1920 1932	1929

NO. DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SÍCIO DATA
291.	Mário dos Santos Silvério	Amanuense Empregado Público	1920 1921 1925	-----	----	1920
292.	Mateus da Conceição Ferreira (Dancing)	Emp. Público 19. Asp. do Quadro Adm., Sec. da Sub-Int- tendência em Maceque- ce (Manica) Jornalista OBA Sec. da Dir. Ger. dos Serv. de Ensino e LM. Emp. Público Func. Fazenda (Inha- bane)	1919 1920 1920 1921 1921 1926	Delegado do SA, efectivo em Mace- p/a eleição a de- putado	1921	1921
293.	Mathias Jorge de Sá	-----	----	-----	----	1908
294.	Meck Malari	-----	----	-----	----	1908
295.	Micaela Brunheim	-----	----	-----	----	1920
296.	Miguel da Mata	Serralheiro Jornalista. Membro do corpo redact. e Adm do OBA	1919 1935	-----	----	1935
297.	Mohamed Abdul Omar Mahomed Abdula Omar(25)	Servente da Alfand.	1921	Vogal Supl. Dir	1926	1923
298.	Morris Myogkana	-----	----	-----	----	1908
299.	Mugibe Mhangeni	-----	----	-----	----	1908
300.	Mwamarula Kamba	-----	----	-----	----	1908

25. OBA, 14.07.1923, 09.01.1926; 28.01.1928. (ref. em 1926 e 1928 como Mamude Omar), caderno de Recenseamento Eleitoral de LM., 1920 (ref. Mahomed Abdula Omar, Servente da Alfândega). parece tratar-se da mesma pessoa.

NR.DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SÍCIO DATA
301.	M. Shisangwana	-----	----	-----	----	1908
302.	Ndabule Nhangwana	-----	----	-----	----	1908
303.	Nicolau Pinheiro	-----	----	-----	----	1908
304.	Nicolau Salvador/ Nicolau Joaquim Salvador (26)	Empregado Comercial	1919	-----	----	1922
305.	Olimpia Gomes	-----	----	-----	----	1921
306.	Olympio Soares Cor- reia	Negociante	1906	-----	----	1908
307.	Paulo Brown Duleia	Empregado Comercial	1918	Vogal CF Tesoureiro	1922 1923 1929	1921
308.	Paulo Brunel	Empregado de Esc. dos Advog.Mourato Grave e Carlos Pinto	1921 1924	Secretário 19.secret.AG	1916 1922 1923	1916
309.	Paulo Correia de Brito	-----	----	Vogal Supl.CF	1933	1932
310.	Paulo Nwandisa Shimungana	-----	----	-----	----	1908
311.	Pearce Maphangisana	-----	----	-----	----	1908
312.	Pedro d'Ávila Baptista	-----	----	Delegado do BA, efectivo em p'a eleição a de- putado	1921	1921
313.	Pedro Baessa	negociante	1906	-----	----	1908
314.	Pedro Crisdostomo	Assalariado	1925	Vogal Supl. CF	1928	1928
315.	Pedro da Cunha	Amanuense	1906	-----	----	1922

26. OBA, 08.09.1922. (assina um telegrama do Chibuto-Gaza: Nicolau Joaquim Salvador, de 36 anos, natural de Inhambane e residente no Chibuto-Gaza), empregado comercial, filho de Joaquim Nicolau Salvador, e-lhe concedido o Alvará de isenção de assilado, a 14.09.1919. (AHRPM, SNI, sec. M., c. 1622). Parece tratar-se da mesma pessoa.

NQ. DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SfCIO DATA
318.	Pedro Francisco Ringler	Compositor de 38. cias. da Imp.Nac.	1929 1930	Vogal Sup. CF	1922	1921
319.	Pedro Pascoal/ Pedro Pascoal da Silva (27)	Empreg.Aduaneiro	1906	-----	----	1908
320.	Petro Hodwana	-----	----	-----	----	1908
321.	Petro Nyaka	-----	----	-----	----	1908
322.	Polycarp Ernesto da Conceição Npfuau	-----	----	-----	----	1908
323.	Rachide Hagoa Tajú	-----	----	-----	----	1921
324.	Raphael Mathias d Amaral	-----	----	-----	----	1908
325.	Raufa Ebrahimio	-----	----	-----	----	1923
326.	Raúl de Oliveira	28.Div. CF Gaza 18.Div. " " Membro do Corpo Redact. e Adm do OBA	1919 1922 1935	-----	----	1922
327.	Richard Shilila	-----	----	-----	----	1908
328.	Robert Mpfuau	Operário	1916	-----	----	1908
329.	Rodrigo José da Cunha Amaral	Auxiliar da Missão Munhuana Colaborador do OBA na Secção Landina	1917 1917	Vogal Supl.Dir.	1926	1908 1928
330.	Rodrigues Évora	-----	----	-----	----	1923
331.	Romão Zucarte	Médico--	1928	-----	----	1928
332.	Rosário Santos	-----	----	-----	----	1923

27. OA, 25.12.1908 (452 nome da "Lista de Socios"); Caderno de Recenseamento Eleitoral, Inhambane, 1906. (ref. Pedro Pascoal da Silva). Parece tratar-se da mesma pessoa.

Nº.DE ORDEN	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SÍCIO DATA
333.	Rufino dos Santos Oliveira	Escrivão da Adm. Empreg. Público Aposentado	1906 1915 1921 1925	-----	----	1919
334.	Saide Abdusamad Mahomed	Padre Director da Escola Maometana da Malanga	1921	-----	----	1921
335.	Saibee Torre do vale	-----	----	-----	----	1923
336.	Samson C.Chambala	-----	----	-----	----	1908
337.	Samuel M.Mashaba	-----	----	-----	----	1908
338.	Sebastiao Tavares da Fonseca	Policia Empregado nos CFLM	1915 1925 1919	-----	----	1908
340.	Sebastião Xavier	Factor Empreg. Publico	1915 1920 1921 1925	-----	----	1908
341.	Servulo Justino das Neves	Guarda-Fiscal	1915 1920	Delegado do GA, efectivo em Angocha, para a eleição e de- putado	1921	1921
342.	Shadreck Tembe	-----	----	-----	----	1908
343.	Shidzedze Mpfomo	-----	----	-----	----	1908
344.	Shikwembo Folori Malari	-----	----	-----	----	1908
345.	Silvério d'Andrade	-----	----	Membro de uma comis- são organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921
346.	SilvestreJose Makule	-----	----	-----	----	1908
347.	Sião Mussá	-----	----	-----	----	1908
348.	Simon Mlabisa	-----	----	-----	----	1908
349.	Stefan Matholo	-----	----	-----	----	1908
350.	Stephan Mhangeni	-----	----	-----	----	1908
351.	Stick Mrigana	-----	----	-----	----	1908
352.	Teresa Sabina	-----	----	Membro de uma comis- são organizadora de um "tea-meeting"	1921	1921

Nº.DE ORDEM	NOME	OCUPAÇÃO LABORAL	DATA	FUNÇÃO NO GRÊMIO	DATA	SÍCIO DATA
353.	Tito Pedro Abranches	-----	----	-----	----	1908
354.	Titus Ntiabana	-----	----	-----	----	1908
355.	Thomas/Thomas Graça (29)	29. Escriturário da Fazenda	----	-----	----	1908
356.	Thompson Mashaba	-----	----	-----	----	1908
357.	Thomas Abreu Bastos	Escriturário	1915 1925	Vogal CF Pres. AG	1923 1926	1920
		29. Ofici. Fazenda do Chai-Chai: chefe da Contabilidade dos CF Gaca	1919			
		19. of. da Fazenda	1920 1930			
358.	Thomas Honné	-----	----	-----	----	1923
359.	Tomé Antonio Fornasini	Proprietário	1915 1926	Tesoureiro Com. Prov. Vogal Direc. vogal. supl.	1920 1921 1922 1925 1926	1920
				Vogal Direc.	1928 1930	
				Vogal CF	1932	
360.	Tomé da Cunha	-----	----	-----	----	1923
361.	Tomé Gomes: Tomé Ernesto Gomes (29)	Despachante	1906 1925	-----	----	1921
362.	Tompson Mee	-----	----	-----	----	1921
363.	Valigi Raem Chanda Tricanga	-----	----	Vogl. supl. CF	1928	1921

28. OA. 25.12.1908 (29. nome da "Lista de Socios"; OBA 10.12.1921 (ref. Thomas Graça, 29. escriturário da Fazenda Provincial, em 1892-1893). Será a mesma pessoa?

29. OBA. 09.04.1921: Caderno de Recenseamento Eleitoral, LM. 1906-1925, (ref. à ocupação laboral de Tomé Ernesto Gomes, parece ser a mesma pessoa.

364.	Vicente Abrances	-----	----	-----	----	1908
365.	Vicente Samu	-----	----	-----	----	1908
366.	Vicente Sacramento	Padre. Colabora- dor do OA	----	-----	----	1909
367.	Vicente Xavier Lobo	29.Ofic.da Sec.Ser. 12.Oficial proprietário	1906 1919 1920	Vice-pres.	1916	1908
368.	Victoriano Pereira: Victoriano António (30)	Cocheiro	1925	Tesoureiro	1932	1923
369.	Victoriano da Nazareth	proprietário	1920	delegado do GA, em Quelimane para eleição a deputado	1921	1921
370.	William Wilson	Proprietário		Vogal Supl. CF. em Vogal Direc.	1922 1923 1926 1929 1930	1920
371.	Xavier Baptista de Morais	-----		-----	----	1921
372.	Jacarias Bacar e	-----		-----	----	1922

30. OBA, 14.07.1923; Anuário de LM, 1931, p.347; Caderno de Recenseamento Eleitoral. LM, 1915,1925 (ref. Victoriano António). Será a mesma pessoa ?

ANEXO 2.

Amostra Temática

AMOSTRA TEMÁTICA I (1908-1914)

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Educação	"Propaganda a favor da instrução"	OA, 25.12.1908, nº. único. (subtítulo do jornal).
. Educação	Escola "António Enes"	OA, 01.03.1909, nº1, 1ª.p., 1ª.- 4ª.col.
. Educação/ justiça	"pugnar" pela instrução; denúncia de "várias patifarias"	OA, 01.03.1909, nº1, 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Alcoolismo	vinho colonial / bordel: "sindicato de vergonha limitada".	OA, 01.03.1909, nº.1, 1ª.p., 2ª.col.
. Administra- ção colonial	crítica ao governador de Inhambane, alcunhado de "Nero" - brutalidade na exploração dos negros: "luxo feudal"; em oposição à "miséria" e à "fome".	OA, 19.07.1911, nº.14 1ª.p., 1ª.- 4ª.col.
. Alcoolismo	que a administração colonial propaga ! "o vinho para pretos!"	OA, 01.08.1911, nº.15 1ª.p., 3ª.col.
. Alcoolismo	"raça ... envenenada".	OA, 09.09.1911, nº.18 1ª.p., 1ª.- 3ª.col.
. Mao-de-obra	Falta de criados, problemas entre patrões e empregados domésticos, proposta de controlo "de pretos necessários aos trabalhos da cidade".	OA, 16.09.1911, nº.19 1ª.p., 3ª.col.
. Colonização portugu.	Que resultados da "pretendida civilização?" Ironiza a defesa dos "usos e costumes".	OA, 04.12.1911, nº.29 1ª.p., 1ª.- 4ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Colonização/ educação	"falta de princípios dos colonizadores"... "O refugio é que vem para cá". Defesa de uma escola para "raparigas indígenas"; "vantagens da educação profissional".	OA, 08.03.1912, nº.42 1ª.p., 1ª.- 5ª.col.
. Trabalhadores	"O Futuro é dos que trabalham"/"Bakweru".	OA, 18.05.1912, nº.52 4ª.p., 2ª.col.(Port.) 8ª.p., 1ª.col.(Ronga)
. Liberdade	"Liberdade a cantina, Fraternidade interamicus e igualdade ...", denúncia de prisões para o recrutamento militar.	OA, 18.05.1912, nº.52 4ª.p., 1ª.- 2ª.col., 8ª.p., 1ª.col.
. Educação / justiça	Objectivos do jornal "tratar dos indigenas, nos seus interesses, educação, administração da Justiça".	OA, 19.07.1912, nº61 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Defesa da Pátria / fome	Crítica a um "gesto bonito" de patriotismo do presidente do município do Xai-Xai. Mas, porque não resolve o problema daqueles "povos que estão a morrer de fome?"	OA, 12.09.1912, nº.69 2ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Fome / Administ. colonial	Crítica à administração colonial, "que providências há contra a fome dos indígenas que dão 1.200 contos de impostos de palhota ?"	OA, 19.12.1912, nº.83 1ª.p., 1ª-2ªcol.
. Racismo	"Distinção de cores" "A Fouca Vergonha" "não abdicaremos dos nossos direitos, seja diante de quem fôr".	OA, 16.01.1913, nº.87 1ª.p., 1ª.- 4ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Concessão de terrenos	Crítica a contractos que beneficiam "o capital estrangeiro" e colonos com mais de dez anos".	OA, 13.02.1913, nº.91 1ª.p., 1ª.- 4ª.col.
. Trabalhador migrante Camponês mineiro	Denúncia do roubo feito pelos cantineiros aos "magaíças" / multas. "E, cargas de cavalo marinho".	OA, 20.02.1913, nº.92 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Terra	Expolição dos "indígenas" que "hão-de-acabar por aceitar a libra e meia por palhota e sairem".	OA, 27.03.1913, nº.98 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Mineiro moç.	Defesa das "escolas portuguesas no Transvaal", onde trabalham cerca de 80.000 mineiros de Moçambique.	OA, 09.04.1913, nº.100 1ª.p., 1ª.- 4ª.col.
. Deportação para S.Tomé	"Os Miseráveis" "Hoje é a Índia - amanhã é Moçambique".	OA, 12.04.1913, nº.101 1ª.p., 1ª.- 4ª.col.
. Justiça	"Zagaiadas", "balas de papel", atiradas pelo Africano.	OA, 19.07.1913, nº.129 1ª.p., 1ª.- 4ª.col.
. Faz / Fraternidade	"Natal".	OA, 24.12.1913, nº.174

AMOSTRA TEMÁTICA II (1914-1918)

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Greve	Sobre a greve de mineiros no Transvaal. Interessantes reflexões sobre a luta entre o proletariado e o capital. Consequências da greve em Moçambique. Apelo ao trabalho para se mudar a situação de dependência face ao Transvaal.	OA, 14.01.1914,nº180 1ª.p., 1ª.- 3ª.col.
. Relações	"Em que condições Transvaal/ negociaremos o novo Moçambique Convénio ?"	OA, 17.01.1914,nº.181 1ª.p., 1ª.col.
. Funcionalismo público	"Que requisitos" para a entrada na burocracia? - "o compadrio" - "a raça".	OA, 17.01.1914,nº.181 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Regime republicano	Pessimismo, desengano pelas "promessas".	OA, 31.01.1914,nº.185 1ª.p., 5ª.- 6ª.col.
. Administração colonial	"Moçambique a saque". Contra a decisão do governo central de colocar os saldos de Moçambique nas outras colónias.	OA, 04.02.1914,nº.186 2ª.p., 1ª. 2ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Educação/ Prostituição	"A Pior das Hidras". Sobre a prostituição de mulheres e menores nas cantinas. Defesa da educação das meninas. Veja-se o impacto deste texto : "O Século", fez referência ao artigo. A Liga dos Interesses d' África interessou-se pelo caso..."	OA, 25.02.1914, nº192 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Trabalho	Apelo ao trabalho. Exemplo da colónia franc. de Madagáscar, em que para se desenvolver a agricultura há enormes facilidades.	OA, 21.03.1914, nº199 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Concessão de terrenos	Sobre o problema da lega- lização dos títulos de propriedade dos terrenos. "Essa gente, indubitavelmente é mais senhora da terra que habita, do que a Agrimensura que veio para cá muitíssimos anos depois". Proposta desses terrenos serem facultados, de preferência aos seus ocupantes e, no caso de venda, seria do Estado, a preferência.	OA, 11.04.1914, nº205 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Educação/ Instrução/governador-geral, Justiça	"Bem Vindo". Saudação ao governador-geral, Joaquim José Machado. Crítica à administração colonial: "...Basta de funcionalismo e vinho colonial. Venha o progresso da colónia, venha essa civilização, em nome da qual ocuparam e dominaram estes territórios...É afinal, não pedimos muito: educação, instrução e justiça. Fão, a terra mãe o dará depois."	OA, 29.04.1914, nº210 1ª.p., 1ª.- 6ª.col. e 2ª.p., 1ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERÈNCIA
. Alcoolismo	Sobre a visita do gov.- -geral à Missão de S.José de Lhanguene. Abordagem ao problema do alcoolismo que mata a raça negra. "É tempo de não sacrificar uma raça inteira aos caprichos dos políticos e ambição de meia dúzia".	DA, 17.06.1914, nº224 1ª.p., 1ª.- 4ª.col.
. Justiça	"1909-1914". Aniversário do jornal, "O Africano". Fessimismo, mas espirito combativo. Ideal do grupo: "Justiça", "bem público" e "distribuição de benefícios" aos naturais da Província".	DA, 15.07.1914, nº232 1ª.p., 1ª.- 3ª.col.
. Fome	"A Guerra e os seus Quindins". Sobre a fome que grassa na colónia, enquanto jorra nas cantinas o vinho colonial. Ref.à Grande Guerra que assola a Europa.	DA, 22.08.1914, nº243 1ª.p., 3ª.- 4ª.col.
. Alcoolismo	"O extermínio de uma Raça". Contra o vinho colonial e os seus efeitos no extermínio da raça negra. Polémica com o "Jornal do Comércio". "Como é que o Sr. Saldanha defende a cantina?"	DA, 26.08.1914, nº244 1ª.p., 1ª.- 5ª.col.
. Imposto de palhota	"Variações do Fado". Sobre o aumento do custo de vida e da subida do imposto de palhota.	DA, 26.09.1914, nº253 1ª.p., 1ª.- 4ª.col.
. Imposto	"O Aumento do Imposto". Contra a medida do paga- mento do imposto em ouro.	DA, 07.10.1914, nº256 1ª.p., 1ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Educação	O caso do Instituto João de Deus. Defende a necessidade de ser a educação, do controlo do estado e não da Maçonaria.	OA, 25.11.1914, nº272 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Alcoolismo	"No País da Bebedeira". Contra o alcoolismo.	OA, 19.12.1914, nº279 1ª.p., 1ª.- 5ª.col.
. Política	Defesa da participação do operariado e do pequeno funcionalismo no poder local. "A Carta Orgânica". "Ao Venerando Presidente da Rep.Port. o protesto da Câmara Municipal, contra o diploma que negou a representação do povo desta cidade no Conselho de Governo..."	OA, 24.02.1915, nº298 1ª.p., 1ª.- 8ª.col.
. Política	Eleições para deputados. "...façam os cozinheiros o petisco que lhes aprouver que nós limitar-nos-emos a ser sempre...os mesmos mirones".	OA, 28.04.1915, nº316 1ª.p., 3ª.col.
. Política	"Eleições à porta". "Continua a comédia". Ref.às eleições que se realizarão na colónia, em Agosto.	OA, 29.05.1915, nº325 1ª.p., 5ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Política	Eleições. No Gil Vicente OA, 19.02.1916, nº401 Uma conferência do deputado 3ª.p., 1ª.- 3ª.col Tamaguini Barbosa, de : "Despedida ao Povo Moçambicano". Ref.a um membro do Grémio Africano, Nicanor da Silva, "o qual, em nome dos estudantes da Província de Moçambique, pediu...que no Parlamento se interessasse pela importantíssima causa da Instrução Pública.	
. Censura	"Manifesto ao Público". OA, 18.03.1916, nº409 Contra o estado de sítio 2ª.p., 1ª.- 2ª.col. e a censura.	
. Censura	"Nós e a Censura". OA, 29.04.1916, nº421 Ref. à censura rigorosa 1ª.p., 6ª.col. que é feita ao serviço telegráfico "directo de Lisboa".	
. Censura	"Em tempo de guerra, insuportável! Nós, o Público e a Censura". OA, 01.07.1916, nº439 1ª.p., 4ª.- 5ª.col.	
. Censura	"Pró-Africano". OA, 23.09.1916, nº463 Apelo a um "fundo de auxílio". "Devido a um artigo sobre "A Reforma Aduaneira", "O Africano", teve problemas judiciais.	
. Leis de excepção	"A Chapa". Contra a actuação do Comissário da Polícia que continua a aplicar uma "lei caduca". OA, 10.01.1917, nº494 2ª.p., 5ª.col.	
. Leis de excepção	"A Tal Portaria". Contra a Portaria dos Assimilados "To be or not to be" OA, 24.01.1917, nº498 1ª.p., 1ª.- 3ª.col.; 27.01.1917, nº499, 1ª.p., 1ª.- 3ª.col.	

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Imposto de palhota	"Solução Violenta". Contra o Regulamento das circunscrições vigente. (Port.Prov. nº.671-A, de 1908). Contra a cobrança do imposto em libras de ouro.	OA, 05.05.1917, nº527 1ª.p., 5ª.- 6ª.col.
. Imposto de palhota	Contra a Portaria nº362 Sobre a cobrança do imposto de palhota.	OA, 18.08.1917, nº557 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Eleições	"ª Urna". Proposta apoiada pelo Grémio Africano : . Sidónio Pais- Presidente; . Alfredo de Magalhães e Tamaguini Barbosa- Deputados; . Alfredo Augusto Lisboa de Lima- Senador.	OA, 24.04.1918, nº628 1ª.p., 4ª.col.

AMOSTRA TEMÁTICA III (1919-1922)

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Paz	"Ano da Paz". Apelo à "Fraternidade Universal", defesa da religião católica.	OBA, 04.01.1919,nº.2, (Nº.Programa), 1ª.p.
. Direitos dos Cidadãos	"Deus E O Meu Direito" Crítica frontal à Portaria dos "assimilados". Contra as leis de excepção.	OBA, 18.01.1919,nº.3, 1º.p.
. Independência de Moçambique	"O Grande Desvario". Crítica aos "utópicos", que defendem a independência de Moçambique, no caso de, na metrópole, ser implantada a monarquia; posição moderada e cautelosa, face às pretensões da União Sul Africana.	OBA, 01.02.1919,nº.5
. Sidónio Pais	Comentário sobre a morte desta personalidade; crítica aos que pretendem criar a República de Lourenço Marques.	OBA, 08.02.1919,nº.6 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Portaria dos assimilados	Consequências da sua aplicação: discriminação racial, casos nas escolas; Álvaro de Castro, como "um coveiro de uma nacionalidade".	OBA, 08.02.1919, nº 6 1ª.p., 3ª.col.
. Port. dos assimilados	"Crónicas do Caso"- "Cristo, olhai para isto". Contra as leis de excepção; afirmação da personalidade dos filhos da terra: "Como os coloniais, como donos da terra, que ela é nossa, ainda que estalem de dâr e nojo..."	OBA, 08.02.1919, nº.6 2ª.p., 4ª.- 6ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Alcoolismo	"sobre o pernicioso efeito do álcool nesta raça": "o que é que Portugal tem a atestar a sua civilização? Cantinas". Crítica à situação existente: "Não basta - frise isto bem - não basta o ar arrogante de mão na cinta, ... não basta mostrar o orçamento provincial para os curiosos se regalarem divertidos constatando que todo um formigueiro de negros súa, sofre e paga, para outro formigueiro burocrático sugar rebolando".	OBA, 15.02.1919,nº.7, 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Educação do "nativo" com especial ref.ª mulher "indígena"	"Faz que anda, mas não anda". Crítica à actuação da administração portug.: "Administrar, colonizar, civilizar não é só cobrar o imposto, anichar afillhados nos cargos públicos".	OBA, 08.03.1919,nº.10 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Portaria dos assimilados	"Portugal e as colónias" "o letrado africano tem que tirar alvará para ser assimilado. a um cabreiro do Alentejo ou terras do Douro".	OBA, 05.04.1919,nº.14 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Portaria dos assimilados	"Há 48 anos, comparando com o presente. Que contradição!" Descrença na actuação do regime republicano: "Hoje, em plena democracia privam-se os naturais desta Prov., das regalias da Constituição Política".	OBA, 05.04.1919,nº.14 1ª.p., 6ª.- 7ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. 12. de Maio	"A Onda". "São as classes trabalhadoras que se juntam, que se organizam, que se consolidam para luta". Defesa dos direitos do Homem como cidadão: "que valhe o homem pelo seu direito individual".	OBA, 03.05.1919,nº.18 1ª.p., 1ª.- 3ª.col.
. Justiça / Ordem	"Honrar Pai e Mãe". "Aos Pregadores de Pouca Fé" Defesa da actuação do governador interino, Dr. Moreira da Fonseca: "Que as revoltas são filhas da injustiças e que portanto, bem haja todo aquele que tendo autoridade a impõe e pretende implantar o império da Ordem".	OBA, 21.06.1919,nº.25 1ª.p., 10.- 3ª.col.
. Nativismo	"Etiopianismo", "ãnsia pelo progresso e civilização e amor pela justiça, coisas que há muito não existem para nós nativos". "Não é a África para os africanos - porque ela lhes pertence de facto e de direito, dêa isto a quem doer, repetimos - é para a África a gente civilizada, que tenha moral, princípios e saiba civilizar.	OBA; 12.07.1919,nº28 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Imposto de palhota	"O Absurdo Vivo". Crítica à portaria que sujeita a tal imposto "as casas de zinco, assim consideradas por indígenas!"	OBA, 01.8.1919,nº31 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Funcionalismo público	"Equiparações". Opinião sobre o problema das equiparações entre o grupo burocrático e o dos operários nos CFLM; defesa da necessidade de ser consultada a Associação de Classe do Pessoal do Porto e dos CFLM.	OBA, 01.11.1919,nº.41 1ª.p., 6ª.- 7ª.col.
. Convívio social	Comparação entre o ambiente de Luanda e o Lourenço Marques, "quanto à convivência entre o elemento nativo civilizado e o outro há, pelo menos pareceu-me uma relativa harmonia, uma confraternização agradável, o que não sucede na outra Costa, onde o nocivo costume de copiar o que a União Sul Africana - os boers e os ingleses têm de pior, levou aquela gente a uma situação intolerável de distinções odiosas e desacatos às leis da República".	OBA, 20.12.1919,nº51 1ª.p., 6ª.- 7ª.col.
. Colonização Portug.	"As Colónias Pelo Avêssso" "Salvá-las ou perdê-las" Crítica à colonização portuguesa: - actuação dos funcion. que vão para as colónias quando sofrem de "algibeirite aguda"; - direitos políticos e civis no papel; - autonomia financeira no papel. Razão da transcriçao, "porque nos identificamos com os seus princípios, quanto à civilização nas Colónias".	OBA,07.02.1920,nº53 1ª.p., 1ª.- 3ª.col. (transcrição do art. de "O Combate", ass. Ladislau Batalha, director do jornal.

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Portaria dos "Coisas d'África", assimilados "Terras do Demo"	Contra as leis de excepção. "Esta monstruosidade manteve-se perto de dois anos e um tanto, alterada hoje ainda por lá continua a fomentar os ódios <entre> duas raças".	OBA, 21.02.1920,nº60 1ª.p., 1ª.- 4ª.col.
. Leis de excepção	"Como se encaram as Colónias e os seus filhos na Metrópole". Contra as leis de excepção: "Em todos os números do jornal indígena de LM, vemos esse descontentamento espalhado, provocado por leis de excepção".	OBA, 28.02.1920,nº.62 1ª.p., 6ª.- 7ª.col.
. Sidónio Pais	Elogio: "O Grande Português".	OBA, 20.03.1920,nº.64 1ª.p., 4ª.- 5ª.col.
. "O estado do Estado"	"Portugal". "O Estado está siflítico". Análise da situação política portuguesa, onde "a convulsão é latente". "Fão ou bala? Eis o dilema!"	OBA, 08.05.1920,nº.69 1ª.p., 6ª.- 7ª.col.
. Eleições para deputado	Defesa da candidatura de João Albasini : "tópicos...problemas que mais o haveriam de ocupar": . a educação; . a agricultura; . as leis de excepção; . a viação; . a concessão de terrenos.	OBA, 29.05.1920,nº.72 1ª.p., 6ª.- 7ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Exploração de terrenos	Denúncia e crítica da actuação da Secretaria dos Negócios Indígenas.	OBA, 03.06.1920,nº77 1ª.p., 1ª.- 3ª.col.
. Orçamento da colónia	"Prevenir antes do tempo". Crítica à administração pública, defesa de uma boa "gerência financeira", em vez de aumentar os impostos.	OBA, 28.08.1920,nº85 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Causa Africana	"Africanos, organizai-vos! Pelo Direito e pela Justiça". "Violados continuam os nossos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade".	OBA, 27.11.1920,nº.98 1ª.p., 1ª.- 2ª.col. (Transcrição do art. do jornal, "A Tribuna d África", por sua vez transcrito pelo jornal, "O Combate".
. Alcoolismo	Repressão das bebedeiras.	OBA, 22.01.1921,nº106 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Fortaria dos assimilados	Regozijo pela anulação da Fortaria, pelo Decreto nº.7.151. "A Constituição Portuguesa não admite distinções".	OBA, 19.02.1921,nº110 1ª.p., 4ª.col.
. O Grémio Africano	"Homenagem". Defesa desta "agremiação fundada com o fim de defender os interesses dos indígenas da Província de Moçambique.	OBA, 04.04.1921,nº116 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Fortaria dos assimilados	Contra as leis de excepção. Há um novo decreto, mas a prática de discriminação continua.	OBA, 07.05.1921,nº121 1ª.p., 1ª.col.

SECÇÃO LINDINA

A ma Eleição

Dya thasa a xiku dya ku lombela epaka u dya dya a rido, epaka ndyone...

A ma nyongu o tabu lwa ha mani na mani ha ma damba...

A ma nyongu o tabu lwa ha mani na mani ha ma damba...

A ma nyongu o tabu lwa ha mani na mani ha ma damba...

A ma nyongu o tabu lwa ha mani na mani ha ma damba...

A ma nyongu o tabu lwa ha mani na mani ha ma damba...

Gremio Africano

Lourenço Marques

A nau low a Gremio Africano...

A ku mpicela ipatu pisa dya...

A ku mpicela ipatu pisa dya...

A ku mpicela ipatu pisa dya...

A ku mpicela ipatu pisa dya...

A ku mpicela ipatu pisa dya...

Makhate ndyi.....

A hi kunandya ka ledyoni...

A hi kunandya ka ledyoni...

A hi kunandya ka ledyoni...

A hi kunandya ka ledyoni...

A hi kunandya ka ledyoni...

A hi kunandya ka ledyoni...

A hi kunandya ka ledyoni...

Ka P. A. Collot - Pateiro 7 de Novembro - Caixa Postal n. 150 - Lourenço Marques. Includes an image of a pocket watch.

Gremio Africano

Lourenço Marques

U humeni jikelele, wale...

U humeni jikelele, wale...

U humeni jikelele, wale...

U humeni jikelele, wale...

U humeni jikelele, wale...

U humeni jikelele, wale...

Alto Comissario

A hosi ya thali lelayo, yi...

Eleição

A nkama hi tholwa, lwa atza...

Mitshatshatsho

Hi namathla, a Egreja dya...

SECÇÃO ZULU

Ukulwa nomteto okheta...

Imvelo ne Mikuba ya Sendulo

K'aba butafaka indaba...

Mitshatshatsho

Hi namathla, a Egreja dya...

Mitshatshatsho

Hi namathla, a Egreja dya...

Mitshatshatsho

Hi namathla, a Egreja dya...

SECÇÃO ZULU

Ukulwa nomteto okheta...

Imvelo ne Mikuba ya Sendulo

K'aba butafaka indaba...

Mitshatshatsho

Hi namathla, a Egreja dya...

Mitshatshatsho

Hi namathla, a Egreja dya...

Mitshatshatsho

Hi namathla, a Egreja dya...

SECÇÃO ZULU

Ukulwa nomteto okheta...

Imvelo ne Mikuba ya Sendulo

K'aba butafaka indaba...

O Brado Africano

Malyi abafana a p. 13...

O Brado Africano

Malyi abafana a p. 13...

O Brado Africano

Malyi abafana a p. 13...

O Brado Africano

Malyi abafana a p. 13...

O Brado Africano

Malyi abafana a p. 13...

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Mão-de-obra indígena	Denúncia da sua exploração. Defesa de um salário justo.	DBA. 07.05.1921,nº121 2ª.p., 5ª.- 6ª.col.
. Bairros indígenas	Falta de água e de luz	DBA, 04.06.1921,nº123 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Polémica jornalística com o jornal "O Comércio"	"Falar demais". "O machambeiro Saldanha, inventou o seu cabrion: os pretos, a sua associação, a sua vida".	DBA, 11.06.1921,nº126
. Colonização Portug.	"Usos e Costumes". "Deixa-te estar Margarida, nessa paz do teu viver". Crítica aos que pretendem preservar os usos e costumes para melhor reinar.	DBA, 18.06.1921,nº127 1ª.p., 6ª.- 7ª.col.
. Eleições para deputado	Apelo à candidatura do Dr.José de Magalhães. "Votar no candidato do Grémio Africano, com o apoio da Liga Africana de Lisboa, representa uma afirmação de princípios, e significar que a África deve ter representantes seus, filhos da África - que melhor do que os outros se interessarão pelas coisas da sua terra".	DBA, 16.07.1921,nº131 1ª.p., 1ª.- 7ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Mão-de-obra indígena	O problema indígena na África do Sul. Crítica à política dos fazendeiros brancos, de segregação de "nativos", territorial, económica e socialmente". Comentário irónico: "Como veem, cá e lá, mais Saldanhas há...Temos agora, a segregação na moda dos que julgam que a África não é dos Africanos".	OBA, 16.07.1921,nº131 2ª.p., 7ª.col.
. O papel da imprensa	Contra a repressão na imprensa, na pessoa do Sr.Libério Pereira, director e editor do jornal, "A Terra", que se publica na "Índia Portuguesa". "Este Sr. tornou-se um herói da imprensa e um nativista autêntico. E a Causa que ele defende há-de ter a sua vitória, como todas as causas boas".	OBA, 23.07.1921.nº132 1ª.p., 6ª.col.
. Congresso Pan-Africano	Defesa da Causa Africana Participação do Dr.José de Magalhaes, no Congresso Pan-Africano, representando a Liga de S.Tomé e o Grémio Africano de LM.	OBA,03.09.1921,nº138 1ª.p., 5ª.col.
. Congresso Pan-Africano	Referência às conclusões do Congresso realizado em Londres : <ul style="list-style-type: none"> . condenação das teorias bolchevistas; . redacção de um manifesto ao mundo inteiro; . criação de um Comité Internacional, incumbido de estudar os problemas da raça negra. 	OBA,10.09.1921,nº140 2ª.p., 4ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Racismo inglês	Denúncia, relatando uma cena de pancadaria entre um mulato e um branco.	OBA, 21.01.1922,nº158 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Conselho Legislativo	Defesa do lugar do Grémio Africano no Conselho Legislativo, "necessidade" que, "nao foi pedida nem mendigada".	OBA, 23.03.1922,nº165 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Administração	Crítica ao despotismo e à exploração desenfreada do trabalho indigena, desilusão da propaganda republicana, pelo facto do Dr.Brito Camacho ter retirado do Cons.Legisl. a representação nativa.	OBA, 30.03.1923,nº166 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Morte de João Albasini	Funeral assistido por 5.000 pessoas.	OBA, 19.08.1922,nº185 1ª.p., 1ª.- 4ª.col.
. Elogio de Albasini	"Fundador de um club Nativo".	OBA, 20.01.1923,nº206 1ª.p., 5ª.col,(transcrição de um jornal do Rand,"Dail-Mail").
. Medidas para desenvolver Moç.	Proposta de um plano de medidas a tomar, visando o desenvolvimento de Moçambique: . concessão de terra; . escolas; . agricultura e viação; . mão-de-obra; . leis de excepção; . serviço militar; . emigração; . regime monetário.	OBA, 11.08.1922,nº184 1ª.p., 1ª.- 7ª.col., 2ª.p., 1ª.col.

AMOSTRA TEMÁTICA IV (1923-1926)

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Passes e compounds	"O pedido formulado pelo Grémio Africano ao Governo, foi tomado em consideração, devendo sair no Boletim de hoje, a portaria revogando as disposições, que eram vexatórias e anti-constitucionais". Ref. a Port. nº352, de 20.01.1923, que revogou a Portaria nº.312.	OBA, 20.01.1923,nº206 2ª.p., 3ª.col.
. Sociedade comercial africana	Anúncio da constituição de uma sociedade comercial "A Comissão compõe-se de capitalistas, proprietários, agricultores, industriais e comerciantes, todos africanos e conceituados", residentes em Lisboa.	OBA, 21.04.1923,nº214 1ª.p., 3ª.col.
. Congresso Pan-Africano	Ref. a uma quermesse que o Grémio irá organizar no mês de Junho, "para custear as despesas do Congresso Pan-Africano que se realiza em Lisboa, em Setembro do corrente ano".	OBA, 19.05.1923,nº217 1ª.p., 3ª.col.
. Autonomia Administrativa	Contra o regime dos Altos Comissários. Posição do Grémio Africano face à resolução de um Comicio de indicar um Alto Comissário. Considera "a autonomia administrativa", "ineficaz e prejudicial, principalmente para a Província e para os seus naturais".	OBA, 16.06.1923,nº220 1ª.p., 1ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Nativismo	Homenagem a João Albasini, feita pelo jornal, "O Nauta", de ilhavo. "O colega... quis ir mais além e dizer da justiça que assiste ao nativismo, justiça que nunca contestámos e antes sempre aplaudimos, por vermos nela um campo aberto para a necessária emancipação dos povos".	OBA, 14.07.1923,nº224 1ª.p., 6ª.- 7ª.col.
. Racismo	Denúncia do racismo patente na vida de LM, com exemplos do que se passa nas escolas e nas repartições públicas.	OBA, 21.07.1923,nº225 1ª.p., 1ª.- 4ª.col.
. Crédito Agrícola	Defesa do crédito agrícola, viabilizador de uma força económica nacional, ligada à valorização da terra moç.	OBA, 03.11.1923,nº238 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Elogio fúnebre de um coronel	"Faleceu em Lisboa, o Sr. José Carrazeda Viana de Andrade, coronel-adjunto da inspecção da 1ª.divisão. Era natural de Moç., filho do chefe de Serviço de Saúde, da Prov. até 1880, Dr. Pedro Sérgio Viana de Andrade (preto). O coronel Carrazeda estava filiado no partido democrático onde era um dos grandes vultos, presidente da direcção da Associação do Registo Civil e um dos grandes vultos da Maçonaria, apesar de ser preto... Esteve ao serviço da Província em 1897 a 1904".	OBA, 19.01.1924,nº247 2ª.p., 1ª.- 2ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Instrução Indígena	Contra a separação do ensino, ocorrida desde 1 de Fevereiro, atentando a Constituição.	OBA, 16.02.1924,nº251 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Instrução Indígena	Contra a separação do ensino para brancos e negros. "Havendo em LM duas escolas para indígenas do sexo masculino e uma para indígenas do sexo feminino, não é permitido nas escolas centrais da cidade, a frequência destes alunos. não como medida da distinção de castas, mas com o fim único de agrupar alunos de psicologias semelhantes". E, conclui o jornal: "fdio ao nativo".	OBA, 01.03.1924,nº253 1ª.p., 3ª.col.
. A lei da chapa	Contra as medidas discriminatórias. "O 19.tiro contra os pretos, foi atirado quando da regulamentação de passes e chapas...Fode-se dizer sem receio de desmentido que a lei da chapa foi a 1ª.pedra lançada no edificio do nativismo, se é permitido dar-se este nome ao descontentamento que lavra entre os nativos".	OBA,05.04.1924,nº258 1ª.p., 1ª.- 3ª.col.
. O ideal da Justiça	Melhoramentos introduzidos no jornal. "Para uma empresa que tem por fim combater desmandos, a fazer da justiça um ideal, representa vontade estimulada por uma série de leis incongruentes que os nossos mandoes democráticos vão carregando sobre os naturais".	OBA, 14.06.1924,nº268 1ª.p., 3ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Nativismo	Transcrição do jornal "O Nauta", de um artigo que questiona: "Porque não há-de esta gente hábil adquirir a sua autonomia? Estão em sua casa. Devem ser hospitaleiros, mas também para assim serem, os devem respeitar garantindo-lhes os direitos a que têm jus".	OBA, 23.08.1924,nº278 1ª.p., 1ª.col.
. Dividir para reinar	Crítica aos afro-portugueses, que renegam a raça negra e, se afastam dos seus irmãos.	OBA, 13.09.1924,nº281 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Grémio Africano	Festejando o aniversário da criação do OBA, porta voz do Grémio Africano, refere-se à escola, biblioteca e ao desporto (boxe, dança, etc). Elogio ao seu 1º.director, João Albasini, "destemido campeão da nossa África". Ref.aos problemas que o grupo enfrenta, cujo programa, "muitos nativos não compreendem e que a totalidade dos europeus desconhece".	OBA, 24.12.1924,nº295 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Administração colonial	Crítica à situação "actual", em que "o álcool criou raízes, os maus tratos, salários de fome, trabalhos gratuitos contra pesados impostos, indirectamente contribuindo para o êxodo migratório, adoptaram como processo e lema na administração pública".	OBA, 24.01.1925,nº299 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Colonização	Critica à colonização portuguesa. "Estamos no séc.XX e continuamos a olhar o indígena com desprezo, tendo de ser ele, e é, o único valor indispensável para a valorização e colonização da África".	OBA, 28.02.1925,nº304 1ª.p., 3ª.col.
. Administra- ção	"A Crápula Oficial das Colónias Portuguesas", uma obra que será publicada em breve. "Aceitam-se comunicados de todas as pessoas que desejem autopsiar o alto e médio funcionalismo público das Colónias".	OBA, 25.04.1925,nº312 1ª.p., 3ª.col.
. Trabalho forçado	Denúncia da situação de mulheres presas, na construção da estrada Macia-Incoloane.	OBA, 18.07.1925,nº324 1ª.p., 4ª.- 5ª.col.
. Elogio a João Albasini	"Foi um nativo de cor mulata com excepcional aptidão. Os seus artigos de jornal eram lidos e apreciados".	OBA, 19.12.1925,nº341 1ª.p., 2ª.col.

AMOSTRA TEMÁTICA V (1926-1930)

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Racismo	Denúncia de um racismo latente em LM. Exemplo de um negro, com o curso de regente agrícola e que por ser negro, encontrou dificuldades, mais de alimentação do que de alojamento. Comenta o jornalista que é mais fácil copiar o que os ingleses fazem na África do Sul, que continuar com o que se pratica na metrópole.	OBA, 08.01.1926,nº343 1ª.p., 6ª.- 7ª.col.
. Política Indígena	Crítica à política seguida. "As esferas superiores badalam com excelente disposição, o sino grande da assistência indígena". Aplauda o fim do "lobolo", mas acautela que esta prática social só termina, quando houver uma mentalização da mulher e do homem. Critica o não ter sido posta em funcionamento a Escola de Artes e Ofícios de LM.	OBA, 23.01.1926,nº345 1ª.p., 1ª.- 3ª.col.
. Imposto de palhota	Insurge-se contra o aumento do imposto de palhota, defendendo outros meios de criar riqueza. Entre eles, a educação do indígena, porque sendo o dono da terra, seria ele que a devia explorar, desenvolvendo assim riqueza para todos, sendo então justo que o negro contribuisse com a sua parte para as receitas do estado.	OBA, 30.01.1926,nº346 1ª.p., 4ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Política Indígena	Proposta do Grémio Africano, de ser chamado a cooperar nesta área, com o governo, com um plano, cujo objectivo seria de "civilizar e educar".	OBA. 06.02.1926,nº347 1ª.p., 6ª.- 7ª.col.
. Educação	Critica a pouca vontade do governo, em criar escolas para indígenas. Defende que quanto mais instruído fôr o negro, melhor será o seu relacionamento com outras pessoas.	OBA, 20.02.1926,nº349 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Imposto de palhota	Denúncia a exploração colonial.	OBA. 06.03.1926,nº351 1ª.p., 1ª.col.
. Policia Civil	Detenção de ferroviários grevistas. Nota officiosa do Corpo de Policia Civil de Lourenço Marques.	OBA, 06.03.1926,nº351 2ª.p., 1ª.col.
. Companhias Magestáticas	Artigo condenando as companhias, na sua tendência de autonomia. "Alegam estas que têm de deixar 30% das cambiais nas exportações e, que essa verba é para Portugal pagar aos seus funcionarios e para as suas importações. Defesa do principio da sede das companhias ser na colónia e não no estrangeiro. Sugere uma "maior" politica indígena.	OBA: 27.03.1926,nº353 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Saúde	Descrição de uma visita ao Hospital Miguel Bombarda Boa impressão pelo modo como são tratados os indígenas, pela limpeza e ordem existentes.	OBA, 10.04.1926,nº355 1ª.p., 1ª.- 2ª.col

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Monopólio de mafurra	Contra o regime de monopólio de mafurra. Denuncia a exploração exercida sobre os agricultores, pois que têm de vender o produto à companhia concessionária pelo preço, por ela estipulado, quando em venda livre, o seu preço seria maior.	OBA, 24.04.1926, nº único, 1ª.p., 19- 2ª.col.
. Política Indígena	Contra a actuação do SNI Critica de uma lei aprovada pelo Conselho legislativo, que atribui ao Secretário dos Negócios Indígenas, a autorização de julgar e condenar casos de exploração de menores. Para o jornalista é "um grande disparate armarem mais um branco contra pretos, pois que para matar pretos já há gente a mais". Para comprova-lo apresenta dois exemplos em que está presente a prepotência de quem tem de julgar.	OBA, 01.05.1926, nº único, 1ª.p., 1ª.-2ª.col.
. Educação	"Uma Monstruosidade". Alusão a criação de escolas profissionais, separadas, para brancos e para negros.	OBA. 11.09.1926, nº365 1ª.p., 1ª.- 3ª.col.
. Educação	"No Reino do álcool". Combate ao alcoolismo, crítica à forma como é protegido pelo funcionalismo. Defesa da educação do negro para que abandone o fabrico e o consumo de bebidas alcoólicas.	OBA, 18.12.1926, nº372 1ª.p., 5ª.- 7ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Saúde	Assistência Indígena. Espera que a Comissão criada para o "Estudo do Fomento da Província", não venha a enfermar dos mesmos males como "há 2 ou 3 anos, com o pomposo nome de Assistência Indígena nomeou-se uma comissão para estudar todos os problemas respeitantes a indígenas. Essa comissão, que se compunha de gente competente, reuniu que se saiba, uma vez sómente e dessa única vez resolveu mandar construir chalets em Ressano Garcia ...para brancos". Esta razão é, para o jornalista, suficiente para não acreditar na referida comissão.	OBA, 15.01.1927.nº376 1ª.p., 1ª.col.
. Política Indígena	"O Inquerito". Critica o modo como foi feito e concluído o inquerito à Moamba, pois que todas as queixas foram resolvidas a bem de todos. Assim, "o inquiridor manda buscar as 20 negras que o Sr.Pires tinha dado aos amigos Silva do Impaputo, e manda-as embora: manda chamar os pretos que tinham ficado sem o gado, em resultado da justiça ...que se administra na Moamba: manda-lhes entregar o gado, que estes agradecem com muitos bayetes". O inquiridor, manda pagar aos pretos a prestação do chibalo que lhes era devido. Por fim, com tanta generosidade : "Declara nos autos, que nada encontrou de irregular. Pois estavam todos contentes!"	OBA, 26.02.1927.nº381 1ª.p., 5ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Educação	Defesa da lingua port. Insurge-se contra o ensino de outras línguas que não a portuguesa, nas escolas das missoes estrangeiras. Fede-se a criação de um Inspector da Instrução Primária, justificando o pedido, pelo facto de "nas missões estrangeiras que têm o seu programa de ensino, e que só ensinam landim" e, que "numa escola da Malanga e outra na Munhuana, nas quais se ensina a portugueses, filhos de portugueses, sómente o árabe. árabe, sem mais nada".	OBA. 12.03.1927.n9383 1ª.p., 1ª.col.
. Trabalho	"Trabalho Compelido". Congratula-se com a assinatura do Protocolo de Lord Cecil por Portugal, acabando com o trabalho compelido nas colónias. Relança novamente a ideia de devolução da terra ao preto, de modo a fixá-lo.	OBA. 09.04.1927.n9387 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Concessão de terrenos	"Agricultura Indígena". Defesa da entrega de terras aos pretos, afirmando que o governo teria uma maior receita do que no caso do chibalo. Para provar tal afirmação, dá como exemplo: "90% da produção agrícola do Niassa Inglês e Quénia (tabaco e algodão), é de pretos". Cita ainda experiências feitas na Guiné Francesa.	OBA. 28.05.1927.n9392 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Política Indígena	Reservas Indígenas. Defesa do negro, como trabalhador e não "mandrião", como o querem fazer. Comprovando, diz que "há pretos que estão fazendo agricultura em terrenos particulares, pagando o aluguer do terreno", o que seria desnecessário, se não só se delimitassem reservas para indígenas, como se os fossem mentalizando a ficar nelas, em vez de emigrarem para a União Sul-Africana.	OBA, 11.06.1927,nº394 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Emigração Indígena	Alerta para o decreto sobre emigração indígena. Refere dois sistemas de emigração - um correcto, "com passe do Intendente da Emigração", o outro não, "por intermédio dos empregadores". Os primeiros têm determinadas regalias, ao passo que aos segundos, até lhes é negada a escolha do tipo de trabalho.	OBA, 30.07.1927,nº401 1ª.p., 6ª.col.
. Justiça	Critica o funcionamento dos tribunais da Comarca de LM, onde os processos se arrastam tempos sem fim.	OBA, 22.10.1927,nº411 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Economia	"O Empréstimo". Critica um empréstimo de 12 milhões de libras a empregar na colónia. Critica a programação pelo poder central.	OBA, 26.11.1927,nº415 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Política Indígena	Defesa da criação de uma escola, para a formação não só de régulos e indunas, como também dos restantes habitantes. A todos seriam ministrados conhecimentos de agricultura e lingua portuguesa, "podendo o professor ser indígena, com pelo menos exames da instrução primária do 19. e 20. graus, devendo ser casado e bem comportado, e se possível, a sua esposa deveria também ser culta, de modo a poder ensinar à mae africana todas as lides de uma casa moderna".	OBA, 14.01.1928,n9420 1â.p., 6â.col.
. Educação	"Erro de Vista". Defesa do ensino em toda a colónia, da lingua port. Exemplo de um brasileiro, o ministro das Relações Exteriores, que tomou a resolução de, em questões internacionais, falar Português. Critica depois, os portugueses na colónia, por não incrementarem o ensino da lingua portuguesa nos indígenas, servindo-se muitas vezes do argumento "preto não é capaz de aprender nada".	OBA, 02.03.1928,n9427 1â.p.,2â.- 3â.col.
. Alcoolismo	Baseado no relatório do sub-delegado de saude de Inharrime e Cumbana, em que se afirma que o negro gasta mais dinheiro em bebidas alcoólicas, do que em comida e roupa, tornando-se um elemento anti-social.	OBA, 21.04.1928,n9432 1â.p., 19.- 2â.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Saúde	Defesa de uma boa assistência médica aos indígenas. Adverte que com o incremento da agricultura, da indústria que começa a nascer, o desenvolvimento dos portos, é necessária muita mão-de-obra e, em boas condições de saúde.	OBA, 19.05.1928,nº436 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Economia	A nova Convenção com a União Sul-Africana. Defesa de um estudo da regulamentação da convenção, de modo a que o indígena não possa ser explorado pelo comerciante, uma vez que o emigrante enviará à sua família mais dinheiro. "uma vez que ganhará mais". Critica, por outro lado, não ser autorizado que o emigrante moçambicano tenha outro emprego, que não seja o das minas.	OBA, 26.05.1928,nº437 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Política Indígena	Defesa da língua portug. Critica do "ensino das línguas naturais pelas missões estrangeiras". Condena a extinção das missões laicas portuguesas ao mesmo que, condena a concessão de terras a estrangeiros, banindo-se o indígena, que por falta de terras é levado a emigrar para as minas.	OBA, 28.07.1928,nº443 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Trabalho Indígena	Defesa de uma legislação que tenha em conta a salvaguarda do trabalho indígena, sendo atribuída uma remuneração condigna, assistência médica, pensão em caso de acidente grave, protegê-lo "contra todos os abusos".	OBA, 08.09.1928,nº449 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Educação	"Colégio Europeu" Crítica à criação do colégio, que pertencia à igreja católica e era frequentado unicamente por brancos.	OBA, 13.10.1928,nº454 1ª.p., 2ª.- 3ª.col.
. Política Indígena	Crítica o não pagamento de salário e régulos e indunas, salientando que tendo tantas missões a desempenhar, não sendo pagas, os leva muitas vezes, a renunciar ao seu cargo.	OBA, 27.10.1928,nº456 2ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Concessão de terrenos	"Terrenos para pretos" "Defesa do direito dos naturais a terrenos para cultivo", sugerindo a abertura pelo governo, de um crédito agrícola. Crítica a política de concessão de terra aos colonos.	OBA, 24.11.1928,nº460 1ª.p.,1ª.col.
. Educação	Crítica e denuncia a actuação da administração colonial.	OBA, 08.12.1928,nº462 1ª.p.,1ª.col.
. Concessão de terrenos	Defende a distribuição de terras aos indígenas Cita a experiência levada a cabo em Mogovolas, distrito de Moçambique.	OBA, 24.12.1928,nº484 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Alcoolismo	"Uma Missão Ingrata". Critica a ida a LM, de uma delegação de Inham- bane, solicitar ao governador-geral da colónia, autorização para fabricar bebidas alcoólicas, pois as mesmas são contra a saúde do negro.	DBA. 19.01.1929.nº468 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Trabalho	"Código do Trabalho Indígena". Critica uma atitude do gov.-geral, por ter saltado "por cima da referida lei". Esta lei é o "Decreto nº.16199, de 06.12.1928, que aprova o novo Código". Pretendem algumas forças na colónia, manter o trabalho compelido, que é abolido por este novo Código.	DBA. 26.01.1929.nº469 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Concessão de terrenos	"Agricultura Indígena". Defende a entrega de terras aos indígenas e "para se conseguir isto é necessário somente retalhar e demarcar terrenos próprios para a agricultura, vendê-los aos indígenas- notem bem. vender e não dar gratuita- mente - fornecer-lhes sementes seleccionadas, charruas e todo o necessário e fazer com que ele trabalhe e produza o bastante para si e para vender". A defesa deste princípio baseia-se no facto de, o negro mais evoluído, ao comprar a terra, ficará a coberto da cedência da mesma a algum branco.	DBA. 09.03.1929.nº475 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Censura	Denuncia veladamente a acção da censura, que não deixa publicar artigos, em defesa do negro.	OBA, 18.05.1929,nº479 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Assimilado	"O Assimilado". Critica a política colonial portuguesa, uma vez que abre as portas ao estrangeiro, em detrimento dos negros assimilados, que se veem obrigados a emigrar.	OBA, 08.06.1929,nº481 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Política Colonial	Critica afirmações numa publicação oficial, em que se sustenta "a opinião de que Portugal não tendo capacidade nem iniciativa para desenvolver as suas colónias, não pode vedá-las ao impulso da civilização, recusando a entrada de capitais estrangeiros que se ofereçam, para as colocar ao par das outras nações". Defende o jornalista, ser grave esta afirmação, por não acreditar que os portugueses não tenham capacidade nem iniciativa para realizar o que os estrangeiros farão.	OBA, 24.08.1929,nº489 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Política	"A Nossa União". Defende a necessidade de reorganizar o Partido Nacional Africano. "Porque é preciso redizer que sejam quais forem as surpresas que o dia de amanhã nos reserve, todos os africanos devem manter-se unidos, em torno da bandeira das reivindicações do Partido Nacional Africano".	OBA, 21.09.1929,nº493 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Trabalho	"Mao-de-obra indigena". Critica o governo da colônia, por nao ter ainda abolido de vez, o trabalho compelido. "Nao sabemos o que o governo fara perante esta attitude, mas estamos convencidos que saberá cumprir o seu dever, collocando-se acima de interesses particulares, para manter as disposições promulgadas". Defende também a doçao de subsidios à industria e à agricultura, mas que estes nao levem à continuaçao do trabalho compelido.	OBA, 18.01.1930,nº496 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Trabalho	"A crise do desemprego". Critica o aumento do desemprego na colônia, "crise que nunca chegou às proporçoes de hoje no passado, mesmo nas fases em que os cofres publicos lutavam com dificuldades e, o comércio se ressentia delas". Tenta justificar a crise com o aumento da emigraçao, defendendo no entanto, uma nova politica de agricultura indigena.	OBA, 08.03.1930,nº503 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.
. Trabalho	"Uma Proposta". Defende, nao na tota- lidade, a ideia do Director dos Correios, de em determinadas estaçoes colocar indigenas, como funcionarios, desde que possuissem a 4ª.classe e, naturais da regioe, nao concordando com o salário que lhes paga.	OBA, 26.04.1930,nº510 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERÊNCIA
. Política Salarial	"Salarios". Critica o salário pago aos intérpretes, pois que "este ordenado é tao diminuto e tao revoltante, não só porque não chega para satisfazer os primeiros encargos dum modesto chefe de família, mas ainda porque não compensa as tremendas responsabilidades que recaem sempre sobre o intérprete, no exercicio das suas funções". Defende que: "Ninguém, com visao clara, ignore que o pagamento deve ser feito em conformidade com o serviço que cada qual faz, sem se olhar a cor, que de resto o preto nao teve culpa alguma de haver nascido assim!"	OBA. 12.04.1930,n2508 1ª.p., 7ª.col. e 2ª.p., 1ª.col.
. Trabalho	"A Crise do Desemprego". Critica a diminuição do desemprego, através da "colocação de nacionais em lugares inferiores nas casas estrangeiras". Defende que a crise se evita se "se poder colocar o nacional em condições de vencer na concorrência, pelo crédito, pelas garantias de concessões e outras, que não deprimam, como as que lhe pretendem dar"...	OBA. 10.05.1930,n2511 1ª.p., 1ª.- 2ª.col.

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Trabalho (cont.)	"Pretende-se que o estrangeiro seja obrigado (cont.) a empregar nos seus estabelecimentos de exploração comercial 75% de portugueses, mas excluindo deste numero o indigena, isto é quer-se que o europeu seja serventário do monhé estrangeiro, por exemplo, e não se quer que o indigena tenha essa honra..." "Quer dizer, o indigena é português para ir cavar o ouro no Rand, transformado em objecto de negocio que rende; é português para defender a pátria portuguesa de armas na mão; é português para pagar, sem protesto, sem pestanejar os impostos e, não é português para o óbolo que se pretende que os outros tenham, nem para nenhuns outros que apareçam".	DBA, 10.05.1930,nº9511
. Trabalho	"Constituição da Republica DBA,21.06.1930,nº9516 E A Hodierna Câmara Municipal 1ª.p.,1ª.- 3ª.c. de Lourenço Marques". Critica uma Postura Municipal que no seu art.56, cria privilégios ou recalias a operários port. brancos, excluindo os "colorados", pois que em determinadas obras "dois terços do numero de operários serão portugueses, dos quais 50% serão brancos. A infracção desta disposição importará de multa de 100\$, cont., por cada individuo que exceder a proporção aqui estabelecida. A multa seria aplicada mensalmente ao responsável pela execução".Daqui se deduz que : "Fica portanto, coartada a liberdade de trabalho para os operários coloniais de cor parda, amarela e negra - que, aliás são tão bons operários Portugueses como os Portugueses brancos..."	DBA,21.06.1930,nº9516

TEMA	TRATAMENTO	REFERENCIA
. Educação	"O Problema da Instrução Indígena". Defende o lançamento da instrução, principalmente a dos indígenas. Para uma melhoria diz e citamos : " podíamos nós mesmos, cada qual, contribuir, na medida do possível, com a sua cota parte, ou antes abriríamos uma subscrição, que salvo erro não devia ser inferior a umas vinte mil libras, poderíamos anualmente mandar meia dúzia de rapazes pretos, de preferência pobres para serem educados na Europa. Assim, passados anos, aqueles viriam ajudar a formar outros indígenas".	OBA, 05.07.1930,nº518 1ª.p., 4ª.col.
. Política	"Política Colonial". Critica a política colonial defendida por diversos países colonizadores, uma vez que " apesar de tantos séculos decorridos sobre a ocupação de África, poucos são os negros civilizados, poucos são aqueles que têm consciência dos seus direitos e do papel que, como seres dotados de inteligência, são chamados a desempenhar no mecanismo social, o que prova que em muitos casos, colonização é o mesmo que exploração". Defende que a política colonial deveria ser feita, ouvidos os naturais do país, independentemente da raça ou cor. (Transcrição de "A Mocidade Africana").	OBA, 27.09.1930,nº527 1ª.p.,1ª.- 3ª.col.

ANEXO 3.
MOVIMENTO DAS CASAS ANUNCIADAS

ANEXO 3

QUADRO I: MOVIMENTO DAS CASAS ANUNCIADAS NO "OBA"
24.12.1918 a 24.12.1919 (51 números)

Nº	Casa Anunciada	Formato	Nº de vezes anunciadas												Total	
			Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov		Dez

1ª e 2ª páginas																

1.	Fabiao e Silva (Chapéus)	5x1,5 5x2	3	5	11	15	10	20	15	7	22	28	17	19	12	184
2.	Rossi Pavilion Restaurant	5x1,5 5x2,5	-	-	5	12	4	10	8	3	1	-	-	-	-	43
3.	Salão Chique (Chapéus)	5x2,5 5x8	-	-	-	-	-	15	15	16	19	15	14	19	14	127
4.	J. Silva Cordeiro (Barbearia)	5x3,5	1	3	3	5	3	4	2	4	5	4	-	-	-	34
5.	Silva e Ferreira (Lotaria do Natal)	5x2,5 5x7,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	8	12
3ª página																

6.	José de Sá Pessoa	5x4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	4	11
7.	Agência de Leilões	10x6,5	-	-	-	-	3	5	4	4	5	4	4	5	4	38
8.	S. Alves (Lavandaria)	5x4,5 5x5 5x8,5	-	-	-	-	3	5	2	4	5	4	4	5	4	36
9.	A.N.Borges Loureiro (Despachante Oficial)	5x3,5	-	-	2	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	45
10.	Esp. Liquidadora de Gado (Leilões, Gado, Mob. Terrenos)	10x4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
11.	Assan (Leitaria)	5x4,5 5x8 5x5	-	-	-	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	43
12.	Transportes Maritimos do Estado	10x7,5	-	-	-	-	1	5	4	4	5	4	4	5	4	36
13.	The Delagoa Bay (Engenharia)	10x3,5	-	-	-	1	3	5	4	4	5	4	4	5	4	39
14.	Altino Rocha (Imp/Exp. Seguros)	15x6,5	-	3	4	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	50
15.	Nova Oficina (Reparação maq. escrever)	5x5,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	5
16.	Hotel Africano	5x5,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	4	9
17.	D. Sideris & Sons (Mercearia)	5x6,5	1	3	4	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	51
18.	Hazis & Aliféri (Pastelaria)	5x7	-	-	-	-	3	5	4	4	5	4	4	5	2	36
19.	António da Costa Lima (Restaurante)	5x8	-	-	1	5	3	2	-	-	-	-	-	-	-	11
20.	Minerva Central (Liv./Pap./Tip)	10x17,5	-	-	-	3	3	5	4	4	5	4	4	5	4	41
21.	Hajee Karim & Cª (Mercearia grosso e retalho)	5x4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	4	11
22.	Pedro de Melo (Casa de frescos)	10x4,5	-	-	4	5	3	5	3	-	-	-	-	-	-	20
23.	António José Escudeiro (Imp/Exp)	10x6	-	-	2	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	45
24.	Xavier Maltez (Restaurante - Boane)	10x6,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4	5	4	16

Nº	Casa Anunciada	Formato	Nº de vezes anunciadas												Total		
			Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov		Dez	
25.	Júlio Mogueira Lima (Barbearia)	5x3,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5	4	13
26.	H. Ossean (Imp: mercearia e tecidos)	5x4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	4	11
27.	Eduardo da Silva Mendonça (Imp/Exp) Continuado por: Mendonça, Barros & Cª	10x6,5 10x10	-	-	2	5	3	5	4	4	5	1	-	-	-	-	cont
28.	Hotel Paris	10x8	-	-	2	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	4	45
29.	Arnaldo Alves Pereira (Imp/Exp)	10x10	-	3	6	10	6	10	8	8	10	8	4	5	1	79	
30.	Salão Mascote (Bordados e porcelanas)	10x10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
31.	João Ramos (Restaurante)	10x7	-	-	3	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	4	46
32.	José de Carvalho Júnior (Talho)	10x6	-	-	2	5	2	5	4	4	5	4	4	5	4	4	44
33.	Hurwitz, Moura & Cª (Imp/Exp)	10x7	-	-	3	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	4	46
34.	Carlton Hotel	5x13 10x9,5	1	2	3	5	4	4	4	4	5	4	4	5	4	4	49
35.	Pérola da China (Mercearia)	10x10 10x9 10x8,5 10x8	-	-	3	5	3	5	4	1	-	-	4	5	4	34	
	4ª página																
36.	Casa Leão (Vestuário e louça)	10x10	-	-	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
37.	Costa & Romão (Mercearia/Bar)	10x9	-	-	-	1	3	5	4	4	5	4	-	-	-	-	26
38.	Banco Nacional Ultramarino	10x12,5 10x15,5	-	-	3	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	4	46
39.	Guerreiro & Castro (Imp/Exp/Mercearia)	10x9	-	-	3	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	4	46
40.	Comp. Nacional Navegação	10x10	-	-	-	3	3	5	4	4	5	4	4	5	4	4	41
41.	Alfred F. Robinson (Imp/Maq. C. F.)	10x9,5	1	3	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
42.	Manuel de Abreu (Imp/Exp/Merc/Of.Ser/V.Gado)	10x8,5	-	-	3	5	3	5	4	3	-	-	-	-	-	-	23
43.	Fábrica Nacional de Cerveja)	10x8,5	-	-	-	-	-	-	-	-	5	4	4	5	4	4	22
44.	Manuel Mendes (Imp/Exp/Merc/Mat.Construção)	5x10	1	3	4	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	4	51
45.	Casa Ferro Velho	5x9 5x14,5	-	-	-	1	3	5	4	4	5	4	4	5	4	4	39
46.	Empresa de Panificação	5x7	1	3	4	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	4	51
47.	Fáb.Portuguesa de Tabacos	5x10,5	-	1	4	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	4	48
48.	F. Dicca (Fáb.Sodas e Limonadas)	5x6	1	3	4	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	4	51
49.	A. Pinheiro & Cª (Imp/Exp/Armazém)	10x9	1	3	4	5	3	5	4	4	5	-	-	-	-	-	34
50.	Giuseppe Buffa Bucellato (Carp/Marcenaria)	10x6	1	3	4	5	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16
51.	Vieira & Irmão (Imp/Exp/Armazém)	10x9,5	1	3	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
52.	Empresa de Transp.Terrestres	10x4,5	1	3	4	5	3	5	4	4	5	-	-	-	-	-	34
53.	Robert Norman & Cª (Comissões e Consignações)	10x6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4	3	-	-	10

Nº	Casa Anunciada	Formato	Nº de vezes anunciadas												Total	
			Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov		Dez
54.	Breyner & Wirth (Agent.Ger.Financ.Imob.)	10x10	-	-	-	3	3	5	4	4	5	4	4	5	4	41
55.	Delagoa Bay Agency (Cargas e Descargas)	10x7	1	3	4	5	3	5	4	4	5	4	2	-	-	40
56.	Luis Alberto de Pinto (Imp/Exp)	10x6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
57.	Reis, Fernandes & Baptista (Imp/Exp)	10x9	1	3	4	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	51
58.	A Moçambique (Comp. fleos e Sabões)	10x8	1	3	4	5	3	5	4	4	5	-	-	-	-	34
59.	Farmácia Drog.Luso Africana	10x4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	5	4	17
60.	Tipografia Oriental	10x4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	5	4	17
61.	Afro Dias Morgado (Lenha e Carvão)	10x6,5 5x9,5	-	-	3	5	3	5	6	7	10	6	5	5	5	60
62.	F. Bridler & Cª Lda	10x8	1	3	4	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	51
63.	Mahomed Ayub (Imp/Exp)	10x5,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4	5	4	16
64.	Manuel & Bragança (Of.Mecânica)	10x4,5	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	1	4	9
65.	Casa Sport (Armas,Art.Fot.e Desportivos)	10x4,5	1	3	4	5	3	5	4	4	5	4	4	5	4	51
66.	The Smilthuld Cold Storage Export Cª (Compra Milho)	10x3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4	5	4	16
67.	Empresa Mobiladora (Lot.Seguros.Ag.Comerciais)	10x7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	5	4	14
68.	Casa Coimbra (Rendas Bordados Sedas)	10x7,5	-	-	3	5	3	5	4	7	10	8	8	10	8	71

QUADRO II: MOVIMENTO DAS CASAS ANUNCIADAS NO "DBA"
19.01.1924 a 24.12.1924 (48 números)

Nº	Casa Anunciada	Formato	Mês												Total
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1ª e 2ª páginas															
1.	Minerva Central (Carimbos, Liv./Pap.)	5x4 10x27	-	-	-	2	5	4	4	4	3	3	5	6	36
2.	Livraria Progresso Lda.	5x1,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
3.	S. Hocking & Cª (Retratos)	5x5	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	2	46
4.	Salão Chique	10x6,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
5.	Policlinica da Farmácia A.Barbosa & Cª	5x11	-	-	-	-	-	-	4	5	3	3	5	3	23
6.	Talho de Alfredo Luis	10x8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	5
7.	Larmalene & Woodlands (Surdez, Tratamento)	5x5,5	-	-	-	-	-	3	4	4	3	3	5	3	25
8.	Vidago & Cª Lda (Filtros, London Filter)	5x12	2	4	5	4	5	2	4	5	3	3	5	3	45
9.	Casa Rubi (Brinquedos, Brindes)	5x5	-	-	-	-	-	-	8	12	4	6	-	-	30
10.	A. Pegado Lda (Leilão, motos, bicicletas, etc)	5x3,5	5	10	2	2	8	8	17	21	16	5	-	-	94
11.	Farmácia Drog.Luso Africana	5x5,5	-	-	-	-	-	-	4	5	3	3	5	3	23
12.	Dr. João Luwelino (Consultas)	5x1,5	-	-	-	-	-	-	2	5	3	3	2	-	15
13.	Salão Mozart (Pianos)	5x6,5	4	6	3	10	10	9	12	12	3	1	-	-	61
14.	Circo Pagel	15x24	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
15.	Circo Boswell Brothers	5x3	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
16.	Dr. A. Galhardo Barreiros	5x3,5	-	-	-	-	-	1	4	3	-	-	-	-	8
17.	Carlos Augusto Rocha (Restaurante)	5x3	2	4	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	12
18.	Havaneza (Jornais)	5x1	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
19.	Pensão Portuguesa	5x2,5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
20.	Casa Lusitânia (Liquidação)	5x7,5	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	5
21.	Agência Funerária de Maria Lúcia Moreira	5x7	-	-	-	7	10	7	2	-	-	-	-	-	26
22.	Eduardo Silva & Cª (Bordados)	5x3	2	2	-	2	5	4	4	5	3	3	5	5	40
23.	Dr. Sacadura Falcão (Dentista)	5x4	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	2	-	41
24.	Farmácia A.Barbosa & Cª	5x3	-	-	-	-	-	-	16	20	12	12	19	13	92
25.	Casa Coimbra (Calçado, Confecções)	10x9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7
26.	Casa Portugal Artur Pacheco Rodrigues (Imp/Exp)	10x9,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	8	14
27.	Navycurl (Navy Haia...)	5x9	2	4	5	4	5	4	4	4	3	3	5	4	47
3ª página															
28.	Consultório Cirg.Dent. Pereira da Silva	5x7	2	4	5	4	5	4	4	-	-	-	-	-	24
29.	Allen, Mack & Shepherd Lda	5x6,5	2	4	4	4	5	4	4	5	3	3	5	3	46

Nº	Casa Anunciada	Formato	Formato												Total
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
30.	Empresa Industrial Tabacos (Cigarros Sport)	10x6	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	3	47
31.	Sabão de Moçambique	10x5,5	-	-	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	42
32.	F. Bruheim & Cª (Kinavane Serv.Automóveis)	5x10,5	-	-	-	-	-	-	-	-	2	6	10	8	26
33.	Retiro Perna de Pau (L. A. Martins)	5x11	-	-	-	-	-	-	4	10	6	6	10	8	44
34.	Fabião & Silva (Ronga)	5x11	2	4	5	4	5	4	3	-	-	-	-	-	27
35.	Relojoaria Manuel Antunes	5x7	-	-	-	-	-	-	-	5	3	3	5	4	20
36.	Bernardo Fernandes (Vestuário) (Ronga)	5x10,5	2	4	5	4	5	4	2	-	-	-	-	-	26
37.	Fabião & Silva	5x9	-	-	-	-	-	-	1	5	5	6	10	7	34
38.	A Nturu	5x4	-	-	4	4	5	4	4	5	3	3	4	3	39
39.	Restaurante Machaquene (Rufino e António)	5x9	2	3	5	4	5	1	-	-	-	-	-	-	20
40.	Bernardo Fernandes	5x6	-	-	-	-	-	-	2	5	3	3	-	-	13
41.	Reis, Fernandes & Baptista (Merc.Fab.Tijolo,Pedreiras)	5x8	2	4	5	4	5	4	4	5	3	2	-	-	38
42.	Cine Teatro Variedades (Cinema)	5x5	-	-	-	-	-	1	4	5	3	3	4	1	21
43.	Cassano & Omar (Postais Boas Festas)	5x5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	1	8
44.	Alfaiataria Indo Portuguesa (Mariano Xavier Gonçalves e João Rosário Pó)	10x12	2	4	5	4	5	4	4	5	3	2	-	-	38
45.	Bar CFM de T.Sakalarides	5x6,5	2	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
46.	Casa Leao (Tecidos)	10x12	-	-	-	4	5	4	4	5	3	3	5	4	37
47.	E.Tabacos A.E.George Cª Lda	10x12	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
48.	Silva & Ferreira (Lotaria Provincial)	5x6,5	2	4	6	4	5	5	3	5	3	1	1	1	40
49.	Sebastião de Vasconcellos (Despachante Oficial)	5x4 5x2,5	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
50.	Lúcia Maria de Faria (Parteira Diplomada)	5x4	2	4	5	4	4	4	4	5	3	3	5	4	47
3ª e 4ª páginas															
51.	Padaria Lusitana (Soc.Panificação Lda)	10x7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	8	19
52.	Casa Sport (Ronga) (Pneus)	5x9	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
53.	Soc.Comercial Agricola Lda (Imp/Exp)	10x10,5	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
54.	Moç. Portland Cement Cª (Cimentos)	5x6,5	-	-	-	3	5	4	4	5	3	3	5	4	36
55.	Hotel Central (Joseph & Manuel)	5x6,5	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
56.	Lage Hotel (Lage & Selig)	5x6,5 5x4,5	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
57.	Banco Col.Agricola Port. (Ronga e Português)	5x4 10x18	4	8	10	8	10	7	8	10	2	5	9	8	89
58.	G. Greenwald (Agentes)	10x10,5	-	-	5	4	5	1	-	-	-	-	-	-	15
59.	J. G. Schelter & Glerecke (Agentes G. Greenwald)	10x5,5	-	-	-	-	-	3	4	5	3	3	5	4	27

Nº	Casa Anunciada	Formato	4ª página												Total
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
60.	Breyner & Wirth Lda (Agentes Financeiros)	10x5	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
61.	Sapataria Moderna (A.A. Ferreira & Cª Lda)	10x6,5	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
62.	Soc.Colonial Tabacos Lda (Fábrica Nacional)	10x14,5	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
63.	Ka P. A. Collot (Ronga) (Oculista)	10x12	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
64.	F. Brisdler & Cª Lda (Leite dos Alpes Suíços)	10x11,5 10x6	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
65.	Banco Nacional Ultramarino (Banco Emissor das Colónias)	20x11 10x9,5	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
66.	Afro Dias Morgado (Carvão e Lenha)	10x6,5 10x5	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	-	43
67.	Banco Comercial de Moç. (Soc.Anónima fund.1919)	10x6,5	4	8	10	8	10	5	4	5	3	3	1	-	61
68.	Casa A.B.C. (Bijutarias)	10x8	2	6	9	9	14	10	6	5	3	2	-	-	66
69.	Hotel Paris	5x4,5	-	-	-	-	-	3	4	5	3	3	5	4	27
70.	C. Larseer (Neg.de Carvão)	5x7,5 5x5	2	4	5	4	5	4	4	5	3	2	-	-	38
71.	Retiro Vista Alegre (Manuel Machado)	5x6,5	4	8	10	9	10	8	8	10	2	6	10	2	87
72.	Emp.Industrial e Edificadora (Joaquim de Matos Ribeiro)	5x7 5x4,5	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
73.	Consultorio Carg.Dentário Pereira da Silva	5x6	-	-	-	-	-	-	-	5	3	3	5	3	19
74.	Agência Funerária M.Silva	5x7,5	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
75.	Grand National Hotel (Antigo Café Paris)	5x4,5	2	4	5	4	5	1	-	-	-	-	-	-	21
76.	Dada Ismael	5x3,5	-	-	-	-	-	-	1	5	3	3	5	3	20
77.	F. Dicca (Fáb. Cerveja Nacional)	5x5,5	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
78.	Dada Ismael (Comerciante e Criador Gado Agente de Comissões/Consig)	10x6	2	4	5	4	5	4	4	-	-	-	-	-	27
79.	Firence Hotel	10x7	2	4	5	4	5	4	4	5	3	2	-	-	38
80.	Farmácia Neves	10x6,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
81.	Comp.Geral Seguros-Uabeluzi	10x6	-	-	-	-	-	3	4	5	3	3	5	4	27
82.	Comp. Nacional Navegação (Agente Breyner & Wirth)	10x7,5	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
83.	P. Santos Gil Lda (Imp/Exp)	16x8,5	2	4	5	4	5	4	4	5	3	3	5	4	48
84.	Victoria Cold Storage & Ice Factory Lda	10x12,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	8	15

QUADRO III: MOVIMENTO DAS CASAS ANUNCIADAS NO "OBA"
05.01.1929 a 02.10.1929 (28 números)

Nº	Casa Anunciada	Formato													Total
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1ª página															
1.	Gonçalves Cotta	6x2,5	-	-	-	-	1	2	3	5	3	-	-	-	14
2.	Dr. Acácio Ribeiro	6x3,5	1	7	8	2	2	4	6	10	8	3	-	-	51
3.	Leo G. Gerber (Maq. Singer)	12x11	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
2ª página															
4.	A. Masende (Perfumes)	30x15	-	-	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	20
5.	Restaurante Funchal	5x4,5	-	-	-	-	-	-	6	8	-	-	-	-	14
6.	Casa Cassam Suleman Ebrahim	6x7,5	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
7.	A Nova Wa Pfuredla (Venda pequenas espécies)	12x4,5	-	-	-	-	-	-	3	5	3	1	-	-	12
8.	Alfaiataria Africana (Paulo Rodrigues)	5x4,5	-	-	-	-	-	-	2	5	-	-	-	-	7
9.	Emp. Industrial de Tabacos (Cigarros Lusos)	42x3,5	-	-	-	-	-	-	2	5	3	-	-	-	10
3ª página															
10.	Sabão Moçambique	42x5	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
11.	Jolly Jack Basward (Livraria)	12x7,5	4	4	4	1	1	2	3	-	-	-	-	-	19
12.	Raul de Carvalho (Imp/Exp)	12x8,5	4	4	4	1	1	2	3	-	-	-	-	-	19
13.	Fabião & Silva Lda (Armazéns)	12x11	4	4	4	1	1	2	3	-	-	-	-	-	19
14.	Noronha & Cã Lda (A Nova Wa Ngonyarua)	12x14	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
15.	Eduardo Silva & Cã (Vestuário)	6x8,5	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
16.	Casa Sport (Pneus)	6x6	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
17.	Soc. Colonial de Tabacos (Breyner & Wirth)	12x9,5	4	4	4	1	1	2	3	5	2	-	-	-	27
18.	Fábrica Nacional Tabacos (Breyner & Wirth)	36x29	-	-	-	-	-	-	2	-	-	9	-	-	11
19.	Fábrica Nacional Tabacos (Cigarros Magaissas)	18x28	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4
20.	Soc. Colonial de Tabacos	12x11	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
21.	Kahan, Lda (Produtos Medicinais)	42x12	7	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
22.	Emp. Industrial Tabacos	14x23,5	-	-	4	1	1	2	-	-	-	-	-	-	8
3ª e 4ª páginas															
23.	Dr. Romão Zuzarte	6x8	9	9	8	3	2	4	6	10	6	2	-	-	59
24.	Fotografia Portuguesa	6x11	8	8	8	2	2	4	6	10	6	2	-	-	56
25.	Breyner & Wirth Lda (Agentes Financeiros)	12x6	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
26.	Breyner & Wirth Lda	18x18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1

Nº	Casa Anunciada	Formato	Formato												Total
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
27.	Ho Ling & Cª Lda (Artigos Chineses)	6x8	8	8	8	2	2	4	6	8	3	1	-	-	50
28.	Ho Ling & Cª Sucessores (Importação)	12x11,5	-	-	-	-	-	-	-	2	3	1	-	-	6
29.	Allen, Mack & Shepherd (Marca Colonist)	12x11	8	8	8	2	2	6	9	15	9	3	-	-	70
4ª página															
30.	Cassiano da Silva (Procuradoria Forense)	6x9	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
31.	Companhia Seguros Tagus (Minerva Central)	6x11	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
32.	S. Hocking & Cª Lda	6x5,5	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
33.	J. Marques Madruga (Const. Civil)	6x6,5	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
34.	César Menezes Fernandes (Procuradoria Forense)	6x6,5	8	8	8	2	2	4	6	10	6	2	-	-	56
35.	Antônio M. Arouca (Venda de Cocos)	6x10	4	4	4	1	1	2	3	-	-	-	-	-	19
36.	Minerva Central (Carimbos de Borracha)	6x5	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
37.	Dr. Barradas	6x4,5	4	4	4	1	1	-	-	-	-	-	-	-	14
38.	Lotaria Provincial	6x3	4	4	4	1	1	2	3	3	-	-	-	-	20
39.	O Livro da Dor de J. Albasini	6x6,5	4	4	4	1	1	2	3	3	2	1	-	-	25
40.	Pereira da Silva (Cirurgião Dentista)	6x7	4	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
41.	Loureiro & Albasini (Despachantes Oficiais)	6x5	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
42.	Padaria Lafões	6x4	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
43.	Explicadora	6x4,5	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
44.	Costa Junior (Advogado)	6x3,5	4	4	4	1	1	-	-	-	-	-	-	-	14
45.	Sebastião de Vasconcellos (Despachante Oficial)	6x3,5	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
46.	Marciano Nicanor da Silva (Venda Terreno na Catembe)	6x6,5	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
47.	Emp. Industrial Edificadora (Joaquim Matos Ribeiro)	6x7	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
48.	Ovomaltine (F. Búde)	18x24	4	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
49.	Emp. Tabacos A.E. George Cª Sucursal	12x21,5	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
50.	P. Santos Gil Lda. (Imp/Exp)	12x13	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
51.	Francisco César da Silva (Camionagem)	6x5	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-	-	5
52.	Banco Nacional Ultramarino	12x15,5	4	4	4	2	1	2	3	5	3	1	-	-	29
53.	Greenwald (Bijutarias)	12x6,5	4	4	4	1	1	2	3	5	3	1	-	-	28
54.	Colégio Colonial "Militante"	12x11	4	4	4	1	1	2	3	1	-	-	-	-	20
55.	Soc. Recrutamento Indigenas (SARL)	12x7	-	-	-	-	1	2	1	4	3	1	-	-	12
56.	Companhia Nacional Navegação (Agente Breyner & Wirth)	12x11	4	4	4	1	1	2	1	4	3	1	-	-	28

Só vende a dinheiro

COBERTORES
Só lá muito posses.
Medida 50 x 2 42\$00

COBERTORES
Qualidade especial,
em cor Beige.
Valem o dobro
medida 1,50 x 2 32\$50

COLCHAS
Qualidade inexor-
divel dezenhos de no-
vidade 16\$50

TWEEDS
Em cores diferen-
tes Optima qualidade
10\$00 a 12\$50

TOALHAS
Para rosto, cores
bonitos e com franja
4\$50

FLANELETE
Qualidade duravel,
com riscas. 6\$00

TOALHAS
Em bom pano tr-
co, com franja 3\$00

L. M. BAZAR

Oferem nos seus prezados clientes es-
tradas nos cinemas absolutamente **GRATI-
TIS**.

Guarde desde já
os seus talões de compra!

Aproveite esta
vantagem para
você!

Somente durante o mez de Junho
Informe-se no
L. M. Bazar
A casa das pechinchas

Meias para senhora
Em seda pura. Eternamente duraveis
cores de grande variedade
Par 25\$00

JERSEYS
Para creanças,
muito fortes, com gola
de boa aparência. 16\$00

FATINHOS
Em malha dita pe-
ra creanças cores:
Cinza, Verde e ca-
rnado 23\$00

CALÇAS PARA HOMEM
De flanela, muito
bem acabadas 50\$00

PULLOVERS
Para homem, sem
mangas 20\$00

PULLOVERS
Para homem, mis-
turado lá, desenhos
agradáveis 15\$00

SWEATERS
Para homem, com
fecho Zip, cor bege 30\$00

SWEATERS
Com fecho Zip, e
gola. Desenhos inte-
ressantes 22\$50

VESTIDOS PARA SENHORA
Em lá, cores muito boni-
nas combinadas 70\$00

CARDIGANS
Para senhora, lá garanti-
da. Modernos tons mu-
to elegantes 40\$00

SABONETES
Para toilette, banho etc.
Perfumes diferentes
5 por 5\$00

SABONETES
Dos mais afamados per-
fumistas. Cada 2\$80

VESTIDOS
Para creança, cores varia-
das e vistosas 15\$00

CABACOS
Com bond no mesmo tom.
Aparência muito elegan-
te 27\$80

CARDIGANS
Para creanças, em
para lá. E enorme sortido
em cores e tons 22\$50

L. M. Bazar

**PULLOVERS PARA
HOMEM**
Puro lá, qualidade
excepcional, modernas. 40\$00

**CARDIGANS PARA
HOMEM**
Em lá, cor bege.
Cada 55\$00

PEUGAS PARA HOMEM
Bastante quente e pe-
das.
Todos os numeros
Par 5\$00

**PULLOVERS PARA
HOMEM**
Todo lá, em variedades
e modernas cores 47\$00

de ambas partes não dize o po-
blicos que se que corpa — por
reclamação — não dá para pro-
ridos não dá para, pois todos a
velocidade aeroplano.

De lá mesmo para Xinasava e
autonomo 1 B 234 horas das
carros de 2 logares, um camião
dois carros fechados e reorrido
proprio Bagagem, em avião a
estivamento de, temar cruzar
todo dele.

Tal em a velocidade de carro
que tende ao feto tenhos de
veloz e tempo de nos latos
Fernand Brubeta, não dá para
p-manga, no ornitario e se dá
por mais já nos tempo-bracos
do, temamos de Joe que se com-
gava sem se lembrar de que se
faziam 15 kilos de peso.

Este Joe que se leitores deves
combeur lá mesmo outros tem-
por é comerciante agora e di-
que quer ser patriota... Já tem
o fibros, faltando por conseguir
de 7.

Muito pratico — pal é Am-
ricano — não há para ele diffic-
dades de esperte alguma. A sua
com comercial é das mais movi-
mentadas de Xinasava e deve já
ter em Nova York, algumas mil
libras de dollars...

Há 12 casas comerciais em
Xinasava mal alinhadas apena-
de a serem modernas.

Foi em Xinasava que vi o
segundo bando de galafatos. O
primeiro, como já é no seu
propriedade do sr. Joaze Fozes
dos Távris.

Fiquei surpreendido ao ver
cane ali, pois em Lourenço Mar-
ques costuma que todos estão
destruidos e que a malhada, al-
c-atamas com terem devorado
as folhas e a cana, acabavam agra-
da de pio-vem a desmentar a
traição! Pobres galafatos que
lá calculados tem sido!

Estes mal-ditos deves ter feito
lá muito estrago, mas a terra, que
é boa, em breve reparou os pro-
prios. Quando rejeitarem a
cana, que está lá, toda, como
se não tivesse expando aquela
praga de que a habita no norte
já ao tempo em que o labor-
ciosa do Universo visita algu-
mas vezes fazer os marcos.

Deu-se a visita a proprie-
dade do A. João Leão, e grande
industrial que pela primeira vez
faziamos menção no Colégio,
além também para a visita.

1. Legados de Xinasava de 8,
pouco depois, estavam em Ma-
gdego.

Entre as casas com-ocidas
prensivas que vi foi do meu am-
go Fernando Gil; quando ali
que tinha uma cana para a
e, mas, que em a Xinasava e
devido Magdego.

Como lá de outro de autono-
e das pessoas com alguma rela-
e dele para porta dele, só tiro
tempo de lá fazer um comprei-
mento é Monstros — com a
segundo, que ele não cor-
responsavel. Foi entre a Hiler e
ele ficou indelicado. Só me a-
respondeu a um "viva" com
"viva viva".

Fiquei de veras intrigado que
faziamos ver sobre aquele, de
Magdego, que não correspond-
o ao vital mundial? Quando, me-
tade, vim lá, tinha, tiro sobre
a explicação: o meu amigo está
de luto pelo falecimento da au-
thar, e que faziam. Quando he-
falou me faziamos a meu Gil, do
de emagdego, declarou me que era
comum.

Nunca tinha compreendido
estas coisas novas. Só em Ma-
gdego e pela explicação de meu
amigo, fiquei compreendido.

O homem ainda hoje abal- xo de escala animal

(Continuação da 1.ª página)

mentos, tal qual como um governo
e revoluções qualquer que sejam
em sua essência, mas o homem, per-
que é mais que um animal, porque
a civilização de que através se
opõem a Humanidade tem bene-
fícios.

Nada se faz para se apegar
uma ábri sem sacrificios, e quanto
tanto sacrificios e acesos são — O
Bom de Todos.

Não vemos que hoje já não são
as coisas que se armam em
revoluções? E porque o fim do
mundo se aproxima?

O Estado propriamente organi-
zado, passadamente quasi que
não existe. Primeiro afastaram
os Chefes de Estado, reatando-
apenas como figuras decorativas.
Depois os Parlamantos, hoje ape-
nas existindo como dependências
dos governos. Isto é o que oficial-
de representação nominal e os
proprios Governos pode-se dizer
que não existem, porque já não
governam, revoltos com. Hoje
governam os partidos, os comités
e os seus comités, todos revolve-
do em si.

Foi a cande popular que se radi-
ca e a epidemia de todos os ad-
ministrativos a official. E a
obediência popular que está a
basta do mundo, aliás mal obedi-
ência em confusão, por trezeção.

Coragem, pois, para reconhecer
as obrigações que a nossa época
impõe.

Lourenço Marques, 8 de Maio de
1934.

Câmara Municipal de Louren- ço Marques

Reunião de 27 de Maio de 1934

Relatório do Presidente

João Lopes e, Fulano M. Noel, As
seus nomes do Proprietários, Chita
Lorenzo J. José e, Luiz, G. João
Antunes da Silva, Y. Gloria Old
Storage & Ice Factory Ltd, F. Hugo
Dicca, Adriano Augusto Martins,
João Gomes Ferreira.

Outros reportamentos

Banco Nacional Ultramarino: De-
seu conhecimento da informação
de Report do Trechos ao requere-
mento, informação com que a Câ-
mara concordou. José Fogaça. O
terreno não cabe para um jardim.
Portanto, indeferido. Deverá re-
querer para construir um ma-
nuseio ou simplesmente para ter a
rua do cavall, re queira. Pedro
Filipe e outro: Indeferido, visto
não competir a Câmara a illumina-
ção das ruas e articularmos. Adriano
Augusto Aras e outros: Indeferi-
do, visto a informação do sr.
Delegado d. Saúde expressa de
sua nota n.º 180. Ricardo Gomes
de Oliveira: Deferido para quando
haja vaga. José dos Santos Pais:
A Câmara não tem competência
para intervir no serviço de muitas
Antonio Augusto Afonso: Deferi-
do para a primeira vaga que se
d.º George Loustane: Indeferi-
do. M. A. Daddabay: Organi-
zação do processo. Factos e avaliação
na forma de segunda alternativa
conhecimento de presente requere-
mento. A Câmara nomeou seu
perito o sr. Eugenio Antonio
Ribeiro de Medeiros que, com o
perito de requereuto accollido, o
perito de desempata. Joaquim
Lourenço Sebastião Lopes e outros:
Podem ser arreados a qualquer
dos requereutos uma bandeja que
está vaga. Que quer vaga que se
dá a sr. de preferencia, aprova to-
dos para qualquer dos requereuto-
res a preferido. Ester Buzza B.
Lobo: De-se o conhecimento de

Associação Cultural

Presente e nos requereutos
pedido a concessão de um ter-
reno, tendo-se retirado da sala
o sr. Vagal Viriato Vieira, recebeu
o seguinte despacho: Indeferido
por a Câmara não poder fazer
concessão gratuita, como se vê
da Reforma Administrativa, em
vigor, entre outros nos artigos
306.º, n.º 1.º e 308.º.

Actas

Tendo entrado em gozo de licen-
ça e cedido das officinas contrató-
das de Carvalho, foi nomeado
o presidente Manuel da Silva que
conferirá com o seu logar vi-
sente a differença de rendimentos.

Agas

Regist-se que da análise feita
a água em 14 de corrente, consta
que não havia B. Coli em 30 e c.
e havia 10 bacterias por o. c.

Arredaamentos

Não tendo havido concorrentes
ao arrendamento da Loja n.º 10
do Mercado Vasco da Gama, com
Joaquim da Silva, n.º 1.º, em 31.
Não tendo havido concorrentes a
quem foi de Ruffino de Oliveira,
no topo de avenida 24 de Juho
mandando se organizar novo progra-
ma de concorreto.

Classificação de Alugados

Em 1 de Agosto votou esta Câ-
mara que se prestara sobre autono-
mia de permogiros, tendo em vista
o parecer de uma comissão nomeada
pelo G. v.º para revisão da pos-
tura de 12 de Abril do mesmo
ano. A Presença de 1 de Agosto
foi o seguinte: A favor de 10
e contra de 10. Tendo prona
o sr. Comissario de Polícia pediu
explicação sobre isto, por sua
nota n.º 311 de 1 de Dezembro de
1933; esta Câmara, embora não
devesse, decidiu a não dar con-

Arbitrio 22.º

Todos os chefes de autono-
mia de preço são obrigados em caso
de bond e que este artigo se refere
tambem, quer com a cabece de
coberta. No caso de condudner
como a sua familia, poderão
gular de chapas, pois, além disso,
o veiculo deverá ser considerado
como particular para todos os
efeitos.

Publicações

Recebemos a visita do «O Na-
cional» que se publica em Lisboa
e a qual é de sua direcção do sr.
Domingos Monteiro, que agradece
nos e vamos permittir.

Recebemos tambem de Im-
presso Nacional, um exemplar de
brevs e actas sobre opticas, na-
reção a primeira exposição Colonial
do Porto, que agradecemos tam-
bem.

—Tambem recebemos e a
do Boletim Economico e Estatís-
tico relativo ao ano de 1933.

**«O Estado Africano» ven-
de-se nesta Rodocão de
Bazar Moderno de Bernardo
Fernandes.**

FABULA ANTIGA

Naquelle tempo bom que os homens falavam
Um robusto leão, conta Bocaya, em dia
Adeus na terra um quadro em que — oh! rombario!
As aves de um lado mudo de homem dominavam

Sofreu a terra e todo o scarro que lhe devesse
E apenas dias, rindo, o scarro que se envolto:
— Falso e falso pinto, antigo, por dicit:
Se trinta e cinco, e depois se de as ditas trinta e cinco

Tudo sempre presente, é gado que se vende
Depois que não tem a cor que se vende
Do facto de ser o mesmo, de outra superior

Que está todo de dicit, não é de dicit
Armas romanas, aliás de e quadro antigo
— Outro facto e pinto e, e todo facto e pinto

de ambas partes não dize o po-
blicos que se que corpa — por
reclamação — não dá para pro-
ridos não dá para, pois todos a
velocidade aeroplano.

De lá mesmo para Xinasava e
autonomo 1 B 234 horas das
carros de 2 logares, um camião
dois carros fechados e reorrido
proprio Bagagem, em avião a
estivamento de, temar cruzar
todo dele.

Tal em a velocidade de carro
que tende ao feto tenhos de
veloz e tempo de nos latos
Fernand Brubeta, não dá para
p-manga, no ornitario e se dá
por mais já nos tempo-bracos
do, temamos de Joe que se com-
gava sem se lembrar de que se
faziam 15 kilos de peso.

Este Joe que se leitores deves
combeur lá mesmo outros tem-
por é comerciante agora e di-
que quer ser patriota... Já tem
o fibros, faltando por conseguir
de 7.

Muito pratico — pal é Am-
ricano — não há para ele diffic-
dades de esperte alguma. A sua
com comercial é das mais movi-
mentadas de Xinasava e deve já
ter em Nova York, algumas mil
libras de dollars...

Há 12 casas comerciais em
Xinasava mal alinhadas apena-
de a serem modernas.

Foi em Xinasava que vi o
segundo bando de galafatos. O
primeiro, como já é no seu
propriedade do sr. Joaze Fozes
dos Távris.

Fiquei surpreendido ao ver
cane ali, pois em Lourenço Mar-
ques costuma que todos estão
destruidos e que a malhada, al-
c-atamas com terem devorado
as folhas e a cana, acabavam agra-
da de pio-vem a desmentar a
traição! Pobres galafatos que
lá calculados tem sido!

Estes mal-ditos deves ter feito
lá muito estrago, mas a terra, que
é boa, em breve reparou os pro-
prios. Quando rejeitarem a
cana, que está lá, toda, como
se não tivesse expando aquela
praga de que a habita no norte
já ao tempo em que o labor-
ciosa do Universo visita algu-
mas vezes fazer os marcos.

Deu-se a visita a proprie-
dade do A. João Leão, e grande
industrial que pela primeira vez
faziamos menção no Colégio,
além também para a visita.

1. Legados de Xinasava de 8,
pouco depois, estavam em Ma-
gdego.

Entre as casas com-ocidas
prensivas que vi foi do meu am-
go Fernando Gil; quando ali
que tinha uma cana para a
e, mas, que em a Xinasava e
devido Magdego.

Como lá de outro de autono-
e das pessoas com alguma rela-
e dele para porta dele, só tiro
tempo de lá fazer um comprei-
mento é Monstros — com a
segundo, que ele não cor-
responsavel. Foi entre a Hiler e
ele ficou indelicado. Só me a-
respondeu a um "viva" com
"viva viva".

Fiquei de veras intrigado que
faziamos ver sobre aquele, de
Magdego, que não correspond-
o ao vital mundial? Quando, me-
tade, vim lá, tinha, tiro sobre
a explicação: o meu amigo está
de luto pelo falecimento da au-
thar, e que faziam. Quando he-
falou me faziamos a meu Gil, do
de emagdego, declarou me que era
comum.

Nunca tinha compreendido
estas coisas novas. Só em Ma-
gdego e pela explicação de meu
amigo, fiquei compreendido.

ESTATUTOS

DA

Associação Africana da Colónia de Moçambique

(Antigo Grémio Africano de Lourenço Marques)

Aprovados por Alvará de 7 de Julho de
1920, alterados por Portaria n.º 2166, de 10
de Janeiro de 1934 e Portaria Provincial
n.º 3591, de 9 de Novembro de 1938



1910

TIPOGRAFIA MINERVA CENTRAL
LOURENÇO MARQUES

ALVARÁ

Manuel Moreira da Fonseca, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra e Governador Geral, interino, na Província de Moçambique:

Faço saber aos que este meu alvará virem, que, tendo-me sido presentes os estatutos por que pretende reger-se em Lourenço Marques uma associação denominada «Grémio Africano de Lourenço Marques»;

Considerando que nos estatutos referidos se não encontra disposição alguma contrária às leis vigentes, applicáveis a agremiações desta natureza:

Hei por conveniente, nos termos do n.º 8.º do artigo 252.º do Código Administrativo em vigor nesta província, aprovâr para todos os efeitos legais os referidos estatutos, que se compõem de cinqüenta e um artigos e baixam, com este meu alvará, assinados pelo secretário geral d'este Govêrno, com a expressa cláusula de que esta aprovação lhe será retirada quando a mencionada associação se desvie dos fins para que é instituída.

Pelo que mando a todas as autoridades, a quem o conhecimento d'este alvará competir, que o cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nêle se contém.

Dado no Palácio do Govêrno Geral da Província de Moçambique, em Lourenço Marques, aos 7 de Julho de 1920.

O Governador Geral, interino,

Manuel Moreira da Fonseca

Alvará pelo qual são aprovados os estatutos da associação denominada «Grémio Africano de Lourenço Marques».

Secretaria Geral, em Lourenço Marques, 7 de Julho de 1920.

O Secretário Geral, substituto,

Alfredo Eduardo Leucastre da Veiga

GOVÉRNO GERAL

PORTARIA N.º 2:166

Tendo o Grémio Africano de Lourenço Marques requerido a aprovação da alteração dos seus estatutos;

Ouvida a Secção Permanente do Conselho do Govêrno;

O Governador Geral de Moçambique, no uso das faculdades que lhe são atribuídas pelo artigo 31.º do Acto Colonial e pelo n.º 21.º do artigo 33.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, determina:

São aprovadas, para todos os efeitos legais, as alterações aos estatutos do Grémio Africano de Lourenço Marques, com sede nesta cidade, que baixam assinadas pelo Director dos Serviços de Administração Civil, com a cláusula expressa de que esta aprovação lhe será retirada desde que aquela associação se desvie dos fins para que foi instituída.

Cumpra-se.

Residência do Governador Geral, em Lourenço Marques, aos 10 de Janeiro de 1934.

O Governador Geral,

José Cabral

GOVÊRNO GERAL

PORTARIA N.º 3:591

Atendendo ao que foi apresentado pelo Grémio Africano de Lourenço Marques pedindo a alteração dos seus estatutos, quanto à sua denominação;

Ouvida a Secção Permanente do Conselho do Govêrno;

O Governador Geral, interino, de Moçambique, no uso das faculdades que lhe são atribuídas pelo artigo 31.º do Acto Colonial e pelo n.º 21.º do artigo 33.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, determina:

Artigo único. É autorizado o Grémio Africano de Lourenço Marques, cujos estatutos foram aprovados por Alvará do Govêrno Geral, de 7 de Julho de 1920, a mudar a sua designação para a de Associação Africana da Colónia de Moçambique.

• Cumpra-se.

Residência do Govêrno Geral, em Lourenço Marques,
aos 9 de Novembro de 1938.

O Governador Geral,

J. Nunes da Silva

Estatutos do Grémio Africano de Lourenço Marques

CAPÍTULO I

Denominação e fins

Artigo 1.º É fundada em Lourenço Marques, onde terá a sua sede, uma associação que se denominará «Grémio Africano de Lourenço Marques».

§ único. É considerada data da sua fundação o dia 7 de Julho de 1920.

Art. 2.º Os fins do Grémio, são:

1.º Promover o desenvolvimento moral e intelectual dos seus associados;

2.º Defender solidariamente os direitos e interesses que de justiça e por lei lhes pertençam como cidadãos portugueses, fundando ou subsidiando para isso um jornal, revista ou qualquer outro meio de publicação;

3.º Difundir a instrução por meio de escolas, conferências, reuniões e propaganda literária;

4.º Subsidiar os alunos filhos dos sócios que estejam nas condições estatuidas no § único do artigo 5.º destes estatutos, que dêse auxílio careçam para os seus estudos;

5.º Dispensar protecção, auxílio, assistência e repatriação aos associados e suas famílias, quando não tenham meios para isso, bem como a qualquer individuo africano que dêles careça;

6.º Estabelecer gabinete de leitura e organizar uma biblioteca, proporcionando aos sócios e suas famílias todas as diversões compatíveis com as circunstâncias financeiras do Grémio, tais como: jogos desportivos ou outros passatempos não contrários ás leis e bons costumes.

Art. 3.º O Grémio reger-se-á pelos presentes estatutos e pelas deliberações da Direcção e Assembleia Geral, conforme com os mesmos estatutos.

CAPÍTULO II

Classificação e admissão de sócios

Art. 4.º Haverá quatro classes de sócios:

- 1.º Fundadores;
- 2.º Ordinários;
- 3.º Auxiliares;
- 4.º Extraordinários.

§ 1.º São sócios fundadores os indivíduos de ambos os sexos que se inscreverem até à data da aprovação dos estatutos pelo Govêrno.

§ 2.º Sócios ordinários, são os africanos que forem admitidos posteriormente à data da aprovação destes estatutos pelo Govêrno.

§ 3.º Auxiliares são os sócios que residindo fora da capital contribuam com importância superior a 1\$12,5 ouro, duma só vez.

§ 4.º Sócios extraordinários são todos os indivíduos de ambos os sexos que não estando compreendidos nos § 1.º, 2.º e 3.º d'êste artigo, saibam ler e escrever e exerçam profissão, comércio ou indústria de que se possam manter.

Art. 5.º Só os cidadãos africanos, de maior idade, poderão ser admitidos como sócios ordinários.

§ único. Para os efeitos d'êste artigo, são considerados africanos os indivíduos de nacionalidade portugueza pertencentes às raças aborígenes da África, e os seus descendentes, ainda que procedentes de outras raças, que sabendo ler e escrever regularmente adotem os usos e costumes europeus e exerçam profissão, comércio ou indústria de que se possam manter.

Art. 6.º A admissão de sócios ordinários, auxiliares e extraordinários é da exclusiva competência da Direcção, e é indispensável:

a) Que gozem de boa reputação e sejam propostos por um sócio em pleno gozo dos seus direitos, devendo a proposta conter: nome, idade, naturalidade, estado, filiação, profissão, residência e naturalidade dos pais;

b) A proposta será assinada pelo proponente e pelo proposto ou por alguém a r'ôgo d'êste, quando se trate de sócios auxiliares que não saibam ler nem escrever, e deverá ser afixada, para conhecimento dos associados, durante oito dias, no quadro existente na sede da associação;

c) Quando o proposto seja de menor idade ou mulher casada, deverá apresentar autorização escrita de seus pais, tutores ou marido.

Art. 7.º Além das classes de sócios de que trata o artigo 4.º, podem ser admitidos sócios de mérito, sob pro-

posta da Direcção, devendo ser aclamados, na primeira Assembleia Geral, todos os indivíduos que tenham prestado à causa da civilização e instrução serviços relevantes, ou contribuído de qualquer forma para o desenvolvimento e progresso do Grémio.

CAPÍTULO III

Direitos e deveres dos sócios

Art. 8.º Todo o sócio compreendido nos §§ 1.º, 2.º e 4.º e no pleno gozo dos seus direitos tem a faculdade de:

1.º Freqüentar as salas do Grémio e tomar parte em todas as diversões gratuitas por êle promovidas;

2.º Apresentar à Direcção, para freqüentar o Grémio, quaisquer indivíduos do seu conhecimento, de bom procedimento, e não residentes na cidade, não excedendo trinta dias em cada ano, não sendo incluídas nessa freqüência as diversões promovidas pelo Grémio para as quais a Direcção faça convites especiais;

3.º Recorrer de todos os actos e decisões dos corpos gerentes, que pessoalmente lhes digam respeito, para a Assembleia Geral, sendo o recurso dirigido ao presidente desta;

4.º Reclamar perante a Direcção, com recurso para a Assembleia Geral, contra a admissão de qualquer novo sócio;

5.º Ser considerado sócio, quando desempregado ou temporariamente ausente, desde que tenha satisfeito sempre as suas obrigações até à data do desemprego ou ausência, devendo participá-lo à Direcção, por escrito e dentro de quinze dias.

§ único. Para os efeitos do n.º 1 deste artigo, entende-se por diversão gratuita promovida pelo Grémio aquela para a realização da qual tenha a Direcção recorrido aos fundos especificados no n.º 1.º do artigo 16.º

Art. 9.º São regalias especiais dos sócios fundadores e ordinários em pleno gozo dos seus direitos:

1.º Discutir, votar, eleger e ser eleito na Assembleia Geral;

2.º Requerer a convocação da Assembleia Geral pela forma estabelecida nestes estatutos;

3.º Examinar os livros e as contas na época designada nestes estatutos;

4.º Requerer por escrito à Direcção certidão ou cópia de actas, relatórios, balanços, pareceres ou de quaisquer documentos;

5.º Requerer à Direcção quaisquer explicações tendentes a resolver dúvidas que se suscitem com respeito a qualquer disposição destes estatutos ou regulamentos internos do Grémio.

Art. 10.º Os sócios do sexo feminino não gozam das regalias concedidas no artigo antecedente e seus números.

Art. 11.º Consideram-se no pleno gozo dos seus direitos aqueles que tiverem pago todos os encargos cominados nestes estatutos, sendo essencial terem satisfeito o pagamento da cota do mês anterior àquele em que pretendem usar dos seus direitos.

Art. 12.º Os sócios são obrigados a:

a) Acatar e cumprir as prescrições destes estatutos e do regulamento interno vigente e as deliberações da Assembleia Geral e da Direcção;

b) Satisfazer o pagamento da joia e cota estabelecidas no capítulo IV, quando devidas, e pagar adiantadamente um exemplar dos estatutos e um do regulamento interno vigente;

c) Participar à Direcção a mudança de residência, emprêgo ou quando despedido do serviço.

Art. 13.º Quando algum sócio deseje desligar-se do Grémio, assim o comunicará por escrito à Direcção, que será competente para aceitar a demissão, convidando-o antes disso, a satisfazer quaisquer dívidas ao Grémio, se as houver.

Art. 14.º A demissão de um sócio ou o seu desligamento voluntário do Grémio, não importa a devolução da joia ou cotas pagas.

§ 1.º A readmissão só poderá ter lugar mediante o pagamento da nova joia e de quaisquer dívidas que tenha com a associação, depois de ouvida a Assembleia Geral.

§ 2.º É da exclusiva competência da Direcção a readmissão de sócios demitidos nas circunstâncias no n.º 3.º do artigo 16.º; bem como as dos que se tenham desligado voluntariamente da associação.

CAPITULO IV

Do pagamento da jóia e cotas

Art. 15.º Os sócios ordinários pagarão a joia de 4\$50, ouro, pagamento que poderá ser feito em quatro prestações sucessivas, mensais e iguais, e tanto éstos como os extraordinários, a cota mensal de \$60, ouro.

CAPÍTULO V

Das penalidades

Art. 16.º Incorrem na pena de demissão:

1.º Os que infringirem os presentes estatutos;

2.º Os que concorrerem para o descrédito da associação;

3.º Os que estiverem em dívida de três cotas, quando depois de competentemente avisados pela Direcção dèsses atrasos, as não satisfaçam no prazo de oito dias, a contar da data do aviso;

4.º Os que, por qualquer motivo imprevisto, a Assembleia Geral julgue indignos de fazer parte do Grémio.

§ único. O reconhecimento de todos os direitos associativos por falta de cumprimento do disposto nos n.ºs 1.º, 2.º e 3.º é da exclusiva competência da Direcção, ficando o sócio com direito de recorrer à Assembleia Geral, dentro do prazo improrrogável de quinze dias.

CAPÍTULO VI

Da Direcção

Art. 17.º A gerência administrativa e financeira do Grémio estará a cargo de uma Direcção composta de um presidente, um 1.º e 2.º secretários, um tesoureiro e dois vogais.

§ único. Os membros efectivos serão substituídos, nos casos de ausência superior a três meses ou ausência definitiva, pelos suplentes, por ordem de votação, e, em igualdade de circunstâncias, pela ordem de inscrição no registo de sócios.

Art. 18.º A Direcção reúne em sessão ordinária uma vez por semana, em dia que deverá designar por escrito no livro das actas, e em aviso afixado nas salas da Direcção.

§ 1.º No impedimento do presidente, assumirá a presidência o vogal mais velho.

§ 2.º Nas reuniões da Direcção não é permitida a presença de pessoa a ela estranha ou que não tenha sido por ela convidada.

§ 3.º A Direcção tornará pública as resoluções tomadas; e dentro de quarenta e oito horas depois da sua publicação pode qualquer sócio contra elas reclamar para a Assembleia Geral, que resolverá o assunto na primeira sessão.

1.º Exceptua-se o Conselho Fiscal, que se fará representar, querendo, em todas as sessões, por um dos seus membros, nos termos do n.º 1.º do artigo 26.º

§ 5.º As deliberações da Direcção são tomadas por maioria de votos, e no caso de igualdade de votação, o presidente terá o voto de desempate.

Art. 19.º Em livro especial, numerado e rubricado pelo presidente da Assembleia Geral, com termos de abertura e encerramento, se lavrarão as actas das sessões da Direcção.

§ único. As actas serão assinadas por todos os membros que tenham estado presentes.

Art. 20.º A Direcção será solidariamente responsável por todos os seus actos.

Art. 21.º Compete à Direcção:

1.º Dirigir e administrar o Grémio;

2.º Representar o Grémio em todos os actos públicos e perante todas as estações do Governo, Município ou qualquer outra entidade;

3.º Cumprir e fazer cumprir os estatutos e regulamento interno vigente e as deliberações da Assembleia Geral;

4.º Conceder ou denegar os associados as escusas que pedirem dos cargos para que hajam sido eleitos ou nomeados;

5.º Afixar em uma das salas do Grémio, nos primeiros quinze dias de cada mês, o balancete de receita e despesa do mês antecedente, bem como uma lista dos sócios devedores;

6.º Depositar em quaisquer caixas económicas ou bancos da Colónia, todos os seus rendimentos;

§ único. Os depósitos serão feitos em nome do Grémio Africano de Lourenço Marques, e os levantamentos só poderão ser feitos por meio de cheques assinados pelo tesoureiro e visados pelo presidente;

7.º Admitir e dispensar os empregados do Grémio.

§ único. Os empregados não podem ser sócios do Grémio.

8.º Pedir a convocação da Assembleia Geral e assistir ou fazer-se representar nas sessões da mesma. É, porém, obrigatório, a comparência de todos os membros da Direcção, na assembleia de prestação de contas;

9.º Submeter ao Conselho Fiscal, até o dia 31 de Dezembro o relatório e contas da sua gerência, prestando-lhe todas as informações;

10.º Ter sempre em dia e arrumada a sua escrituração e guardar escrupulosamente todos os bens e valores pertencentes ao Grémio;

11.º Formular um regulamento interno que comple-

tando as funções dos estatutos terá também a mesma força obrigatória;

12.º Resolver quaisquer dúvidas que se suscitem na interpretação dos estatutos e disposições regulamentares internas;

13.º Assinar quaisquer contratos autorizados pela Assembleia Geral;

14.º Dar posse à nova Direcção e fazer-lhe entrega de todos os objectos e valores sociais.

§ único. A entrega será acompanhada de um inventário de todo o mobiliário, lavrando-se termo no livro competente, que será assinado por todos os membros da Direcção exonerada e da que tomar posse.

Art. 22.º Toda a correspondência será assinada pelo presidente, ou pelos secretários em nome do presidente.

Art. 23.º Todos os pagamentos serão feitos depois de autorizados em acta da Direcção e lançada a nota de «pague-se», datada e rubricada pelo presidente.

Art. 24.º Compete ao tesoureiro:

1.º Apresentar à Direcção, na primeira sessão de cada mês, um balancete do estado do cofre;

2.º Efectuar os pagamentos que forem devidamente autorizados e arrecadar as receitas próprias ou extraordinárias do Grémio e quaisquer donativos feitos ao mesmo Grémio.

CAPÍTULO VII

Do Conselho Fiscal

Art. 25.º O Conselho Fiscal compõe-se de três membros e deve instalar-se no dia da posse da Direcção, escolhendo entre si o presidente, o relator e o secretário.

§ único. Os membros efectivos serão substituídos nos casos de ausência superior a três meses ou ausência definitiva, pelos suplentes, por ordem de votação, e, em igualdade de circunstâncias, pela ordem de inscrição no registo dos sócios.

Art. 26.º Compete ao Conselho Fiscal:

1.º Assistir, querendo, às reuniões da Direcção, e emitir parecer sobre todos os assuntos que forem submetidos à sua apreciação;

2.º Examinar o estado da caixa, a escrituração, os livros e os documentos a cargo da Direcção;

3.º Examinar e verificar as contas apresentadas pela Direcção e os documentos comprovativos das mesmas, dando sobre elas, por escrito, o seu parecer, e enviando

tanto este como aquelas ao presidente da Assembleia Geral até ao dia 10 de Janeiro;

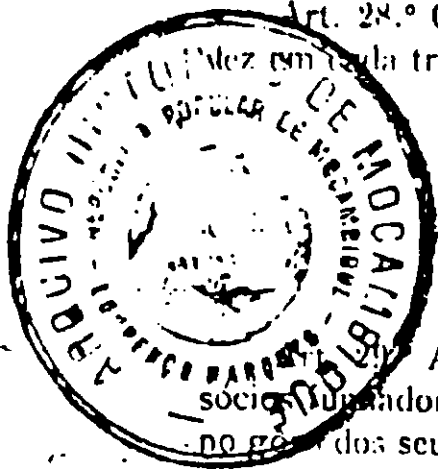
4.º Pedir a convocação da Assembleia Geral extraordinária quando o julgar necessário;

5.º Participar à Assembleia Geral qualquer infracção que se der.

§ único. Cada um dos membros do Conselho Fiscal pode exercer separadamente as atribuições designadas nos n.ºs 1.º, 2.º e 5.º deste artigo, devendo, contudo, o Conselho, nomear um membro em cada mês, para, junto da Direcção, conhecer dos seus actos.

Art. 27.º O Conselho Fiscal compartilhará das responsabilidades da Direcção quando haja irregularidades, provando-se conivência ou falta de fiscalização.

Art. 28.º O Conselho Fiscal reunirá, pelo menos, uma vez em cada trimestre, lavrando acta das suas sessões.



CAPÍTULO VIII.

Da Assembleia Geral

A Assembleia Geral é a reunião de todos os sócios fundadores e ordinários, maiores segundo a lei civil, no gozo dos seus direitos, e constitue ella o tribunal superior do Grémio.

§ 1.º Na mesma occasião em que forem eleitos os membros da Direcção e Conselho Fiscal e respectivos suplentes, serão eleitos um presidente da Assembleia Geral e dois secretários.

§ 2.º Na falta ou impedimento de um destes membros, assumirá as suas funções um sócio fundador ou ordinário que de entre os assistentes fór designado por maioria absoluta.

Art. 30.º A convocação será feita pelo presidente ou quem suas vezes fizer, por meio de aviso afixado numa das salas do Grémio e anúncio num dos jornais desta cidade, com antecedência de oito dias, pelo menos, declarando-se o assunto de que tem de occupar-se.

Art. 31.º As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos sócios presentes.

§ único. É nula toda a deliberação tomada sobre objecto estranho áquelle para que a assembleia fór convocada.

Art. 32.º A assembleia considerar-se-á legalmente constituida, quando se encontrem reunidos, meia hora depois da que fóra annunciada, nos avisos, dois terços dos seus sócios fundadores e ordinários.

§ 1.º Não comparecendo na primeira reunião o número

de sócios designados neste artigo, será feita segunda convocação, dentro dos seguintes oito dias, constituindo-se, então, a assembleia com o número de sócios presentes, contanto que não seja inferior a vinte e um, sendo válidas as resoluções tomadas pela maioria.

§ 2.º A Assembleia Geral que não tenha sido convocada para a eleição dos corpos gerentes, não reunindo à hora designada nos avisos convocatórios, poderá funcionar uma hora depois e na forma indicada no parágrafo anterior.

Art. 33.º A Assembleia Geral reúne ordinariamente duas vezes por ano, sendo a primeira na primeira quinzena do mês de Dezembro, para a eleição dos novos corpos gerentes, e a segunda no mês de Fevereiro, para a discussão e exame das contas da gerência anterior.

§ único. Os livros de contas e mais documentos estarão patentes para exame dos sócios uma semana antes da reunião da Assembleia Geral.

Art. 34.º A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente:

1.º Quando o presidente da Direcção ou do Conselho Fiscal assim o entender necessário aos interesses do Grémio;

2.º Quando a sua convocação for requerida, em exposição motivada, por vinte e um ou mais sócios fundadores ordinários em pleno gozo dos seus direitos.

§ 1.º É obrigatória a comparecência de todos os sócios requerentes, sem o que a assembleia se não constituirá.

§ 2.º A assembleia requerida poderá constituir-se, porém, com a falta de um ou mais sócios requerentes, em número não superior a um tёрço, uma vez que justifiquem legalmente essa falta.

Art. 35.º É nula toda a Assembleia Geral que não for convocada com a autorização do presidente ou quem suas vezes fizer. Quando for efectuada em local e hora diferente da indicada nos avisos convocatórios, os corpos gerentes têm o direito de se recusarem a cumprir as determinações tomadas em tais circunstâncias.

Art. 36.º As votações da assembleia serão por maioria absoluta, quer seja por aclamação ou escrutínio secreto.

Art. 37.º Compete à Assembleia Geral:

1.º Elegir e demittir os membros da Direcção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal, e respectivos suplentes;

2.º Discutir e apreciar as contas anuais e o parecer do Conselho Fiscal;

3.º Deliberar, em última instância, sobre as dúvidas que se suscitarem na interpretação destes estatutos e de quaisquer outros regulamentos do Grémio, e sobre as penalidades applicadas pela Direcção;

4.º Fazer nos estatutos as alterações que entender, submetendo-se à aprovação do Governo por meio da Direcção;

5.º Votar a *Proclamação do Titulo*, nos termos do *artigo III*

artigo III.

Art. 38.º Compete ao presidente da Assembleia Geral:

1.º Convocar e autorizar a convocação da Assembleia Geral;

2.º Abrir, suspender e encerrar as sessões;

3.º Manter a ordem e o decôro devidos;

4.º Dirigir com a máxima imparcialidade os trabalhos das sessões;

5.º Rubricar todos os livros da associação;

6.º Assinar os termos de abertura e encerramento desses livros, e providenciar sobre qualquer caso omisso.

Art. 39.º Aos secretários incumbe lavrar as actas da Assembleia Geral, redigir toda a correspondência, dividir entre si todo o expediente da mesa e o que se proporcionar no decurso das sessões, e cumprir as determinações da presidência.

Art. 40.º Das deliberações da Assembleia Geral se lavrarão actas em livro especial, que serão assinadas pela Mesa e pelos sócios que a ela tenham assistido.

§ único. A acta, assinada pela maioria dos sócios que assistirem à sessão, considerar-se-á aprovada para todos os efeitos legais.

CAPÍTULO IX

Das eleições

Art. 41.º As eleições para os corpos gerentes serão feitas por escrutínio secreto, na primeira quinzena do mês de Dezembro de cada ano.

Art. 42.º Os nomes dos indivíduos propostos para a Direcção (seis membros), Conselho Fiscal (três membros) e respectivos suplentes, e para a Mesa da Assembleia Geral (três membros), serão indicados numa só lista e designados pela ordem de cada corpo gerente.

Art. 43.º Aberta a sessão, proceder-se-á à chamada para a votação, e, finda ela, haverá meia hora de espera durante a qual, votação os sócios que não estiveram à chamada.

Art. 44.º Terminado o intervalo citado, proceder-se-á ao escrutínio, do resultado do qual se lavrará termo, cuja cópia será afixada na sede do Grémio.

Art. 45.º A Mesa tem por dever officiar aos sócios,

dentro de oito dias, participando-lhes os cargos para que foram eleitos.

§ único. Faltado este prazo e não comparecendo mais a dois dias seguintes, a eleição será considerada válida, se o eleito estava ausente ou acometido de doença.

CAPÍTULO X

Fundos do Grémio

Art. 16.º Os fundos do Grémio constituem-se:

- 1.º Do produto de joias e cotas;
- 2.º De donativos e legados que lhe sejam feitos pelos sócios ou estranhos; e
- 3.º De quaisquer outras receitas que possa angariar para realização dos seus objectivos.

CAPÍTULO XI

Dos distintivos

Art. 17.º O emblema da associação será constituído pelas armas da Colónia tendo na base a legenda «Fé e União».

Art. 18.º A associação terá um galhardete fravão a verde, sendo de cor branca, com o emblema da associação ao centro, exceptuando a legenda.

§ único. Terá também uma bandeira, constituída por um rectângulo verde-branco, com o emblema da associação e respectiva legenda ao centro.

CAPÍTULO XII

Disposições gerais

Art. 49.º O ano social é o civil.

Art. 50.º A dissolução do Grémio só poderá ser votada pela Assembleia Geral ou quando lhe seja outorgada a alvará de aprovação dos estatutos, ou por falta de quórum, quando metade e mais um, pelo menos, dos sócios fundadores e ordinários, reconhecem a impossibilidade da sua sustentação.

§ único. Essa metade não será inferior a vinte e um.

Art. 51.º No caso de dissolução, a Assembleia Geral que a votar nomeará uma comissão de cinco membros para

tratar da liquidação dos haveres do Grémio, e, depois de satisfeitos todos os encargos, ou consignadas as quantias necessárias para a sua solvência, todos os seus bens serão entregues a um instituto de beneficência africano, se o houver, ou outro, à escolha da comissão liquidatária.

Art. 52.º A liquidação será feita no prazo de seis meses.

Art. 53.º Haverá, em cada ano, no dia da fundação do Grémio, uma sessão solene comemorativa dêsse dia.

JOSÉ DOS SANTOS RUFINO

ALBUNS FOTOGRÁFICOS E DESCRÍTIIVOS

PHOTOGRAPHIC AND DESCRIPTIVE ALBUMS

ALBUMS PHOTOGRAPHIQUES ET DESCRIPTIFS

OF DA DE

COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE

PORTUGUESE EAST AFRICA

LA COLONIE PORTUGAISE DE MOZAMBIQUE

VOLUME II

LOURENÇO MARQUES

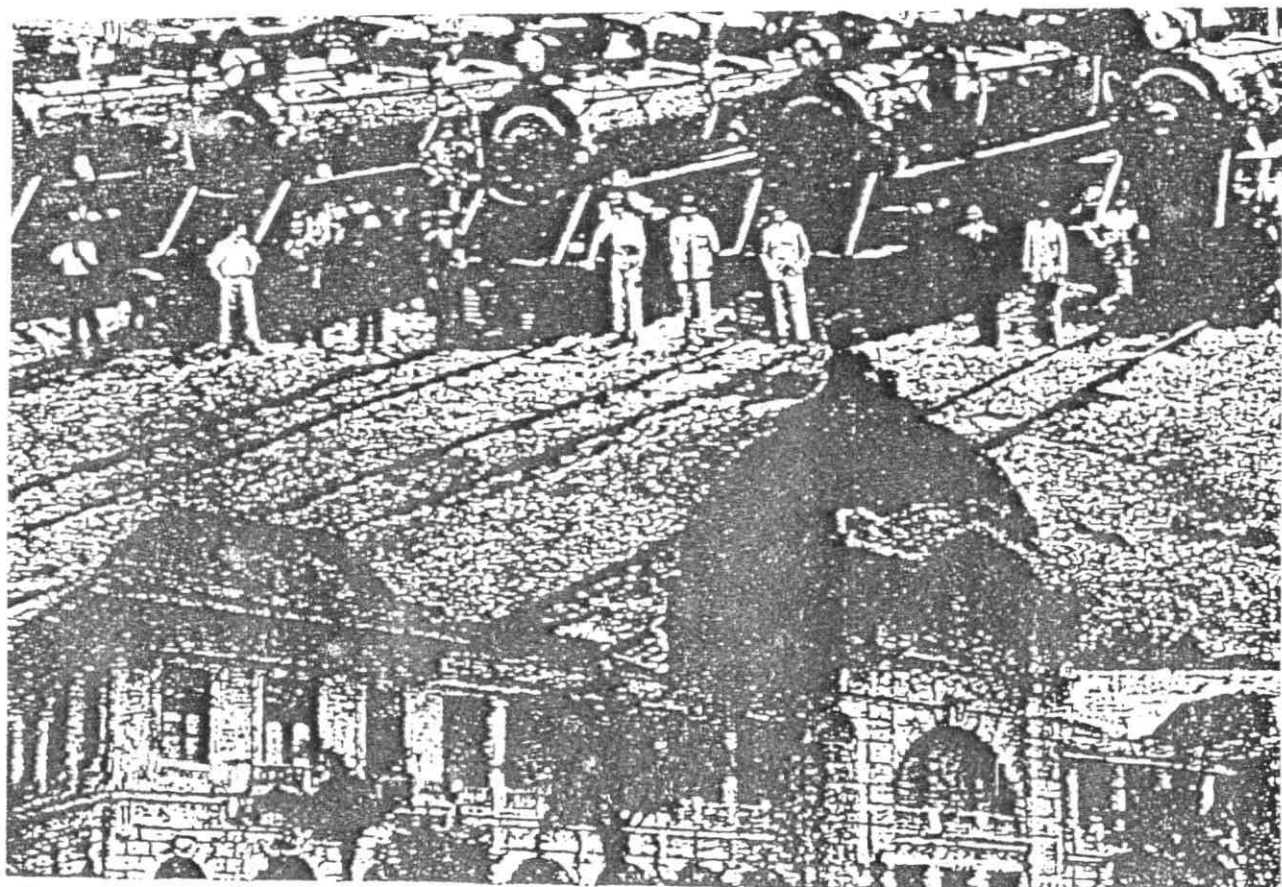
EDIFÍCIOS PÚBLICOS, PORTO, CAMINHOS DE FERRO, ETC.

PUBLIC BUILDINGS, HARBOUR, RAILWAYS, ETC.

EDIFICES PUBLICS, PORT, CHEMIN DE FER, ETC.

1929

BROSCHKE & CO., HAMBURGO · REPRESENTANTES: STÜBEN & CO., HAMBURGO



LOURENÇO MARQUES

LOURENÇO MARQUES



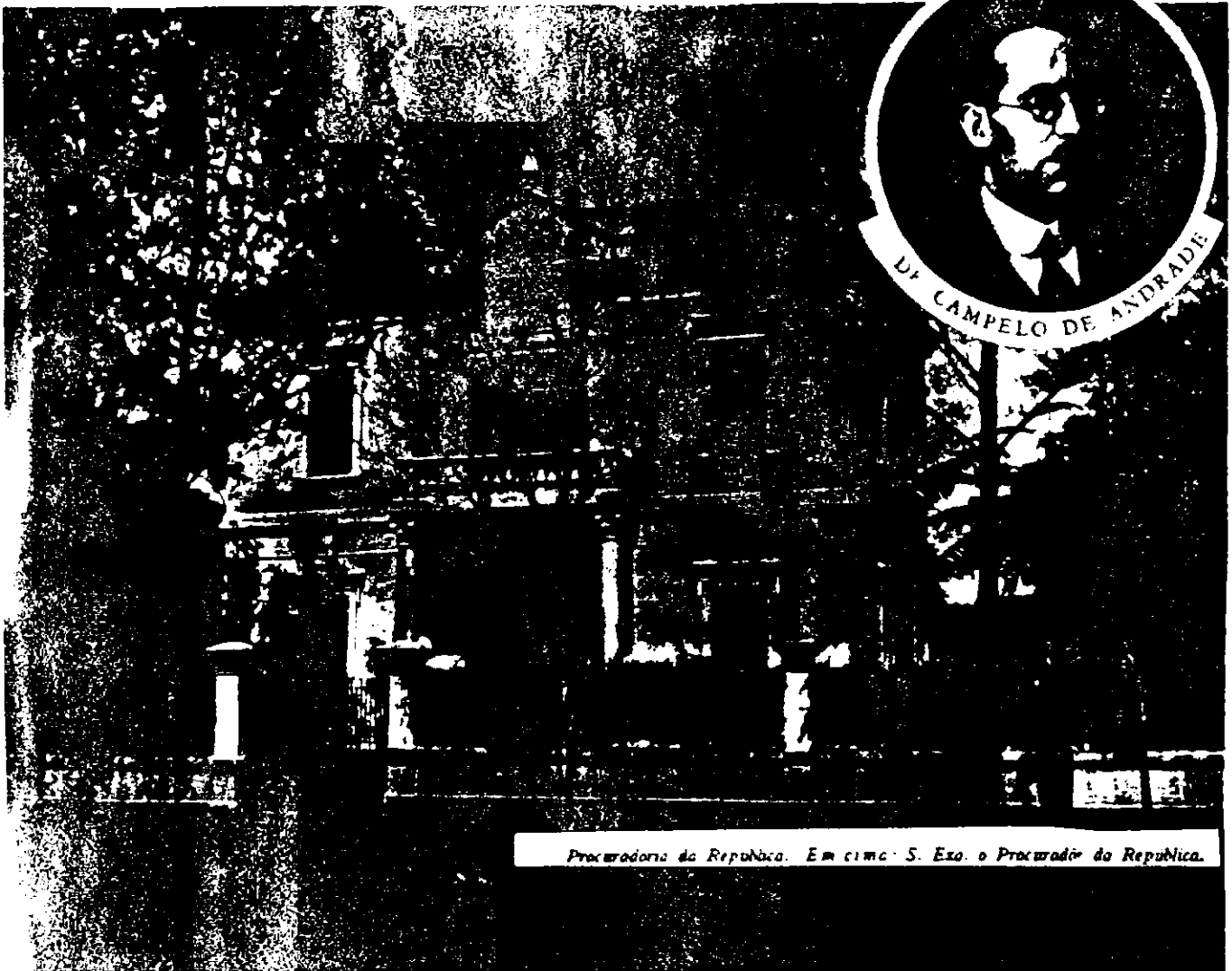


Repartição do Gabinete do Governo Geral e Conselho Legislativo da Colônia de Moçambique



Sentinela indígena do Palácio do Governo.

LOURENÇO MARQUES

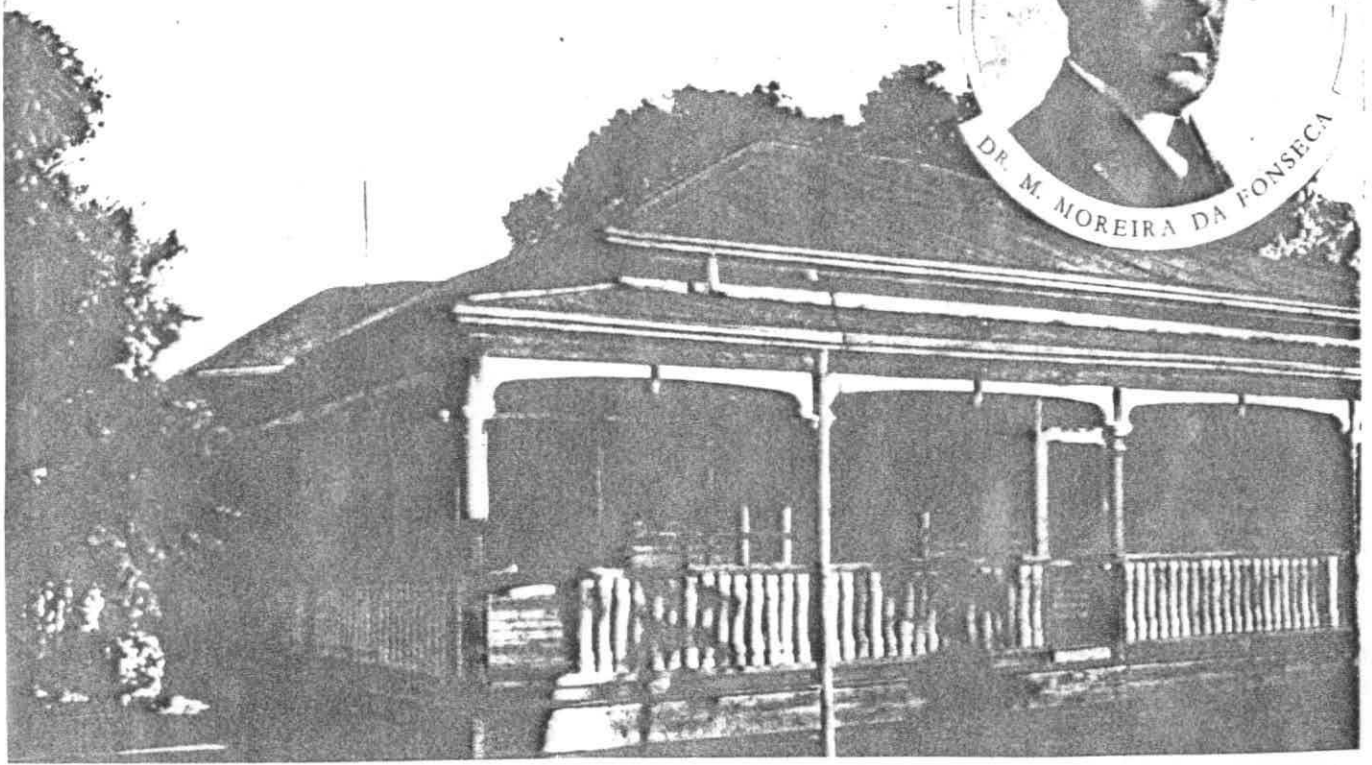


Procuradoria da República. Em cima: S. Exa. o Procurador da República.

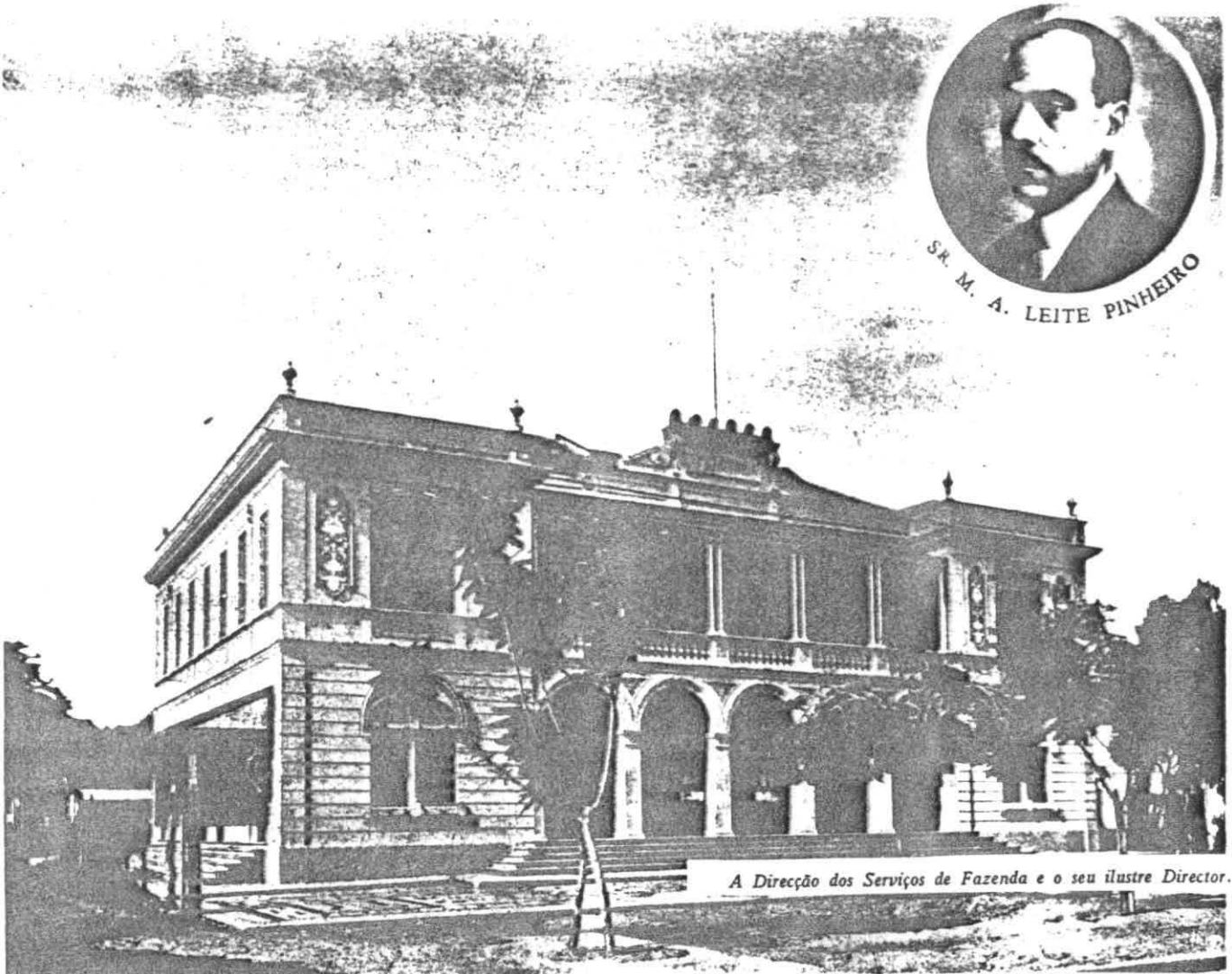


Secretaria Geral: — Um edificio histórico: Foi residência dos primeiros governadores do distrito e servia também de «refugio» e europeus, durante a época em que os indígenas não cessavam de atacar Lourenço Marques. No medalhão: O Secretário Geral do Governo da Colónia.

LOURENÇO MARQUES

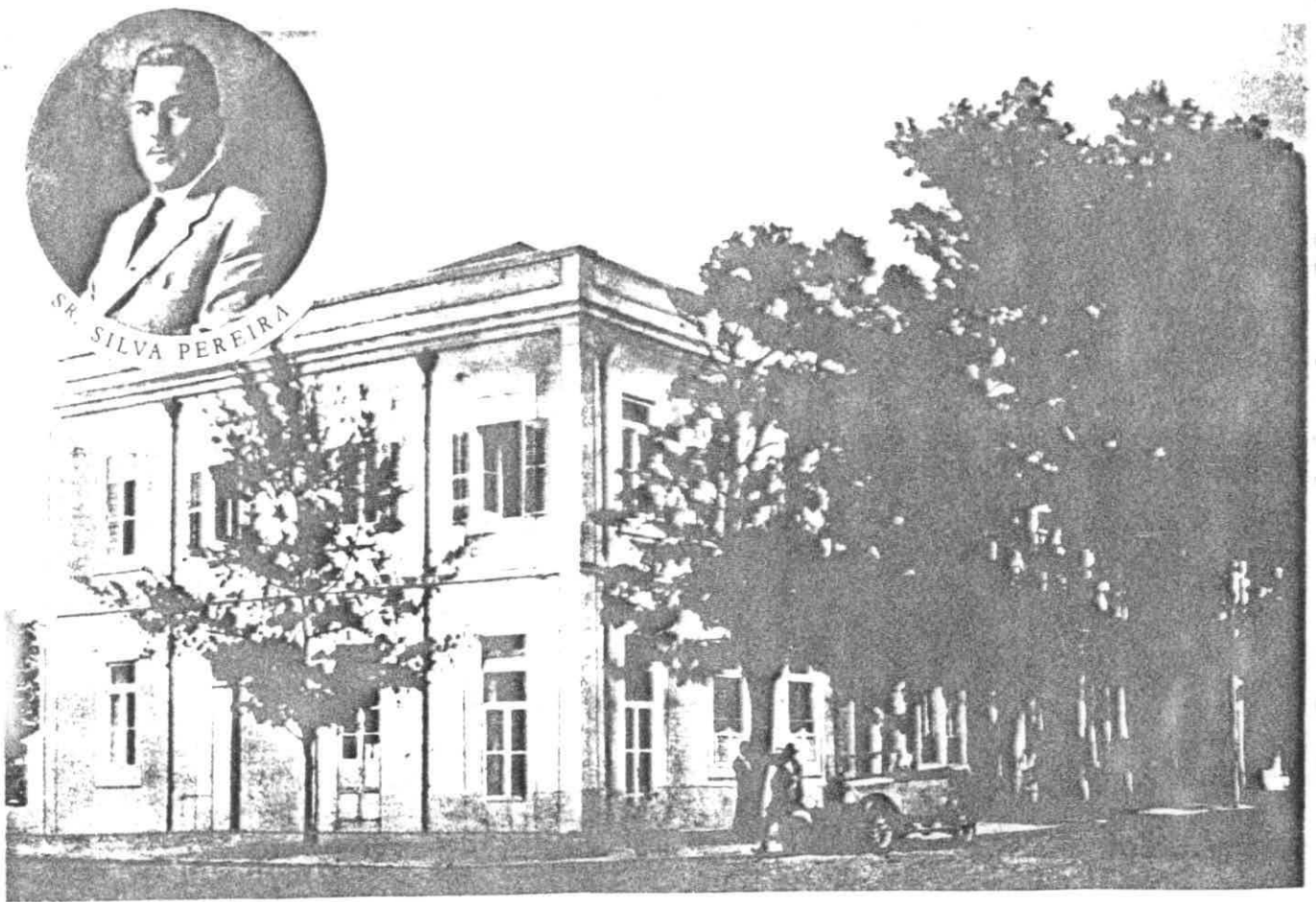


O Venerando Tribunal da Releção, velho edificio que será demolido logo que se construa o grande «Palacio da Justiça», importante obra que se anuncia para breve. No oval: O Mmo. Juiz-Presidente daquêle Tribunal.

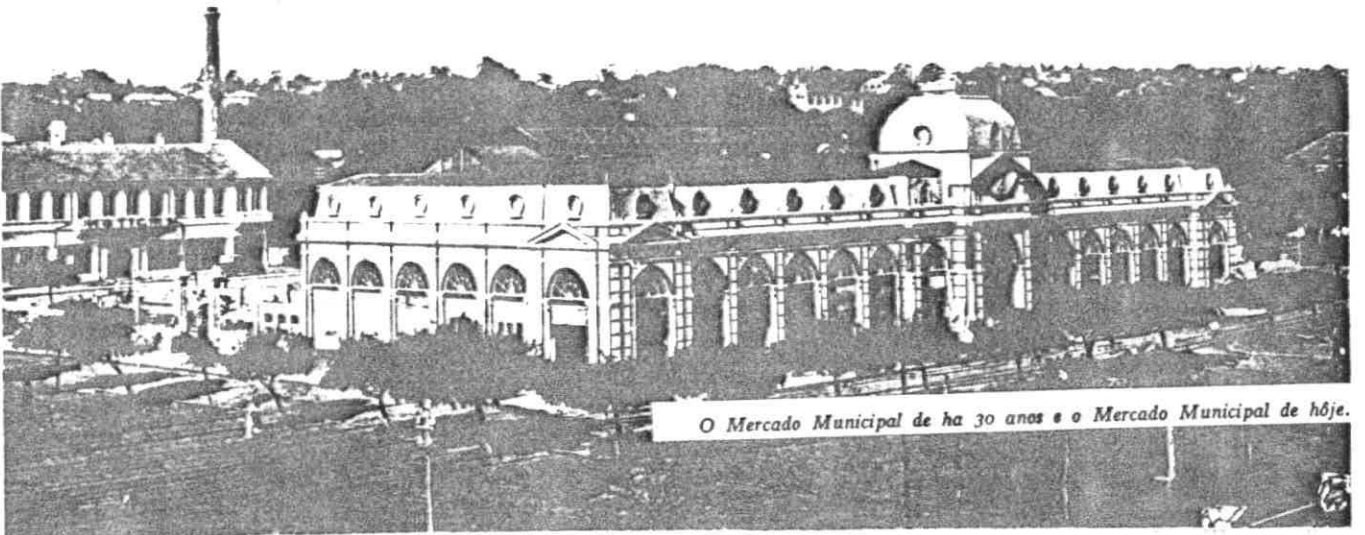


A Direcção dos Serviços de Fazenda e o seu illustre Director.

LOURENÇO MARQUES



Paços do Concelho: Outro velho edifício prêtes tambem a sêr substituido pelo grande «Palácio da Cidade» que vai ser construido no tôpo da Avenida Aguiar. Em cima: O actual Presidente da Municipalidade.



O Mercado Municipal de ha 30 anos e o Mercado Municipal de hõje.



DR. MANOEL C. M. PORTUGAL



DR. FERREIRA DOS SANTOS



Hospital Miguel Bombarda. Em cima: A esquerda, o Director do Hospital; a direita, o Chefe dos Servicos de Saude da Colônia.

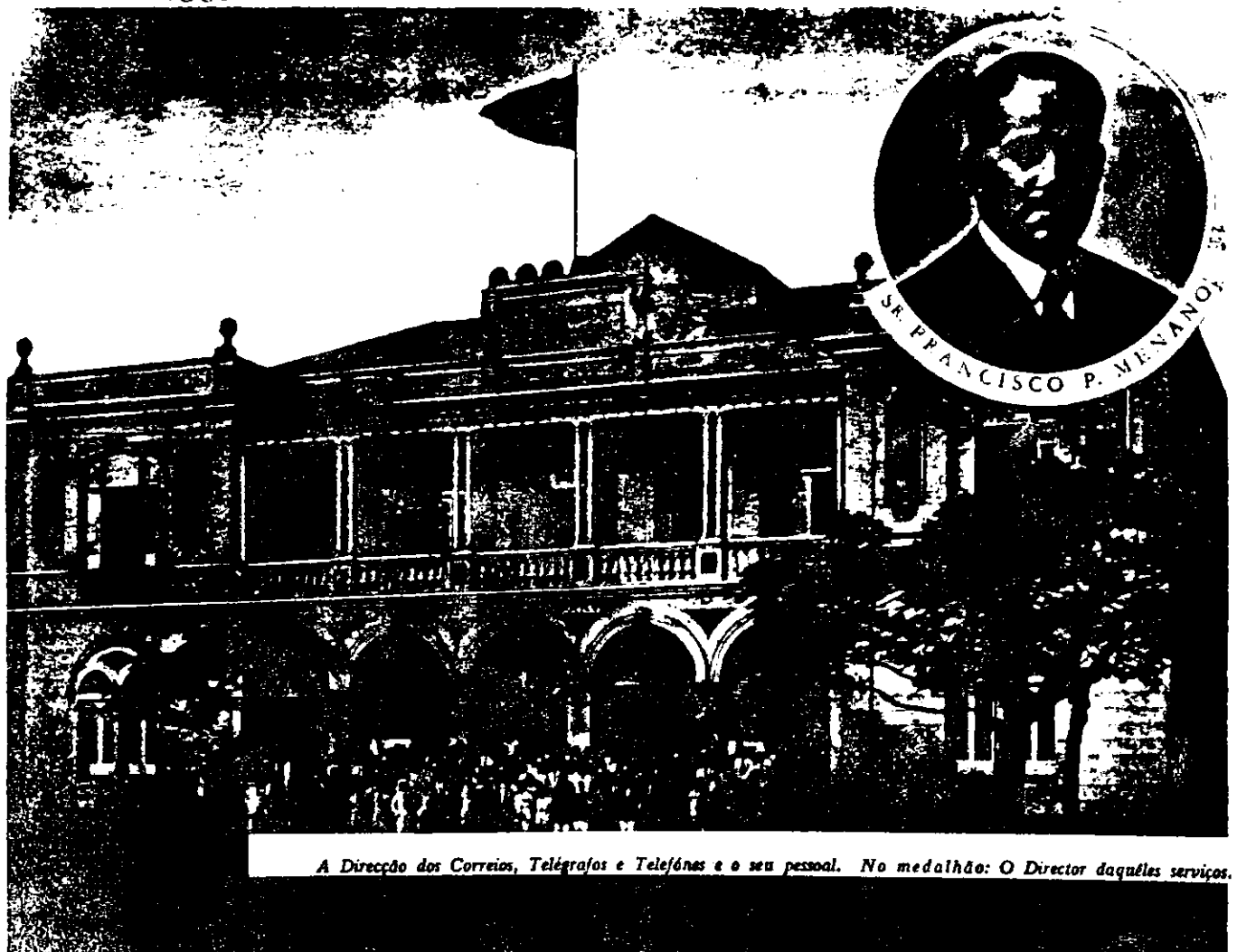


DR. JOÃO BOTELHO

O novo Laboratório da Veterindria. No oval: O Director dos Servicos Veterindrios.



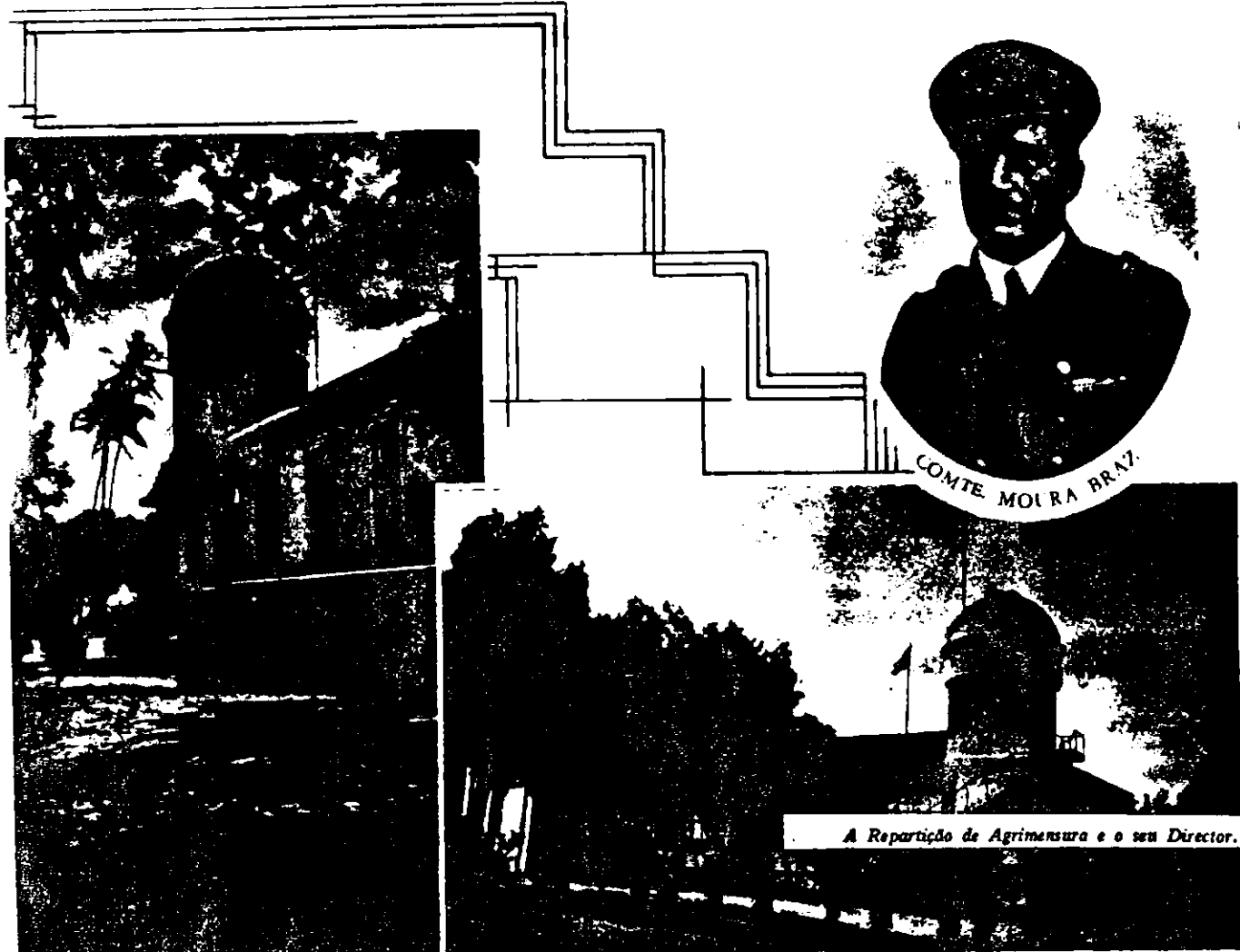
Uma das estações Radio-telegráficas, do Governo.
 No oval: O Inspector dos Serviços Postais e Radio-telegráficos da Colónia.



A Direcção dos Correios, Telégrafos e Telefónas e o seu pessoal. No medalhão: O Director daquêles serviços.



O Observatório Meteorológico «Campos Rodrigues». No medalhão: O Director do Observatório.

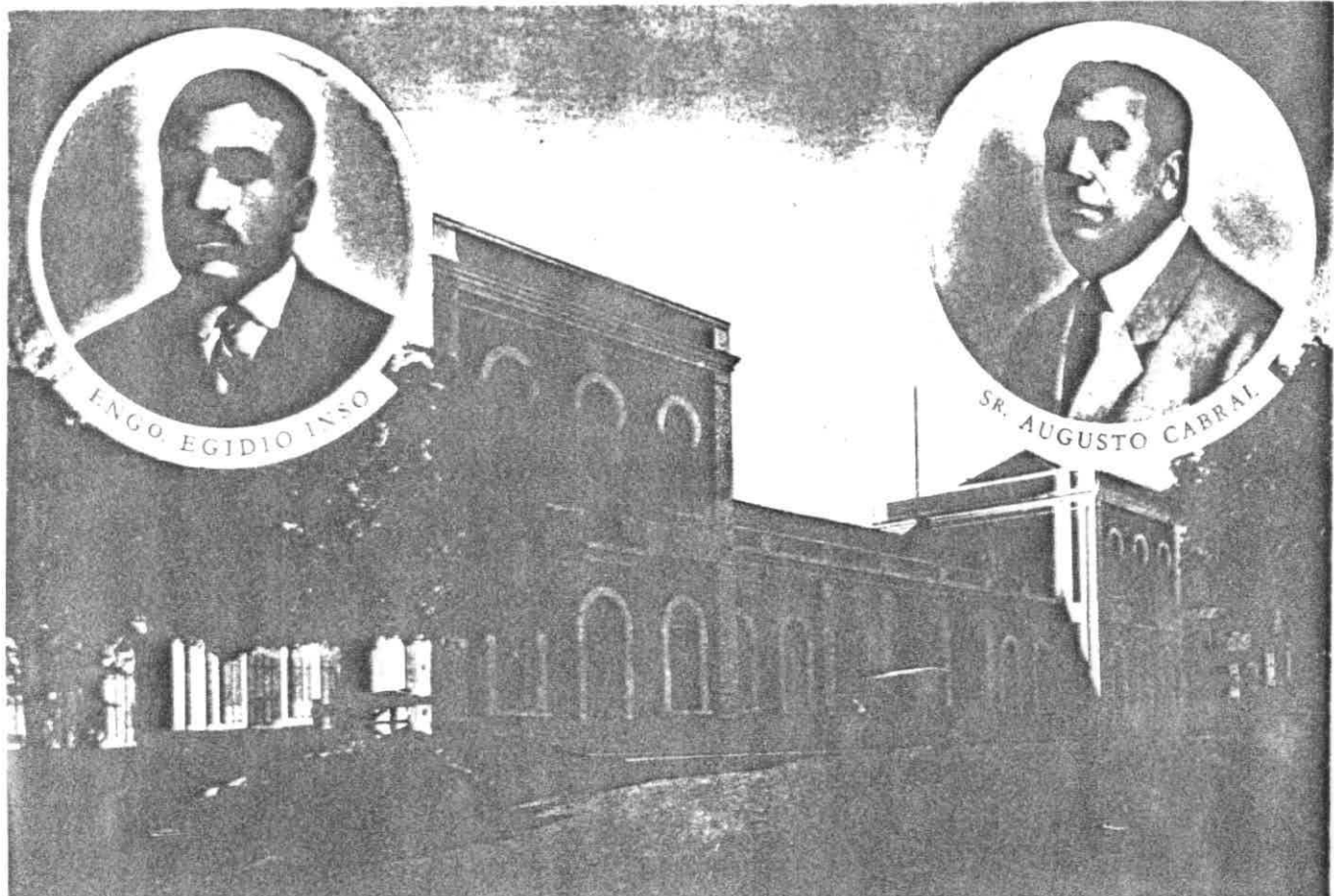


A Repartição de Agrimensura e o seu Director.

LOURENÇO MARQUES



LOURENÇO MARQUES



Outro edifício histórico: Pavilhão central do antigo hospital de Lourenço Marques, que foi também residência de Irmãs de Caridade, antes da implantação da República, e onde hoje estão instaladas as repartições de Agricultura, Veterinária e Serviços indígenas.
 Nos medalhões: Os directores dos Serviços de Agricultura e Negócios Indígenas.



A nova Repartição de Obras Publicas e o seu Director.

LOURENÇO MARQUES



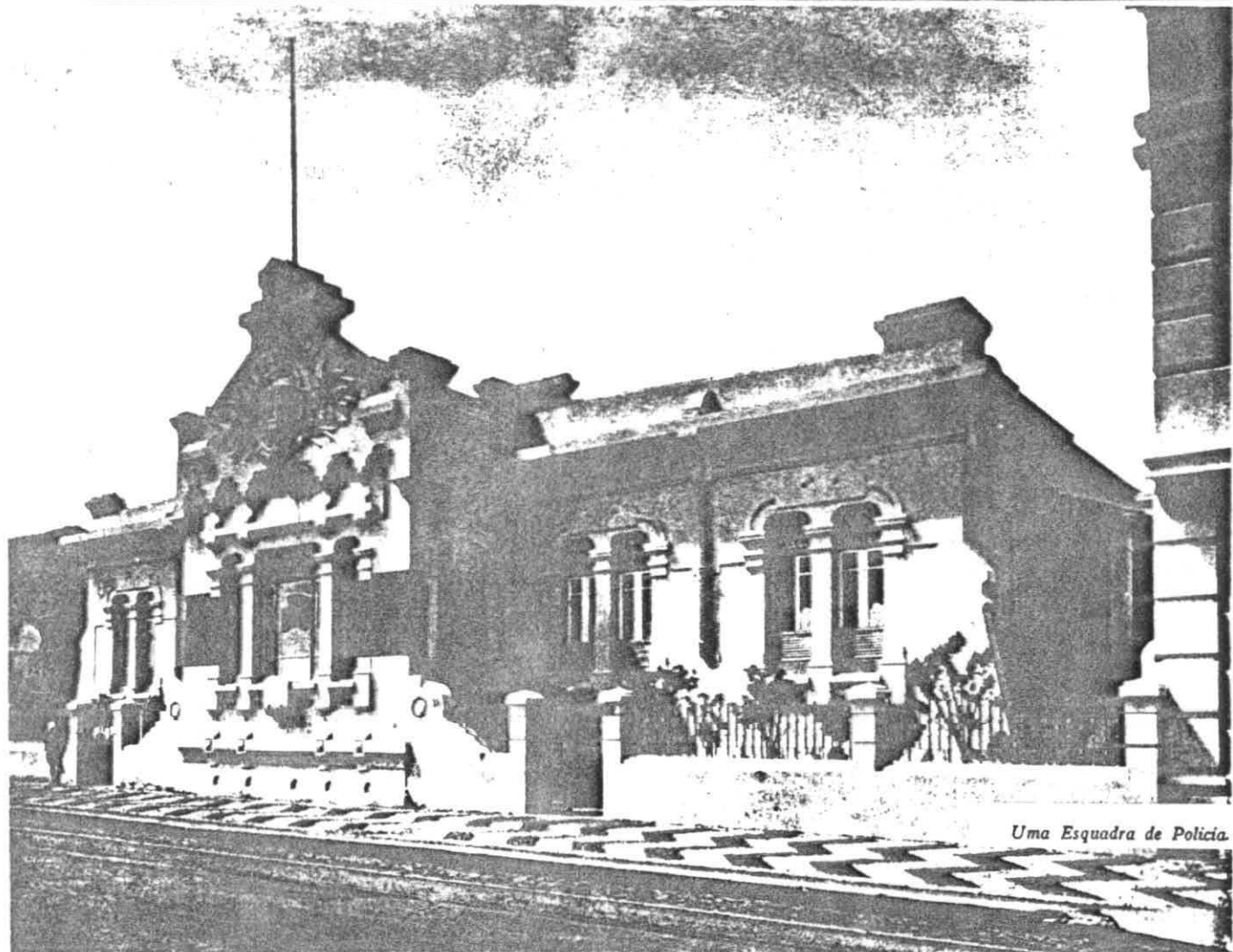
O Liceu Nacional 15 de Outubro e o seu Reitor.



Os primeiros estudantes do Liceu de Lourenço Marques que usaram cdpa e batina.

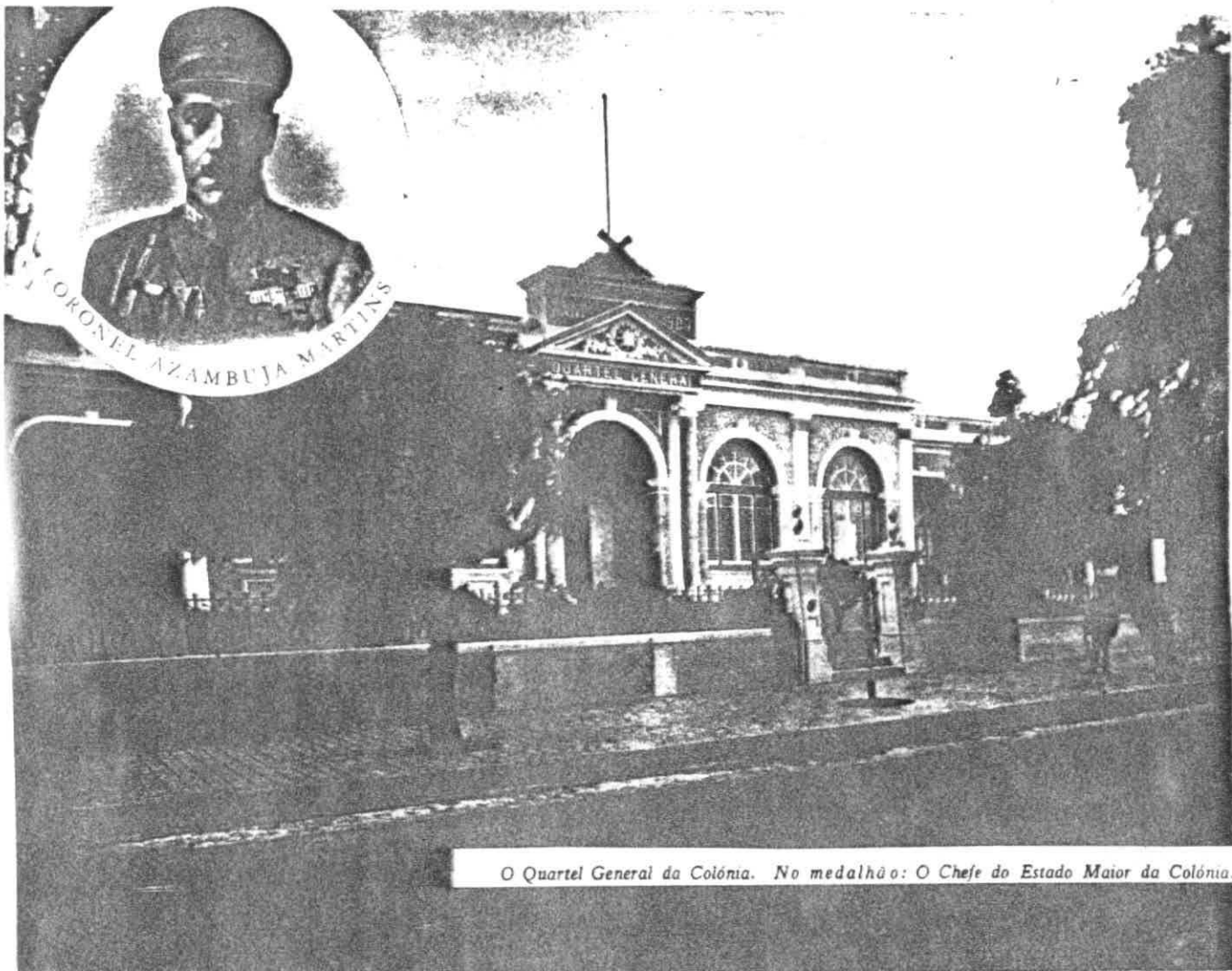


O Commissariôdo de Policia Civil. No oval: O Commissario de Policia.

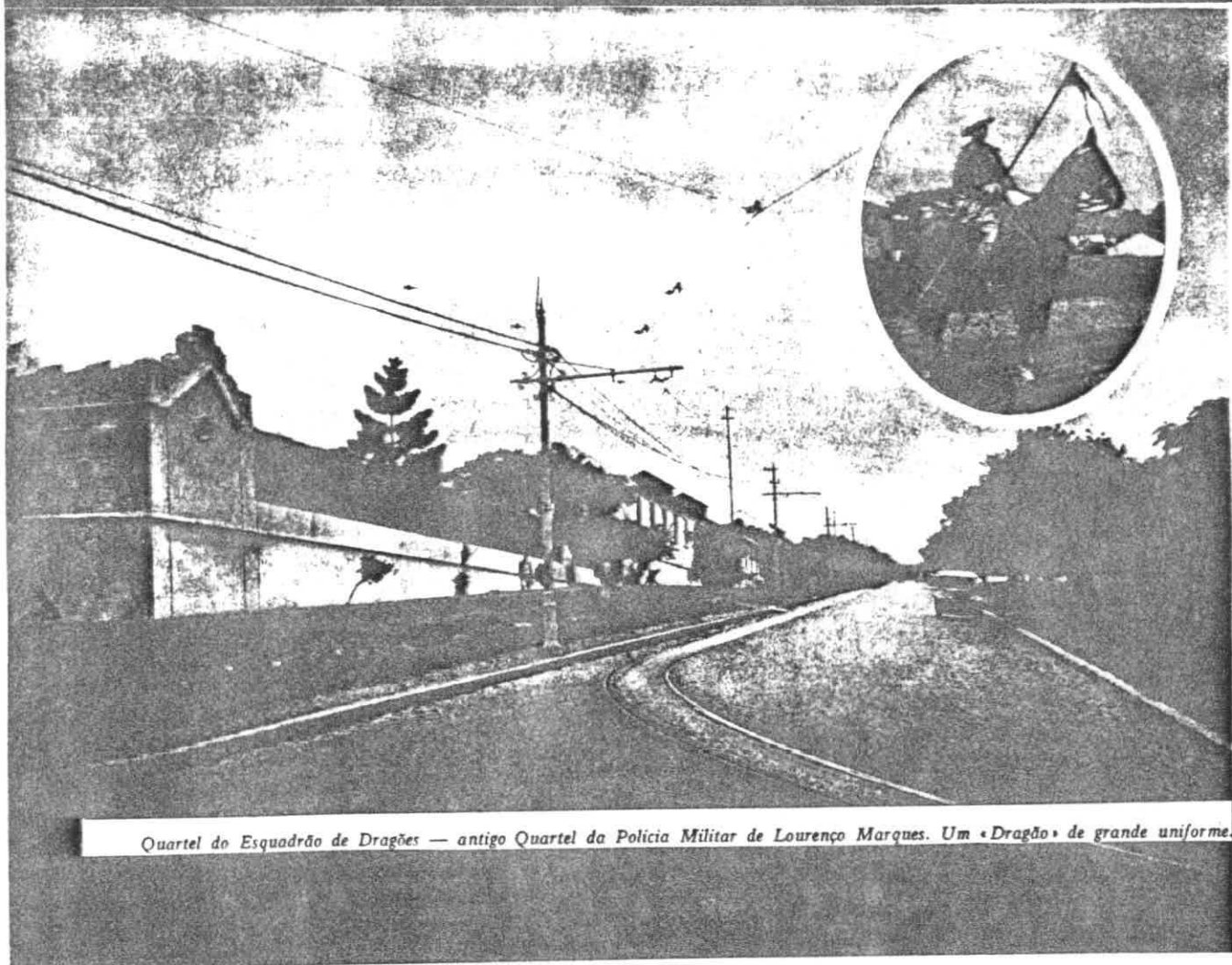


Uma Esquadra de Policia.

LOURENÇO MARQUES



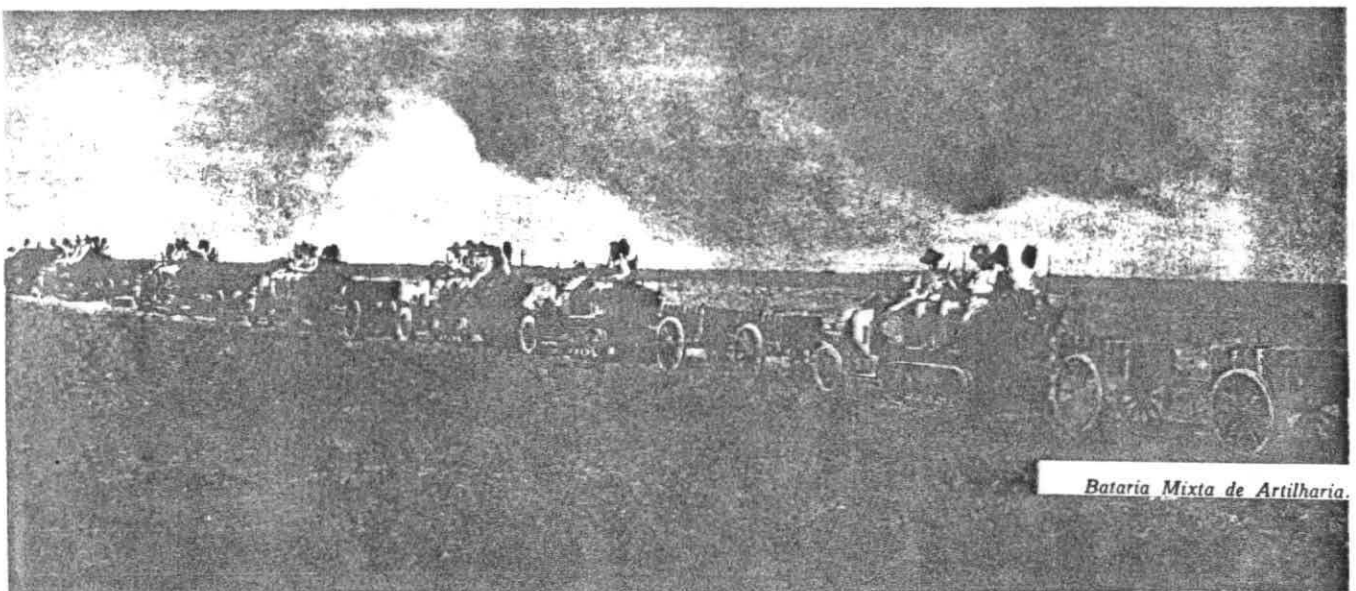
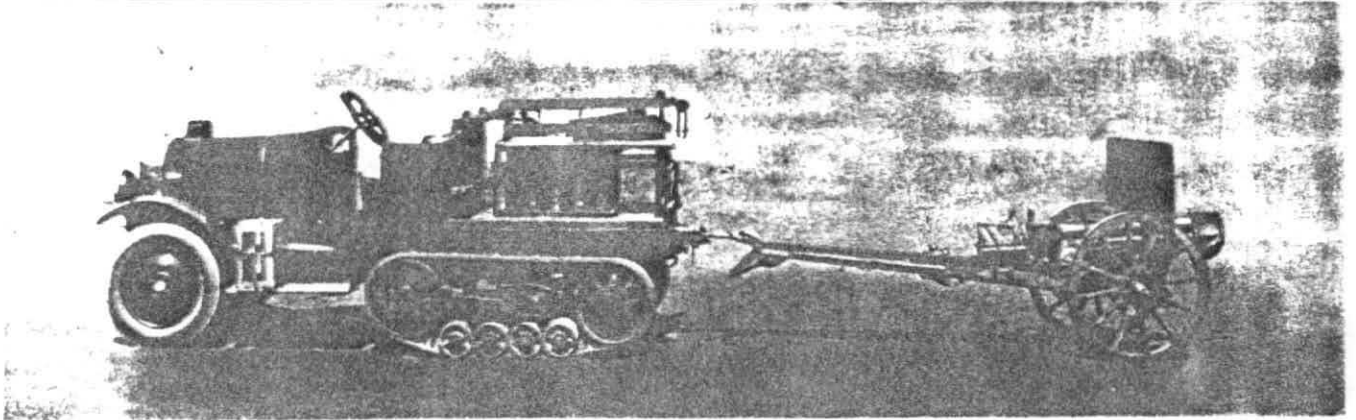
O Quartel General da Colônia. No medalhão: O Chefe do Estado Maior da Colônia.



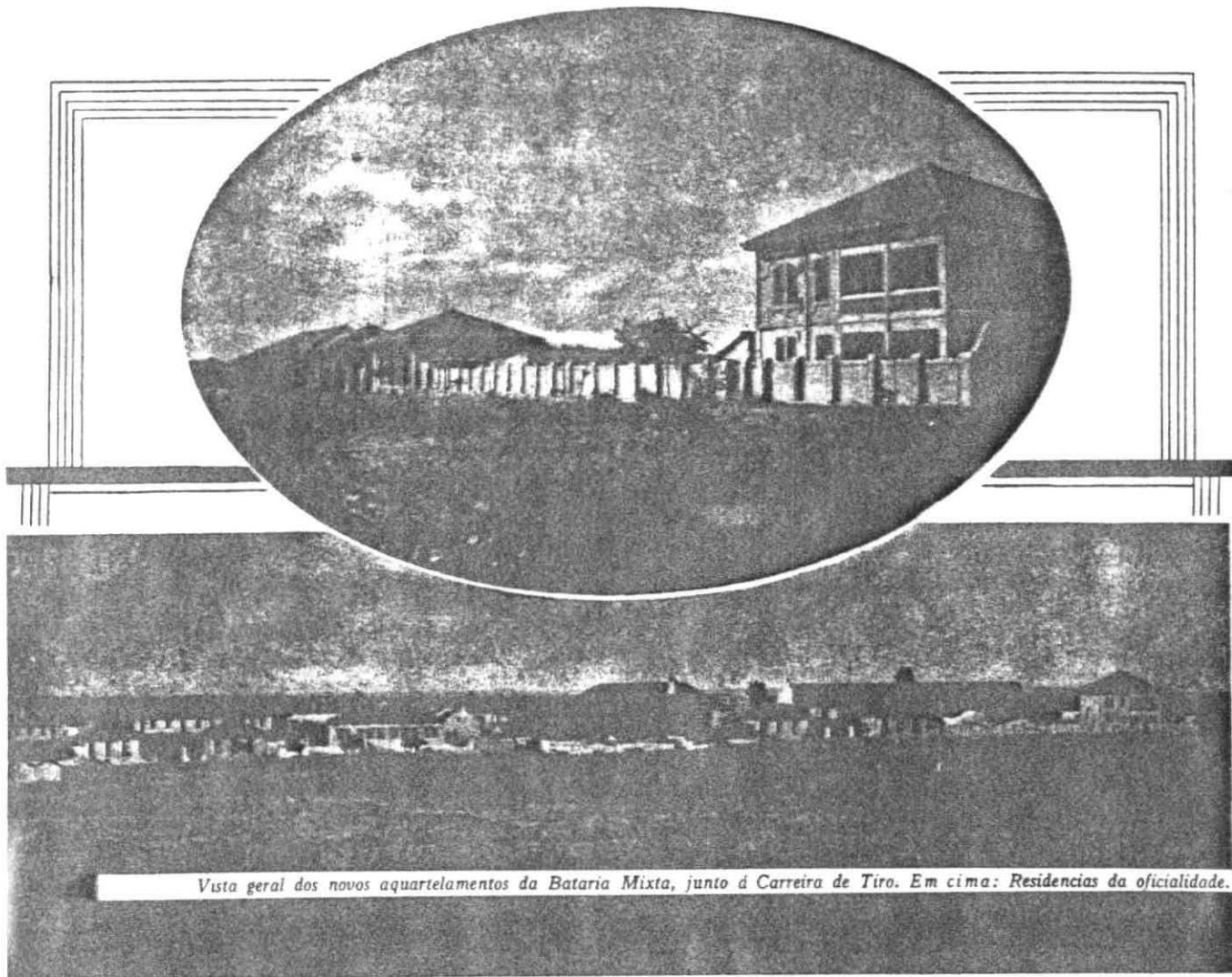
Quartel do Esquadrão de Dragões — antigo Quartel da Polícia Militar de Lourenço Marques. Um «Dragão» de grande uniforme.



Metralhadoras ligeiras.



Bateria Mixta de Artilharia.



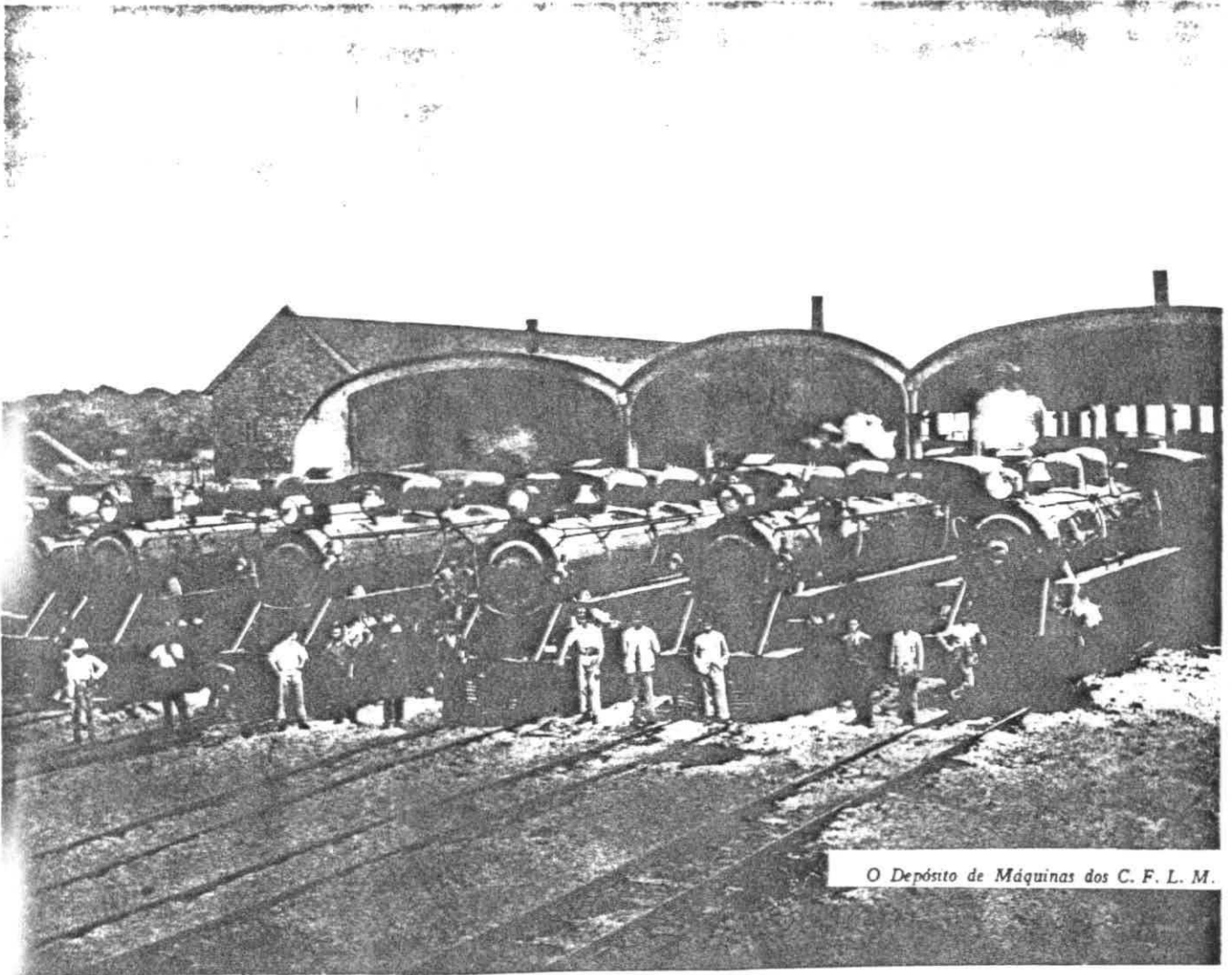
Vista geral dos novos aquartelamentos da Bateria Mixta, junto á Carreira de Tiro. Em cima: Residencias da oficialidade.



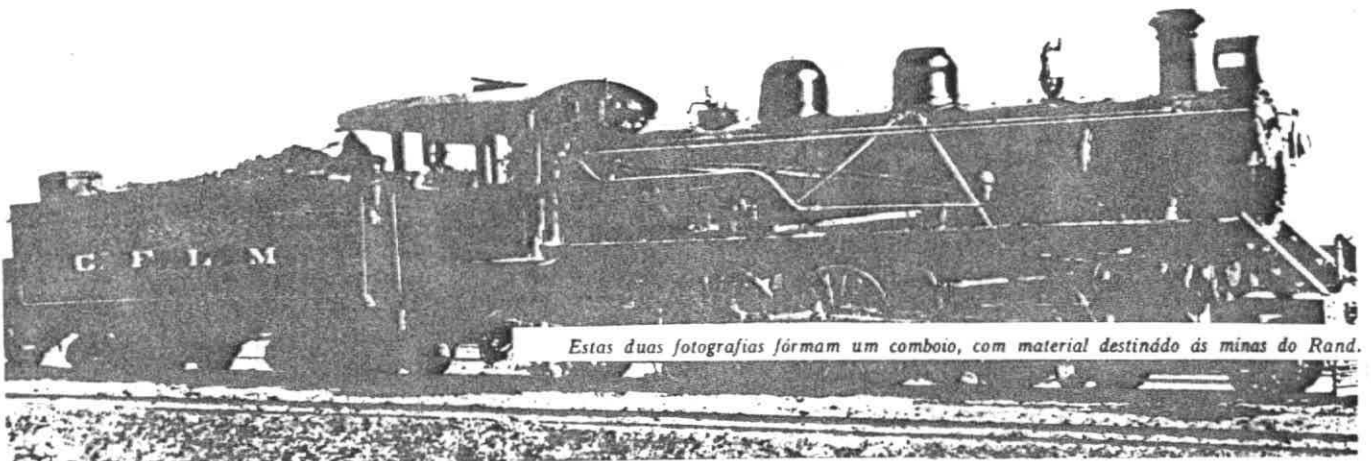
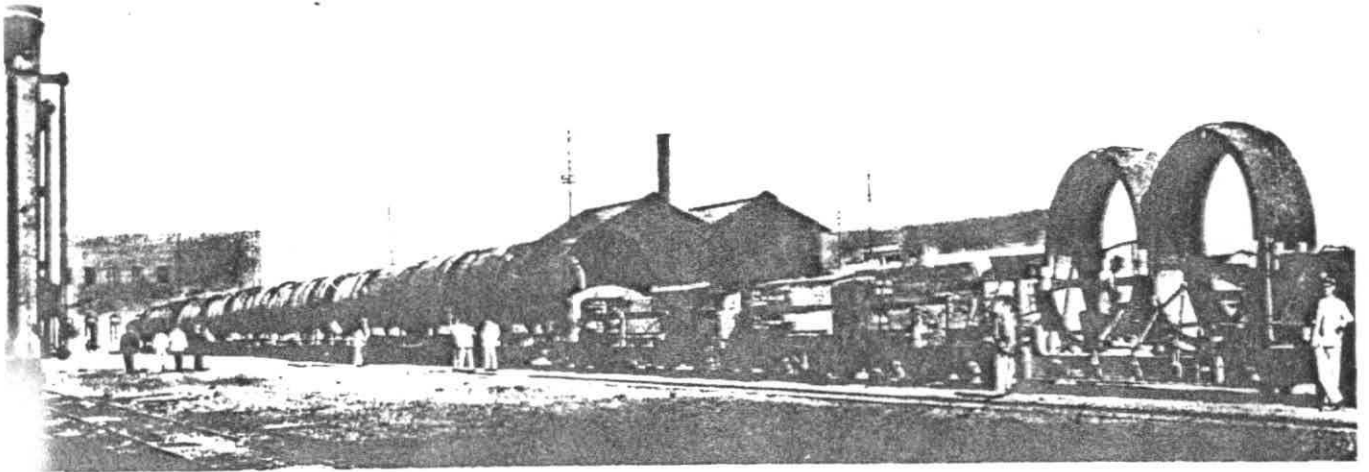
O grandioso edificio das Repartições do Caminho de Ferro, junto á Estação Central. Em cima: O Director do Porto e C. F. L. M.



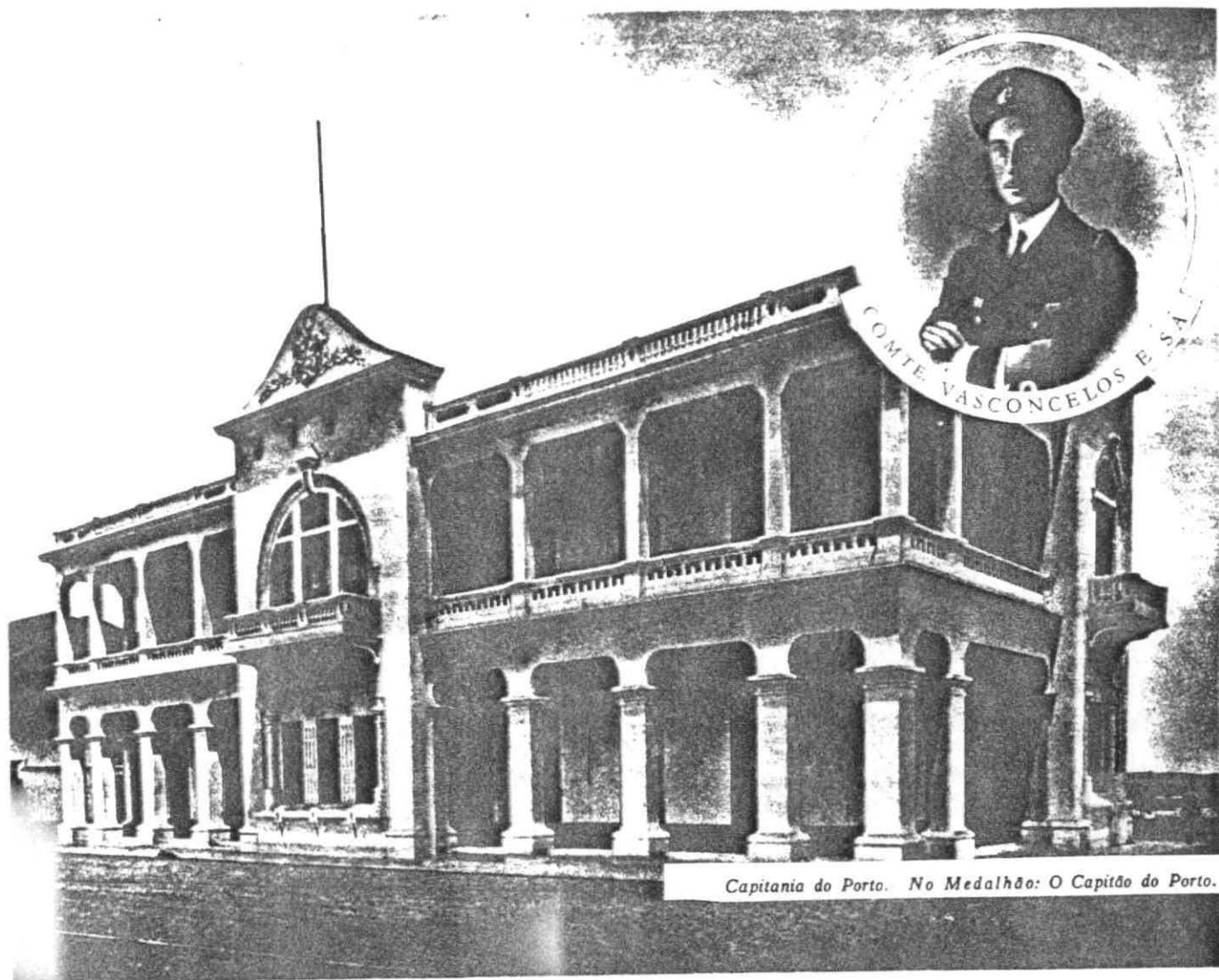
Um confronto: O que era, há vinte anos, e o que é hoje a Estação dos C. F. L. M.



O Depósito de Máquinas dos C. F. L. M.



Estas duas fotografias formam um comboio, com material destinado ás minas do Rand.

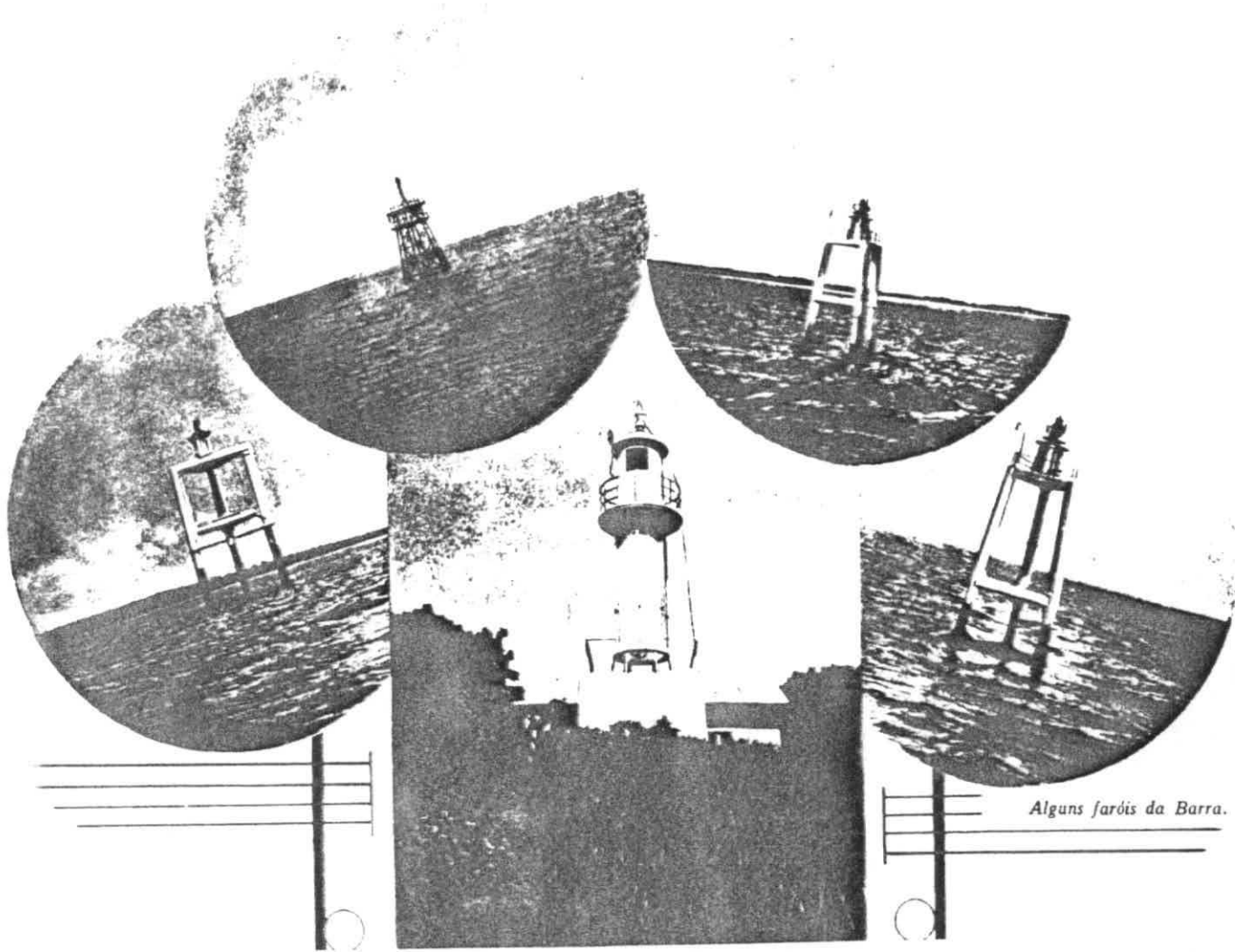


Capitania do Porto. No Medalhão: O Capitão do Porto.

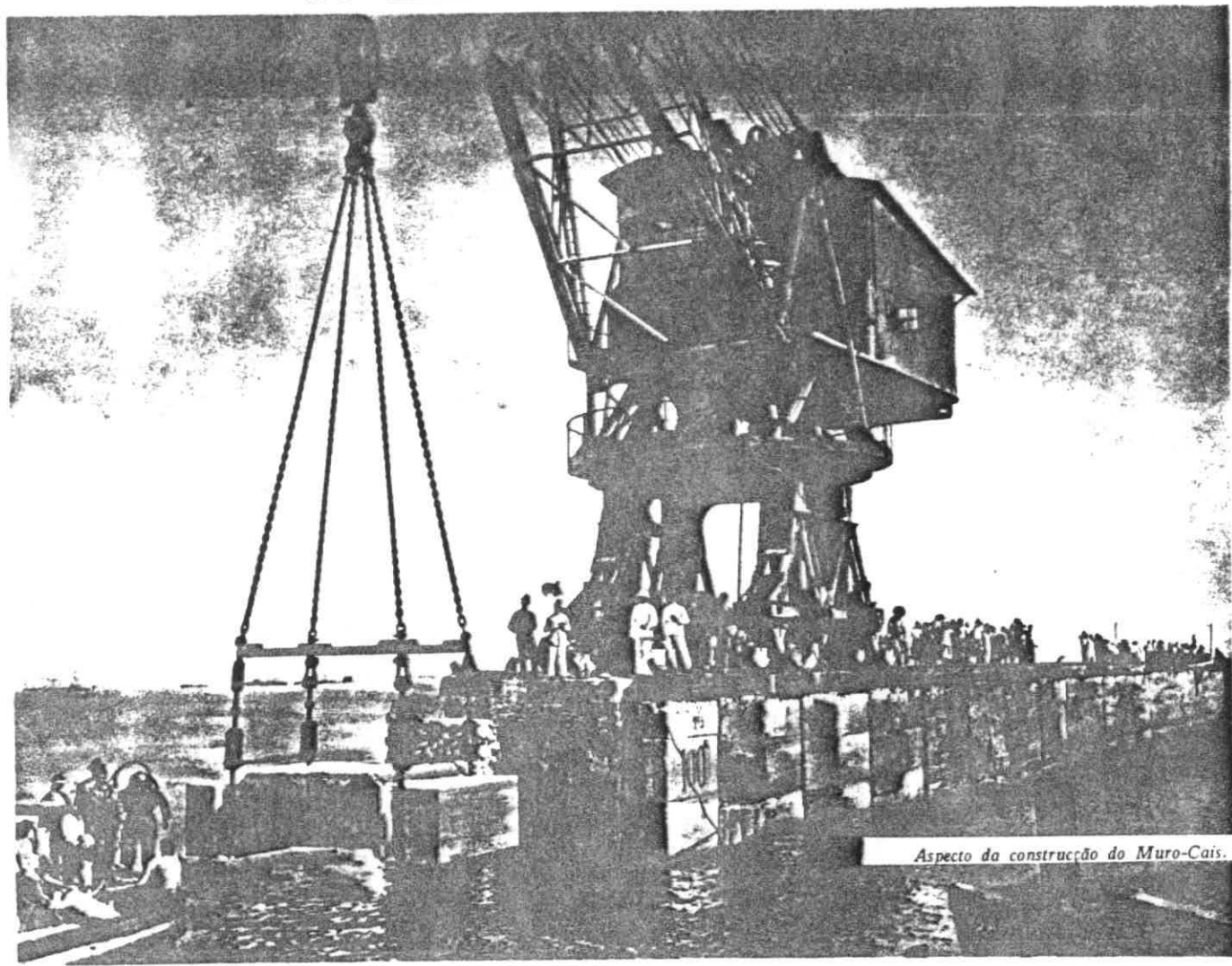


Em baixo: Aspecto parcial da Baía e Porto.

LOURENÇO MARQUES

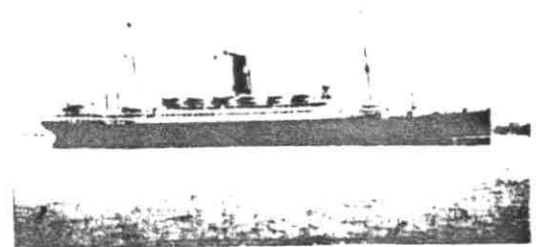
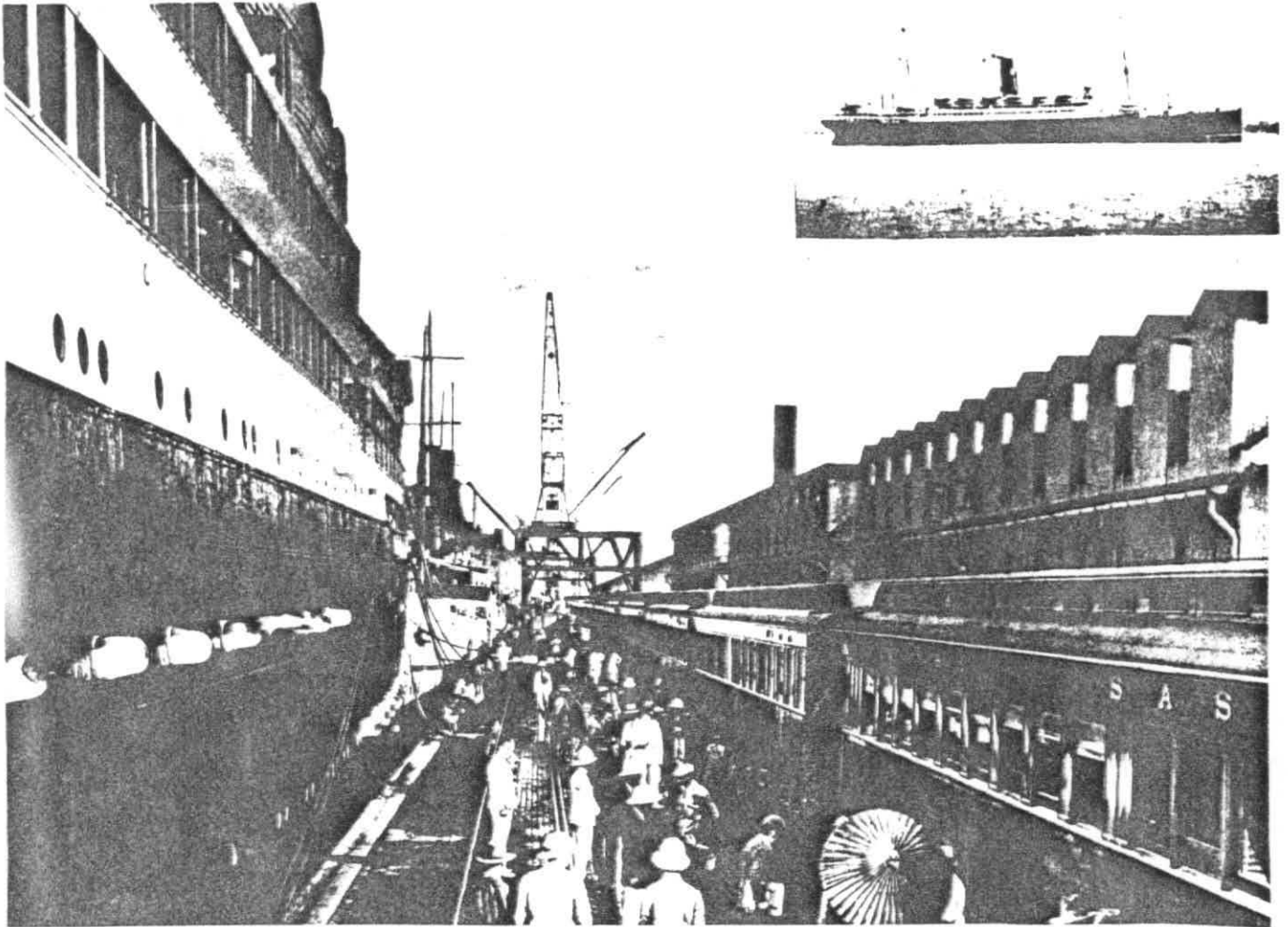


Alguns faróis da Barra.

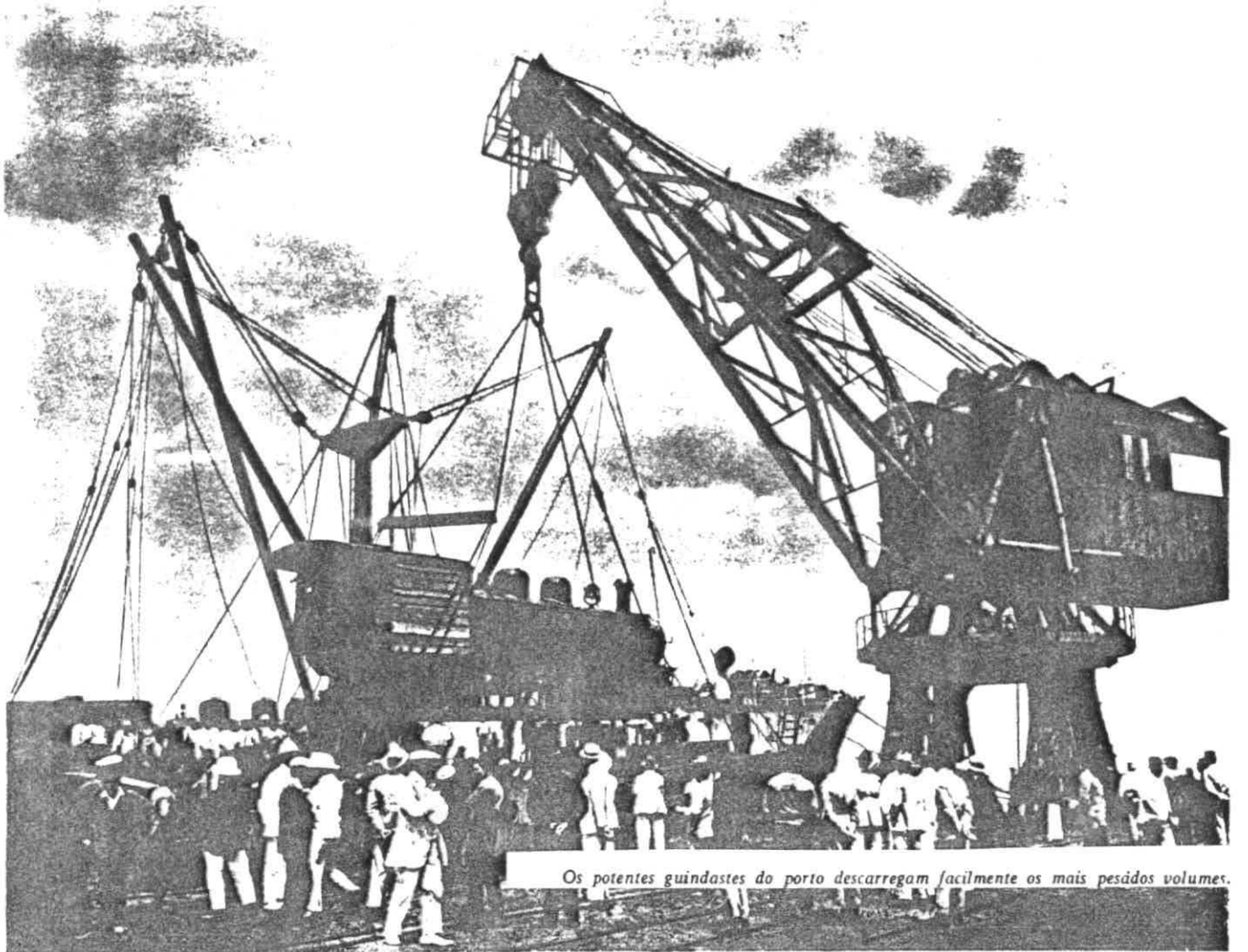


Aspecto da construção do Muro-Cais.

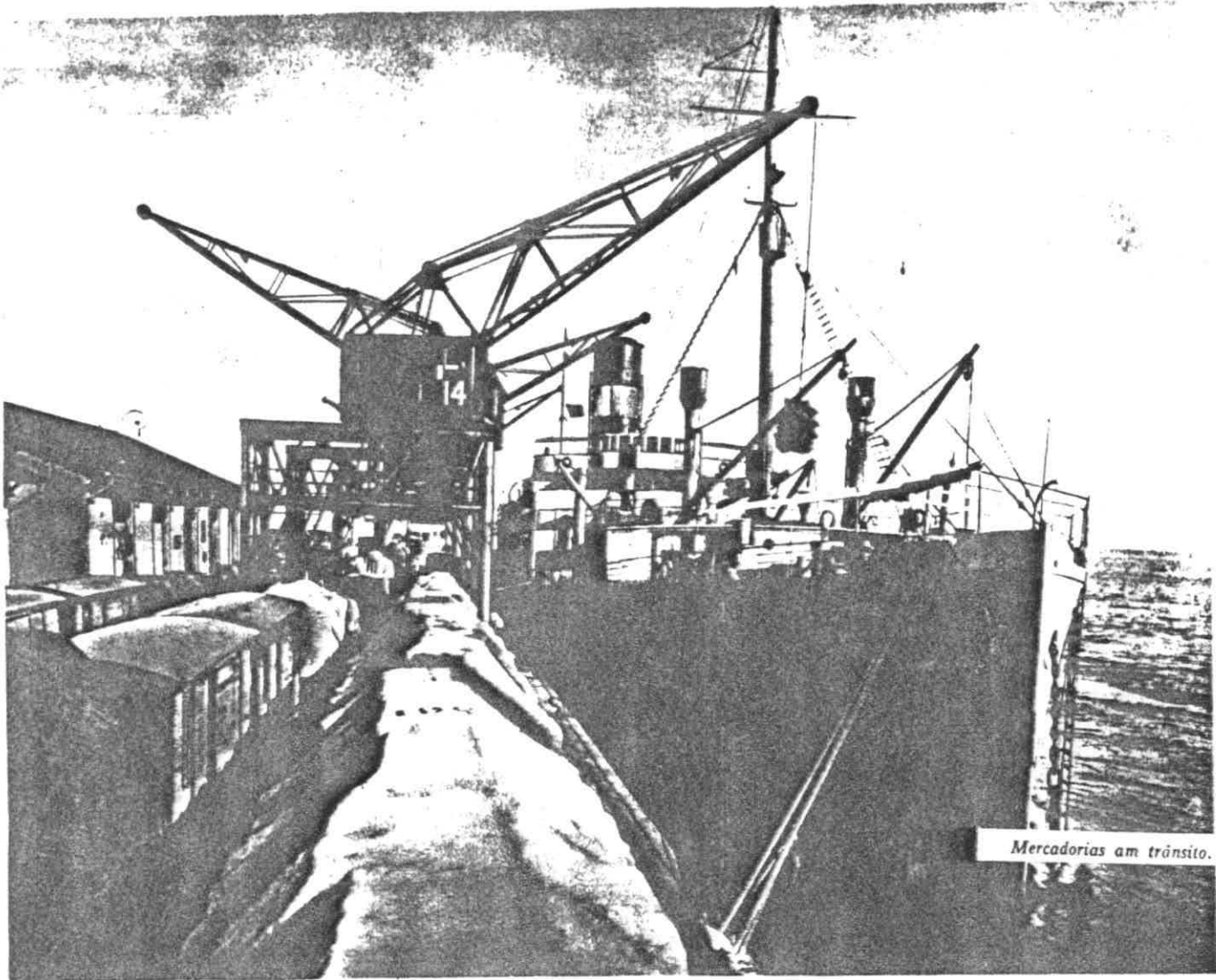
LOURENÇO MARQUES



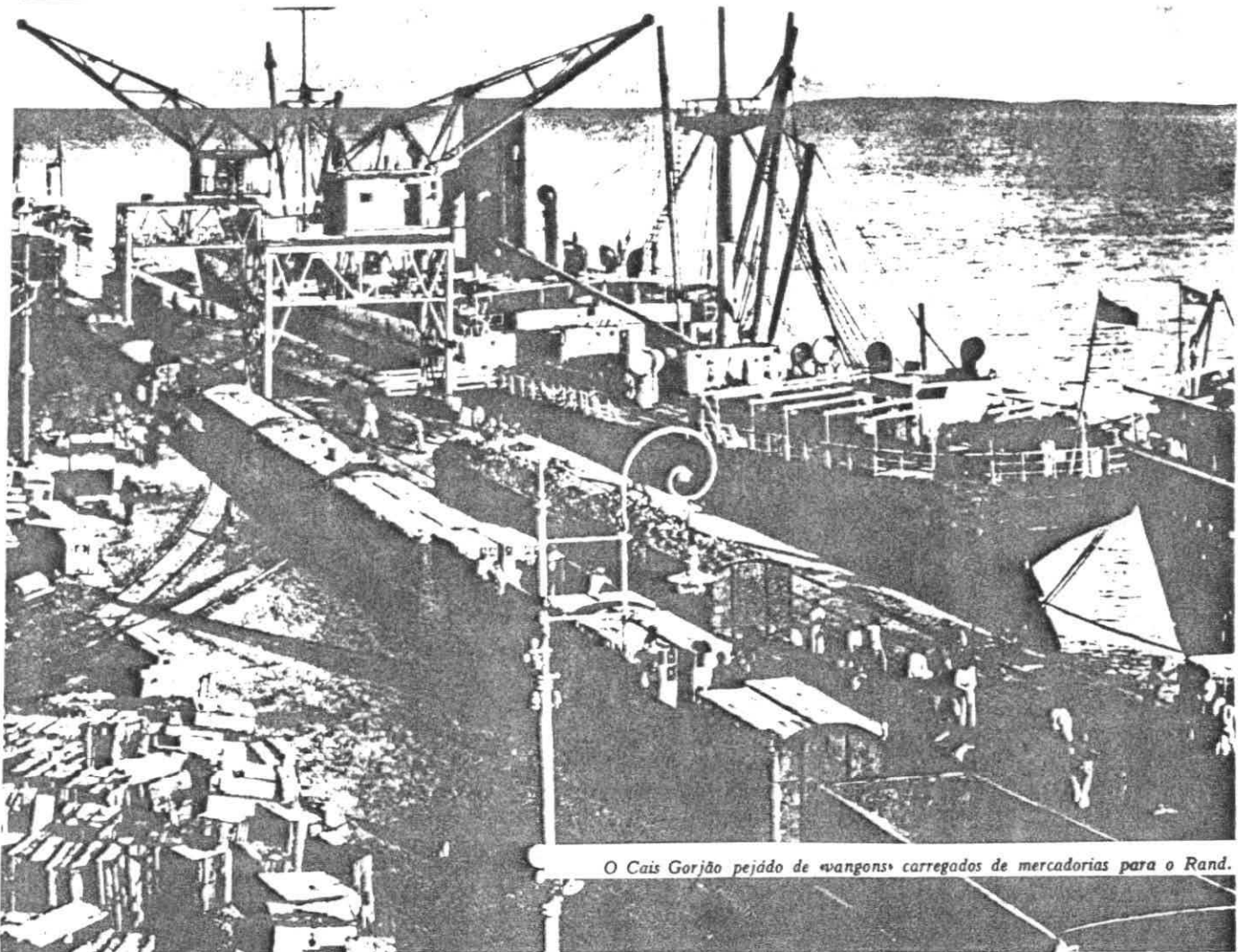
O «Franconia», um dos grandes navios de excursionistas americanos que costumam visitar o porto de Lourenço Marques. No Cais vê-se um comboio tomando passageiros daquele vapor e que se destinam ao Transvaal.



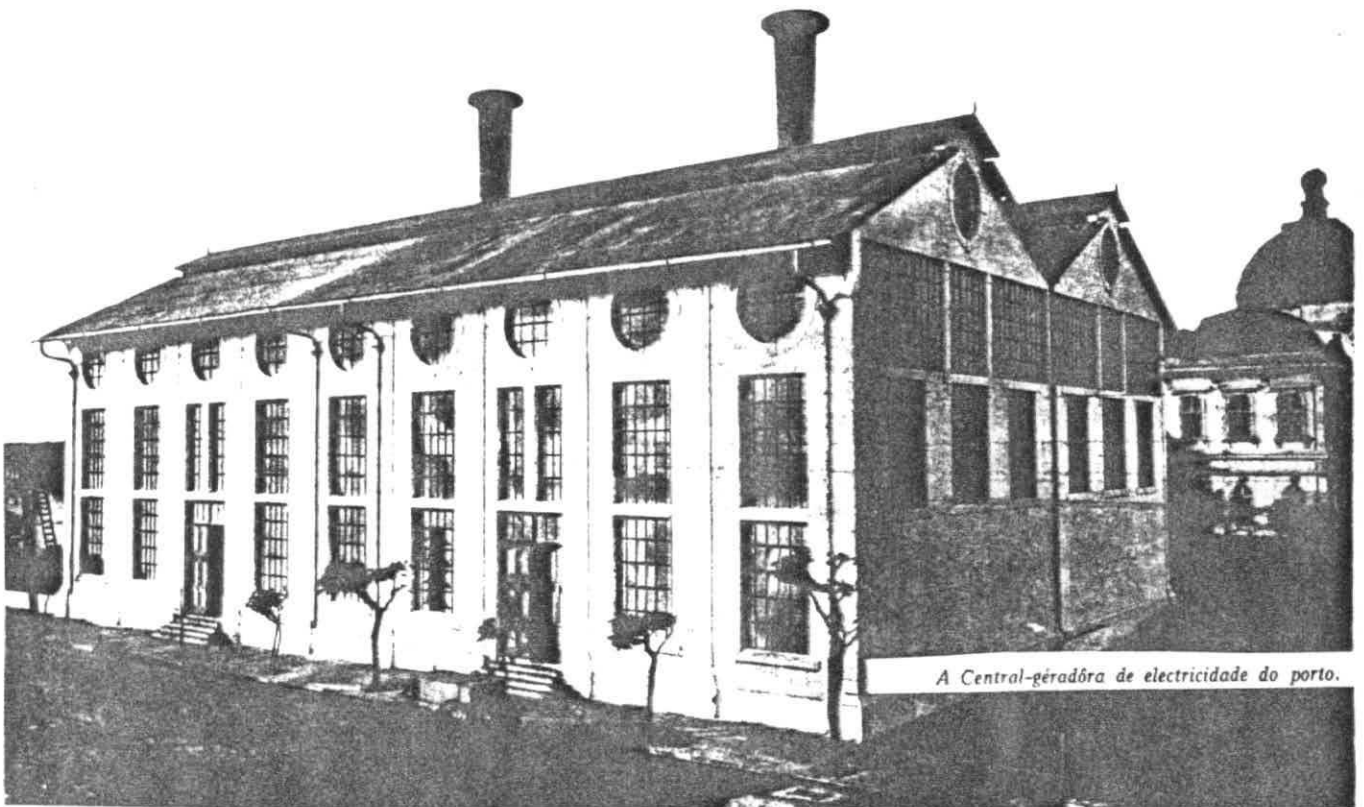
Os potentes guindastes do porto descarregam facilmente os mais pesados volumes.



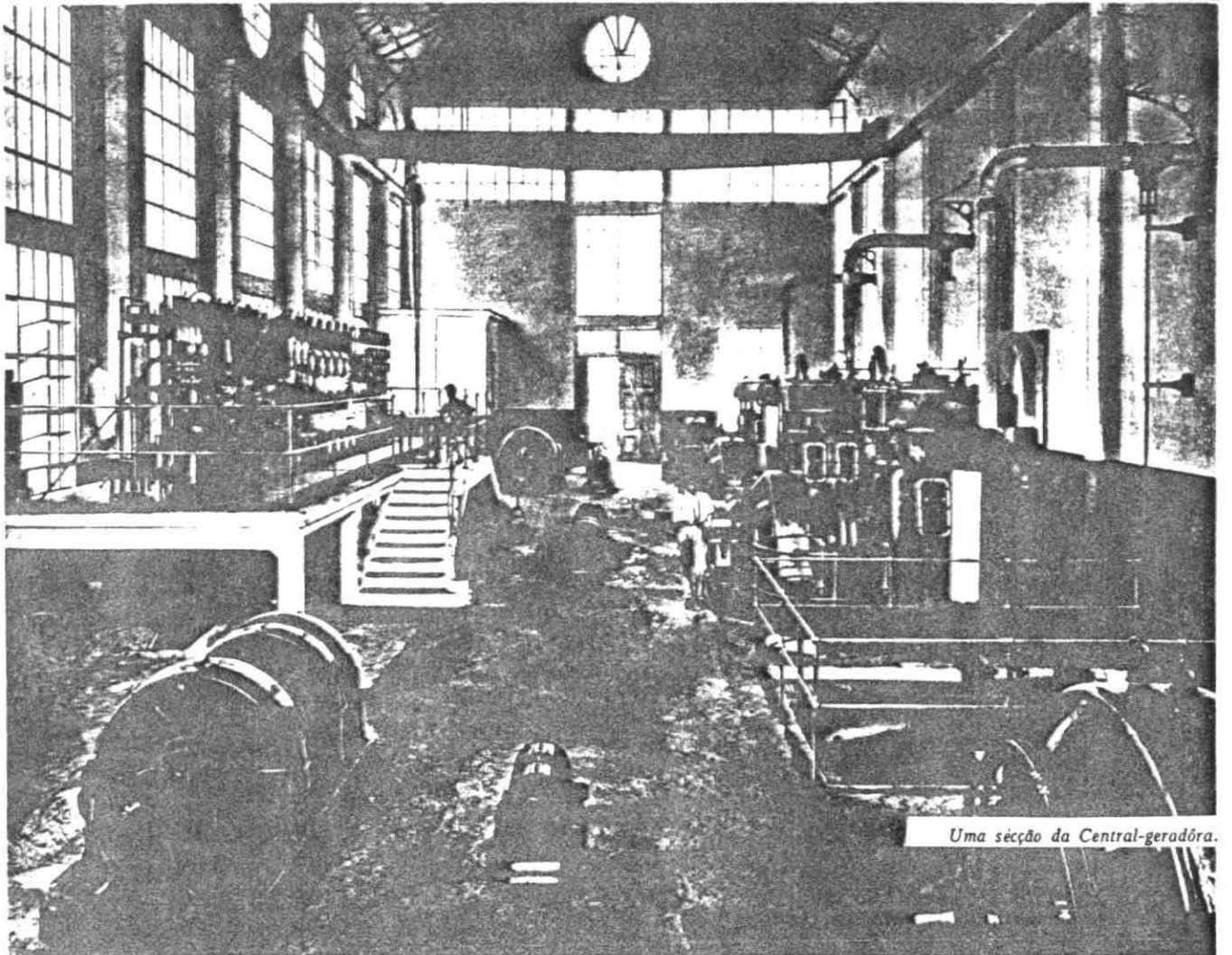
Mercadorias em trânsito.



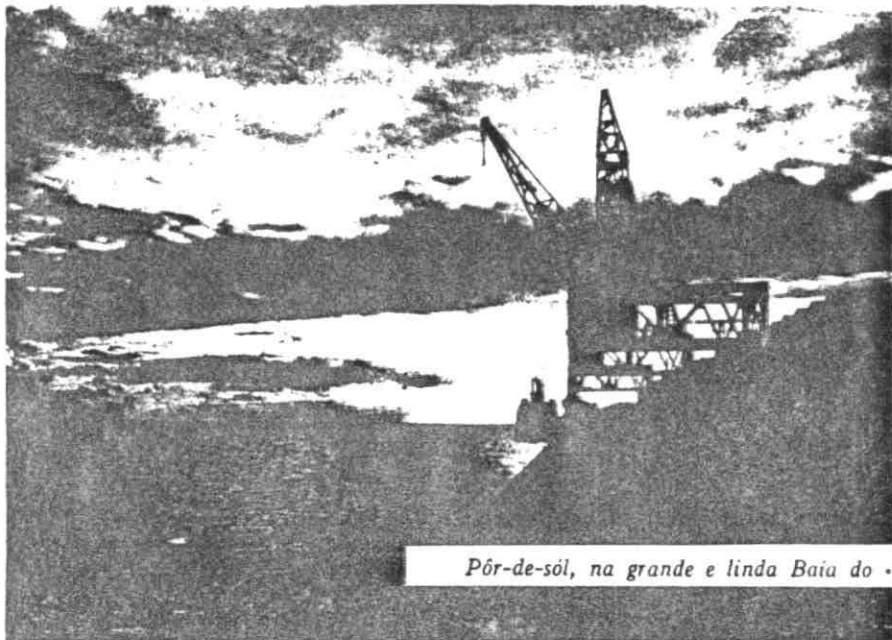
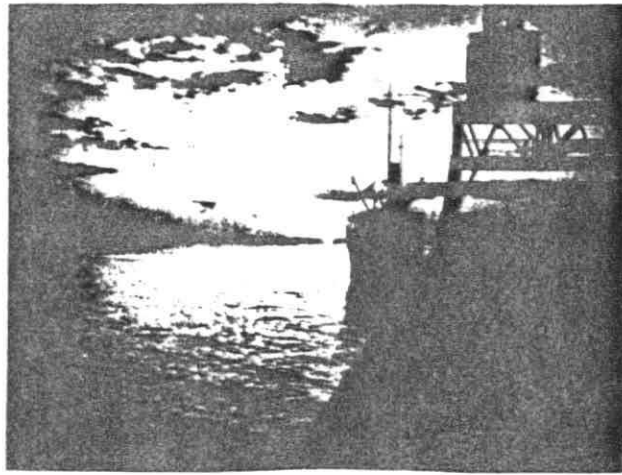
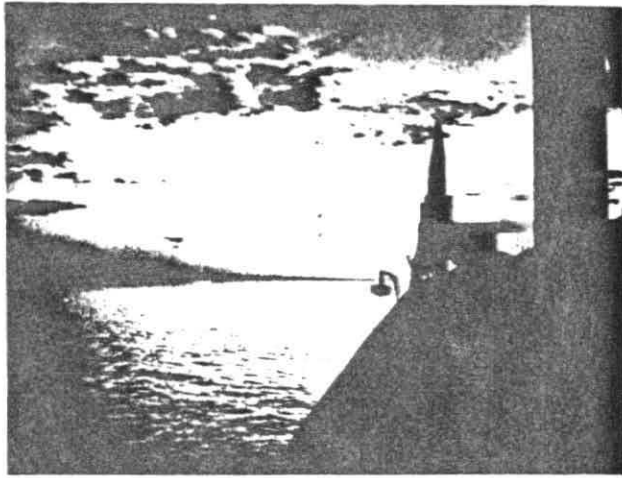
O Cais Gorjão pejado de «wagons» carregados de mercadorias para o Rand.



A Central-geradora de electricidade do porto.



Uma secção da Central-geradora.



Pôr-de-sól, na grande e linda Baía do «Espírito Santo».

VIII BIBLIOGRAFIA

1. ARQUIVOS

. MOÇAMBIQUE

- Arquivo Histórico da República Popular de Moçambique, em Maputo. Consultada a documentação da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, em especial a correspondência das Associações, dando atenção à do Grémio Africano e aos processos de "assimilação de indígenas".
- Centro de Estudos Africanos, em Maputo. Pesquisa na área do trabalho migratório.

. PORTUGAL

- Arquivo Histórico Parlamentar, em Lisboa. Recolha de dados nos "Cadernos de recenseamento eleitoral", sobretudo os de Lourenço Marques, Chai-Chai e Inhambane.
- Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Importante correspondência dos governadores e dos altos comissários.
- Biblioteca Nacional, em Lisboa. Consulta de periódicos e de micro-formas para o estudo da intelectualidade africana, em Lisboa como nas colónias.
- Biblioteca e Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. Aprofundamento das relações entre Portugal - LM - Transvaal, no quadro do confronto Gra-Bretanha - União Sul-Africana. Importante documentação sobre os caminhos de ferro, sobretudo, os de LM.

2. ENTREVISTAS ORAIS

Conversas informais e programadas com personalidades que conheceram, participaram no Grémio Africano e ou na Associação Africana, procurando o detalhe do quotidiano, que escapa ao discurso escrito. Foram :

- . Marcelino dos Santos, actualmente Presidente da Assembleia Popular de Moçambique. Activista político na década de 50, em Lisboa, e na década seguinte, em Paris. Secretário-geral da CONCP. (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas) desenvolveu intenso trabalho na unificação dos três movimentos que deram origem à FRELIMO, em 1962.
- . José João Creveirinha, grande poeta moçambicano, de profissão, jornalista - repórter. Dirigente da Associação Africana, onde actuou desde jovem .
- . Nodma de Sousa, igualmente uma das maiores poetisas de Moçambique, participou activamente na Associação Africana. Actualmente jornalista em Lisboa.
- . Inês Albasini, enfermeira reformada, membro de comissões organizadoras de encontros culturais, no Grémio Africano, conhecidos por "tea-meetings", ou "fimites", privou com a juventude dos anos 20-30, que deu vida ao Grémio.
- . Cacião Caldas, Contabilista dos CFLM, activo na década de 50, com outros elementos que dinamizaram a vida cultural da Associação Africana .
- . Rui Nogar, preso político, durante o fascismo, poeta activista cultural da Associação Africana.
- . Willy Waddington, jornalista, privou com mestres anarco-sindicalistas da classe dos gráficos e activistas do movimento sindical, do operariado branco, do Porto e dos CFLM , elementos deportados após o Golpe.
- . Dr.ª Elsa de Noronha, filha do memorável poeta e activista social, Rui de Noronha. Facultou-nos o que resta do seu espólio literário.

3. FONTES

. Documentação da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas

a) impressa :

- "Petição a S.Exã. o Sr. Joaquim José Machado, Governador-Geral da Província de Moçambique. (Contra o vinho colonial). Folha em português e em ronga, Missão Suíça, LM, 1914.
- Circular confidencial da Intendência dos Negócios Indígenas e de Emigração, dirigida a todos os distritos da Província, (sobre o clima de agitação, no seio da população), LM, 1914.
- Processo sobre a revolta dos régulos da circunscrição de Vilanculos, Inhambane, 1914.
- Correspondência sobre a revolta do Bárue, Tete, processo 1917-1918.
- Processo sobre a greve dos trabalhadores ferroviários de LM, 1917-1920.
- Correspondência da Curadoria do Transvaal. 1920. Greve de mineiros, sendo indicados alguns dirigentes como sendo moçambicanos.
- Correspondência do Grémio Africano dirigida ao Secretário dos Negócios Indígenas, contra a Fortaria dos Assimilados, LM, 1921.
- Correspondência do Grémio Africano ao SNI, contra a prisão de mulheres, no Sâbié. LM, 1921.
- Correspondência do Transvaal. Cartas do Conselho Nacional Africano de LM, ao Secretário dos Negócios Indígenas, 1921.
- Processo - crime, com pena de desterro. Correspondência do GA, dirigida ao Encarregado do governo da Colónia de Moçambique, contra o desterro do régulo Vundissa, LM, 1933-1936.
- Correspondência do GA, dirigida ao Governador-Geral da Colónia de Moçambique, solicitando apoio financeiro para a construção de sede, LM, 1935-1936.
- "Estatutos da Associação Africana da Colónia de Moçambique" (Antigo Grémio Africano de Lourenço Marques), Tip. Minerva Central, LM, 1940.
- "Exortação Aos Africanos", Associação Africana da Colónia de Moçambique, Tip. Notícias, LM, 1940.
- "Estatutos do Clube Desportivo João Albasini de LM", Imprensa Nacional, LM, 1937.
- "Propaganda comunista e subversiva entre os indígenas", LM, 1920-1942.
- "Relação das Associações de Classe existentes na Província constituídas só por indígenas", LM, 1955-1957.

b) manuscritas

- "Queixas dos Indigenas", LM, 1915-1929.
- "Processo:Assimilação de Indigenas".Requerimentos do Alvará de assimilado, LM, 1917-1948.
- Correspondência de João Albasini ao SNI, sobre o Instituto João de Deus, da Namaacha, LM, 1914.

. Documentação da administração central e local

- "Actas do Conselho de Governo", Imp.Nac., LM, 1913-.
- "Actas do Conselho Legislativo da Província de Moçambique", LM, 1913-.
- "Boletim Oficial da Província de Moçambique", 1854-.
- "Cadernos de recenseamento eleitoral", LM, 1906-1925.

. Estatística

- "Anuário Colonial", Imp.Nac., Lisboa, 1900-.
- "Anuário de Moçambique", Imp.Nac., LM, 1908-.
- "Anuário de Lourenço Marques", Tip.A.W.Bayly, LM 1914-.
- "Boletim Económico e Estatístico", Imp.Nac., LM, 1932.

4. JORNAIS

a) publicados em Lisboa

- "O Negro", 1911.
- "A Voz de África", 1912-1930.
- "Tribuna de África", 1913.
- "Correio d'África", 1921-1923.
- "A Mocidade Africana", 1930-1932.
- "Tribuna d'África", 1931-1932.
- "África", 1931.

b) publicados em Lourenço Marques

- "África", 1936.
- "Africana", 1933.
- "Africano" (O), 1908, 1909-1918.
- "Anseio" (O), 1936-1937.
- "O Brado Africano", 1919-1974.
- "Correio" (O), de LM, 1925-1926.
- "Correio de Moçambique", 1922.
- "Dambu (A) de Afrika", "Sol de África", 1921-1922.
- "Democracia", 1933-1935.
- "Despertar" (O), 1910.
- "Diário de Notícias", 1905-1906-1910.
- "Direito" (O), 1931-1933.
- "Distrito" (O), 1904-1905.
- "Emancipador" (O), 1919-1937.
- "Era Nova", 1910-1911.
- "Evangelho" (O), 1932-1934.
- "Ferroviário", 1915-1916.
- "Gazeta da Relação de LM", 1930-1931.
- "Germinal", 1914-1918.
- "Gráfico" (O), 1911.
- "Heraldo" (O), 1910-1911.
- "Ideal" (O), 1901.
- "Ilustrado" (O), 1933-1934.
- "Imparcial", 1922-1924-1929.
- "Imprensa de LM", 1926.
- "Incondicional" (O), 1910-1918.
- "Intransigente" (O), 1911-1912.

- "Jornal" (O), 1926, 1936-1937.
- "Jornal (O) A / Da Liberdade", 1926.
- "Jornal do Comércio", 1904-1905, 1922-1930.
- "LM Guardian", 1905-1952.
- "Lusitânia", 1932-1938.
- "Luso (O) Africano", 1926.
- "Manifesto", 1948.
- "Moçambique" (O), 1915-1918.
- "Moçambique", 1931-1946.
- "Notícias", 1926-1975.
- "Oriente", 1919-1927.
- "Piri-piri", 1935.
- "Portugal", 1925-1926.
- "Português" (O), 1900, 1900-1901.
- "Portuguesa" (A), 1909.
- "Progresso de LM", 1905-1907.
- "Proletário" (O), 1912-1913.
- "Província" (A), 1908-1912.
- "República", 1931.
- "República (A) Portuguesa", 1910.
- "Simples" (Os), 1911-1913.
- "Sol" (O), 1925-1926.
- "Tribuna" (A), 1907-1908.
- "União", 1933-1958.
- "Verdade" (A), 1910.
- "Vida Nova", 1907-1910.
- "Voz (A) do Caixaero", 1911.

5. OBRAS GERAIS

- AJAYI, J.F.A., "Colonialism : an episode in African History", in "Colonialism In Africa", 1870-1960, vol. I, "The History And Politics of Colonialism", 1870-1914, ed. GANN, L.H. e DUGNAN, P., Cambridge University Press, Cambridge, 1969, p.497-509.
- ALBERTO, M. Simões e TOSCANO, Francisco A., "O Oriente Africano Português. Síntese Cronológica da História de Moçambique", ed. Minerva Central, LM, 1940.
- ALEXANDRE VALENTIM, "Origens do Colonialismo Português Moderno", Sá da Costa, Lisboa, 1979.
- ALMADA, J., "Apontamentos históricos sobre a escravatura e o trabalho indígena nas Colónias Portuguesas", Imp. Nac., Lisboa, 1932.
- ANDERSON, P., "Portugal and the end of ultracolonialism", New Left Review, 15, 1962.
- ANDRADE, Mário e GUERRA, Maria do Céu, "Ideologias de Libertação Nacional", Textos de Apoio, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1985.
- APTOLA, Miguel, "Partidos y Programas Politicos", 1808-1936, "Los Partidos Politicos", Col. Cultura e Historia, Aguilar, vol. I.
- AXELSON, Eric, "Portugal and the scramble for Africa", 1875-1891, W. University Press, Johannesburg, 1967.
- AZEVEDO, Manuel Roque, "Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista", 1912-1919, in "Nova História", dirig. por OLIVEIRA MARQUES, A.H., 2, Dez. 1984, p.74-122.
- Banco Colonial Português, "Regime Bancário e Monetário da Província de Moçambique", LM, 1923.
- BENOT, Yves, "Ideologias das Independências Africanas", Sá da Costa, Lisboa, 2 vols, 1981.
- Bispo de Siene, "A Lei da separação e a desnacionalização imediata da Província de Moçambique", Tip. L.do Felourinho, Lisboa, s/d.
- BOTELHO, J.J. Teixeira, "História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique", vol.II, Lisboa, 1934.
- BOXER, C.S., "O Império Colonial Português", Lisboa, 1977.
- BRITO, Luís de, "Dependência Colonial e Integração Regional", in "Estudos Moçambicanos", 1, ed. Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1980.
- CABRAL, M. V., "Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais. Poder Político e Crescimento Económico, de 1890 a 1914", ed. A Regra do Jogo, Lisboa, 1979.

- CAHEN, Michel, "Le colonialisme portugais au Mozambique", in Bulletin de Liaison, CREDU, 9. Dez. 1981, p.41-48.
- CAMACHO, Brito, "Moçambique. Problemas Coloniais", Liv. Ed. Guimarães & Cã., Lisboa, 1926.
Idem, "Política Colonial", Ed.Cosmos, Lisboa, 1936.
- CAPELA, José, "O Imposto de Palhota e a Introdução do Modo de Produção Capitalista nas Colónias", Porto, 1975.
- CARNEIRO DA MOURA, João Villa-Boas, "Os últimos anos da Monarquia e os primeiros da República em Moçambique", Imp.Nac., LM, 1965.
Idem, "A Colonização Portuguesa no século XX", Liv. Clássica Ed., Lisboa, 1912.
- CASTILHO, Augusto de, "O Distrito de Lourenço Marques, no presente e no futuro", Liv. Ed.de Matos Moreira & Cã., Lisboa, 2ª.ed., 1881.
- CASTRO, Armando Augusto Gonçalves de Moraes e, "As Colónias na vigência da Monarquia e da República", Comp.Port.Ed., Porto, s/d.
- CASTRO, A., "O Sistema Colonial Português em África", Ed.Caminho, Lisboa, 1978.
- Centro de Estudos Africanos, "O Mineiro Moçambicano": um estudo sobre a exportação de mão-de-obra", Instituto de Investigação Científica de Moçambique, Maputo, 1977.
- CHILCOTE, Ronald H., "Portuguese Africa", Englewood Cliffs (New Jersey), 1967.
- CLARENCE-SMITH, W. G., "The Third Portuguese Empire", 1825-1975, Manchester, 1925.
- COLEMAN, G. J. S. e ROSEBERG, C. G., "Political Parties and National Integration in Tropical Africa", Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1966.
- COQUERY-VIDROVITCH, C. e MONIOT, H., "L'Afrique Noire de 1800 à nos jours", P.U.F., Paris, 1974.
- CORREIA, A. A. M., "Les grands lignes de la politique indigène portugaise", Anuário da Junta de Investigação Colonial, Lisboa, 1951, p.17-34.
- CORREIA, José Cândido, "Angola e Moçambique - Regiões adaptáveis à colonização portuguesa", Imp. Lucas, Lisboa, 1904.
- COSTA, Delfim, "Interesses de Moçambique - O problema agrícola do Sul do Save", Tip.Colonial, Lisboa, (Conferência realizada em 25.03.1923, no Ateneu Comercial de Lisboa, pelo deputado Delfim Costa).
- COSTA, M., "Como fizeram os Portugueses em Moçambique", Tip.Colonial, Lisboa, 1928.

- COVANE, Luis, "Considerações sobre o impacto da penetração capitalista no Sul de Moçambique", 1850-1876, Reunião Internacional de História de África, I.I.C.T., Fund.Gulbenkian, Lisboa, 1988.
- CUNHA, J. M. Silva, "O sistema português de política indígena. Princípios gerais", Ag.Geral do Ultramar, Lisboa, 1952.
Idem, "O Trabalho Indígena", "Estado de Direito Colonial", Lisboa, 1949.
- DAVIDSON, A. B., "African Resistance and rebellion against the imposition of colonial rule", in "Emerging Themes of African History", RANGER, T. O., Nairobi, ed., 1968.
- DESCHAMPS, Hubert, "Les Institutions Politiques de l'Afrique Noire", F.U.F., 2ª.ed., 1965.
- DIAS, Raúl Neves e EÇA, Filipe Gastão de Almeida, "A imprensa periódica em Moçambique", 1854-1954, Imp.Nac., LM, 1956.
- DUFFY, James, "Portuguese Africa", Cambridge, Mass., 1959.
- DUVERGER, Maurice, "Les Partis Politiques", Lib. A. Colin, Paris, 2ª.ed., 1957.
Idem, "L'Afrique Noire Contemporaine", ibidem, Paris, 1968.
- EÇA, Filipe Gastão de Almeida, "Acheegas para a bibliografia de Moçambique", 1895-1942, Lisboa, 1949.
- ENES, António, "Moçambique". "Relatório apresentado ao Governo", Ag. Geral das Colónias, Lisboa, 3ª.ed., 1946.
- FOUCAULT, Michel, "L'archéologie du savoir", Gallimard, Paris, 1969.
- FREIRE DE ANDRADE, Alfredo Augusto, "Relatórios sobre Moçambique", Imp.Nac., LM, 2 vols., 1907-1910.
- FREIRE, Gilberto, "O Mundo Que O Português Criou", Lisboa, s/d, (o prefácio é de António Sérgio, a 1ª. ed. e de 1940).
Idem, "Les Portugais et les tropiques", Lisboa, 1961.
- GUIMARAES, A, "Uma Corrente do Colonialismo Português", 1875-1895, Liv. Horizonte, Lisboa, 1984.
- HAMMOND, R. J., "Portugal and Africa", 1815-1910, "A study in uneconomic imperialism", Stanford University Press, Stanford, 1966.
- HODGKIN, T., "Nationalism in Colonial Africa", 1956.
Idem, "African Political Parties", Penguin Books, London, 1961.
- ISAACMANN, A., "The Tradition of Resistance in Mozambique", Berkley, 1976.

- JONIOR, Rodrigues, "A voz dos colonos de Moçambique",
Tip. Notícias, LM, 1945.
- LAVROFF, Dmitri. "Os Partidos Políticos da África
Negra", Liv. Bertrand, Lisboa, 1975.
- LIESEGANG, Gerhard, "Apontamentos sobre o período
colonial em Moçambique : a penetração
capitalista", 1880-1930, Dep. História,
Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1980.
- LOBATO, Alexandre, "A instalação do modo de produção
capitalista em Moçambique", Dep. História, UEM,
Maputo, 1978.
- LOMBARD, J., "Autorités traditionnelles et pouvoirs
européens en Afrique Noire", A. Colin, Paris, 1957.
- LOPES GALVAO, João Alexandre, "O regime de mão-de-obra
indígena em Moçambique", in Boletim da Ag. Geral
das Colónias", ano I, 3, Lisboa, 1925, p.116-120.
- MACHADO, C. R., "Bibliographie d'histoire coloniale",
1900-1930, Paris, 1932.
- MADUREIRA, Arnaldo, "A Colonização Portuguesa em
África", 1890-1910, Liv. Horizonte, Lisboa, 1988.
- MARGARIDO, Alfredo, "Estudos sobre literaturas das
nações africanas de língua portuguesa", ed. A Regra
do Jogo, Lisboa, 1980.
- MARNODO e SOUSA, "Administração Colonial, Tip. França
Amado, Coimbra, 1905.
- MEDEIROS, Fernando, "A Sociedade e a Economia Portuguesa
nas Origens do Salazarismo", ed. A Regra do Jogo,
Lisboa, 1978.
- MELLO, Lopo Vaz de Sampaio e, "Questões Coloniais.
Política Indígena", Magalhaes & Moniz Lt. Editores,
Porto, 1910.
- MENDES, Maria Clara, "Maputo Antes da Independência.
Geografia de uma cidade colonial", Lisboa,
Memórias do Instituto de Investigação Científica
Tropical, 68, 2ª.série, 1985.
- MESQUITA, A. C., "Índices Alfabéticos e Cronológicos da
Principal Legislação de Moçambique (1854-1920)", LM,
1941.
- MEYNAUD, Jean, "Os Grupos de Pressão", Col. Saber, Pub.
Europa-América, Lisboa.
- MIRANDA, Jorge, "As Constituições Portuguesas de 1822 ao
Texto actual da Constituição", Liv. Petrony,
Lisboa, 2ª. ed., 1984.
- MONDLANE, Eduardo, "Lutar Por Moçambique", Sá da Costa,
Lisboa, 3ª. ed., 1977.
Idem, "O Desenvolvimento do Nacionalismo em
Moçambique" in BRAGANÇA, Aquino e WALLERSTEIN, I.,
"Quem é o inimigo? Os Movimentos de Libertação
Nacional", Iniciativas Ed., Lisboa, 1978.

- MORGENTHAU, R. S., "Political Parties in French-speaking West-Africa", Clarendon Press, Oxford, 1964.
- MOREIRA, A., "Les élites dans les territoires portugais sous le régime d'indignat". ("Guinée, Angola, Moçambique), in Bulletin International des Sciences Sociales, Lisbonne, 1956. (Versão portuguesa, Lisboa, 1963).
- MOUSINHO de ALBUQUERQUE, Joaquim, "Moçambique", 1896-1898, Ag. Geral das Colónias, Lisboa, 1934.
- NEGREIROS, A. Almada, "Le Mozambique", Paris, 1904.
- NEWITT, Melyn, "Portugal in Africa. The Last Hundred Years", Londres, 1981.
- NOGUEIRA da COSTA, Inês, "Contribuição para o estudo do colonial-fascismo em Moçambique", Arquivo Histórico de Moçambique, UEM, Maputo, 1987.
- OLIVEIRA, J. N. N., "Administração e política social em Moçambique", 1942.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, "História da 12. República Portuguesa. As Estruturas de Base", Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1973-1979.
- Idem, "A 12. República Portuguesa. Alguns Aspectos Estruturais", Liv. Horizonte, Lisboa, 32. ed., 1980.
- Idem, "Estudos sobre Portugal no século XX. Aspectos do Poder Executivo", 1920-1932, in "O Tempo E O Modo", 1967-1969.
- Idem, "História de Portugal", Fales Ed., 3 vols., Lisboa, 1981.
- Idem, "Dicionário da Maçonaria Portuguesa", Ed. Delta, 2 vols., Lisboa, 1986.
- OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de, "O Brasil e as Colónias Portuguesas", Lisboa, 32. ed., s/d.
- OLIVER, Roland e FAGE, J. D., "Breve História de África", Col. Terceiro Mundo, Sa da Costa, Lisboa, 1980.
- PÉLISSIER, René, "História de Moçambique", "formação e oposição", 1854-1918, Ed. Estampa, Lisboa, 2vols., 1987.
- PENVENNE, Jeanne Marie, "A History of African Labour in LM, Mozambique, 1877 to 1950", Tese de Doutoramento Boston University Graduate School, 1982, (não pub).
- PEREIRA, Miriam Halpern, "Política e Economia" (Portugal nos séculos XIX e XX), Liv. Horizonte, Lisboa, 1975.
- PERES, Damião e Vários, "História de Portugal", Barcelos, Porto, 10 vols., 1928-1981.

- RANGER, T. O., "African Reactions to the Imposition of Colonial Rule in East and Central Africa". in "Colonialism in Africa", 1870-1960. Cambridge, vol. 1, 1969, p.293-324.
- Idem, "Connexions between "primary resistance" movements and modern mass nationalism in East and Central Africa", in "Journal of African History", 9, 1968.
- Idem, "Revolt in Portuguese East Africa: the Makombe rising of 1917", in "African Affairs, 2, St. Antony's papers, n.º.15, 1963.
- RITA-FERREIRA, A., "Povos de Moçambique. História e Cultura", Afrontamento, Porto, 1975.
- ROCHA, Ilídio, "Catálogo dos Periódicos e principais seriados editados em Moçambique", (1854-1975), Ed. 70, Lisboa, 1985.
- ROSAS, Fernando, "As primeiras eleições Legislativas sob o Estado Novo", (16.12.1934), in "Cad. O Jornal", Lisboa, 1985.
- SEGAL, R., "Political Africa: A who's who of personalities and Parties", Praeger, Nova Iorque, 1961.
- SERRÃO, Joel, "Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal, 3ª. ed., Lisboa, 1973.
- Idem, "Emigração Portuguesa: Sondagem Histórica", Lisboa, 1971.
- Idem, coord., "Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea", Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985.
- Idem, dir., "Dicionário de História de Portugal", Liv. Figueirinhas, Porto, 4 vols., 1984.
- SEVRIN, J. L., "Elites Sociales et Partis Politiques d'A. O. F.", Annales Africaines, 1958, p.123-157.
- SILVA, J. Guedes da, "Colonização, fomento e nacionalização de Moçambique", LM, 1928.
- TOSCANO, Francisco, "Os grandes chefes da África Austral e alguns usos e costumes dos indígenas do Sul do Save", Separ. Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, LM, 1941.
- Vários, "História Geral de África", Ed. Tecnos, UNESCO, 8 vols., 1987.
- WHEELER, Douglas L., "História Política de Portugal, 1910-1926, Pub. Europa-América, Lisboa, s/d.
- Idem, "A Ditadura Militar Portuguesa", 1926-1933, Pub. Europa-América, Lisboa, 1988.

6. OBRAS ESPECIFICAS

- ALMEIDA, Américo Chaves, "Gato por Lebre", Lisboa, 1940, (sobre as causas da sua expulsão da colónia de Moçambique em Outubro de 1926, quando era editor do jornal, "Imprensa de Lourenço Marques").
- ANDRADE, Anaójo F. de, "Do conflito entre o Conselho do Governo da Província de Moçambique e o Conselho do Distrito de LM", Tip. Min. Peninsular, Lisboa, 1910, (coleção de artigos publicados no jornal, "A Luta").
- Associação de Fomento Agrícola da Província de Moçambique, "Regulamento para as exposições agrícolas e industriais a realizar em LM pela associação", Imp. Port., LM, 1918.
- Idem, "Exposição apresentada a S.Exã. O Alto Comissário, sobre as necessidades mais urgentes da agricultura da Colónia", Tip. Minerva Central, LM, 1924.
- Idem, "Exposição sobre as medidas de protecção à cultura da cana sacarina nos distritos do sul", Tip. do "Imparcial", LM, 1926.
- Idem, "O crédito agrícola na Província de Moçambique", Tip. Moderna, LM, 1927.
- Idem, "Colonização agrícola - Organização do trabalho indígena. Protecção à cultura do algodão", Tip. Moderna, LM, 1926.
- Associação dos Velhos Colonos de Moçambique, "Relatório da Comissão Administrativa", Imp. Nac., LM, 1940.
- Câmara do Comércio de Lourenço Marques, "Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal relativos aos anos de 1914 e 1915", Imp. Nac., LM, 1926.
- CAMPOS, Sobral de, "A Dança das Notas", Tip. Popular, LM, 1929, (sobre a história do notariado em LM).
- CAPELA, José, "O Movimento Operário em Lourenço Marques" 1898-1927, Ed. Afrontamento, Porto, 1983.
- CARDOSO, José, "A Minha Defesa", Imp. Africana, Lt., LM, 1924, (sobre casos ocorridos em LM).
- Comissão Municipal Republicana de Lourenço Marques. "Desnacionalização de Moçambique", "Representações dirigidas ao Governo Provisório da República Portuguesa, pelas agremiações políticas de Lourenço Marques", Tip. Minerva Central, LM, 1911, (contra as concessões de terras a estrangeiros, mão-de-obra para o Rand, etc).
- COVANE, Luis A., "Lourenço Marques e o Transvaal", 1882-1928, in Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 2, (especial), 1987.

- FERRÃO, Francisco, "Circunscrições de Lourenço Marques", Imp. Nac., LM, 1909. (respostas dos vários administradores de circunscrições ao Secretário dos Negócios Indígenas).
- FIGUEIREDO, A. dos Santos, "La Vie Sociale", in "Moçambique", Exposition Coloniale Internationale, Paris, 1931.
- FLORES, José, "A Minha Petição", "Ao Marechal categorizado do Partido Democrático, o Exmo. Sr. Victor Hugo de Azavedo Coutinho, Tip. Popular, LM, 1926.
- HEDGES, David, "O Movimento Associativo e Político", UEM, 1986, (texto dactilografado).
Idem, "O Sul e o trabalho migratório", in "História de Moçambique", UEM, Tempo, Maputo, 2 vols., 1982.
- HONWANA, Raúl Bernardo Manuel, "Memórias", ed. Asa, 1989.
- Instituto Goano de Lourenço Marques, "Homenagem a Manuel António de Sousa pelo 19. Centenário do seu nascimento", 1835-1935, LM, 1935.
- JUNOD, Henri A., "Usos e Costumes dos Bantus. A vida de uma tribo do sul de África", vol. I, "Vida Social", LM, 1974.
- LOBATO, Alexandre, "Lourenço Marques. Xilunguine. Biografia da Cidade", Ag. Geral do Ultramar, Lisboa, 1970.
Idem, "Economia, Engenharia e História de Moçambique", Ag. Geral do Ultramar, Lisboa, 1967.
Idem, "Quatro Estudos e uma Evocação para a História de Lourenço Marques", Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1961.
Idem, "História de Fundação de Lourenço Marques", Ed. Rev. "Lusitânia", Lisboa, 1948.
- MEDEIROS, E., "A evolução demográfica da cidade de Lourenço Marques", 1894-1975, in "Cadernos de História", Boletim do Dep. História, UEM, Maputo, 2, 1985.
- MUCHANGOS, Aniceto dos, "Traços gerais da cidade de Maputo", Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 2, (especial), 1987.
- NORONHA, Eduardo, "O Distrito de Lourenço Marques e a África do Sul", Imp. Nac., Lisboa, 1895.
- OLIVEIRA, Teresa dos Santos, "Recordações sobre Lourenço Marques", 1930-1950, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 2, (especial), 1987.
- PACHECO, António, "Lourenço Marques", Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, LM, 1947.

- PENVENNE, J. M., "Forced labor and the origin of an african working class: LM, 1870-1962", Brookline, Mass., 1979.
- Idem, "Attitudes toward Race and Work in Mozambique", 1900-1974, Working Papers, 16, African Studies Center, Boston University, 1979.
- Idem, "Lutas operárias no porto de Lourenço Marques, de 1900 a 1930", Tempo, Maputo, 499, 500, 1981.
- Idem e MANGHEZI, Alpheus, "Chibalo e Classe Operária", in Est. Moç., CEA/UEM, Maputo, 2, 1981.
- Idem, "The unmaking of an african petite bourgeoisie: LM, Mozambique", Working Papers, 57, African Studies Center, Boston University, Boston, Mass., 1982.
- RITA-FERREIRA, A., "Os Africanos de Lourenço Marques", Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, Maputo, vol. 9, serie C, 1967-1968.
- ROCHA, Aurelio, "Raça e classe na formação da classe trabalhadora moçambicana: o caso de sector ferro-portuário de Lourenço Marques", 1890-1910, in "Cadernos de História", Boletim do Dep. Hist., UEM, Maputo, 1, 1985, p.43-58.
- Idem, "A Luta dos Trabalhadores Urbanos", 1930-1963, Dep. História, UEM, Maputo.
- ROCHA, Ilidio, "Sobre as origens de um literatura africana de expressão portuguesa. Raices e consciencialização", in "Les Litteratures africaines de Langage Portugaise", Actes du Colloque International, (Paris, 1984), Fond. Calouste Gulbenkian, Centre Cultural Portugais, Paris, 1985.
- Idem, "A Maçonaria em Moçambique", CEDIMO, AIM, Maputo, 1985.
- RUFINO, José dos Santos, "Albuns Fotograficos e Descritivos da Colônia de Moçambique", LM, vol.II, 1929.
- SACADURA BOTTE, Theodorico César de Sando Pacheco de, "Memórias e Autobiografia", Minerva Central, Maputo, 3 vols., 1986.
- SALDANHA, Eduardo d'Almeida, "Uma Campanha Eleitoral", A. W. Bayly & Co., LM, 1911.
- Idem, "Monarquia, República e Ditadura", Tip. Ingl., Lisboa, 1932.

- SERRA, Carlos, dir. "História de Moçambique", UEM, Tempo, Maputo, 2 vols., 2ª. ed., 1988.
- SILVA, Simões da, "Palavras Rebeldes", Tip. Minerva Central, LM, 1912.
- ZAMPARONI, Vladimir, "Aspectos do trabalho forçado em Moçambique, nas décadas de 1910-1920", in "Não Vamos Esquecer", Boletim Informat. da Oficina de História, CEA, UEM, Maputo, 2-3, 1983.

